

PERCURSOS EM TEORIA DA GRAMÁTICA

Roberta Pires de Oliveira

Carlos Miotto

organização



editora **ufsc**

PERCURSOS EM
TEORIA DA
GRAMÁTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Alvaro Toubes Prata

Vice-Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Sérgio Luiz Rodrigues Medeiros

Conselho Editorial

Maria de Lourdes Alves Borges (Presidente)

Alai Garcia Diniz

Carlos Eduardo Schmidt Capela

Ione Ribeiro Valle

João Pedro Assumpção Bastos

Luís Carlos Cancellier de Olivo

Maria Cristina Marino Calvo

Miriam Pillar Grossi

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis-SC

Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686

Fax: (48) 3721-9680

editora@editora.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Roberta Pires de Oliveira
Carlos Miotto
Organização

PERCURSOS EM
TEORIA DA
GRAMÁTICA

© 2011 dos autores

Direção editorial:

Paulo Roberto da Silva

Editoração:

Gabriela de Moraes Damé

Revisão:

Maria Geralda Soprana Dias

Capa

Maria Lúcia Iaczkinski

Ficha Catalográfica

(Catalogação na fonte elaborada pela DECTI da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina)

P429 Percursos em teoria da gramática / organização Roberta Pires de
Oliveira e Carlos Míoto. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2011.
286 p. : il.
Inclui bibliografia
1. Linguística. 2. Língua portuguesa – Brasil. 3. Gramática.
I. Míoto, Carlos. II. Oliveira, Roberta Pires de.

CDU: 801

ISBN 978-85-328-0565-2



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

SUMÁRIO

40 anos de Pós-Graduação em Linguística na UFSC e o Núcleo de Estudos Gramaticais – NEG	7
ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA (UFSC/CNPQ)	
CARLOS MIOTO (UFSC/CNPQ)	
Algumas notas sobre compostos em Português Brasileiro e em Libras	17
MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA (UFSC/CNPQ)	
FABÍOLA SUCUPIRA FERREIRA SELL (UDESC/UFSC)	
Interrogativas Wh no Português Europeu e no Português Brasileiro	43
CARLOS MIOTO (UFSC/CNPQ)	
A sintaxe das sentenças relativas livres no Português Brasileiro.....	73
ANI CARLA MARCHESAN (UFFS)	
Clivadas e a focalização no Português Brasileiro	95
SANDRA QUAREZEMIN (UFSC)	
Considerações sobre a sintaxe das sentenças comparativas.....	115
LUISANDRO MENDES DE SOUZA (FAFIUV)	

Valoração do traço de caso dos complementos indiretos de construções triargumentais.....	133
LUCILENE LISBOA DE LIZ (UFSC)	
A incorporação semântica e o efeito de restritividade: o caso do nome nu singular no Português do Brasil.....	149
RONALD TAVEIRA DA CRUZ (UFPI)	
Os advérbios de modo em <i>-mente</i> e a estrutura do evento	165
MARIA JOSÉ FOLTRAN (UFPR/CNPq)	
A relação entre perfectividade e telicidade no Português Brasileiro	183
RENATO MIGUEL BASSO (UFSC)	
ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA (UFSC/CNPq)	
Estrutura informacional.....	205
GABRIEL ROISENBERG RODRIGUES (MICHIGAN STATE UNIVERSITY)	
SERGIO DE MOURA MENUZZI (UFRGS/CNPq)	
O inatismo ainda é a melhor hipótese.....	237
RUTH E. VASCONCELLOS LOPES (UNICAMP/CNPq)	
Referências	259
Sobre os autores	281

40 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA NA UFSC O NÚCLEO DE ESTUDOS GRAMATICAIIS – NEG

ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA (UFSC/CNPq)
CARLOS MIOTO (UFSC/CNPq).

A comemoração dos 40 anos de fundação da Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – é uma excelente oportunidade para a publicação desta coletânea de artigos, resultado de dez anos de pesquisa em linguística, realizada pelo Núcleo de Estudos Gramaticais (NEG). O NEG está sediado na UFSC, e surgiu por iniciativa de um grupo de professores e pesquisadores do CNPq – Carlos Mioto, Maria Cristina Figueiredo Silva, Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes e Roberta Pires de Oliveira –, como um meio de tornar nossa pós-graduação um polo de estudos em teoria da gramática. Essa é uma linha de pesquisa muito pouco explorada no Brasil, mas de grande reconhecimento internacional. Implantar esse núcleo na UFSC projeta a nossa universidade internacionalmente.

Nesses pouco mais de dez anos de encontros, discussões, seminários, o grupo formou vários alunos da iniciação científica, que tiveram ali suas primeiras experiências no desenvolvimento de uma pesquisa científica sobre as línguas naturais. Formou também vários mestres e doutores;¹ alguns atuando como professores na UFSC. Acolheu outros pesquisadores, alguns em pós-doutoramento, outros como professores visitantes, muitos vindos de famosas universidades internacionais.²

Sua importância nacional pode ser medida pelas inúmeras publicações e principalmente por dois manuais de introdução, ambos

¹ Em números, foram: 32 iniciações científicas, 38 mestrados, 16 doutorados, 2 pós-doutorados.

² Adriana Belletti (Unisi), Angelika Kratzer (Umass), Georg Kaiser (Uni Konstanz), Kai von Fintel (MIT), Luigi Rizzi (Unisi), Juan Uriagereka (Uni Maryland), Paul Pietroski (Uni Maryland), entre muitos outros.

já reeditados e utilizados em diversos cursos – da graduação à pós-graduação – em outras universidades. Esses são manuais para formação de pesquisadores em linguística formal, uma abordagem da linguagem que se caracteriza por ser científica: *Novo manual de sintaxe*, de Carlos Mioto, Maria Cristina Figueiredo Silva e Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes, e *Semântica: uma introdução*, de Roberta Pires de Oliveira. Manuais didáticos têm pelo menos dois papéis importantes na construção de um programa de pesquisa: permitem assentar suas bases no ensino de graduação e de pós-graduação; e dão visibilidade externa para a pesquisa desenvolvida pelo núcleo, difundindo o nome da instituição.

O grupo tem também visibilidade internacional. No momento, são dois projetos de cooperação internacional: Roberta Pires de Oliveira coordena, juntamente com Carmen Dobrovie-Sorin (CNRS/LLF/Paris 7), o projeto de cooperação internacional Capes/Cofecub sobre os nominais nus; e Carlos Mioto coordena um convênio com a Universidade de Konstanz. Esses convênios permitem que nossos alunos, nossas pesquisas e o nome da UFSC transitem internacionalmente.

Esta coletânea é, pois, nossa homenagem à instituição que nesses anos amparou o NEG, a Pós-Graduação em Linguística da UFSC. O NEG é fruto do pioneirismo, da importância e da relevância nacional e internacional que a nossa pós-graduação alcançou ao longo de seus 40 anos.

OS ARTIGOS DESTA COLETÂNEA

Os artigos desta coletânea são reflexões, dentro do quadro da linguística formal,³ sobre as línguas naturais, úteis não apenas para

³ Não é isento de riscos se assumir formalista na linguística nacional. Formalistas são frequentemente acusados de não serem engajados socialmente, de não se preocuparem com ideologia e luta política – uma das inúmeras críticas equivocadas feitas por aqueles que não conhecem o trabalho formal e sua importância. De fato, formalistas não se pronunciam sobre ideologia, porque atentamos para a gramática, o funcionamento do sistema. Desse ponto de vista, pouco importa como ‘casar’ é definido: se denota uma relação apenas entre indivíduos de sexos diferentes ou uma relação entre indivíduos; importa que ‘casar’ é um predicado que seleciona dois papéis temáticos. Mas, ao adotarem esse ponto de vista, os formalistas, enquanto indivíduos no

entender o funcionamento de uma língua natural, mas também para ensinar os passos para a construção de uma teoria científica que a explique. Nem todos são básicos, alguns dialogam com a literatura de ponto, mas eles possibilitam uma melhor compreensão do Português Brasileiro e certamente têm um papel na educação nacional, tanto nos ensinamentos fundamental e médio, quanto nas graduações e pós-graduações.

Embora os artigos estejam dispostos sequencialmente, na ordem das páginas que se seguem umas às outras, mantêm conversas que estruturam uma rede de ramificações que, por sua vez, cruzam-se numa coerência que deixa entrever as diferentes relações de interface entre os componentes da gramática. Quarezemim, por exemplo, para explicar as sentenças clivadas no português, relaciona estruturas sintático-semânticas a fenômenos pragmático-fonológicos, como a focalização. Foltran propõe uma semântica para o sufixo ‘-mente’ no Português Brasileiro, amalgamando morfologia, sintaxe e semântica.

Apresentar essa organicidade é ter em mente que as distinções em níveis de análise são antes de mais nada recortes teóricos, porque quando falamos e interpretamos realizamos essas diferentes tarefas simultaneamente. Assim, embora esteja correto afirmar que o primeiro artigo desta coletânea, “Algumas notas sobre os compostos em Português Brasileiro e em Libras”, de Figueiredo Silva e Sell, é em morfologia, é também certo que entram discussões de ordem sintática e semântica. Nesse artigo, as autoras pretendem comparar os processos produtivos de formação de compostos no português atual, como, por exemplo, ‘guarda-roupa’ e ‘motobói’, e os compostos em Libras – a língua de sinais brasileira – com o item ‘CASA^VENDA^PAPEL’, que significa papelaria. A própria definição do que seja um composto já mostra a interface entre morfologia e sintaxe, pois ele é definido sintaticamente como uma estrutura que não se deixa manipular pela sintaxe. Além disso, a composição parece gerar apenas estruturas do tipo [+N], o que

— mundo, não ignoram que a linguagem é importante para as pessoas e não apenas para ideologias. Os formalistas entendem isso muito bem, que o diga Chomsky.

as distingue das expressões idiomáticas, que são também estruturas sintaticamente rígidas, mas em alguma medida manipuláveis.

Na sequência, os próximos quatro artigos são sobre sintaxe, entendida em sentido restrito: eles discutem como se combinam palavras para formar sintagmas. Talvez devido à centralidade do tema, todos esses artigos lidam, em diferentes medidas, com aspectos relativos a sentenças encabeçadas por expressões ‘wh’. O artigo de Mioto, “Interrogativas Wh no Português Europeu e no Português Brasileiro”, certamente o mais técnico, compara as sentenças interrogativas nessas duas línguas, procurando explicar o quadro de diferenças sintáticas, apresentado abaixo, a partir de uma recuperação da história dessas línguas:

- | | | | |
|-----|---|-----|-----|
| (1) | a. Onde é que você estava em 82, Artur Jorge? | PE | PB |
| | b. O que que ele faz? | *PE | PB |
| | c. Como reagiu Adriano Pinto? | PE | *PB |
| | d. Com quem o senhor prefere disputar? | *PE | PB |

A hipótese defendida pelo autor é que, no Português Europeu, o núcleo Comp tem uma propriedade que atrai a flexão para si. O Português Brasileiro não tem essa propriedade e por isso permite Comp duplamente preenchido ou que o sujeito interfira entre o pronome Wh e o verbo.

O artigo “A sintaxe das sentenças relativas livres no PB”, de Marchesan, investiga a estrutura sintático-semântica das chamadas relativas livres, exemplificada em (2):

- (2) [Quem foi à Argentina] voltou com a gripe H1N1.

A autora conclui, comparando-as com as relativas com núcleo, como é o caso de (3), abaixo, que as relativas livres se caracterizam por serem encabeçadas por um pronome-wh – como ‘quem’ em (2) – que tem capacidade de incorporar o núcleo nominal de uma relativa com núcleo, isto é, ‘quem’ se traduz por ‘a pessoa que’:

(3) A *pessoa* [que foi à Argentina] voltou com a gripe H1N1.

Além disso, as relativas livres, como as relativas com núcleo, são DPs (*Determinant Phrases*) – veja que ‘quem foi à Argentina’ denota o conjunto de indivíduos que foram para a Argentina, podendo ser substituído por ‘os que foram à Argentina’. Já os pronomes relativos como *que*, que não embutem um nome, não podem, portanto, encabeçar uma relativa livre, daí a agramaticalidade de (4):

(4) *Eu vi que você acha bonito.

Quarezemin, em “Clivadas e a focalização no Português Brasileiro”, compara alternativas de análise para a estrutura das clivadas no PB, como em (5), contrapondo-se a abordagens que entendem que há apenas uma estrutura clivada:

(5) Foi o João que parou de fumar.

A autora defende que as sentenças clivadas têm estruturas diferentes, dependendo do tipo de foco que elas veiculam, de informação ou contrastivo. Estamos aqui na interface sintaxe/pragmática, como também é o caso do artigo “Estrutura Informacional”, de Roisenberg Rodrigues e Menuzzi, que fecha esta coletânea. Nesses artigos, são mobilizados conceitos que vêm das abordagens da semântica discursiva e da pragmática através do conceito de estrutura de informação: se o foco for de contraste, como pode ser o caso de (5), quando informamos que foi o João e não outro indivíduo que parou de fumar, então precisamos de um quadro teórico como a semântica de alternativas proposta por Rooth (1985) e apresentada no artigo de Roisenberg Rodrigues e Menuzzi.

Embora a sentença em (5) possa aparecer em contextos de foco contrastivo, como vimos, ela também pode aparecer em contextos de foco de informação, isto é, como resposta a uma pergunta *wh*: ‘quem parou de fumar?’. A diferença de estruturas clivadas aparece quando o

constituente clivado é o objeto, porque ele só pode aparecer clivado em contextos de contraste, sendo inadequado em contextos informacionais:

- (6) O que a enfermeira trouxe?
Foi um estetoscópio que a enfermeira trouxe.⁴

No artigo “Considerações sobre a sintaxe das sentenças comparativas”, Mendes de Souza também investiga uma estrutura wh: a comparação. Seu interesse é avaliar argumentos sintáticos que permitam decidir se esse tipo de sentença, exemplificado em (7), tem estrutura de subordinação ou de coordenação:

- (7) João é mais alto do que o Pedro.

A disputa entre as abordagens teóricas aparece explicitamente: para o Português Europeu, Matos e Brito entendem que se trata de coordenação, enquanto Marques as trata como sentenças subordinadas relativas; para o Português Brasileiro, Menezes sustenta a posição de coordenação e, na direção oposta, Mendes de Souza mostra que há evidências que indicam que a comparação tem estrutura de subordinação. Embora não seja explicitado, esse artigo conversa com o de Marchezan, porque na estrutura da comparação há uma sentença relativa.

O artigo de Lisboa de Liz, “Valoração do traço de caso dos complementos indiretos de construções triargumentais”, é, como o de Miotto, bastante técnico, e procura explicar como se processa a atribuição de caso ao terceiro argumento do verbo no modelo do Programa Minimalista. Nesse artigo, a autora busca entender como ocorre a valoração do traço de caso em complementos indiretos, de construções triargumentais, como exemplificado em (8) abaixo:

- (8) Ela dava os saquinhos para os meninos.

⁴ O sinal # está sendo utilizado para indicar não aceitação pragmática. A sentença é gramatical, mas não pode ser resposta à pergunta anterior.

Mais uma vez estamos numa área de interface entre a sintaxe e a semântica. A hipótese levantada pela autora é de que atribuímos caso ao DP ‘os meninos’ porque a preposição ‘para’ é uma sonda que busca um alvo para valorar os traços de caso. Para sustentar essa hipótese, a autora traz evidências de concordância entre a preposição e o DP, o que acontece explicitamente no irlandês, como descrito por Brennan (2007).

Em “Opcionalidade da (pseudo) incorporação semântica no português do Brasil”, Taveira da Cruz investiga a sintaxe e a semântica do singular nu em posição de objeto no Português Brasileiro. Uma das características do PB, frente às demais línguas românicas, é o fato de que utilizamos produtivamente o singular nu, ao passo que nas outras línguas românicas seu uso é restrito. Seu objetivo é, portanto, analisar o objeto em casos como (9), que se traduzido palavra por palavra para o francês, o italiano, o romeno e mesmo para o Português Europeu vai resultar em sentenças agramaticais:

(9) João leu livro. (PB, *PE)

Uma questão importante colocada pela combinação ‘leu livro’ é se estamos diante de um processo de incorporação semântica. Nesse caso, ‘livro’ não é de fato um DP, mas um predicado que se incorpora a outro predicado. Taveira da Cruz conclui, contrariamente a Saraiva (1997), que há incorporação semântica do objeto apenas em alguns casos, como em ‘jogar bola’ quando interpretado como sinônimo de jogar futebol, como em ‘O João foi jogar bola’.

Os artigos de Foltran e Pires de Oliveira e Basso descendem da reflexão da semântica de eventos, que se originou das reflexões de Davidson (1980) sobre sentenças de ação. Em “Os advérbios de modo em -mente e a estrutura de eventos”, Foltran investiga a ocorrência de advérbios em ‘-mente’, quando eles são advérbios de modo, com as diferentes classes acionais do verbo. A hipótese defendida é que uma estrutura de evento, nos moldes de Pustejovsky (1991, 1995), prevê uma representação natural para advérbios de modo como predicados de eventos. A autora mostra que essa abordagem permite explicar a ambiguidade de uma sentença

como (10) abaixo em termos de diferentes escopos assumidos em relação à estrutura de evento:

(10) Maria andou até o parque rapidamente.

‘Rapidamente’ em (10) pode estar atuando sobre o modo como a Maria andou até o parque ou incidindo sobre a ocorrência do evento; nesse último caso, foi o evento que teve um início brusco, rápido, embora o andar em si possa ser lento. Na esteira de Davidson (1980), a quantificação sobre a variável evento tem a vantagem de dar um tratamento de primeira ordem para tais advérbios.

Pires de Oliveira e Basso questionam, em “Uma investigação sobre a relação entre perfectividade e telicidade no Português Brasileiro”, uma assunção recorrente na literatura: predicados perfectivos télicos acarretam que o evento culminou. Os autores mostram que esse não é o caso para o Português Brasileiro e propõem que a relação entre (11a) e (11b) é de implicatura pragmática conversacional:

- (11) a. João leu o livro.
b. João leu o livro até o final.

A interface nesse artigo é entre a semântica e a pragmática.

Em “Estrutura Informacional”, Roisenberg Rodrigues e Menuzzi fazem uma apresentação muito clara de pelo menos dois modelos de processamento pragmático adotados na abordagem formal contemporânea, dando argumentos favoráveis à proposta da semântica de alternativas. Os autores mostram que uma sentença como (12) pode receber diferentes estruturas informacionais a depender do contexto em que ela ocorre:

(12) O João encontrou a Maria no cinema.

Se (12) for resposta a ‘Quem encontrou a Maria no cinema?’, o foco está em ‘João’. Se for resposta a ‘Quem o João encontrou no cinema?’, o foco está em ‘a Maria’. Como no artigo anterior, este se coloca na interface

entre semântica e pragmática, mas, como já apontamos, é possível também entendermos que em cada uma dessas leituras de (12) estamos diante de uma estrutura sintática diferente, porque o elemento que foi movido para a posição de foco é, em cada caso, um elemento distinto.

Finalmente, em “O inatismo ainda é a melhor hipótese”, Lopes (re)discute fatos e hipóteses sobre a aquisição da linguagem com base na gramática gerativa. No centro do artigo, encontram-se questões como o inatismo, a pobreza do estímulo na aquisição da linguagem (o famoso Dilema de Platão) e a evidência negativa. Através de várias analogias, a autora argumenta em favor de encarar a linguagem como um fenômeno natural.

Como dissemos, esperamos que os artigos aqui reunidos sirvam como uma amostra do tipo de indagação e investigação linguística que se faz na vertente formal e como um convite a pesquisas futuras que permitam confirmar ou, principalmente, refutar as hipóteses apresentadas, explorando uma maneira de aumentar nosso conhecimento. Os artigos são uma pequena contribuição para a construção de uma linguística formal no Brasil. É nessa construção que o NEG está engajado.

ALGUMAS NOTAS SOBRE COMPOSTOS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO E EM LIBRAS

MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA (UFSC/CNPq)
FABÍOLA SUCUPIRA FERREIRA SELL (UDESC/UFSC)

INTRODUÇÃO¹

A tradição gramatical afirma que os processos morfológicos das línguas humanas são bastante variados, embora possam ser agrupados sob grandes classes, como derivação, flexão ou composição. Supostamente, essas operações morfológicas são homogêneas. No entanto, compostos, por exemplo, podem parecer muito distintos em diferentes línguas, sobretudo em línguas de modalidades diferentes, como línguas orais e visoespaciais. Assim, pode nos surpreender a descoberta de semelhanças indiscutíveis dos fenômenos, no sentido de eles exibirem propriedades muito similares.

À parte os muitos problemas de delimitação do conceito mesmo do que vem a ser composição e o que diferencia palavras compostas de palavras derivadas, por um lado e, por outro, de sintagmas da língua ou de expressões idiomáticas, há um terreno fecundo de investigação sobre que tipos de compostos as diferentes línguas admitem e quais nelas são produtivos. Sem ter a intenção de exaurir o assunto, parte dessa discussão constituirá a uma seção do presente estudo, onde examinaremos os tipos de compostos produtivos no Português Brasileiro (doravante PB).

¹ Gostaríamos de agradecer a Deonísio Schmitt e Nayara de A. Adriano pela disponibilização de dados e especialmente a Heloíse Gripp, falante nativa de Libras, pelas horas de discussão sobre os exemplos que aparecem no texto. Agradecemos igualmente a Tarcísio Leite e Carlos Miotto pela leitura atenta de versões anteriores deste texto. Os erros remanescentes são, evidentemente, de nossa responsabilidade.

Nosso interesse principal aqui é comparar alguns tipos de formação de compostos produtivos no PB e na Libras, com o intuito de mostrar semelhanças e diferenças sistemáticas entre essas línguas. Não pretendemos aqui apresentar uma hipótese explicativa geral para esses dados, mas tão somente fazer notar certos fatos interessantes, em particular aqueles da Libras, uma língua até agora pouco estudada, particularmente nos seus aspectos morfológicos. Por isso, uma discussão mais detalhada de certos padrões de composição na Libras constituirá uma parte importante deste trabalho, estando a última seção reservada para as conclusões desta fase da pesquisa.

COMPOSTOS, DERIVADOS, SINTAGMAS E EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS: FRONTEIRAS

Um problema morfológico antigo é estabelecer a diferença entre derivação e composição. A gramática tradicional (doravante GT) assume que a distinção se constrói sobre o número de radicais (ou, mais modernamente, morfemas lexicais) existentes na palavra: é derivada a palavra que possui um único radical (e, para que se consolide a derivação, deve estar presente pelo menos um afixo); e é composta a palavra que possui mais de um radical. Exemplos clássicos são 'pedreiro' e 'pedra-sabão', respectivamente.

No entanto, nem sempre é simples distinguir radicais de afixos, em particular no caso de formas presas oriundas do grego ou do latim. Por exemplo, não é fácil decidir se 'super-homem' ou 'bisavô' são casos de composição ou de derivação. Uma razão para essa dificuldade é que o conceito de radical (ou de morfema lexical) não é suficientemente preciso: radicais têm um significado que remete ao mundo exterior, enquanto afixos (ou morfemas gramaticais) só podem ter significação interna à língua. A definição parece clara, mas sua aplicação não é: super- e bi- remetem ao mundo ou à própria língua?

Uma visão alternativa dentro da própria GT encara os morfemas lexicais (ou radicais) como membros das classes abertas (nomes, verbos,

adjetivos), enquanto os morfemas gramaticais (os afixos) pertenceriam às classes fechadas (preposições, conjunções, numerais...). Mas mesmo morfemas presos devem pertencer a alguma classe de palavras e, assim, será preciso encaixar elementos como 'agro-' em alguma delas, a dos substantivos, talvez; no entanto, 'agro-' não tem as propriedades relevantes dos substantivos – aceitar morfologia flexional de gênero e número, poder figurar como sujeito da oração, etc. Se é assim, que critérios serão utilizados para essa classificação?

Retomemos os exemplos mencionados acima: o que dizer de 'super-homem' e 'bisavô'? Nem 'super-' nem 'bi-' podem ser vistos imediatamente como membros das classes N, V ou A, parecendo-se mais com elementos funcionais, como preposições ou advérbios. Para a GT, este é o resultado correto no caso de 'super-homem', mas não no de 'bisavô', entendido como um caso de composição, segundo Cunha; Cintra (1985). Mas com base em que critério *bi-* seria considerado N, A ou V? Sua interpretação de tipo “quantificacional” torna difícil lançá-lo diretamente em uma dessas classes.

Dentro da linguística estruturalista e também da gerativista, já se trabalhou bastante para instituir critérios fonológicos, morfológicos ou sintáticos, para além do critério semântico, capazes de estabelecer a diferença entre essas operações morfológicas. Entretanto, os critérios não conseguem ser consistentes nem mesmo dentro da mesma língua: Camara Júnior (1978), por exemplo, afirma que uma palavra derivada se distingue de uma composta por ser arrizotônica. Na derivação, a base cede sistematicamente seu acento subjacente ao (último) sufixo acrescentado, mas na composição pelo menos a última base mantém seu acento subjacente. Assim, a base *guard-* conserva o acento em 'guarda-roupa' (pelo menos como acento secundário), mas 'roup-' o cede ao sufixo '-eiro' em 'roupeiro'. Contudo, esse critério não tem nada a dizer sobre a prefixação, que em geral não altera a pauta acentual da palavra. Pior: por esse critério, seríamos levados a dizer que 'super-homem' é um caso de composição e 'bisavô', um caso de derivação, contrariamente ao que prega a GT.

Uma hipótese bastante ingênua mas muito consistente forneceria esse mesmo resultado: derivação seria todo processo que trabalha com morfemas presos, enquanto a composição seria a operação morfológica que se constrói com as bases livres da língua. Este seria um critério morfológico claro, mas implicaria em tratar 'agro-' ou 'eco-' como prefixos, e '-logia' e '-dromo' como sufixos, uma asserção um pouco incômoda dada a semelhança de significado que possuem com certas bases livres da língua.

Essa breve discussão mostra a dificuldade de traçar a diferença entre derivação e composição.² Não nos deteremos nessa tarefa, inclusive porque é bastante provável que estejamos falando de um contínuo, não de fenômenos discretos. Vamos nos limitar a mostrar, com Basílio et al. (1993), que a composição no PB cria em geral substantivos (como 'secretária-eletrônica'), mais raramente adjetivos (como 'dedo-duro'), mas nunca verbos, por exemplo. Voltaremos a este ponto no final deste estudo.

Uma outra questão que intriga a tradição gramatical e, mais recentemente, os morfólogos estruturalistas e gerativistas é como diferenciar compostos de sintagmas, estes definidos como grupos de palavras (permanentes ou eventuais), formados pela sintaxe, que não constituem uma palavra. Sandmann (1990, p. 3) aborda esse problema, tentando estabelecer os critérios decisivos para apontar “o que distingue 'ferro velho', 'ferro usado, sucata', de 'ferro-velho', estabelecimento que negocia com sucata' (...)”. Para ele, é o critério do isolamento semântico que deve ser o escolhido, entendendo por “isolamento semântico” a ausência de composicionalidade na formação do sentido que se vê em 'copo-de-leite' (a flor), mas que não se observa em 'meio ambiente', por exemplo.

Todavia, existe um tipo de sintagma, conhecido por expressão idiomática, que não tem o seu significado determinado composicionalmente – isto é, do mesmo modo que os compostos, ele pode ter um significado que se distancia pouco ou muito do significado das palavras componentes. Um exemplo de grande distância é 'bater as botas', que quer dizer morrer, distância tão grande em termos de significado como

² Cf. em Figueiredo Silva e Miotto (2009) uma discussão mais aprofundada dessa diferença.

a que temos em 'copo-de-leite', a flor; um exemplo de pequena distância é 'tirar vantagem (de alguma coisa)', que quer dizer se aproveitar (de alguma coisa), do mesmo modo que 'guarda-roupa' quer dizer um lugar para guardar a roupa. Portanto, a exigência de composicionalidade de Sandmann (1990) não prevê o que é um composto na língua.

Note que tanto 'guarda-roupa' quanto 'tirar vantagem' têm a estrutura aparente verbo-objeto, isto é, eles se aproximam bastante em termos de forma e assim é importante saber se eles diferem em algo. Certas características morfológicas apontam para diferenças entre os processos sintáticos e o que estamos descrevendo como fundamentalmente morfológico, que é a composição. Por exemplo, os verbos que aparecem dentro do composto ou dentro da expressão idiomática se comportam de modo muito diferente com respeito à flexão: enquanto a suposta forma verbal de 3ª pessoa do singular do presente do indicativo de 'guarda-roupa' não pode sofrer qualquer tipo de processo flexional, como mostra (1a), o verbo da expressão idiomática 'tirar vantagem' pode ser flexionado sem problemas, como vemos em (1b):

- (1) a. *guardava-roupa, *guardam-roupa, * guardarei-roupa
b. tirava vantagem, tiram vantagem, tirarei vantagem

Esse critério de cunho mais morfológico, no entanto, não é capaz de separar de maneira definitiva os compostos das expressões idiomáticas ou, mais geralmente, dos sintagmas da língua: no caso de compostos nominais, a flexão de plural pode aparecer no interior pelo menos de certos compostos – por exemplo, 'secretárias-eletrônicas' – do mesmo modo que, no português padrão, aparece em todos os elementos do sintagma nominal – por exemplo, 'secretárias eficientes'. Portanto, é preciso procurar por algum critério adicional para separar compostos de sintagmas de uma maneira geral.

Uma observação de Camara Jr. (1970) diz respeito à possibilidade de eliminar, nos sintagmas (que ele chama “locuções”), um dos elementos constituintes (o termo determinante) sem prejuízo do significado

geral, como mostram (2a,b); nos compostos, o significado original fica comprometido por essa eliminação, como se vê em (2c, 2d, 2e):

- (2) a. Tomei uma grande chuva
- b. Tomei uma chuva
- c. Peguei um guarda-chuva
- d. *Peguei o guarda.
- e. *Peguei o/a chuva.

Assim, uma propriedade distintiva dos compostos diante dos sintagmas da língua é a obrigatoriedade de todos os seus componentes. Observe que essa propriedade não chega a diferenciar compostos de expressões idiomáticas, porque a eliminação de algum dos seus componentes também destrói a interpretação idiomática, como vemos na diferença de interpretação entre 'chutar o balde' e 'chutar' ou 'o balde' isolados.

Uma propriedade que distingue compostos não apenas de sintagmas da língua mas pelo menos de certas expressões idiomáticas foi observada por Katamba (1993) e diz respeito à ordem fixa que rege os compostos: (3) mostra que os constituintes de um sintagma e de certas expressões idiomáticas podem ser separados por certos processos sintáticos, mas (4) revela que os constituintes que integram um composto não podem:

- (3) a. Esta é uma secretária eficiente
- b. Eficiente esta secretária não é.
- c. A Maria tirou vantagem da situação
- d. Que vantagem a Maria tirou da situação?

- (4) a. Esta é uma secretária-eletrônica.
- b. *Eletrônica esta secretária não é.
- c. A Maria comprou um guarda-roupa.
- d. *Que roupa a Maria comprou um guarda-?
- e. *Guarda-[que roupa] a Maria comprou?

Essa propriedade dos compostos é conhecida como opacidade dos objetos morfológicos. O que está por trás delas é a ideia de que as

palavras podem ter estrutura interna, mas essa estrutura não é visível pela sintaxe: nenhuma regra sintática pode fazer referência a algum elemento que está no interior de uma palavra. Portanto, mesmo que aparentemente as mesmas regras que geram elementos da sintaxe (os sintagmas, como o grupo verbal que abriga o verbo e o seu objeto direto em 'guardar a roupa') sejam responsáveis por gerar palavras na morfologia (como em 'guarda-roupa'), ainda assim, uma vez formado o composto, a sintaxe não tem mais acesso ao seu interior.

Vamos resumir a discussão anterior e frisar o que estamos entendendo por composição e seus limites. Por um lado, as fronteiras da composição com a derivação são difíceis de precisar devido ao fato de tanto compostos como derivados se constituírem seja de morfemas livres seja de morfemas presos, e assim não temos um critério propriamente morfológico para a delimitação. A semântica tampouco nos ajuda, porque, ainda que haja casos em que a interpretação claramente lexical de certos morfemas indique composição (e a interpretação claramente gramatical de outros morfemas indique derivação), há casos como o da interpretação que chamamos “quantificada”, como a de 'bi-', por exemplo, para os quais não temos um teste ou critério que nos permita decidir entre classificar a operação como composição ou derivação.

Por outro lado, quando falamos da diferença entre compostos e sintagmas gerados pela sintaxe, sejam expressões idiomáticas ou combinações mais ou menos estáveis de palavras, já é possível construirmos critérios de separação entre as operações: as construções que permitem manipulações sintáticas, como a supressão de algum de seus elementos ou a mudança de ordem de seus componentes serão vistas como não morfológicas. Assim, a composição exhibe como propriedade fundamental a rigidez da ordem de seus componentes e a impossibilidade de supressão de algum dos seus elementos. E, como toda formação morfológica, exhibe opacidade.

Mesmo que esses critérios ainda possam se revelar não suficientes, eles serão assumidos agora na investigação dos compostos do PB e da Libras. Ainda que para o PB autores como Sandmann (1990) e Lee (1997)

já tenham descrito os tipos e as propriedades dos compostos existentes, esse esforço não foi feito para os compostos em Libras. Por amor à simetria, então, faremos um estudo dessas duas línguas com o objetivo de saber quais são os tipos de compostos produtivos em PB e em Libras.

TIPOS DE COMPOSTOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Vários linguistas já tentaram avançar uma tipologia dos compostos existentes no PB. Sandmann (1990), por exemplo, identifica seis tipos principais, de acordo com as classes a que pertencem os elementos do composto:

- (5) a. S+*de*+S (como 'pé-de-moleque');
- b. S+S (que se subdivide em dois tipos: (i) o elemento determinado (DM) está à esquerda e o elemento determinante (DT) à direita, como em 'estação-tubo': ou (ii) a ordem seja DT-DM, como em 'motogincana');
- c. S+A (como em 'pé-frio');
- d. A+S (como em 'puro-sangue');
- e. V+S (como em 'lança-foguetes');
- f. Num +S (como 'onze-letras').

Lee (1997) adota os pressupostos da Morfologia Lexical e divide os compostos em lexicais e pós-lexicais. A formação dos compostos lexicais, como outros processos de formação de palavras, acontece no léxico, que os disponibiliza para a sintaxe enquanto tais. Por outro lado, os compostos pós-lexicais não são formados no léxico; são palavras sintáticas reanalisadas. A classificação de um composto como lexical ou pós-lexical depende de certas propriedades morfológicas, como a presença de plural interno que o composto pós-lexical exhibe (como em *fins-de-semana*', por exemplo) mas o composto lexical não (o que a impossibilidade de *'rádios-táxis*', por exemplo, mostra).

Também quanto à forma, eles se diferenciam, os compostos lexicais, que sempre exibem a estrutura semântica DT-DM, podem assumir as seguintes formas:

- (6) a. N+N (como 'rádio-táxi');
- b. A+A (como 'italo-brasileiro'); ou
- c. V+N, muito produtivo, segundo o autor, em que o tema verbal é seguido pelo seu complemento (como 'toca-discos').

Os compostos pós-lexicais, por seu turno, que em geral exibem a estrutura semântica DM-DT, podem assumir as seguintes formas:

- (7) a. N+(prep)+N (como 'sofá-cama' ou 'fim-de-semana');
- b. N+A (como 'boia-fria');
- c. A+A (como 'surdo-mudo'); ou
- d. A+N (como 'curto-circuito'), que exhibe a estrutura semântica DT-DM, como os compostos lexicais.

Aqui estudaremos os tipos de compostos com a preocupação de saber quais são os tipos de compostos produtivos em PB;³ analisaremos em particular compostos como 'abre-latas' e sintagmas como 'abridor de latas', que, embora membros de classes distintas, para Bisetto (1995), partilham fundamentalmente as mesmas propriedades.⁴

Vamos pensar em palavras criadas recentemente para estabelecer intuitivamente o formato dos compostos produtivos do PB. (8) exhibe um pequeno conjunto de itens:

³ A discussão sobre produtividade é longa e difícil, razão pela qual vamos evitá-la aqui. Tomaremos como produtivas as formas provenientes de um molde capaz de gerar novas palavras do mesmo tipo na língua.

⁴ Como nos fez notar Seung-Hwa Lee (c.p.), 'abridor de latas' não é um composto, porque permite a omissão de um dos elementos ('abridor' pode aparecer no lugar do sintagma todo) e também movimento ('de latas isso não é um abridor'), além de permitir modificação adjetival ('abridor amarelo de latas').

(8)	exemplos	classe das bases	classe do produto
	(a) salário-família	N+N	N
	(b) boia-fria, bunda-mole	N+A	N ou A
	(c) tira-manchas, estraga-prazer	V+N	N ou A

A rigor, os compostos produtivos do PB (isto é, os conglomerados de palavras que respeitam as diretrizes mínimas que isolamos como propriedades dos compostos e que formam um molde capaz de gerar novas palavras na língua) podem se dividir em dois grupos: um de compostos nominais dos tipos N+N (como 'sambódromo' ou 'salário-família') ou N+A (como 'eco-xiita' ou 'secretária-eletrônica') e outro de compostos deverbiais do tipo V+N (como 'abre-lata(s)'). Como veremos a seguir, a argumentação apresentada por Bisetto (1995) leva a crer que pelo menos uma subclasse desse último tipo de composto tem parentesco estreito com os sintagmas do tipo N-dor+de+N.

Para dar corpo a essa discussão, vamos retomar o conceito de núcleo da palavra, central em teoria morfológica desde Williams (1981). O núcleo é o constituinte da palavra que define certas características do todo, como a sua classe gramatical ou traços essenciais de sua significação. No caso da derivação, a ideia corrente é tomar como núcleo do derivado o elemento que aparece mais à direita da palavra, '-vel' ou '-ada' em 'lavável' ou 'meninada'. É a esses elementos que se deve a classe da palavra derivada, um adjetivo e um substantivo, respectivamente, ou certas características do seu significado – por exemplo, o fato de a interpretação do adjetivo em '-vel' ser “que pode ser X” (onde X é o que significa o verbo que é base dessa regra) ou o valor “coletivo” que a formação em '-ada' tem. Supostamente, todas as palavras derivadas têm núcleo.

No caso de compostos, contudo, nem sempre é possível encontrar o seu núcleo, porque há os chamados compostos exocêntricos, que não têm nada de composicional: 'bem-te-vi' é o nome de um passarinho, um substantivo portanto, mas é formado por um advérbio, um pronome e um verbo, palavras que não se qualificam como possíveis núcleos nem pelo

critério morfológico (o da classe das palavras), nem pelo critério semântico (não há a ideia de pássaro em nenhuma das palavras do composto).

Por outro lado, os chamados compostos endocêntricos são aqueles que possuem um núcleo, isto é, uma das formas presentes no composto define as características morfológicas e semânticas da palavra como um todo. Esse é o tipo de composto mais interessante para nós porque aqui se encaixam os compostos produtivos vistos acima. Faz sentido, então, perguntarmos se o núcleo está à direita (como nos derivados) nos compostos endocêntricos do PB ou está à esquerda.

Tomemos os compostos produtivos em (8). O primeiro grande grupo é o dos compostos nominais do tipo N+N e N+A. Vamos começar examinando os do tipo N+N:

- (9) a. motobói narcodólar
 b. sofá-cama banana-figo

São dois os critérios usados aqui para identificar o núcleo da palavra: o núcleo é quem determina a classe de palavras à qual pertence o composto e também suas propriedades semânticas salientes. Com respeito à aplicação do primeiro critério, o resultado aqui não é elucidativo, dado que ambos os termos formadores são nomes (por hipótese no caso de bases presas), que é igualmente a categoria do composto.

O critério semântico é mais elucidativo: um motobói é um tipo de bói (isto é, um contínuo), assim como narco-dólar é o dinheiro (o dólar) ganho no tráfico de narcóticos. Portanto, pelo critério semântico, o núcleo desses compostos está à direita. No entanto, compostos como os de (9b) exibem outro padrão: um sofá-cama é um tipo de sofá (que é também cama) e assim aqui o núcleo está à esquerda.

Para decidir a posição do núcleo nos compostos do português, note-se que em (9a) temos compostos com bases presas, algumas das quais provenientes do latim e do grego, que exibem preferência pela ordem DT-DM da língua de origem. Em PB, por outro lado, o que se observa já no sintagma nominal é a ordem DM-DT; assim, não surpreende que com bases presas de origem grega ou latina o núcleo do

composto esteja à direita, mas com bases efetivamente portuguesas o núcleo esteja à esquerda.

Esta preferência é ainda mais clara quando olhamos compostos do tipo N+A:

- (10) a. secretária-eletrônica aviso-prévio
 b. belas-artes pequeno-burguês

Na linha (a) temos sempre o núcleo à esquerda, e aqui podemos contar também com o critério morfológico, pois as palavras de (10a) dão sempre como produto um nome e é à esquerda que está o nome do composto; ele é o responsável não apenas pela semântica do produto, mas também pela categoria e pelo gênero dele (um aviso, um aviso-prévio).

Por outro lado, (10b) exhibe formações que não são as correntes do PB, porque formações com o adjetivo à esquerda são bastante cultas, para dizer o mínimo. E é inegável que, por um lado, quando estamos falando de belas-artes estamos falando de artes; e, por outro, que 'arte' é o nome que responde pela classe do composto assim como pelo gênero feminino que ele tem. Portanto, tanto pelo critério semântico quanto pelo morfológico é possível identificar aqui o núcleo à direita. A estranheza dessas palavras vem do fato de elas terem essa ordem incomum no PB mas normal em latim ou grego, mesmo nesses exemplos que não utilizam bases presas claramente latinas ou gregas.

O outro tipo de composto produtivo no PB e sobre o qual este estudo se debruçará mais longamente é do tipo V+N. A rigor, existem três tipos básicos de compostos V+N: o mais comum é de tipo agentivo ou instrumental, como 'puxa-saco' ou 'tira-mancha(s)'; mas há também compostos V+N eventivos, como 'arranca-rabo', e locativos, como 'porta-joia(s)'. É o primeiro tipo de composto, de interpretação agentiva ou instrumental, que, sob o ponto de vista semântico, se parece muito com sintagmas do tipo N-*dor*+de+N, como 'abridor de lata'. E embora morfológicamente essas formações não se pareçam, um exame detalhado mostra que formalmente eles estão relacionados.

Como nota Bisetto (1995), há propriedades interessantes que unem esses dois tipos de formações: por exemplo, o mesmo tipo de restrição semântica que pesa sobre a formação do sintagma N-*dor*+de+N pesa sobre os compostos de tipo V+N: deverbais em '-*dor*' só são possíveis com verbos que têm um agente ou um instrumento em sua interpretação, como 'puxador' (agente ou instrumento de puxar), daí a impossibilidade de 'preocupador' (experenciador da preocupação ou tema dela). Do mesmo modo, são perfeitos compostos como 'puxa-saco', mas não 'preocupa-mãe', por exemplo.

Há também particularidades morfológicas que ainda não foram completamente compreendidas: aparentemente, não é possível o composto V+N quando a formação agentiva é irregular, seja porque o morfema usado não é '-*dor*' mas '-*tor*' ou '-*sor*', seja porque o verbo tem algum tipo de irregularidade; assim, 'protetor solar' é uma formação possível do português, mas 'protege sol' não, ainda que 'guarda-sol' seja perfeito. Do mesmo modo, 'destruidora de lares' é uma formação perfeita, mas 'destrói-lares' não é.⁵

É esse tipo de semelhança entre compostos do tipo V+N e sintagmas com a forma N-*dor*+de+N que faz Bisetto (1995) hipotetizar que, nos compostos V+N, o que estamos chamando V é na verdade um deverbal, uma forma truncada do nominal agentivo ou instrumental em -*dor* e, assim, esses compostos são na verdade compostos endocêntricos, com núcleo à esquerda como todos os compostos verdadeiros do PB.

É preciso dizer algo sobre os compostos V+N não agentivos ou instrumentais, que em geral não aceitam uma paráfrase com a formação N-*dor*+de+N. Em casos como 'corrimão' ou 'passatempo', é notável o fato de o nome que segue o suposto verbo não ser um complemento seu, mas talvez o seu sujeito, ainda que um sujeito não agentivo. Por outro lado, em compostos V+N agentivos ou instrumentais, o N é sempre o

⁵ De qualquer modo, a restrição vai além e pode ser que se refira a certos morfemas presentes na formação verbal, como -*uir*: 'distribuidor de gás' é uma formação perfeita, mas 'distribui-gás' não é um composto possível, apesar de não haver nenhum tipo de irregularidade no verbo. Em italiano, nota Bisetto, bases verbais incoativas em -*sc-* não admitem participação em compostos do tipo V+N.

objeto direto do verbo, não podendo jamais ser o sujeito ou o objeto indireto, por exemplo. Assim, em 'conta-gota(s)' ou 'toca-disco(s)', o que está em jogo é sempre o argumento direto do verbo. Do mesmo modo, nas formações N-*dor*+de+N, o segundo N é sempre o objeto do verbo sufixado em '-dor' que é o primeiro N do sintagma: 'descascador de batata' é o objeto que serve para descascar batatas ou é alguém que tem como profissão descascar batatas, assim como 'abridor de latas' é um objeto que serve para abrir latas.

A conclusão é que compostos do tipo V+N são endocêntricos, pois seu núcleo, o deverbal, é o responsável pela classe de palavras do produto e também por certas características semânticas proeminentes dele. Assim, seria mais adequado falar em um composto com a forma [N_{deverbal}+N] do que [V+N].

A análise de Bisetto (1995) supõe que o sufixo responsável pela nominalização do verbo nesses compostos desencadeia incorporação seja do próprio verbo seja do seu objeto, o que explica por que o nome que segue o deverbal nunca possui determinantes, ao contrário das expressões idiomáticas, que são verdadeiras estruturas com o verbo e seu objeto e, portanto, nelas são admitidos determinantes (como em 'bater as botas').

Essa análise se estende a outros casos de composição que poderiam ser tratados do mesmo modo. Um desses casos são as formações ternárias do holandês, segundo Booi⁶ (1992 apud BISETTO, 1995, p. 192), como a palavra '*tweepersoonskamer*' (quarto para três pessoas), que não pode ser dividida em dois constituintes que sejam palavras existentes na língua (o que mostra que não se trata de um composto dentro de outro composto). A análise por incorporação supõe que o numeral se incorpora à forma '*kamer*', no que é seguido pelo nome '*persoon*', que também sofre incorporação a '*kamer*', muito como a formação do composto 'conta-gota(s)', por exemplo: o verbo se incorpora ao morfema nominalizador (nulo) e em seguida o objeto também se une a esse complexo.

⁶ Booi, G. (1992). "Compounding in Dutch". *Rivista di Linguistica* 4, p. 37-59.

Essas observações sobre o PB e outras línguas orais nos ajudarão a entender os processos morfológicos presentes na Libras que apreciaremos na próxima seção.

COMPOSIÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS: O CASO DA LIBRAS

A formação de sinais por composição parece ser muito produtiva na Libras, já que, como veremos, é possível em inúmeras circunstâncias a justaposição de dois ou mais sinais para a formação de um novo item lexical na língua. A rigor, a composição parece ser o grande processo de formação de palavras nessa língua.

É preciso, contudo, fazer uma ressalva inicial: os sinais na Libras não apresentam evidência morfológica clara para a distinção de classes gramaticais; por exemplo, os sinais usados para CARRO e para DIRIGIR CARRO não apresentam qualquer diferença, mas ocuparão lugares distintos na sentença segundo seja o nome ou o verbo que está sendo usado. Em geral tem-se o mesmo sinal tanto para verbos como para substantivos – ainda que numa certa medida as classes de palavras possam se distinguir por reduplicação do sinal, como é o caso dos sinais usados para 'telefone' e 'telefonar', segundo a literatura.⁷ Esta ressalva é importante porque, na formação dos compostos, em muitos casos não há como decidir, só com base na morfologia, se um sinal pertence à classe dos verbos, à dos substantivos ou se não pertence a priori a classe nenhuma.

Por essa razão, a decisão pela representação de um modo ou de outro é uma decisão teórica: levando em conta que os compostos nas línguas em geral são unidades nominais do tipo [+N], tomamos a decisão de fazer a notação dos compostos na Libras sempre como

⁷ O estudo da reduplicação ultrapassa os limites deste texto, mas algumas observações são necessárias. Nas línguas do mundo que exibem reduplicação como processo morfológico, encontram-se reduplicação de sílabas, morfemas ou palavras inteiras. Segundo T. Leite (c.p.), o que se observa na Libras é que não se trata de reduplicação total da palavras, já que o sinal TELEFONE exhibe redução clara com respeito ao movimento usado no sinal TELEFONAR. No caso de reduplicação total do sinal, o que se obtém é algo que seria mais bem traduzido como “ele telefona sempre”, isto é, uma espécie de marcação aspectual.

nomes. Além disso, testes com sinalizantes nativos de Libras mostraram que a distribuição de tais combinações de sinais é própria da classe dos nomes, uma vez que podem figurar como sujeito e objeto nas sentenças. Portanto, o resultado da composição é um nome. Contudo, voltaremos a essa questão na seção final do texto, por conta de certos exemplos que poderiam apontar uma conclusão diferente.

COMPOSTOS “APARENTES”

Os nomes na Libras não possuem marcação morfológica de gênero. Quando é necessário esclarecer qual é o sexo do referente por razões discursivas, uma das maneiras de fazê-lo nos substantivos é a combinação dos sinais independentes **HOMEM** ou **MULHER** com o sinal de base, como mostram os exemplos abaixo:⁸

- (11) a. **HOMEM^CRIANÇA** [menino]
- b. **MULHER^CRIANÇA** [menina]

Em (11), ao sinal **CRIANÇA** acrescentou-se em primeira posição o sinal **HOMEM** ou **MULHER**, esclarecendo assim qual é o sexo do referente. Este recurso parece ser muito comum na língua, como se vê nos exemplos em (12) a seguir:

- (12) a. **HOMEM^BEBÊ** / **MULHER^BEBÊ** [bebê – menino ou menina]
- b. **HOMEM^JOVEM** / **MULHER^JOVEM** [rapaz / moça]
- c. **HOMEM^TI@** / **MULHER^TI@** [tio / tia]
- d. **HOMEM^FILH@** / **MULHER^FILH@** [filho / filha]

⁸ Para a transcrição dos dados em Libras, usaremos alguns dos símbolos do sistema de notação comumente adotado pelos pesquisadores de línguas de sinais aqui e em outros países. São eles: a) letras maiúsculas para a representação dos sinais a partir de itens lexicais do português; b) símbolo “^” para representar os sinais compostos; c) datilologia (alfabeto manual) representada pelas letras maiúsculas separadas por hífen; d) símbolo @ no lugar da flexão de gênero, a fim de mostrar a ausência desta marca morfológica em Libras. Cf. <http://www.ines.gov.br/ines_livros/37/37_003.HTM>.

Esses sinais apresentam distribuição de nome na língua, já que podem assumir a função sintática de sujeito e de objeto nas sentenças. Observa-se, no entanto, que não convém chamar a esse processo “flexão de gênero”, já que não se trata verdadeiramente de flexão – ele não apresenta certas propriedades que Câmara Júnior. (1970) atribui à flexão, como ser obrigatória, regular e desencadear concordância. Na verdade, ele se parece mais com o expediente lexical do PB que consiste na aposição das palavras 'macho' e 'fêmea', usado exatamente quando queremos esclarecer o sexo de um referente no caso de o nome não admitir flexão de gênero, como em 'cobra macho' ou 'jacaré fêmea'.

Por outro lado, tampouco é possível tomar esse tipo de combinação entre sinais como verdadeira composição – e essa é a razão pela qual lhe chamamos composto “aparente”, uma vez que, embora a ordem mais comum seja [HOMEM + N] ou [MULHER + N], a ordenação entre os sinais pode variar, como mostra (13) abaixo:

- (13) a. BEBÊ^HOMEM / BEBÊ^MULHER [bebê – menino ou menina]
b. IRM@^HOMEM / IRM@^MULHER [irmão / irmã]
c. TI@^HOMEM / TI@^MULHER [tio / tia]
d. FILH@^HOMEM / FILH@^MULHER [filho / filha]

O fato de a ordem ser variável depõe contra a hipótese da composição, onde a ordem dos elementos componentes é invariável. Além disso, a aposição dos sinais HOMEM ou MULHER na Libras em geral não é obrigatória, pois é possível usar sinais como CRIANÇA, BEBÊ, JOVEM, IRM@ sozinhos na língua, sem qualquer referência ao sexo do referente. Assim, essas formações não parecem constituir um composto de fato, já que a aposição não é obrigatória e apresenta ordem variável.

Por outro lado, nos sinais correspondentes a pai e mãe na Libras, tem-se uma situação diferente,⁹ pois nesses casos observamos seja a

⁹ É preciso dizer que há alguma variação (dialeto?) aqui: para alguns falantes, houve uma modificação no par *pai x mãe*: no caso de pai, prevaleceu o sinal que se lexicalizou a partir de uma soletração manual (P-A-I), ao passo que, no caso da mãe, permaneceu apenas a segunda parte do composto, isto é, o sinal referente à “benção”. Há que se notar que este processo de

obrigatoriedade da presença do sinal HOMEM/MULHER para sua formação, seja a ordem fixa, característica dos compostos nas línguas naturais. Os exemplos em (14) ilustram essas propriedades:

- (14) a. HOMEM ^BENÇÃO [papai]
- b. MULHER^BENÇÃO [mamãe]
- c. *BENÇÃO^HOMEM [papai]
- d. *BENÇÃO^MULHER [mamãe]

Deve-se observar que, no caso específico desses dois sinais, BENÇÃO apresenta a característica de não poder ser usado como um item lexical independente (mas cf. nota 9). Há que se observar também que ele aparece somente nesses dois sinais, o que nos faz pensar em algum tipo de lexicalização, não em um processo morfológico produtivo.

Um caso similar mas aparentemente mais produtivo é o que, na falta de um nome mais preciso, chamaremos um expediente de “quantificação genérica” em Libras, exemplificado em (15) abaixo:

- (15) a. MAÇÃ^DIVERSO [frutas]
- b. LEÃO^DIVERSO [animais]
- c. ROUPA^DIVERSO [vestuário]

O processo de “composição” aqui é simples: usa-se o sinal de um elemento prototípico do grupo que se deseja classificar (para frutas, por exemplo, o sinal relativo a maçã) e acrescenta-se a ele um morfema (preso?) que parece ser parte do sinal COISA (ou COISAS^DIVERSAS). A hipótese de que se trata de parte do sinal COISA vem do fato de que esse sinal é realizado com as duas mãos e com movimento duplo. No caso dos exemplos de quantificação genérica acima, apenas uma mão é usada, com a mesma configuração de mão do sinal COISA e com

lexicalizar parte do composto com o valor do composto todo também ocorre no PB com o que a GT chama de “pseudoprefixos”; por exemplo, o radical grego *auto-* (que age por si só, como *automóvel*) passou a existir independentemente com o significado do composto, de tal modo que está agora disponível para entrar em novos compostos, como *autoelétrico*.

movimento simples, não o movimento duplo original, compartilhando com o sinal completo os mesmos traços semânticos.¹⁰

Nesse caso de “quantificação genérica”, a ordem dos sinais também é sempre fixa e é essa mesma ordem pós-nominal do “quantificador” que se observa em geral nas estruturas de quantificação com numerais ordinais em Libras, como se vê em (16):

- (16) a. M-A-R-I-A IDADE 3 (Maria tem 3 anos)
- b. EU TER CACHORR@ 4 (eu tenho 4 cachorros)

No entanto, também no caso da “quantificação genérica” não é claro que estejamos falando efetivamente de composição, porque não há a justaposição de dois sinais independentes mas a formação de um novo item lexical parece se dar a partir de um sinal independente e de um morfema preso (contudo cf. nota 10). Aqui se recoloca o problema que levantamos no começo da discussão sobre composição: com formas do tipo quantificacional, como bi- em PB, temos dúvidas sobre o estatuto lexical dessa forma na língua, ainda mais quando são formas presas, que não exibem propriedades claras da classe à qual pertencem, por hipótese, à classe dos nomes na língua.¹¹

É possível também que estejamos diante de uma espécie de composição por aglutinação na língua, dado o que se sabe sobre a existência de processos fonológicos atuantes em compostos nas línguas

¹⁰ Segundo T. Leite (c.p.), o sinal COISAS^DIVERSAS, normalmente formado por duas mãos ativas e simétricas, também pode ser realizado com uma única mão; quando o falante está fazendo uma lista e usando a mão passiva como apoio para a listagem, é comum sinalizar COISAS^DIVERSAS ao final da listagem com uma mão apenas. É fato que existe alguma variação na realização desses sinais, porque o nosso informante realiza o sinal apenas com a mão dominante, mas sinalizantes de outras regiões usam as duas mãos. Esse, porém, não é um fato tão surpreendente dado o que se sabe sobre processos fonológicos de redução na forma dos sinais compostos, como revela a literatura sobre composição nas línguas de sinais. Cf. Liddell (1984) para a língua de sinais americana e Quadros e Karnopp (2004) para a Libras.

¹¹ Ainda segundo T. Leite (c.p.), existem contextos em que o sinal COISAS^DIVERSAS tem sentido propriamente lexical, traduzível como “várias coisas”, como no diálogo abaixo:

A: – FACULDADE, VOCÊ ESTUDAR O^QUE?

B: – COISAS^DIVERSAS, UM MORFOLOGIA, DOIS FONOLOGIA, ...

de sinais em geral. Ainda que reconheçamos a urgência e a pertinência de um tal estudo,¹² não nos ocuparemos da descrição dos processos fonológicos que ocorrem nos compostos da Libras. Assim, diremos apenas que essas formas ainda esperam estudo específico para termos uma análise mais consistente.

COMPOSTOS “VERDADEIROS”

A formação [HOMEM + N] / [MULHER + N] pode ser usada também para cunhar sinais compostos que designam profissões, como mostram os exemplos abaixo:

- (17) a. MULHER^COSTURA [costureira]
- b. HOMEM^FEIRA [feirante]
- c. HOMEM^MANGUEIRA [bombeiro]
- d. HOMEM^DIGITAÇÃO [caixa de banco, de lotérica, etc.]

Embora haja semelhança na forma desses compostos com o que chamamos aqui de compostos “aparentes”, no de expressão de profissões é bastante provável que estejamos falando efetivamente de composição, porque a ordem é fixa como apresentada em (17) e o sinal HOMEM (ou MULHER) é obrigatório em geral; apenas em certos contextos gramaticais em que o referente já se encontra expresso na sentença (na forma de um pronome ou um DP lexical em posição sujeito), opta-se por outro modo de veicular esse tipo de significado, que não põe em jogo a composição:

- (18) a. EL@ TRABALHAR VIGIAR
 [Ele trabalha como vigia]

¹² O estudo inaugural sobre os processos fonológicos envolvidos na formação de palavras na língua de sinais americana é de Edward Klima e Ursula Bellugi, em seu texto clássico de 1979, intitulado *The signs of language*, onde se discutem a redução dos componentes e a distribuição de acento na formação final. Um estudo semelhante para a formação de compostos na Libras ainda está por ser feito.

b. J-O-Ã-O TRABALHAR CONSTRUIR
[João trabalha na construção civil]

Outra área bastante produtiva em que a justaposição de sinais cunha novos itens lexicais é a formação de sinais que designam lugares/ locais, gerados a partir da matriz lexical [CASA + N]. Neles se observa a ordem fixa e a obrigatoriedade dos dois sinais, que nesse caso também existem como formas independentes na língua:

- (19) a. CASA^ESTUDO [escola]
- b. CASA^CRUZ [igreja]
- c. CASA^ANTIG@ [museu]

Por conta da incerteza sobre a classe gramatical dos sinais na Libras, não podemos lançar mão do critério morfológico para estabelecer qual é o núcleo do composto; é a interpretação que nos guia para determinar o núcleo dos compostos em (19). Como todos eles se referem a um lugar/local, pelo critério semântico, o núcleo desse tipo de compostos está à esquerda e a ordem observada nos compostos espelha a ordem que se observa no sintagma nominal, que parece ser DM-DT, como mostra (20):

- (20) a. MENIN@ INTELIGENTE
- b. *INTELIGENTE MENIN@

Note que também é possível formar compostos para lugares/ locais com outras combinações de sinais sem lançar mão da forma básica [CASA + N], como mostra (21), que também apresenta ordem fixa e obrigatoriedade de ambos os sinais:¹³

- (21) a. MORTE^CRUZ [cemitério]
- b. CONserto^CARRO [oficina mecânica]

¹³ Aparentemente aqui também se observa variação dialetal, pois nem todos os sinalizantes consultados conhecem esses sinais.

Essa, no entanto, não parece ser uma matriz produtiva como a discutida anteriormente, o que só poderá ser confirmado num outro estudo sobre o tema.¹⁴

COMPOSTOS “FRASAIS”

Nem todos os sinais formados pela junção de dois ou mais sinais é um composto, de resto como se dá em PB ou em qualquer língua natural. Existe na Libras outro tipo de formação que não tem as propriedades que isolamos nos compostos – obrigatoriedade dos sinais componentes e ordem fixa – mas são de qualquer modo sinais formados por mais de dois sinais. Os exemplos estão em (22) abaixo:

- (22) a. $\text{HOMEM}^{\wedge}\text{CONCERTO}^{\wedge}\text{ELETRICIDADE}$ [eletricista]
b. $\text{HOMEM}^{\wedge}\text{ELETRICIDADE}^{\wedge}\text{CONCERTO}$ [eletricista]

Além da ordem variável, nesse tipo de combinação entre sinais pode haver omissão do sinal que carrega a informação sobre o sexo do referente, como mostra (23), o que nos faz crer que seria mais adequado chamarmos a esses agrupamentos de sinais de locuções, dadas essas propriedades que acabamos de notar.

- (23) $\text{ELETRICIDADE}^{\wedge}\text{CONCERTO}$ [eletricista]

Mas há um grupo de palavras formadas pela combinação de mais de dois sinais na Libras que utiliza a forma [CASA + N + N] para expressar lugares/locais e que, esses sim, podem ser chamados

¹⁴ Tem-se aventado na literatura que palavras formadas por adunção do sinal RETÂNGULO a sinais do tipo CONSTRUÇÃO, por exemplo, resultando na interpretação “tijolo”, são também casos de composição. Essa é a posição defendida em Schmitt (2002). No entanto, como sugere T. Leite (c.p.), é provável que esses sinais possam ser tratados como “classificadores”, isto é, morfemas que especificam, por exemplo, a forma ou textura de um dado referente e que estão presentes em várias línguas do mundo. Por entender que essa área é particularmente nebulosa, preferimos não considerar esses exemplos aqui.

de compostos, porque, neste caso, a ordenação dos sinais é fixa e há a obrigatoriedade de todos os sinais, como mostra (24) abaixo:¹⁵

- (24) a. CASA^VENDA^PAPEL [papeleria]
- b. CASA^CRIANÇA^ADOTA [orfanato]
- c. CASA^GRUPO^PRESO [presídio]
- d. CASA^DORME^PRESO [orfanato]

Aparentemente, aqui estamos diante de um tipo de composto bastante especial, porque coloca em jogo mais de dois sinais e tem estrutura fixa e obrigatória. O curioso é que ele produtivamente apresenta uma estrutura de tipo frasal: em (24a), por exemplo, é o argumento interno do suposto nome deverbal VENDA que aparece dentro do composto que, como um todo, no entanto, tem a interpretação locativa – lugar em que se vende papel, muito similar a guarda-roupa, que é o lugar em que se guarda a roupa.

Que se trata efetivamente de um composto é comprovado pela impossibilidade de qualquer manipulação sintática, como atesta a agramaticalidade de (25):

- (25) a. * PAPEL^CASA^VENDA
- b. * CASA BONITA^VENDA^PAPEL
- c. * CASA^CRIANÇA BONITA^ADOTA

Dada a impossibilidade desses exemplos, do mesmo modo que é impossível *[amigo] antigo [de família], com a interpretação de composto que temos em *antigo* [*amigo de família*] ou [*amigo de família*] *antigo*, temos segurança para afirmar que se trata de um composto, caso em que devemos atribuir alguma análise para ele.

¹⁵ Uma breve observação sobre a metodologia de coleta de dados deve ser feita aqui: pedimos aos informantes que: (i) listassem itens lexicais que lhes parecessem compostos em Libras; (ii) traduzissem do português escrito para Libras uma lista de itens (açougue, papeleria etc.); e (iii) julgassem frases em que tais itens fossem usados em diferentes posições sintáticas e em diferentes contextos pragmáticos.

CONCLUSÕES DESTA ETAPA DA PESQUISA E DIREÇÕES DE PESQUISA FUTURA

Embora seja cedo para conclusões definitivas, parece clara a proximidade entre o último tipo de compostos examinados em Libras, exemplificado em (24), e aqueles do PB que colocam em jogo estruturas V+N, como 'conta-gota(s)', que podem ser analisados como nomes deverbais seguidos do argumento interno do verbo.

A semelhança aparece em primeiro lugar na semântica, porque esses compostos da Libras têm interpretação locativa, como os compostos do tipo 'guarda-roupa', que pode ser descrito como “lugar para guardar roupas”. Em segundo lugar, é possível falar de uma semelhança estrutural, no sentido de atribuir a essas construções na Libras a mesma análise que Bisetto (1995) atribui aos casos do composto V+N em italiano e que nós atribuímos ao português. A extensão da análise sugerida por Bisetto aos casos dos compostos ternários do holandês é natural a esse caso da Libras, já que não é possível isolar, dentro dos compostos com a forma de (24), um outro composto interno a eles.

Evidentemente, esta é apenas uma sugestão de análise. Como mencionado várias vezes neste estudo, é necessário um estudo aprofundado desses fenômenos.

Finalmente, cabe falar de um caso surpreendente das línguas de sinais em geral e da Libras em particular, que é a aparente criação de verbos por meio da composição:

- (26) a. SABER^ESTUDAR (acreditar)
- b. ESCREVER^COMPRAR (receitar)
- c. SABER^NADA (não-entender)¹⁶

O conjunto de exemplos é restrito e isso indica talvez que estejamos diante de algum tipo de processo de lexicalização. De qualquer modo, é pertinente perguntarmos: se o processo de composição nas

¹⁶ Agradecemos a T. Leite (c.p.) por mais este exemplo.

línguas humanas só fornece categorias [+N], que processo de formação de palavras é esse?

Várias hipóteses compatíveis com o que sabemos sobre a morfologia das línguas humanas podem ser aventadas: é possível que se trate de uma espécie de locução verbal, na qual talvez o primeiro elemento funcione como um auxiliar ou como um verbo leve.¹⁷ É possível também que essa não seja uma instância de composição, mas de algum outro processo morfológico, como mesclagem, que a literatura em língua de sinais chama de portmanteau. Essa é hipótese de Liddell (1984) para “believe” (THINK+MARRY) e “good night” (GOOD+NIGHT) na língua americana de sinais.

Mas isso é matéria para um próximo estudo.

¹⁷ Agradecemos a C. Mioto (c.p.) e a S. Sell (c.p.) por essas sugestões de análise.

INTERROGATIVAS WH NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

CARLOS MIOTO (UFSC/CNPq)

INTRODUÇÃO

Este capítulo vai comparar as sentenças interrogativas Wh do PE e do PB. Comparar as interrogativas Wh é importante para os propósitos deste livro porque esse domínio mostra um distanciamento considerável entre as duas modalidades de português. Considerando que elas derivaram de uma mesma modalidade de português, serão formuladas algumas hipóteses sobre o que orientou as mudanças. Para tanto, será proposta uma análise que leva em conta os traços não interpretáveis que postulamos pertencerem à categoria C para cujo Spec são movidas as expressões Wh. Os fenômenos principais que serão destacados na comparação são: o movimento do verbo para C e a possibilidade de Comp duplamente preenchido.

O capítulo é organizado como segue. Na seção 1, apresentamos alguns estudos diacrônicos que revelam o caráter V2 do português antigo, caráter que é residualmente preservado no português clássico. Na seção 2, apresentamos uma descrição dos fenômenos observados no PE e no BP atuais e, muito rapidamente, os ingredientes que estão em jogo nas análises desenvolvidas para eles. Na seção 3, apresentamos algumas análises para as interrogativas Wh no português. Na seção 4, desenvolvemos nossa análise baseada em um sistema de traços, análise que vai servir de base para a comparação entre as duas modalidades de português.

ESTUDOS DIACRÔNICOS

Ribeiro (1995) afirma que o português medieval era uma língua V2, a exemplo de outras línguas europeias medievais, como o inglês (LIGHTFOOT, 1991) e o francês (ADAMS, 1987). Os exemplos colhidos pela autora mostram que o sujeito aparece logo depois do verbo quando um outro constituinte se situa antes:

- (1) a. Daqueste mirage diz San Gregorio que...
- b. E todo contrário faz a Escritura

Seus dados mostram que a ordem verbo-sujeito (VS) era possível mesmo em sentenças encaixadas, como a grifada de (2):

- (2) e que melhor sabia ell quem ella era

Estudando cartas dos séculos XVI e XVII, Torres Morais (1995) encontra um número significativo de VS em sentenças declarativas, tais como (3):

- (3) a. Cada dia vão os Padres visitar os enfermos.
- b. E tinham eles determinado em Conselho...
- c. Ficaram eles e elas espantados.

O padrão VS com um constituinte antes do verbo torna-se mais raro no século XVIII e desaparece inteiramente no século XX.

Estudando o português clássico (séculos XVI, XVII e XVIII), Lopes-Rossi (1993) aponta que as interrogativas Wh matrizes apresentam a ordem VS:

- (4) Que tem Deus de ver comigo? (Séc. XVII)

Em suma, os trabalhos das três autoras dão o direcionamento das mudanças que o português vem apresentando: a perda do caráter V2 medieval. Nas sentenças declarativas, a perda se faz sentir já no Português

lássico, que se supõe comum para as duas modalidades; nesse mesmo período, as sentenças interrogativas Wh matrizes mantêm a ordem VS característica de línguas V2. A partir desse quadro, um estudo das interrogativas Wh serve para mostrar que a mudança manteve o rumo e deve fornecer um bom diagnóstico da intensidade que as mudanças tomaram no PE e PB atuais.

AS INTERROGATIVAS WH DO PE E DO PB ATUAIS E AS ANÁLISES

WH DESLOCADO

OS FENÔMENOS

Nas duas modalidades de português, a expressão Wh pode aparecer deslocada na periferia esquerda da sentença, como mostram os exemplos em (5):

- | | | |
|---|-----|-----|
| (5) a. Onde é que você estava em 82, Artur Jorge? | PE | PB |
| b. O que que ele faz? | *PE | PB |
| c. Como reagiu Adriano Pinto? | PE | *PB |
| d. Com quem o senhor prefere disputar? | *PE | PB |

A quantidade de asterisco em (5) mostra que o PE é mais restritivo que o PB nas estratégias para formar interrogativas Wh matrizes: só são gramaticais nessa modalidade as sentenças em que se observa a adjacência entre a expressão Wh e um verbo finito, como (5a) e (5c). A estratégia que insere uma cópula flexionada, produzindo uma interrogativa clivada como (5a), é comum às duas modalidades; a estratégia que insere o complementizador *que* logo após a expressão Wh, produzindo uma construção de Comp duplamente preenchido como (5b), e a que deixa o sujeito interferir entre a expressão Wh e o verbo finito (5d) são exclusivas do PB; a estratégia que impede a interferência

do sujeito entre a expressão Wh e o verbo finito, fazendo resultar a ordem VS, é exclusiva do PE.

Numa primeira abordagem, é possível fazer a generalização em (6), que se presta a realçar o que distancia e o que aproxima descritivamente as duas modalidades de português quando se trata de interrogativas com Wh deslocado:¹

- (6) Apenas as interrogativas matrizes do PB com Wh deslocado **não exigem** que a expressão Wh e o verbo finito estejam adjacentes.

As sentenças de (5) podem ser encaixadas, sem qualquer alteração da ordem, como complemento de um verbo como *perguntar*, mas não de um verbo como *achar*, como mostram (7) e (8):

- (7) O João perguntou

a. onde é que você estava em 82.	PE	PB
b. o que que ele faz.	*PE	PB
c. como reagiu (o) Adriano Pinto.	PE	PB
c'. como que reagiu (o) Adriano Pinto.	*PE	PB
d. com quem o senhor prefere disputar.	PE	PB

- (8) O João acha

- a. *onde é que você estava em 82.
- b. *o que que ele faz.
- c. *como reagiu Adriano Pinto.
- d. *com quem o senhor prefere disputar.

Essa assimetria pode ser atribuída às propriedades seletivas dos verbos matrizes: enquanto *perguntar* seleciona uma sentença

¹ Um exemplo encontrado nos *corpora* pesquisados enfraquece a generalização em (6):

(i) Quem disso tem medo?

Em (i) a adjacência é quebrada por um constituinte que não é o sujeito. Essa quebra de adjacência também é apontada por Ambar (2002) em sentenças que têm intercalação e com ordem SV, como:

(ii) Onde, na tua opinião, o João terá ido?

interrogativa, *achar* seleciona uma declarativa. Se a expressão Wh se encontra na periferia esquerda da sentença encaixada, ela define essa sentença como interrogativa, donde a incompatibilidade com um verbo como *achar*. Uma expressão Wh na periferia esquerda da sentença encaixada tem como escopo apenas a sentença encaixada.²

O encaixe de uma sentença interrogativa traz, por um lado, um fato novo para o PE, fazendo com que, nesse particular, ele se iguale ao PB: é gramatical uma sentença como (7d), com uma expressão Wh leve na periferia esquerda e a ordem SV, ordem que não seria tolerada se a sentença fosse matriz. Por outro lado, traz um fato novo para o PB, fazendo com que ele se iguale ao PE: é gramatical uma sentença como (7c) (e (7c')) com ordem VS, ordem muito mais difícil de acontecer se a sentença for matriz. De certa forma, os contextos encaixados relaxam a generalização em (6), permitindo VS no PB e SV no PE.

Em resumo, os fenômenos observados nas duas modalidades atuais de português são:

(9) Fenômenos com Wh deslocado

Modalidades Fenômenos	PE		PB	
	matriz	encaix.	matriz	encaix.
1 Interrogativas clivadas	tem	tem	tem	tem
2 Proibição de o sujeito interferir entre o verbo finito e a expressão Wh	tem	não	não	não
3 Comp duplamente preenchido	não	não	tem	tem

² Que o escopo da expressão Wh se circunscreve à sentença encaixada é marcado graficamente pela presença do ponto final; se o sinal gráfico fosse ponto de interrogação, teríamos uma interrogativa sim/não.

ANÁLISES PRÉVIAS

A vasta literatura dedicada às interrogativas com Wh deslocado se concentra principalmente em uma questão importante para a comparação entre o PE e o PB: como explicar que em algumas línguas o sujeito pode interferir entre a expressão Wh e o verbo finito (ou o complexo verbal) e em outras não? As explicações elaboradas têm um ingrediente comum que é procurar estabelecer para onde se movem a expressão Wh e o verbo. A categoria visada como alvo para o movimento é o CP ou o IP.

Barbosa (2001) afirma que o fenômeno (9.2), observado no PE, é uma decorrência de a expressão Wh estar em Spec de IP e de o verbo finito estar em I. Isso explica naturalmente a adjacência apontada já que no espaço em foco não existe posição para hospedar o sujeito. Para o PB, a diferença em (9.2) deve ser atribuída ao fato de a expressão Wh estar em Spec CP. No fim das contas, a diferença pode ser atribuída às propriedades do Spec IP: no PE (e nas línguas de sujeito nulo) é uma posição A' e no PB é uma posição A, já que hospeda o sujeito. Para uma língua V2 (que não admite sujeito nulo), deve ser admitido que a expressão Wh está em Spec de CP, o verbo finito em C e o sujeito no Spec de IP.

Em contrapartida, várias outras análises supõem que a expressão Wh se encontra em Spec de CP. Para elas, a diferença apontada em (9.2) vai ser creditada à posição em que se encontra o verbo finito: ou está em C ou em I.

A razão que motiva o movimento do verbo finito para C é diferente de acordo com a análise. Para Ambar (1992), o verbo está em C para identificar as expressões Wh que não são do tipo Wh+NP; para Ambar (2002) e Kato e Mioto (2005), existe um traço em C que atrai o verbo finito. Já Duarte (2000) e Mioto e Kato (2006) assumem que é o Critério Wh que força o movimento do verbo finito para C. O resultado comum dessas análises é que as interrogativas com Wh deslocado permitem encarar o PE como uma língua que exhibe V2 residual. Na comparação com o PB, diríamos que o PB não tem V2 nem residualmente, isto é, não tem movimento do verbo finito para C (ver Mioto (1994), Lopes Rossi (1996), Kato e Mioto (2005)).

As análises que supõem que o verbo finito está em I têm o ônus adicional de explicar por que o sujeito não pode interferir entre a expressão Wh e o verbo finito. Para Kato e Raposo (1996), a razão é que o PE é uma língua de sujeito nulo e por isso não projeta a posição Spec de IP. O sujeito tem que aparecer deslocado à esquerda ou em posição pós-verbal. No PB, por outro lado, pode haver interferência do sujeito porque não se trata de uma língua de sujeito nulo. A consequência dessa análise é que a ordem VS do PE não vai ser do tipo V2.

Sem tratar diretamente do português, Uriagereka (1999) afirma que, se uma língua tem o verbo em I e o sujeito em Spec de IP, como o italiano e o espanhol, a expressão Wh fica impedida de ir para Spec CP. A razão disso é que o sujeito fecha o IP como um ciclo impedindo operações sintáticas, como o movimento da expressão Wh: o sujeito funciona como uma barreira que não permite que CP seja L(exicalmente)-relacionado com o IP. A barreira é desfeita se o verbo finito se move para C, operação que torna o CP L-relacionado com o IP. Aplicada ao PE, essa análise vai prever que se trata de uma língua com movimento de V para C, com V2 residual. O que dá suporte a essa predição é a gramaticalidade de sentenças V2 como (10):

- (10) a. O que vai a IBM fazer?
b. Como pode o utente pagar se os serviços não podem receber?

O sujeito *a IBM* entre *vai* e *fazer* impediria que a expressão Wh saísse de dentro do IP se *vai* não fosse movido para C. Quanto ao PB, ele põe um problema para essa análise em vista de não se verificar (9.2) e de o verbo estar em I. Para contornar o problema, sugere-se que, em vista (9.3), o complementizador torna o CP L-relacionado no PB permitindo a extração da expressão interrogativa.

WH *IN SITU*

OS FENÔMENOS

Além de aparecer deslocada, a expressão Wh também pode permanecer *in situ* nas duas modalidades de português, como exemplificam as sentenças em (11):

- (11) a. Os jovens terão o seu bacharelado para quê? PE
b. Você saiu de lá como? PB

Entretanto, como aponta Ambar (2002), não é seguro que o estatuto de (11a) seja o de uma interrogativa verdadeira no PE. Em (11), observamos que nada parece acontecer na periferia esquerda. Se essa região contém explicitamente o verbo finito ou o complementizador *que*, o que vamos ter é a agramaticalidade em (12):

- (12) a. *Terão os jovens o seu bacharelato para quê?
b. *Que você saiu de lá como?

Além disso, a expressão Wh não pode se manter *in situ* em nenhuma das duas modalidades de português se temos uma interrogativa clivada, como mostra (13):

- (13) *É que você estava em 82 onde?

Quando consideramos as interrogativas encaixadas e a possibilidade de Wh *in situ*, vemos que sentenças como as de (11) podem ser encaixadas como complemento de um verbo como *achar*³ mas não como *perguntar*:

³ Todos os colegas portugueses consultados afirmam que Wh *in situ* impõe interpretações especiais à sentença e que (14), embora contenha sentenças aceitáveis, é pior que (11).

- (14) O João acha que
a. os jovens terão o seu bacharelato para quê? ?PE PB
b. você saiu de lá como? ?PE PB
- (15) O João perguntou que
a. *os jovens terão o seu bacharelato para quê./?
b. *você saiu de lá como./?

As sentenças de (14) são gramaticais, mas elas só podem ser interrogativas, isto é, a expressão Wh tem escopo sobre toda a sentença, podendo *mutatis mutandis* figurar na periferia esquerda da sentença matriz. As sentenças de (15) são agramaticais independentemente da pontuação/pronúncia/escopo da expressão Wh. Tanto em (14) como em (15), a sentença encaixada é marcada como declarativa, o que a faz compatível com um verbo como *achar*. Nesta situação, os contextos encaixados igualam o PE e o PB: não é permitido encaixar sentenças com a expressão Wh *in situ*, se o escopo da expressão se limita à sentença encaixada. Descritivamente pode-se afirmar para as duas modalidades de português que:

- (16) Wh *in situ* não é permitido:
(i) em interrogativas encaixadas;
(ii) em interrogativas clivadas;
(iii) em matrizes com periferia esquerda ativada pelo complementizador *que* ou pelo verbo finito.

Abrimos parênteses para discutir brevemente as encaixadas (a discussão é a partir de minha intuição de falante de PB e creio que ela não se estende diretamente ao PE por causa das restrições sobre Wh *in situ*). Consideremos (17), em que as encaixadas contêm Wh *in situ*:

- (17) a. O João perguntou quando a Maria vai ler que livro.
b. O João perguntou quando a Maria vai ler que livro?
c. O João perguntou se a Maria leu que livro?

Observe que (17a) é uma declarativa que contém uma interrogativa múltipla encaixada de tal forma que sua interpretação é: a pergunta de João foi [*quando a Maria leu que livro?*].

Por sua vez, (17b) é ambígua entre ser uma interrogativa sim/não ou uma interrogativa Wh. No primeiro caso, (17b) seria pronunciada com o *pitch* acentual na sílaba /li/ do consituente *que livro*. A resposta afirmativa seria: – Perguntou. Desta forma, a interrogativa encaixada seria uma interrogativa múltipla. No segundo caso, o *pitch* recai sobre o determinante interrogativo *que* (antecedido de uma pequena pausa) e a resposta poderia ser: – D. Casmurro. Agora, a encaixada é uma interrogativa simples com *quando* na sua periferia esquerda. A sentença matriz é uma interrogativa Wh com *que livro* tendo escopo sobre toda a sentença (17b). Tanto isso é verdade que *que livro* pode ser extraído da ilha interrogativa e aparecer no CP matriz:

(18) Que livro o João perguntou quando a Maria leu?

Por fim, (17c) é também uma pergunta ambígua. No primeiro sentido, busca identificar o livro que a Maria leu. Neste caso, o *pitch* recairia sobre o determinante interrogativo, como acontece na segunda interpretação de (17b), e a resposta poderia ser: – D. Casmurro. A expressão Wh tem escopo sobre toda a sentença, tanto que poderia ser extraída da ilha interrogativa e aparecer na periferia esquerda da sentença matriz:

(19) Que livro o João perguntou se a Maria leu?

As sentenças (17c) e (19) contêm uma pergunta sim/não encaixada, encabeçada pelo complementizador *se*. O escopo da expressão Wh *que livro* tem que ser diferente do da pergunta sim/não. No segundo sentido, o complementizador *se* deve poder se prestar a encaixar uma interrogativa que não seja sim/não. Isto é, a sentença (17c) pode ser pronunciada com o *pitch* na sílaba /li/ do constituinte *que livro*, como na primeira interpretação (pergunta múltipla encaixada) de (17b). Assim,

(17c) pode ter como resposta: – Perguntou. Neste caso, (17c) deve ser sinônima de (20):

(20) João perguntou que livro a Maria leu?

Se existem essas duas possibilidades, temos de admitir que *se*, no PB pelo menos, é ambíguo entre ser um operador de pergunta sim/não (talvez como o *whether* do inglês) e um mero complementizador que licencia numa encaixada interrogativa uma expressão *Wh in situ*, com escopo restrito à encaixada. Essa segunda possibilidade contraria a generalização em (16(i)) e teríamos que lhe apor uma condição como: ao *Wh in situ* não é permitido ter escopo apenas sobre a encaixada, a não ser quando é licenciado pelo complementizador *se*. Este se assemelharia ao item que licencia *Wh in situ* em chinês ou japonês.

ANÁLISES PRÉVIAS

As análises que tratam de *Wh in situ* podem ser enquadradas em dois grupos. As do primeiro grupo tomam por base a existência de um operador em CP, que pode ser nulo (como seria o caso do português) ou lexical (como no chinês ou no japonês). Este operador traça o escopo da pergunta ligando a expressão *Wh in situ*. A vantagem saliente dessas análises para línguas que apresentam *Wh in situ* e deslocado é que elas são capazes de evitar o movimento opcional da expressão *Wh*. Quando o operador é ativado, a expressão *Wh* permanece *in situ*; quando não, ela deve ser deslocada.

O outro grupo de análises toma como problema central explicar como a expressão *Wh* toma escopo sobre a sentença se ela permanece *in situ*. Duas soluções se apresentam: uma afirma que a expressão sempre se move visivelmente, e a outra que o movimento é invisível. A solução mais tradicional para este problema é postular que existe movimento para CP em LF (ver Huang (1982)). Algumas dessas análises procuram justificar por que este movimento não ocorre na sintaxe. Apoiado no Critério *Wh*, que põe em relação Spec-núcleo um operador e um núcleo

marcados pelo traço Wh, Rizzi (1996) afirma que uma expressão Wh pode permanecer *in situ* se não existe núcleo Wh (I ou C) para entrar na relação Spec-núcleo. *In situ*, a expressão Wh não se qualifica como operador e assim o Critério Wh não é violado. Chomsky (1995) afirma que a expressão Wh toma escopo mesmo estando *in situ* porque são apenas os traços Wh que são atraídos para CP sem que material lexical seja arrastado junto. Boscovic (2002) postula que existe a inserção de C apenas em LF quando a checagem de traços se verifica. Para outras análises, a expressão Wh sempre é movida para CP (ver Ambar (2002)). Se no fim da derivação ela parece estar *in situ*, é porque o IP, do qual a expressão Wh foi extraída, é movido por cima dela. Em linhas gerais, esses são os ingredientes das análises para Wh *in situ*.

UMA ANÁLISE EM TERMOS DE TRAÇOS

A análise que vamos formular se baseia em Pesetsky e Torrego (2001) e se beneficia dos trabalhos rapidamente apresentados. Ela supõe, de acordo com Chomsky (1995) e trabalhos posteriores, que os núcleos são munidos de traços que são de dois tipos: os que são interpretáveis (F) e os que não são (*u*F). Estes últimos não trazem nenhuma contribuição semântica para a sentença e por isso devem desaparecer até a LF. Um traço *u*F desaparece quando um núcleo com o traço F compatível é atraído e copiado nas vizinhanças do núcleo marcado por *u*F. Assim, são os traços *u*F que provocam o movimento de constituintes. Para nossa análise, o que vai contar são os traços (*u*)F postulados para C. O traço que o C do PE e do PB tem em comum é *u*Wh, traço que é interpretável na expressão Wh; o que os distingue é *u*T, traço que só o C matriz do PE contém.

MATRIZES

WH DESLOCADO

Para derivar sentenças com Wh deslocado, supomos que o que motiva o deslocamento é o traço uWh de C. Assim, a derivação de (5d) é (5d'):

- (5) d. Com quem o senhor prefere disputar? *PE PB
d'. [_{CP} Com quem Wh [_C $\#Wh$] [_{IP} o senhor prefere disputar t_{com quem}]]

No estágio em que o IP é combinado com C, este atrai *com quem*, que é copiado no Spec CP e apaga o traço uWh de C.

A derivação de (5c) é (5c'):

- (5) c. Como reagiu Adriano Pinto? PE *PB
c'. [_{CP} Como Wh [_C $\#Wh$] reagiu T $\#F$] [_{IP} Adriano Pinto t_{reagiu} t_{como}]]

(5c') ilustra que, além da cópia da expressão Wh em Spec de CP, ocorre a cópia do verbo finito em C, mediante a qual se apaga o traço uT de C: a complementaridade nos juízos de gramaticalidade entre (5c) e (5d) é atribuída ao traço uT que só o C do PE tem.

Como consequência da cópia do verbo em C temos a impossibilidade de o sujeito interferir entre a expressão interrogativa e o verbo finito. Nas posições pós-verbais o sujeito pode flutuar entre a posição imediatamente após o verbo finito, como em (10), ou aquela após o verbo não finito, como em (21):

- (10) a. O que vai a IBM fazer?
b. Como pode o utente pagar se os serviços não podem receber?

- (21) a. O que anda a fazer Socks?
b. Que mais podia querer Erickson?

Por sua vez, a ausência do traço uT no PB explica diretamente a ordem SV, observada em (5d).⁴

Os mesmos pressupostos a respeito dos traços de C do PE e do PB e a mesma derivação devem ser aplicados a interrogativas Wh infinitivas, como (22):

- (22) a. Como traçar a fronteira que os separa?
b. Como acolher os primeiros amores?

Estendendo a derivação (5c') a (22), fica naturalmente explicada a adjacência entre o verbo que está no infinitivo e a expressão Wh: esta é atraída para Spec CP para que C tenha uWh apagado; e o (verbo com o) I infinito é atraído para que C tenha seu traço uT apagado. As interrogativas infinitivas não são linearmente diferentes no PB, mas estruturalmente devem ser, pois a falta do traço uT em C nos leva a considerar que o verbo não foi copiado em C.

⁴ Entretanto, a ordem VS pode ocorrer com certos verbos inacusativos, e essa tendência é muito acentuada com a subclasse dos ((quasi-)copulares) que selecionam um locativo:

- (i) a. Onde fica a biblioteca?
a'. ??Onde a biblioteca fica?
b. Onde é a biblioteca?
b'. *Onde a biblioteca é?

Há correlação entre o fato de onde estar antes do verbo e o sujeito depois, mas nem por isso podemos afirmar que esse seja um fenômeno restrito a interrogativas. Parece que se trata de um fenômeno mais geral provocado pela existência de constituintes, não necessariamente interrogativos, do lado esquerdo. Veja que esse comportamento é idêntico em sentenças como (ii):

- (ii) a. Perto da reitoria fica a biblioteca (não perto do banco).
b. ??Perto da reitoria a biblioteca fica (não perto do banco).

As sentenças de (i) são paralelas às de (ii) pois em todas elas o sujeito não é o foco da sentença e mesmo assim ele aparece depois do verbo. Embora não tenhamos à mão uma explicação para esta ordenação, afirmamos que ela não decorre da cópia do verbo finito em C. O paradigma em (iii) descarta a possibilidade de o verbo estar em C:

- (iii) a. Onde que fica a biblioteca?
b. Onde que é a biblioteca?

A ocorrência do complementizador que em (iii) torna a posição C indisponível para hospedar o verbo finito. Podemos então generalizar afirmando que nunca a ordem VS no PB decorre da cópia do verbo em C.

Para derivar uma sentença com Comp duplamente preenchido como (5b), exclusividade do PB, repetimos os passos da derivação (5d’):

- (5) b. O que que ele faz? *PE PB
b’. [_{CP} O que Wh [_C que Wh] [_{IP} ele faz t_{o_{que}}]]

No estágio em que o IP é combinado com *que*, C atrai o *que*, que é copiado no Spec de CP para apagar o traço *uWh* de C. A diferença entre (5d’) e (5b’) se restringe à presença do complementizador *que*. A lógica de nossa análise permite especular sobre o porquê de (5b) ser agramatical no PE: se o complementizador *que* é combinado com o IP, C não tem como ter seu traço *uT* apagado, pois não está disponível para receber o núcleo que tem o traço T.

Voltando agora às interrogativas infinitivas, observamos que no PB não podemos ter Comp duplamente preenchido, como mostra (23):

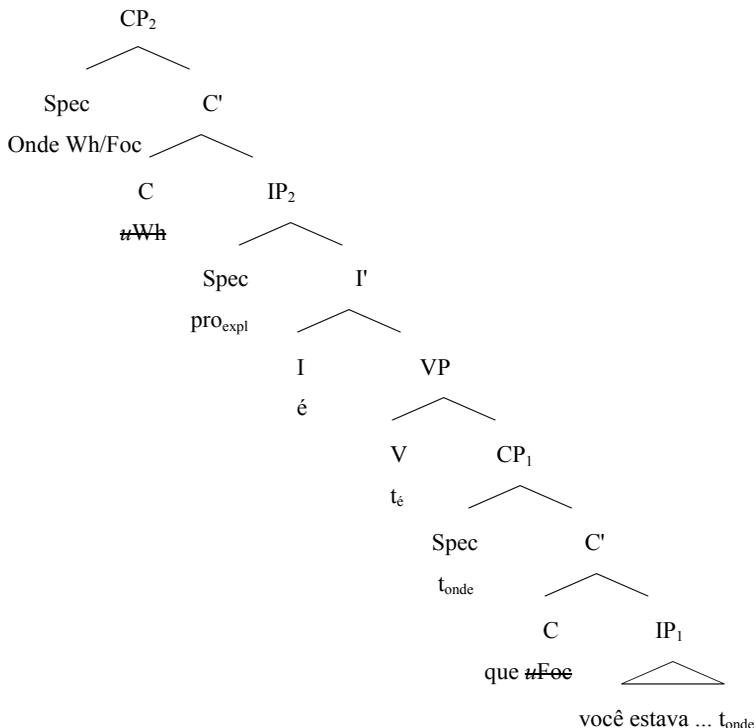
- (23) *O que que fazer numa situação dessas?

Em (23), a expressão Wh *o que* é atraída por C para o Spec de CP e apaga o traço *uWh*. Entretanto, se o CP é lexicalizado pelo *que*, a sentença vai ser agramatical. A impossibilidade de ocorrer o *que* deve ser atribuída ao fato de que ele é um complementizador que subcategoriza IP finito.

Por fim, uma interrogativa Wh clivada como (5a) é gramatical nas duas modalidades de português. A derivação que propomos para a clivada da modalidade brasileira de português é a ilustrada na árvore (5a’):

(5) a. Onde é que você estava em 82? PE PB

aʔ.



Em (5a), presumimos que o núcleo do CP₁ selecionado pela cópula carrega o traço *uFoc* porque nas sentenças clivadas o constituinte no Spec deste C deve ser interpretado como foco da sentença (ver MIOTO, 2001; MODESTO, 2001; AMBAR, 2005). Tendo isso em vista, observamos que:

- no estágio em que *é* combinado com o IP₁, C atrai *oude*, que é copiado no Spec de CP₁, e assim é apagado *uFoc*. Uma pergunta que surge imediatamente é: por que só a expressão Wh deve ser copiada no Spec de CP₁ em uma sentença como (5a)? A resposta leva em conta que existe apenas um foco por sentença (ver Rizzi, 1997) e que, se numa

clivada ocorre uma expressão Wh interrogativa, só ela pode ser o foco.⁵ Mioto (2003) discute sentenças do PB, como as de (24), mostrando que a agramaticalidade delas decorre do fato de não poder ser clivado/focalizado outro constituinte que não seja a expressão Wh:

- (24) a. *Onde é em 82 que você estava?
b. *É em 82 que você estava onde?

Se *onde* é movido para o Spec de CP₂ matriz por cima de um constituinte clivado, como é o caso de *em 82* em (24a), temos efeitos semelhantes aos da extração de um adjunto de dentro de uma ilha focal. A sentença é agramatical mesmo que *onde* permaneça *in situ*, como vemos em (24b), e a razão disso é que outro constituinte que não a expressão Wh foi clivado. Estas considerações nos fazem presumir que uma expressão Wh interrogativa tem naturalmente dois traços F, a saber, Wh e Foc organizados em uma geometria tal que Foc é um subtraço de Wh.⁶ Desta forma, embora o movimento da expressão Wh para o Spec de CP seja “criterial”, como em Rizzi (2004), ela não é congelada nesta posição.

▪ no estágio em que é combinado com IP₂, C matriz atrai *onde*, que é copiado no Spec CP₂ apagando *uWh* de C.

A derivação da clivada do PE se processa como em (5a'), mas envolve a cópia adicional da cópula em C para apagar seu traço *uT*. Observamos que em (5a') se repetem os processos desencadeados para a checagem dos traços *uF* de (5c'). Assim, a ordem VS em (5c') vai ser um subproduto do fato de o T disponível para checar o traço *uT* de C ser aquele afixado ao verbo *reagiu*. Já em (5a'), nem o fato de *estar* ser um verbo inacusativo, o que favoreceria fortemente a ordem VS, vai

⁵ Por outro lado, numa clivada declarativa qualquer constituinte pode ser escolhido para ser focalizado.

⁶ Concebemos que Foc é um subtraço do traço Wh, de modo paralelo ao que postulamos Pesetsky; Torrego (2001) para o EPP, que é um subtraço de T. Essa concepção acarreta que uma expressão Wh interrogativa traz do léxico o traço Foc e que, nesse caso, a propriedade de ser o foco da sentença não pode ser atribuída livremente a qualquer constituinte (contra COSTA, 2002).

desencadear a inversão VS porque o T copiado em C para apagar uT é aquele que está afixado à cópula. Se na sentença encaixada ocorre a ordem VS, ela não deve ser creditada ao fato de a sentença ser interrogativa. A atração do I da cópula decorre da condição que obriga que seja atraído o traço F mais próximo.⁷

A nossa análise prediz que uma interrogativa clivada com Comp duplamente preenchido é gramatical no PB, como vemos em (25):

(25) Onde que é que você estava em 1982?

A derivação é como a de (5a') exceto pela inserção do complementizador *que*.

WH IN SITU

Nesta seção, tratamos das sentenças interrogativas com *Wh in situ*, como (11a), aqui repetida como (26):

(26) Os jovens terão seu bacharelado para quê?

Se lhe damos um tratamento em termos da força de F (CHOMSKY, 1995), temos de aceitar que ora os traços F de C são fortes e atraem visivelmente suas contrapartes interpretáveis, ora são fracos e não as atraem.

Se lhe damos um tratamento em termos do *remnant movement* (KAYNE, 1994; AMBAR, 2003) – ou seja, primeiro a expressão *Wh* é movida para *Spec* de CP e depois o IP restante é movido por cima da expressão *Wh* – retiramos o peso da opcionalidade do movimento da expressão *Wh* e o transpomos para o movimento do IP, pelo menos no PB, onde nenhuma interpretação especial é associada a *Wh in situ*. Mas, ainda assim, temos de explicar como o uT é apagado no PE se não existe

⁷ Adaptamos a condição ACF de Pesetsky; Torrego, 2001, p. 362, como em (i):
Atração do F mais próximo (ACF).

Se o traço F de um núcleo X atrai um Y com o traço F, nenhum constituinte que tem o traço F pode estar mais próximo de X do que Y. Como colocar na página anterior?

nenhum indício de que T tenha sido copiado em C; ou de explicar por que o complementizador não pode ser inserido no PB:

(27) *Os jovens terão seu bacharelado para que que?

E, ainda, temos que buscar explicação para (28):

(28) *Comeu o bolo quem? *PB

O resultado da aplicação de *remnant movement*, quando o sujeito é interrogado, é que ele tem que aparecer em posição pós-verbal.

Se lhe damos um tratamento em termos da existência de uma área na periferia esquerda do vP – como FocP, na análise de Belletti (2001) – onde os traços podem ser checados, temos que aceitar que existe a opção de ativar a periferia esquerda da sentença ou do vP para derivar uma interrogativa Wh. Nesse caso, temos que juntar um postulado para o PE que implica que o espaço na periferia do vP é diferente daquele do CP no que se refere às possibilidades interpretativas: o traço (sabor de) eco deve ser associado o FocP de vP, o que contraria o espírito da análise de Belletti que é desenvolvida para tratar do foco de informação. Além disso, a análise vai predizer que o sujeito Wh *in situ* deve acabar normalmente em posição pós-verbal, como em (28). Como não temos que associar a Wh *in situ* nenhuma interpretação de eco no PB, teríamos que admitir duas áreas da sentença com as mesmas propriedades interpretativas.

E, por fim, uma análise que postula algum tipo de operador nulo em C que licencia Wh *in situ* (ver CHENG; ROORYCK, 2003) nos compromete com a ideia de que temos dois Cs no PE: um com o traço *uT* e outro sem.

Em vez de trilhar esses caminhos, vamos atribuir a gramaticalidade de uma sentença com Wh *in situ*, como (25), simplesmente à possibilidade de C não ser ativado. Se C não é combinado com o IP antes de *spell out*, não vão existir traços *uF* a serem apagados e nenhum movimento é desencadeado. Se, de qualquer modo, o escopo da expressão Wh precisa ser estabelecido em LF, o C é inserido depois de *spell out*.

A assunção de que Wh *in situ* ocorre se C não é ativado explica (29): as duas sentenças são agramaticais porque C está explicitamente ativado.

- (29) a. *Terão os jovens seu bacharelado para quê?
b. *Que os jovens terão seu bacharelado para quê?

A cópia do verbo finito em C em (29a) mostra que este domínio foi ativado; em (29b) é a presença do complementizador *que* que mostra. Em ambos os casos, os traços *uWh* de C ficam sem ser apagados.

Porém, algo tem que ser dito a respeito da agramaticalidade de (30):

- (30) *É que você estava onde em 82?

Por que a expressão Wh não pode se manter *in situ* nas clivadas? Ou, ainda: por que o CP matriz é ativado em (5a), mas não em (26)? Para resolver essas questões, observamos que um C intermediário é ativado como núcleo do complemento da cópula em (30), representada em (5a'). Esse C tem *uFoc*, traço que vai ser apagado pelo sintagma que é marcado pelo traço *Foc*, no caso a expressão Wh. Assim, a expressão Wh deve ser atraída para Spec CP para apagar o traço *uFoc* de C:

- (31) a. *É onde que você estava em 82?
b. É [_{CP} onde Wh/Foc [_C que ~~*uFoc*~~] você estava t_{onde} em 82?]

Mas, por que (31a) é agramatical com a expressão Wh no Spec do CP encaixado? A resposta leva em conta que a relação *Agree* que se estabelece no CP encaixado é imperfeita: esse C não tem o traço *uWh* que justifique a permanência de *onde* em seu Spec. Assim como os CPs intermediários repelem a expressão Wh quando se trata de movimento cíclico, também os traços Wh da expressão interrogativa são repelidos em (31). O paradoxo é: a expressão Wh é atraída para o Spec do CP intermediário por ter o traço *Foc*, mas não pode permanecer ali por ter o traço Wh. Então, o CP matriz tem que ser ativado para salvar a derivação. Postular que Wh *in situ*

ocorre quando C não é ativado prediz que a expressão Wh pode se manter *in situ* numa declarativa encaixada, como (32a):

- (32) a. O João acha que os jovens terão seu bacharelado para quê? ?PE PB
b. Para que acha o João que os jovens terão seu bacharelado?
c. Para que o João acha que os jovens terão seu bacharelado?

Em (32a), embora haja um CP intermediário, este não porta o traço *uWh* nem o traço *uFoc* que possam atrair o (sub)traço da expressão Wh. Se o C matriz não é ativado, nada acontece e a expressão Wh permanece *in situ*; se ele entra na combinação, o processo de atração é desencadeado.

Ambar (1992) aponta que a expressão Wh *que* não pode se manter *in situ* no PE e deriva essa impossibilidade do fato de ela ser subespecificada para o traço referencialidade. Esse traço se torna especificado se o *que* e o verbo estiverem em relação Spec-núcleo. A configuração Spec-núcleo não é necessária se o *que* for seguido por um NP ou precedido de preposição.

No PB, o *que* nu também não pode se manter *in situ*. Mas a adjacência com o verbo não torna a sentença gramatical, como vemos em (33):

- (33) Que comprou o João? PE *PB

Assim, o verbo não se moveria para C nem mesmo para salvar o *que* nu no PB. Para derivar a incapacidade de o *que* se manter *in situ*, vamos atribuir ao *que* a propriedade de ser um clítico.

Em resumo, o C das interrogativas Wh matrizes das duas modalidades de português tem os traços *uWh*. Elas podem ter duas derivações que dependem crucialmente de haver ou não a combinação de C com IP (antes de *spell out*). Se há, a sentença vai ter o movimento da expressão Wh como meio de apagar o traço *uWh*. Se não há, a expressão Wh vai se manter *in situ*.

ENCAIXADAS

As interrogativas Wh encaixadas têm duas diferenças relevantes em relação às matrizes. Uma, que é a proibição de Wh *in situ*, vale para as duas modalidades de português, como vemos em (34):

(34) *Ele perguntou que os jovens terão seu bacharelado para quê.

A impossibilidade de Wh *in situ* nas encaixadas decorre do fato de que o CP encaixado é projetado e tem que ser interrogativo, já que é selecionado pelo verbo matriz. Por isso, uma expressão Wh é atraída para o Spec do CP encaixado para apagar o traço uWh (ou se verifica a possibilidade marcada, restrita ao PB, que foi descrita em (17c), com *se* em C e Wh *in situ*). Se a encaixada é *sim/não*, o complementizador *se* tem que preencher C; *se*, como vimos em (17c), existe uma expressão Wh *in situ*, ela vai tomar escopo sobre toda a sentença.

A outra diferença entre matrizes e encaixadas, que é restrita ao PE, é que nas encaixadas o sujeito pode interferir entre a expressão Wh e o verbo finito:

- (35) a. Ele perguntou para que os jovens terão seu bacharelado.
b. Ele perguntou para que terão os jovens seu bacharelado.

A lógica do tratamento que estamos desenvolvendo nos força a atribuir ao C encaixado propriedades diferentes das do C matriz. A diferença relevante é que o C encaixado não deve conter o traço uT já que I não é atraído para C, como é atestado pela gramaticalidade de (35a).

A falta de uT no C encaixado nos faz desvincular a ordem VS de (35b) do fato de a sentença ser uma interrogativa Wh, ao contrário do que acontece na matriz. A ordem VS nas encaixadas pode ser derivada da possibilidade que o PE tem de focalizar o sujeito em posição pós-verbal (COSTA, 2002). Julgamentos de falantes de PE nos revelaram que essa conclusão é plausível. Observemos (36):

- (36) a. – Que menino é que o João perguntou quando chegou?
b. – ??Perguntou quando [_F o Pedrinho] chegou.
c. – Perguntou quando chegou [_F o Pedrinho].

Em (36) criamos um ambiente em que o sujeito da encaixada deve ser focalizado. Os falantes sistematicamente julgaram a sentença (36c), com sujeito pós-verbal, como a melhor das duas respostas para a pergunta (36a). Entretanto, quando se tratou de responder a pergunta (37), observamos o seguinte:

- (37) a. – O que é que o João perguntou?
b. – Perguntou [_F quando o Pedrinho telefonou].
c. – ??Perguntou [_F quando telefonou o Pedrinho].

Como resposta a (37a), o foco é toda a sentença encaixada e não apenas o seu sujeito.⁸ Por isso, a resposta com sujeito pré-verbal é a melhor.

Veja que as duas ordens poderiam se verificar mesmo em uma interrogativa encaixada sim/não (38) ou em uma declarativa encaixada (39):

- (38) a. O João perguntou se o Pedrinho telefonou.
b. O João perguntou se telefonou o Pedrinho.
- (39) a. O João acha que o Pedrinho telefonou.
b. O João acha que telefonou o Pedrinho.

Com sujeito nulo, (38a) seria uma resposta adequada para uma pergunta como (37a); e (38b) para uma pergunta como (40):

- (40) Que menino é que o João perguntou se telefonou?

⁸ Se assumimos um FP na periferia esquerda do vP com Belletti (2001), entendemos a ordem VS de (36c) como resultado de o sujeito pós-verbal *o Pedrinho* estar no Spec do FP do vP encaixado; em (37b), o FP relevante é o da periferia esquerda do vP matriz e o que ocupa o Spec de FP é toda a interrogativa encaixada [_F *quando o Pedrinho telefonou*].

Paralelamente, (39a), mas não (39b), seria uma resposta adequada para (41a); e (39b) responderia adequadamente a (41b):

- (41) a. O que é que o João acha?
b. Que menino é que o João acha que telefonou?

Esses testes servem para corroborar a afirmação de que a ordem VS nas encaixadas Wh não deve ser reflexo do movimento do verbo finito para C: nas sentenças de (38) e (39), o C reconhecidamente se encontra preenchido por *se* e por *que* respectivamente, e isto bloqueia, como é classicamente assumido, a subida de qualquer outro núcleo para aquela posição.

O que torna o ambiente sintático da interrogativa encaixada diferente do da matriz é a possibilidade de focalizar um outro constituinte que não seja a expressão Wh. Nas matrizes, só a expressão Wh pode ser o foco da sentença, dada a restrição de um foco por sentença: em nossa análise, a expressão Wh tem um subtraço Foc. Nas interrogativas encaixadas, um foco pode ser licenciado⁹ por ter ele escopo sobre toda a sentença, sem disputa com a expressão Wh que tem seu escopo limitado à sentença encaixada.¹⁰ Nas matrizes, é claro, o sujeito pós-verbal não é interpretado como foco já que esse papel é reservado à expressão Wh.

O ambiente de focalização das interrogativas Wh encaixadas provoca no PB um aumento da ordem VS que, nas matrizes, restringe-se praticamente a sentenças com verbos (quasi-) copulares. Esse aumento é

⁹ Para a extração de expressões Wh de ilhas interrogativas, o foco que pode ter escopo sobre toda a sentença deve ser um argumento do verbo (deve se submeter ao ECP), não podendo ser um adjunto. Isso é compatível com a ideia de Rizzi (1982), de acordo com a qual a extração do sujeito se dá da posição pós-verbal.

¹⁰ Essa possibilidade anula, de certa forma, o argumento de Costa (2002) de que pode existir mais de um foco por sentença. Veja que dois constituintes, a expressão Wh *quando* e o sujeito *o Pedrinho*, que estão dentro da sentença encaixada em (37c) portam o traço Foc. Entretanto, *quando* tem seu escopo limitado à sentença encaixada e *o Pedrinho* tem escopo sobre toda a sentença, como é induzido pela pergunta que (37c) responde. O foco da sentença é *o Pedrinho* enquanto *quando* faz parte do pressuposto.

previsto porque no PB é possível a focalização do sujeito pós-verbal com verbos monoargumentais:

- (42) a. – Que menino o João quer saber quando chegou?
a'. – O João quer saber quando chegou o Pedrinho.
b. – Que paciente o médico quer saber quando tossiu?
b'. – O médico quer saber quando tossiu o Pedrinho.

Se as sentenças Wh encaixadas fossem matrizes, a ordem VS seria estranha. Entretanto, (42a') e (42b') são possíveis se elas respondem respectivamente as perguntas (42a) e (42b), que induzem a focalização do sujeito.

Como o C encaixado não porta o traço uT , a estrutura de uma encaixada clivada vai ser igualada, por um lado, nas duas modalidades de português: a cópula vai estar em I. Por outro lado, vai disfarçar a assimetria que existe entre encaixadas e matrizes no PE: na matriz, a cópula vai estar em C mas não em I. Assim, a estrutura de (43a) vai ser aquela apresentada em (43b):

- (43) a. Ainda hoje me pergunto quem é que está à frente do turismo.
b. Ainda hoje me pergunto [_{CP1} quem [_{IP} é [_{CP2} t_{quem} que [_{IP} t_{quem} está à frente do turismo]]]].

O movimento cíclico de *quem* cuida de apagar os uFs em CP₁ e em CP₂.

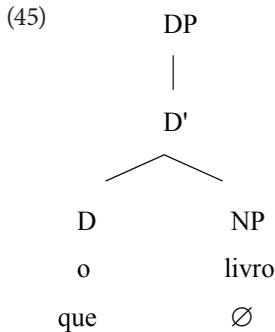
Por fim, analisemos a ordem VS obrigatória quando a expressão Wh *que* ocupa o CP (AMBAR, 1992, 2005) encaixado, como ilustrado em (44):

- (44) a. Ainda hoje me pergunto que leu o João. PE *PB
b. *Ainda hoje me pergunto que o João leu.

(44a) se constitui num problema para a análise aqui desenvolvida porque não existe uT como fator de atração do I pelo C das encaixadas. Para contornar o problema, investimos nas propriedades lexicais da

expressão *Wh que* que, de acordo com Menezzi; Vidor (2004), pode ser considerada um clítico.

Na linha da análise de Raposo (2000), poderíamos conceber que o *que* é um determinante interrogativo, paralelo ao determinante *o*:



A expressão *que*+NP pode se manter *in situ* ou sozinha no CP encaixado, como atesta (46), mas a expressão *que*+Ø não pode, como atesta (47):¹¹

- (46) a. O Pedro vai ler que livro?
 b. Ainda hoje me pergunto que livro o Pedro vai ler.

- (47) a. *O Pedro vai ler que?
 b. *Ainda hoje me pergunto que o Pedro vai ler.

O que torna as sentenças de (47) agramaticais é que nelas o *que* não tem como satisfazer suas propriedades de clítico.

¹¹ Pelo menos no PB podemos admitir que qual funciona em paralelo como a contraparte não clítica do *que*, como mostram os exemplos:

- (i) a. O Pedro vai ler qual livro?
 b. Ainda hoje me pergunto qual livro o Pedro vai ler?
 (ii) a. O Pedro vai ler qual?
 b. Ainda hoje me pergunto qual o Pedro vai ler?

Entretanto, devemos admitir que a natureza Wh do *que* o faz um clítico diferente do *o*: como qualquer expressão Wh, se não está *in situ*, deve estar em CP. Para o *que* este vai ser o nível da sentença apropriado para o processo de cliticização. Por isso, ele não pode ser enclítico ao verbo *ler* em (47a); mas também não pode estar enclítico ao verbo *perguntar* em (47b) porque esse verbo está fora da fase do CP. O fato de o CP ser o nível apropriado para a cliticização permite, ao contrário do que acontece com o clítico *o*, que o *que+Ø* possa ser clítico mesmo quando ele é o sujeito da sentença.

Quanto à forma de o *que+Ø* satisfazer suas propriedades de clítico em CP, ela é diferente nas duas modalidades de português. O PE recorre ao movimento do verbo para C, recurso já disponível quando para checar o traço *uT*. Assim, o verbo finito em C satisfaz as propriedades clíticas de *que* e vamos ter (48):

- (48) a. Que leu o Pedro?
b. Que é que o Pedro leu?
c. Ainda hoje me pergunto que leu o Pedro.

O PB, por seu lado, não parece tolerar o movimento do verbo para C e esse não deve ser um recurso para que o *que* satisfaça suas propriedades de clítico. Mas essa modalidade de português já dispõe de um outro recurso: a inserção do complementizador *que*. Por isso, podemos conceber que as propriedades de clítico de *que+Ø* estão satisfeitas nas sentenças de (49):

- (49) a. Que que o Pedro leu?
b. Que que é que o Pedro leu?
c. Ainda hoje me pergunto que que o Pedro leu.

Em resumo, o PE e o PB se distinguem em apenas dois pontos quando se trata de interrogativas Wh encaixadas: a modalidade brasileira permite Comp duplamente preenchido e a modalidade portuguesa apresenta o movimento do verbo para C com a expressão Wh *que+Ø*.

No mais, as duas modalidades de português se aproximam por dois motivos: Wh *in situ* não é permitido porque o CP é sempre ativado nas encaixadas; o movimento do verbo para C não é desencadeado, ficando liberada a ordem SV, porque o C encaixado é dotado de apenas um traço não interpretável: uWh .

CONCLUSÃO

A análise das interrogativas Wh baseada no sistema de traços F elabora as diferenças entre o PE e o PB a partir de um ponto principal: os traços uT do núcleo C. A modalidade europeia tem o C matriz marcado pelos traços uT e uWh ; a modalidade brasileira tem apenas o traço uWh . O traço uWh de C sempre atrai o traço Wh interpretável em uma expressão interrogativa. O traço uT em C força a subida da flexão e fecha a possibilidade de o sujeito aparecer entre a expressão Wh e o verbo finito. A ausência de uT dispensa a subida da flexão para C e abre a possibilidade de o sujeito aparecer entre a expressão Wh e o verbo finito. Dessa forma, explica-se essa diferença saliente entre as duas modalidades de português.

Indiretamente, outra diferença importante pode ser deduzida se correlacionamos a presença do traço uT em C e a impossibilidade de Comp duplamente preenchido. Por que este fenômeno é banido do PE? Independentemente da derivação que se atribui a Comp duplamente preenchido, o complementizador vai impedir que o traço uT seja apagado. Como esse traço não existe no PB, a derivação converge.

Onde não está em jogo o traço uT , as duas modalidades de português vão apresentar semelhanças. Em ambas as modalidades, o C pode não ser ativado nas interrogativas Wh matrizes. Quando o C não é ativado, não vai existir nenhum uF e nenhum item vai ser atraído para a periferia esquerda da sentença. Já nas encaixadas, não tem como o C não ser ativado e, por isso, a expressão Wh que tem escopo sobre a encaixada deve ser copiada no Spec CP, não podendo permanecer *in situ*. O fato de as encaixadas aproximarem o PB e o PE quanto à ordem Wh(S)V revela

que o PE apresenta a mesma assimetria entre as matrizes e as encaixadas que se observa em línguas V2, como o alemão: essa assimetria é explicada nesta análise pela ausência do traço uT no C encaixado.

Retomemos, por fim, as considerações de caráter histórico da seção inicial. Tanto o PE como o PB evoluíram de um português que se caracterizava, no período antigo, por ser V2 (RIBEIRO, 1995) e no período clássico por ter V2 residual nas interrogativas Wh (LOPES-ROSSI, 1993). Nos termos de nossa análise, C detinha o traço uT generalizadamente no período antigo, mas esse traço se tornou específico para o C interrogativo do português clássico. O fato de o português passar de V2 para V2 residual já traça a direção que a mudança segue: o português está deixando de ser V2. As interrogativas Wh são as últimas construções que resistem a esse processo de mudança.

O que distingue as duas modalidades de português é o estágio em que a mudança se encontra (DUARTE, 2000). A mudança está feita no PB: nessa modalidade, o C perdeu o traço uT e, em consequência, toda a pressão para que o verbo flexionado se mova para C. Como subproduto dessa perda, a ordem VS, que não é obrigatória para nada, praticamente desapareceu. Outro subproduto é a possibilidade de Comp duplamente preenchido, desenvolvida, segundo nossa hipótese, a partir da falta de uT em C: a cópula é desnecessária pois a flexão não precisa checar nenhum traço em C. Se a interrogativa sem cópula se especializou na fala em interrogativa ordinária, tendo condições de uso diferentes daquelas que têm cópula (MIOTO; FIGUEIREDO SILVA, 1995), isso decorre de a numeração conter ou não a cópula. E um último subproduto é a frequência muito alta de Wh *in situ* no PB (KATO; MIOTO, 2005): sem o traço uT em C, o CP é menos marcado e pode com mais facilidade deixar de ser projetado.

Entretanto, a mudança está retardada no PE, pois essa modalidade ainda retém o traço uT no C matriz. Lopes-Rossi (1996) defende que o desencadeador da mudança no PB (interferência do sujeito entre a expressão Wh e o verbo finito) foi a entrada das interrogativas clivadas, mas a hipótese esbarra no fato de não ter afetado em quase nada o sistema

lusitano. Por um lado, afetou a propriedade V2 das interrogativas, flexibilizando a ordem VS ao criar uma instância independente para checagem de $\bar{u}T$: o que acontece no CP complemento da cópula não tem diretamente nada a ver com o processo de checagem de $\bar{u}T$. Daí que o sujeito não precisa, como nas línguas V2, seguir imediatamente o verbo finito. Por outro lado, não proporcionou as condições necessárias para que C perdesse o traço $\bar{u}T$. Uma das consequências da manutenção do traço $\bar{u}T$ é que o sujeito continua a não poder interferir entre a expressão Wh e o verbo finito. A outra é que a cópula tem de ser mantida na interrogativa como único recurso para checar $\bar{u}T$ de C. E, por fim, sendo o C matriz invariavelmente marcado por $\bar{u}T$, é mais difícil acontecer de o CP não ser projetado, o que explica a baixa frequência de Wh *in situ* no PE. Entretanto, a semente da mudança parece estar atuando de alguma forma nas interrogativas com expressão interrogativa do tipo Wh+NP, descritas por Ambar (1992): nessas sentenças, o sujeito pode interferir entre a expressão Wh e o verbo finito.

A SINTAXE DAS SENTENÇAS RELATIVAS LIVRES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

ANI CARLA MARCHESAN (UFFS)

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, trataremos de um tipo de relativa, chamada de relativa livre. Essas sentenças se caracterizam por não ter em um nome explícito ou implícito antecedendo a expressão-wh. Assim, o objetivo do capítulo, de cunho descritivo e explicativo é: primeiro, descrever e discutir alguns aspectos da estrutura das relativas livres do Português Brasileiro (PB), elencando suas propriedades sintáticas e semânticas; segundo, diferenciar as relativas livres das interrogativas encaixadas, que também são introduzidas por pronomes-wh; terceiro, analisar as condições que a sentença matriz impõe ao pronome relativo que introduz a relativa livre, chamado Requerimento de Compatibilidade; quarto, apresentar algumas considerações sobre as relativas infinitivas; e, por último, fazer uma breve conclusão, resumindo os pontos principais do trabalho. A partir de toda essa descrição das sentenças relativas livres, poderemos delimitar as verdadeiras características dessas sentenças e assim entender melhor essa estrutura no PB.

SENTENÇAS RELATIVAS LIVRES (RLS)

As relativas são sentenças encaixadas, introduzidas por um pronome-wh. Como todo constituinte encaixado, uma relativa é encaixada

¹ Este texto foi baseado fortemente na minha dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008.

como argumento de um núcleo ou como adjunto. De acordo com a análise tradicional, relativas com núcleo² são sempre adjunto do NP:

- (1) a. *A pessoa* [que foi à Argentina] voltou com a gripe H1N1.
- b. João comeu a *comida* [que a Maria cozinhou].

Já as RLs³ só não podem desempenhar essa função:

- (2) a. [Quem foi à Argentina] voltou com a gripe H1N1. (sujeito da sentença)
- b. João comeu [o que a Maria cozinhou]. (objeto de comer)
- c. João caminhou por [onde nevava]. (complemento de por)
- d. João saiu [quando Maria chegou]. (adjunto adverbial)
- e. A Maria é [quem está segurando a rosa]. (como resposta à pergunta: Quem é a Maria?)⁴ (predicativo)

Outro fato interessante que as sentenças acima nos mostram é que as RLs podem ser parafraseadas por relativas com núcleo. Observe que em (1) temos as parafrases das RLs de (2a,b) respectivamente.

Quanto à semântica, Jacobson (1995 apud VAN RIEMSDIJK, 2000; CAPONIGRO, 2001, p. 8) aponta que as RLs apresentam uma leitura de maximização cuja interpretação é definida ou universal. Para ele, “*wh-words denote a function that applies to a set P of individuals and returns the singleton set containing the maximal plural individual P*”, como na sentença abaixo:

- (3) João trouxe [_{CP} [o que]_i Maria comprou t_i].

² Para saber mais sobre relativas com núcleo, ver Tarallo (1983), Kato (1996), Valer (2008), entre outros.

³ Recebem essa denominação por não apresentarem um núcleo nominal explícito e, consequentemente, por não modificarem um núcleo nominal, como acontece com as relativas com núcleo.

⁴ Estamos assumindo, junto com Hankamer (1974) e Resenes (2009), que somente as sentenças-wh com leitura predicacional contêm, de fato, uma RL; as com leitura especificacional são pseudoclivadas.

O CP da sentença em (3) denota um conjunto de indivíduos plurais máximos que se origina da soma de todos os indivíduos atômicos que *Maria comprou* (se Maria comprou somente uma coisa, o único indivíduo atômico e o indivíduo plural máximo coincidem). Assim, quando o CP é selecionado pelo verbo *trazer*, como em (3), temos uma RL e a ela é aplicada uma operação de *type-shifting*. Nesse caso, a RL termina denotando ela mesma um indivíduo plural máximo, uma entidade de tipo <e>. Ou seja, a RL funciona com um argumento. Grosu (2002, p. 147) acrescenta que o núcleo C dessas RLs contém um traço [+definido] “*which has the essential (but not exact!) import of the definite article*”. É esse traço [+definido] em C que é visto como um operador de maximização, que mapeia um conjunto de indivíduos em um único conjunto singular máximo.

De acordo com van Riemsdijk (2000, p. 24), dado o fato de que esse conjunto é limitado a uma entidade atômica singular, conseguimos explicar o fato de as RLs serem, às vezes, singulares definidos e, às vezes, universais, como mostram as paráfrases de (3) em (4a,b) respectivamente. Nas palavras do autor “*we always have a singleton set. If there is only a single entity [...], then the FR will be equivalent to a singular definite. And if there is more than one entity, then the FR will denote the single entity composed of all entities [...], which amounts to a universal interpretation*”.

- (4) a. João trouxe o livro que Maria comprou. (= um único livro)
b. João trouxe os livros que Maria comprou. (= todos os livros que Maria comprou).

Em resumo, uma RL: é uma sentença encaixada; não apresenta um núcleo nominal explícito; pode ser parafraseada por uma relativa com núcleo; e, pode exercer as funções sintáticas de argumento, complemento, adjunto ou predicativo. Semanticamente, as RLs expressam maximalidade. Na próxima seção, vamos delimitar quais são os pronomes relativos que podem iniciar uma RL.

OS PRONOMES-WH QUE INTRODUZEM UMA RL

As RLs, ao contrário das relativas com núcleo, só podem ser encabeçadas pelos pronomes-wh que incorporam o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo. Em (5), o pronome-wh *onde* incorpora o núcleo nominal *lugar* que seria o constituinte compartilhado em uma relativa com núcleo:

- (5) a. Maria mora [_{RL} *onde* seu pai morreu].
b. Maria mora no *lugar* [em que seu pai morreu].

Da mesma forma, os pronomes-wh *quem*, *o que*, *quanto*, *onde*, *como* e *quando* podem iniciar RLs já que incorporam os núcleos nominais *pessoa*, *coisa*, *quantia*, *lugar*, *modo* e *momento* respectivamente.

Os pronomes-wh *que*, *qual* e *cujo* não incorporam um núcleo nominal, podem ser usados com antecedente [+humano] e [+animado] e, por isso, não encabeçam RLs:

- (6) Eu vi o *menino/o cachorro/o carro/a bola* [_{relativa com núcleo} *que* você acha bonito].

Atenção especial deve ser dada ao item *o que*. Há situações, como a exemplificada em (7), em que o *o* é claramente um artigo definido precedendo um nome foneticamente não realizado:

- (7) (Dos livros,) eu vou comprar o *ec* [que você escolheu].

Em (7), a *ec* corresponde ao nome recuperado anaforicamente a partir do tópico *dos livros*. Nesse caso, é acidental que os dois itens ocorram adjacentes. A tradução desta sentença para o inglês seria como (8):

- (8) I will buy the one [that you chose].

O que a tradução inglesa revela é que, na falta de nome nulo, existe um núcleo nominal que antecede a relativa: *one*. Então, não se debate que

(7) contém uma relativa com núcleo. Entretanto, há situações, como a exemplificada em (9), em que não é tão claro que uma análise como a esboçada em (8) se sustente:

(9) O João comprou o [que a Maria pediu para ele].

Muitas vezes, considera-se que (9) pode ser analisada como contendo o pronome demonstrativo *o* (= aquilo) e o pronome-wh *que*. Essa forma de analisar a expressão implica que não temos uma RL em (9), mas uma relativa com núcleo: o demonstrativo neutro faria o papel de núcleo. Mas, se traduzimos (9) para o inglês, temos em lugar de *o que* o pronome-wh *what*:

(10) John bought what Mary asked him.

Isto é, se se sustenta à análise que diz que *o* é o demonstrativo neutro *aquilo*, teríamos uma situação em que a relativa numa língua, PB, seria considerada relativa com núcleo e em outra, inglês, RL. Não achamos que isso deva ser considerado um problema. O que nos parece problemático é a arbitrariedade que a análise de *o* como demonstrativo implica: *o = aquilo*.

Para resgatar a ideia de que o *o que* pode ser um pronome relativo e eliminar a arbitrariedade, utilizamos os argumentos elencados em Mória (1992):

1^o) O *o* em (7) é variável em gênero e número e, portanto, é o determinante do núcleo nominal nulo, que é recuperado anaforicamente (= *livro*) (nesse caso, o *o que* é formado por um artigo masculino singular e um morfema relativo). Já em (9), estamos diante de uma forma de *o* é invariável e, portanto, um pronome relativo;

2^o) A existência de um pronome relativo composto do tipo de *o que* não é nova na língua. Lembre-se de que temos o pronome-wh *a qual*, que é variável em gênero e número, e;

3^o) Quando há movimento de sintagmas preposicionais, o *o* ocorre à direita da preposição deslocada (ou seja, fica junto com o *que* em, digamos, Spec CP). Portanto, o *o* não pode ser um pronome demonstrativo equivalente a *aquilo*:

- (11) a. [Com o que], o presidente não contava t_i era [com] a subida das taxas de juro.
 b. *O com que o presidente não contava era com a subida das taxas de juro.
 c. *Com aquilo que o presidente não contava era com a subida das taxas de juro.
 d. Aquilo com que o presidente não contava era (com) a subida das taxas de juro.⁵

Note-se que a sequência [PREP *o que*] em [11a], que se opõe a [*aquilo* PREP *que*] em (11d), implica que uma análise da expressão *o que* como sequência artigo ou demonstrativo – [pronome] [...] relativo pressuponha um movimento de inversão da preposição, que não parece justificável. (MÓIA, 1992, p. 13).

Portanto, *o que* ≡ *what*.

Dessa forma, os pronomes-wh que iniciam uma RL são aqueles que incorporam pelo menos o núcleo nominal de uma relativa com núcleo: *o que*, *quem*, *onde*, *como*, *quando* e *quanto*. Os outros pronomes-wh: *que*, *qual* e *cujos*, nunca podem iniciar uma RL, mas podem encabeçar relativas com núcleo.

AS FUNÇÕES SINTÁTICAS DAS RLS E OS PRONOMES RELATIVOS

Nesta seção, vamos nos deter, um pouco mais, nas características dos pronomes que encabeçam as RLS.

OS PRONOMES-WH [QUEM], [O QUE], [QUANTO]

As RLS iniciadas pelos pronomes-wh quem, o que e quanto podem ser argumento externo de verbos:

⁵ As sentenças de (11) foram retiradas de Mória (1992, p. 12-13).

- (12) a. [Quem foi para a Argentina] voltou com a gripe H1N1.
b. [O que você fez] prejudicou a todos.

ou, argumento interno:

- (13) a. Eu conheço [quem foi assaltado].
b. João comeu [o que Maria cozinhou].
c. Ela vai cobrar [quanto quer pelo carro].

Além de ser argumento de verbo, as RLs encabeçadas por *o que*, *quem* e *quanto* também podem ser complemento de preposição, como em (14-6):⁶

- (14) a. Ter receio [_{pp} de [quem bebe]] é normal.
b. Ter receio [_{pp} d[o que acontece na estrada]] é prudente.
c. João ficou surpreso [_{pp} por [quanto Maria vendeu o carro]].

- (15) a. João conversou [_{pp} com [quem a Maria conhece]].
b. Na entrevista, João falou [_{pp} d[o que ele viu na estrada]].

- (16) a. João encontrou Maria [_{pp} com [quem ele mais odeia]].
b. João encontrou Maria [_{pp} com [o que ele tinha perdido]].

Observe que o PP é, em (14), complemento de nome; em (15), argumento de verbo e, em (16), adjunto do VP.

Por funcionarem dessa forma, dizemos que as RLs encabeçadas pelos pronomes-*wh* *quem*, *o que* e *quanto* são sempre **DPs**. Outro fato interessante dessas RLs ocorre quando as parafraसेamos por relativas com núcleo. Em (17), temos as paráfrases das RLs de (12a), (13b) e (13c):

- (17) a. A *pessoa* [que foi para a Argentina] voltou com a gripe H1N1.
b. João comeu a *comida* [que Maria cozinhou].
c. Maria vai cobrar a *quantia* [que quer pelo do carro].

⁶ Os exemplos de (14a-b) e (16) são de Valer (2008, p. 23).

Observe que o que introduz a relativa com núcleo em (17) é o item *que*, diferente dos pronomes-wh *quem*, *o que* e *quanto* de (13). Como afirmam Valer (2008, p. 22) e Marchesan e Miotto (em prep.), pelo menos em PB, esses pronomes-wh que encabeçam as RLs de (13) não podem ser antecidos por um NP adjacente:

- (18) a. *A pessoa [quem foi para a Argentina] voltou com a gripe H1N1.
b. *João comeu a comida [o que a Maria cozinhou].
c. *Maria vai cobrar a quantia [quanto quer pelo carro].

Veja que esses pronomes podem iniciar uma relativa com núcleo, desde que uma preposição quebre a adjacência entre eles:

- (19) a. A pessoa [com quem Paulo conversou] foi para a Argentina.
b. Essa ponte não aguentou o peso [para o que foi construída] e caiu.
c. João ficou surpreso pelo valor [por quanto Maria quer vender o carro].

Em resumo, as RLs iniciadas pelos pronomes-wh *quem*, *o que* e *quanto* funcionam como argumento ou complemento e, por isso, têm a mesma distribuição dos DPs. Além disso, essas sentenças só podem formar relativas com núcleo se uma preposição quebrar a adjacência entre o pronome-wh e o núcleo nominal.

OS PRONOMES-WH [QUANDO], [COMO], [ONDE]

Além dos pronomes-wh descritos na seção anterior, os pronomes-wh *quando*, *como* e *onde* também iniciam RLs, como mostram as sentenças entre colchetes de (20):

- (20) a. João chegou [quando Maria saiu].
b. Cantamos [como eles cantaram].
c. João caminhou [onde estava nevando].

A diferença é que esses podem encabeçar relativas com núcleo sem ser necessária a inserção de uma preposição para quebrar a adjacência entre o pronome-wh e o núcleo nominal:

- (21) a. João chegou no *momento* [quando a Maria saiu].
- b. Cantamos do *modo* [como eles cantaram].
- c. João caminhou na *cidade* [onde estava nevando].

Outra diferença desses pronomes-wh, com os da seção anterior, é que eles se distribuem ambigualmente como DP, como em (22), ou como PP, como em (20):

- (22) a. Maria quer ser professora [_{pp} desde [_{rl} quando aprendeu a ler e escrever]].
- b. Maria ensinou aos alunos [_{pp} sobre [_{rl} como ser um bom aluno]].
- c. Maria caminhou [_{pp} por [_{rl} onde estava nevando]].

Observe que, como DP, esses pronomes-wh são, sempre, complemento de preposição (22). Perceba também que o que vem depois de uma preposição só pode ser um DP, como mostra a paráfrase de (22a) em (23) abaixo:

- (23) Maria quer ser professora [_{pp} desde [_{dp} o momento que aprendeu a ler e escrever]].

Como PPs, esses pronomes-wh funcionam como adjunto adverbial. Quando a RL é ela mesma adjunto, a falta da preposição força que ela seja do tipo adverbial, como em (20). Os itens lexicais que marcam isso em (20) são os pronomes-wh “adverbiais” *quando*, *como* e *onde*. Como vimos na seção anterior, esses pronomes-wh embutem o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo: *momento*, *modo* e *lugar*. Devemos acrescentar que esses pronomes-wh, por poderem ser parafrazeados por todo o PP grifado em (24), embutem também a preposição:

- (24) a. João chegou no momento (em) que Maria saiu. (*quando* = no momento em que)
 b. Cantamos do modo que eles cantaram. (*como* = do modo que)
 c. João caminhou no lugar (em) que estava nevando. (*onde* = no lugar em que)

Larson (1987) postulou que o pronome-wh tem um marcador de caso inerente a ele (embutido nele). O caso que a preposição forneceria ao DP é incorporado pelo pronome-wh. Assim, o *quando* incorpora o caso da preposição temporal; *onde* incorpora o caso da preposição *locativa*, etc. Dessa forma, uma RL que funciona como adjunto do VP tem que ser encabeçada por um pronome-wh “adverbial”: esse pronome-wh vai ser compatível com a *ec* adjunto do VP da relativa e vai fazer com que a RL possa ser adjunto do VP matriz.

Nesta seção, mostramos que os pronomes-wh *onde*, *como* e *quando* podem iniciar uma relativa com núcleo sem ser necessária a inserção de uma preposição que quebre a adjacência entre o pronome-wh e o núcleo nominal. Além disso, vimos que esses pronomes se comportam ambigüamente entre PP e DP.

RLS X INTERROGATIVAS ENCAIXADAS

Dada a definição de RL, descrita nas seções anteriores, temos que reconhecer a sentença entre colchetes em (25) como RL, já que é uma sentença encaixada; é iniciada pelo pronome-wh *quem* que incorpora o núcleo nominal *pessoa*; não apresenta um núcleo nominal explícito e pode ser parafraseada por uma relativa com núcleo:

- (25) Eu conheço [quem a Maria convidou para a festa].

Entretanto, só essas características não bastam para determinar uma RL, caso contrário poderíamos chamar a sentença encaixada em (26) de RL, já que apresenta as mesmas características de (25):

(26) Eu me pergunto [quem a Maria convidou para a festa].

(26) não contém uma RL, mas sim uma interrogativa encaixada, como veremos a seguir através de dois testes. O primeiro teste para essa diferenciação foi elaborado por Alvarenga (1981) e adaptado por Baker (1988 apud MEDEIROS JÚNIOR, 2005, p. 17). O teste consiste em inserir o *(é) que* logo após o pronome-wh. Se a sentença formada for boa, como em (27b), o que temos é uma interrogativa encaixada; caso contrário, como (27a), uma RL:

(27) a. *Eu conheço [quem *(é) que* a Maria convidou para a festa].

b. Eu me pergunto [quem *(é) que* a Maria convidou para a festa].

Compreendemos o funcionamento do teste observando que a sentença com *é que* é uma clivada (28a), sentença que, como afirma Modesto (2000), é designada para focalizar. Também o *que* das sentenças com Comp duplamente preenchido (28b), chamadas por Kato et al. (1996) de clivadas reduzidas, é usado para isolar o foco:

(28) a. O João *é que* gosta de voar.

a'. Quem *é que* gosta de voar?

b. O João *que* gosta de voar.

b'. Quem *que* gosta de voar?

Se temos em mente que o pronome-wh interrogativo sozinho é o foco da sentença interrogativa, entendemos por que se pode usar o *(é) que* com ele. Se, por outro lado, temos em mente que o pronome-wh relativo não pode ser sozinho o foco de uma sentença (29a) enquanto toda a RL pode (29b), entendemos a razão da impossibilidade de usar *(é) que*.

(29) a. *[O que] *(é) que* o João comprou agradou a Maria.

b. [O que o João comprou] *(é) que* agradou a Maria.

O segundo teste, para distinguir uma RL de uma interrogativa encaixada, foi proposto por Carlos Mioto (em conversa pessoal). O teste

consiste em substituir o pronome-wh por uma expressão claramente interrogativa:

- (30) a. Eu conheço [quem a Maria convidou para a festa].
*a'. Eu conheço [que tipo de festa a Maria quer fazer].
b. Eu me pergunto [quem a Maria convidou para a festa].
b'. Eu me pergunto [que tipo de festa a Maria quer fazer].

Nas interrogativas, o pronome-wh sempre precede um NP (wh+NP) e por estar em distribuição complementar com determinantes pode ser considerado um determinante. Por exemplo, o *quem* é sempre descrito como *que pessoa*; o *que* como *que coisa*; etc:

- (31) a. [_{wh} **Que** [_{NP} **pessoa**] a Maria convidou para a festa]?
b. [_{wh} **Que** [_{NP} **presente**] você quer ganhar no Natal]?

Ao contrário, nas relativas é o NP que é seguido pelo pronome-wh (NP+wh):

- (32) a. João convidou para a festa [_{NP} **a pessoa** [_{wh} **que** Maria pediu]].
b. João convidou para a festa [**quem** a Maria pediu].

Na relativa com núcleo (entre colchetes em (32a)), o NP sempre precede o pronome-wh. Da mesma forma, na RL (entre colchetes em (32b)), o *quem* é descrito como a *pessoa que*. Portanto, como o pronome-wh *quem*, em (30b), pode ser substituído por *que+NP* (*que tipo de festa*), dizemos que ele está em uma estrutura claramente interrogativa.

Além desses dois testes, uma RL pode ser distinguida de uma interrogativa encaixada por meio de, pelo menos, outras duas maneiras. A primeira distinção diz respeito à extração. RLs são ilhas fortes (ROSS, 1967) e não permitem que nenhum constituinte seja extraído de dentro delas, quer seja argumento, (33a), quer seja adjunto, (33b):

- (33) a. *Quem_i você comeu [o que t_i cozinhou]?
b. *[Que poesia]_i a Ana chorou [quando o Pedro declamou t_i].

Ao contrário, as interrogativas permitem extração de complemento para fora do CP:

(34) a. ?[Que poesia]_i a Ana perguntou [quando o Pedro declamou t_i].

A segunda diferença é quanto à marcação de caso. Vimos anteriormente que uma RL tem a mesma distribuição sintática de DPs.⁷ Sendo um DP, ela necessariamente precisa ser marcada por caso. Por isso, é de se prever que a ocorrência de uma RL é favorecida em posições casuais, como a de sujeito em (35a):

(35) a. [O que João fez] abalou os amigos.
b. Abalou os amigos [que o João tenha sumido].

Isto é, [*o que o João fez*] figura naturalmente no SpecIP. Por outro lado, em (35b) [*que o João tenha sumido*], por não poder ser reduzido a um DP, não figura naturalmente no SpecIP: sua posição mais natural é à direita do verbo e, portanto, não é uma RL. Esta afirmação fica até mais clara se consideramos (36):

(36) a. Ela tem medo de [quem a reprime].
b. *Ela tem medo [quem a reprime].
c. Ele tem medo [que o professor a reprima].

Sabemos que uma categoria [+N] é incapaz de atribuir caso. Assim, quando um nome tem um argumento, como é o caso do nome *medo* em (36a), esse argumento precisa ser preposicionado. (36b) mostra que, se a

⁷ Temos que tomar cuidado com alguns verbos que são ambíguos, como, por exemplo, o verbo *saber*:

(i) a. Maria sabe [_{CP} se Pedro chegou de viagem]?
b. Maria sabe [_{DP} o caminho para a Universidade].

A sentença entre colchetes em (i.a) é uma interrogativa encaixada do tipo *sim/não*. Em (i.b) o verbo *saber* seleciona um DP como seu complemento; portanto, a sentença entre colchetes poderia ser substituída por uma RL (aqui o verbo *saber* tem o sentido de *conhecer*). (MEDEIROS JÚNIOR, 2005, p. 17).

preposição não é inserida, a sentença fica agramatical. Por outro lado, a preposição não é obrigatória em (36c), o que nos permite concluir que [*que o professor a reprima*] não deve ser um DP e, portanto, não é uma RL. Em conclusão, o aparato para que o Filtro do Caso não seja violado deve estar disponível na estrutura.

Consideremos, agora, uma RL e uma interrogativa que funcionam como objeto direto de um verbo, como as de (37):

- (37) a. João esbofeteou [quem beijou a Maria].
- b. João quer saber [quem beijou a Maria].

De acordo com o que estamos defendendo, a RL precisa de caso. A fonte só pode ser o verbo transitivo *esbofetear*, e o caso tem que ser acusativo. Como *quem* é um pronome relativo que corresponde a um DP, ele é capaz de assimilar o caso de que a relativa precisa. Assim, o caso acusativo é atribuído naturalmente. Poderíamos pensar que o mesmo ocorre em (37b), mas, de acordo com a distinção de van Riemsdijk (2000), uma interrogativa encaixada não é um DP. Então, o caso não é relevante para a interrogativa e o fato de ela ser introduzida, por um pronome-wh, que é um DP, é acidental. De fato, introduzindo a interrogativa poderíamos ter qualquer pronome interrogativo-wh sem mudar o estatuto de complemento da sentença. É o que mostra (38):

- (38) O João perguntou [**com quem/onde/quando/por que/como** a Maria vai casar].

Em resumo, nessa seção, vimos as diferenças entre uma RL e uma interrogativa encaixada: a RL é constituída na ordem NP+wh; não permite inserção do (*é*) *que* e nem extração de constituintes. Já a interrogativa encaixada é estruturada na ordem wh+NP e permite tanto a extração de constituintes como a inserção do (*é*) *que*. Por último, verificamos que uma RL figura como um DP e, por isso, precisa ser marcada por caso. Dessa forma, o pronome-wh, que inicia uma RL,

tem que ser compatível com o caso que um núcleo da sentença matriz atribui. É isso que veremos a seguir.

REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE

O Requerimento de Compatibilidade (RC), proposto por Bresnan e Grimshaw (1978), estipula que uma RL só é gramatical se o pronome-wh respeitar as exigências de caso e/ou categoria dos dois núcleos envolvidos na construção da sentença:

(39) João comprou [_{DP}[_{DP}o que]_i a Maria pediu *ec*]_i.

Em (39), temos o chamado *full matching effect* (requerimento de compatibilidade total/pleno) porque ambos os núcleos selecionam um DP como seu argumento – os verbos, *comprar* e *pedir* selecionam um DP (*category matching*) como seu argumento interno e a eles atribuem caso acusativo (*case matching*).

Grosu (1994) percebeu que os RCs variam de acordo com as línguas. Assim, ele dividiu as línguas naturais em três tipos: aquelas com os RCs Pleno/Total (inglês, francês, hebreu, russo e italiano); aquelas que não apresentam os RCs (latim e alemão antigo), e aquelas línguas com RC Parcial (finlandês, espanhol, catalão e romeno). O PB se encaixa nessa última categoria:

(40) Eu só ajudo [**de*] quem eu gosto].

Em (40), a sentença só é gramatical se o pronome-wh satisfizer os requisitos categoriais do núcleo da sentença matriz *ajudar*. Se o pronome-wh satisfizer os requisitos categorias da sentença encaixada (que seleciona um PP), a sentença será agramatical. Essa sentença nos leva a formular uma regra geral para as RLs do PB:

- (41) **Regra Geral:** uma RL só é gramatical no PB se a sentença-wh não violar os requerimentos de categoria exigidos por um núcleo da sentença matriz.⁸

Em resumo, em PB, o pronome-wh é sempre da categoria requerida por um núcleo da sentença matriz. Assim, dizemos que a propriedade que define uma RL em PB é: sentença wh que não pode violar os requerimentos categoriais da sentença matriz.

A QUESTÃO DAS RELATIVAS INFINITIVAS

Existe um tipo de sentença, considerada por alguns linguistas como RL, que não respeita a regra geral descrita em (41) acima:⁹

- (42) a. João não tem [[com quem]_i conversar *ec*]_j.¹⁰
b. Maria achou [[do que]_i se lamentar *ec*]_j.
c. João procura [[para onde]_i ir *ec*]_j.
d. Paulo já arranjou [[com quem]_i casar *ec*]_j.

Em (42), o verbo da sentença encaixada está no infinitivo e seleciona um PP como seu argumento interno. Quando o pronome-wh se move para a periferia esquerda da sentença, ele leva consigo a preposição que lhe fornece caso oblíquo. Ou seja, em (42), o PP respeita os requisitos do verbo da sentença encaixada, mas não os do verbo da sentença matriz, constituindo, assim, uma violação à regra geral descrita em (41).

⁸ Parece que, quando a preposição é lexical, ela dificilmente pode ser apagada:

(i) a. *Eu conheço [quem a Maria casou **com**].

b. *João detesta [quem o filho anda **com**].

⁹ Caponigro (2001) divide as RLs em definidas e indefinidas (cf. (42)); Grosu e Landman (1998) em *realis* e *irrealis* (cf.(42)); Izvorsky (1998) em sentenças relativas indicativas e não indicativas (cf. (42)) e, Hirschbühler (1978) as classifica em finitas e infinitivas (cf. (42)).

¹⁰ As sentenças em (42a-c) foram adaptadas de Medeiros Júnior (2005, p. 83).

Além de não se sujeitarem aos RCs, essas sentenças apresentam algumas propriedades que são elencadas em Marchesan e Miotto (em prep.):¹¹

PROPRIEDADE 1: Ocorrem com um conjunto muito restrito de verbos: ter, haver, procurar, encontrar, escolher, arranjar e haver.¹²

PROPRIEDADE 2: Só ocorrem em posição de subcategorização (BRITO, 1988, p. 371);

PROPRIEDADE 3: São naturais em contextos de indefinidade (CAPONIGRO, 2001) – são parafraseadas por DPs indefinidos:

(43) a. Paulo não tem [_{RL}_{infinitiva} a quem pedir ajuda].

b. Paulo não tem [_{DP}_{indefinido} uma pessoa/algum [a quem pedir ajuda]].

PROPRIEDADE 4: Apresentam estrutura equivalente às sentenças em que há um antecedente expresso (SUÑER, 1984, p. 365-366 apud MÓIA, 1996, p. 172):

(44) a. O Paulo não tem [_{RL}_{infinitiva} com quem discutir o assunto]. (MÓIA, 1996, p. 173).

b. O Paulo não tem *ninguém* [com quem discutir o assunto].

c. O Paulo não tem *nenhuma pessoa* [com quem discutir o assunto].

Observe que o núcleo nominal das relativas com núcleo se limita a expressões que apresentam efeitos de definitude, como: *ninguém*, *nenhuma pessoa*, *nenhum garoto*, etc.

PROPRIEDADE 5: Ao contrário das RLs, essas estruturas não se comportam como ilhas para o movimento, como o exemplo de Mória (1996, p. 173):

(45) Estes são alguns dos livros [que]_i eu não tenho [a quem]_i dar [v]_j [v]_i.

¹¹ Todos os exemplos utilizados nessa seção foram retirados de Marchesan e Miotto (em prep.).

¹² A lista desses verbos foi retirada de vários autores, dentre eles: Brito (1988, p. 372 apud MÓIA, 1996, p. 172), Izvorsky (1998), Caponigro (2001) e Suñer (1984, p. 372 apud MÓIA, 1996, p. 172).

Como vimos, as chamadas RLs infinitivas apresentam várias características que as diferem das RLs ‘canônicas’. Essas características constituem um problema para uma análise unificada das RLs. Há diferentes análises que tentam resolver esses problemas, dentre elas destacamos o trabalho de Izvorski (1998), Caponigro (2001) e o trabalho de Móia (1996). Porém, como esse texto tem por objetivo apenas descrever o funcionamento das RLs do PB, não vamos nos dedicar aos vários estudos que tentam resolver o problema das relativas infinitivas. Descreveremos somente aquela que julgamos mais apropriada, que é a proposta de Marchesan e Miotto (em preparação).

PROPOSTA DE MARCHESAN E MIOTTO

Em seu artigo, Marchesan e Miotto (em prep.) salientam que existem dois tipos de RLs infinitivas: as que respeitam o RC (46a) e as que não o respeitam (46b):

- (46) a. O João não tem [o que fazer nos sábados].
- b. João não tem [com quem conversar no sábado].

A RL de (46a), apresenta uma única propriedade em comum com as RLs ‘canônicas’: obedece aos RCs. As outras propriedades elencadas acima não pertencem às RLs ‘canônicas’.

Apesar dessas discrepâncias, os autores defendem que uma sentença que, no mínimo, obedece aos RCs deve ser considerada RL. Ou seja, a principal propriedade das RLs no PB é: sentença-wh que não pode violar os RCs de categoria da sentença matriz. Sendo assim, (46a) é considerada uma RL e (46b) não é considerada uma RL porque o PP [*com quem*] não atende aos requerimentos do verbo matriz [*ter*], que seleciona um DP.¹³

¹³ Estamos supondo aqui que o verbo [*ter*] seja um verbo transitivo e não um inacusativo.

Para entender a diferença dessas duas sentenças, os autores propõem que parafraseemos a sentença (46b) acima em relativa com núcleo:

(47) João não tem uma **pessoa** com quem conversar no sábado.

Observe que a expressão-wh não muda de forma em nenhuma das estruturas (46b-47) *com quem*. Esse comportamento é inesperado se o comparamos com o de uma RL verdadeira:

- (48) a. Ela gosta de **quem** gosta de poesia.
b. Ela gosta das pessoas **que** gostam de poesia.
c. *Ela gosta das pessoas **quem** gosta de poesia.

Ao contrário de (47), em (48b) o elemento wh muda de forma: de *quem* para *que*.¹⁴

Se tentamos parafrasear uma RL infinitiva verdadeira¹⁵ por uma relativa com núcleo, de modo semelhante a (47), não obtemos sucesso:

- (49) a. João sempre tem quem perturbar.
a'. *João sempre tem uma pessoa quem/que perturbar.
a". João sempre tem uma pessoa para perturbar.

A sentença (49) pode ser parafraseada por sentenças finais, mas a rigor não por relativas com núcleo (49a').

A conclusão que os autores tiram dessas observações é que temos dois tipos de sentenças relativas infinitivas: as do tipo de (46a), que são RLs verdadeiras porque respeitam o RC, e as do tipo de (46b), que não são RLs.

Para eles, as sentenças do tipo de (46b) são relativas com núcleo nominal indefinido em que todo o DP antecedente é omitido. Esse tipo de sentença permite a omissão do DP (ao contrário das outras relativas

¹⁴ Lembre-se do que foi dito em seções anteriores: os pronomes-wh *quem* e *o que* não podem encabeçar relativas com núcleo a não ser que uma preposição quebre a adjacência entre o nome e o pronome-wh.

¹⁵ Lembre-se que as RLs infinitivas verdadeiras são somente aquelas que respeitam o RC.

com núcleo) porque ele é previsível. Como essas sentenças ocorrem com existenciais, como afirma Caponigro (2001, p. 3), “*mainly the equivalents of existential be and existential have*”, é previsível que o DP antecedente esteja sempre sujeito aos Efeitos de Definitude (BELLETTI, 1988). Ao ser resgatado, ele só vai poder ser o equivalente de *alguma pessoa/alguém* ou *alguma coisa/algo*.

Com essa hipótese, de que algumas relativas infinitivas são relativas com núcleo, os autores conseguem explicar por que algumas infinitivas não respeitam o RC: não respeitam porque não são RLs, mas sim relativas com núcleo (o RC não ocorre nas relativas com núcleo). Também explica por que essas sentenças são sempre indefinidas: o núcleo nominal só pode ser omitido porque ele é previsível, é sempre uma expressão que apresenta efeitos de definitude do tipo *nenhuma pessoa, nenhum menino* etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, verificamos quais são as características de uma RL no PB: sentença encaixada e encabeçada por pronomes-wh que incorporam o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo. Além disso, vimos que: os pronomes relativos *quem*, *o que* e *quanto* podem introduzir relativas com núcleo desde que sejam complemento de preposição; as RLs iniciadas por esses pronomes (*quem*, *o que* e *quanto*) têm distribuição de DPs; ao contrário, os pronomes-wh *quando*, *onde* e *como* podem introduzir uma relativa com núcleo sem ser complemento de preposição; dentre esses últimos, os pronomes-wh *quando* e *onde* se distribuem ambigualmente entre ser um DP ou PP. Por fim, observamos que uma RL nunca pode ser encabeçada por uma preposição, mas pode ser complemento de uma delas. A partir das características das RLs, propomos alguns testes para diferenciar uma RL de uma interrogativa encaixada: a RL é constituída na ordem NP+wh; não permite inserção do (*é*) *que* e nem extração de constituintes; e apresenta a semântica de maximização. Já a interrogativa encaixada é estruturada na ordem wh+NP; permite tanto a extração de

constituintes como a inserção do (*é*) *que*. Vimos também que uma RL figura como um DP e, por isso, precisa ser marcada por caso. Além disso, o pronome relativo-*wh*, que inicia uma RL, tem que ser compatível com a categoria exigida pelo núcleo da sentença matriz. Encerramos este artigo com as RLs infinitivas, um tipo de RL que parecia violar o RC. Concluimos, seguindo Marchesan e Mioto (em prep.), que as ‘infinitivas’ que não respeitam os RCs não são RLs, mas sim relativas com núcleo em que o núcleo é omitido porque ele é previsível (é sempre um indefinido do tipo: *nenhum, alguém, algum menino*, etc.).

CLIVADAS E A FOCALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

SANDRA QUAREZEMIN (UFSC)

INTRODUÇÃO

Os elementos focalizados aparecem destacados na sentença no Português Brasileiro (doravante PB) sob duas formas: (i) por meio da sintaxe; (ii) através de uma combinação entre prosódia e uma posição sintática específica de foco. O uso recorrente das construções clivadas (de todos os tipos), não só nos casos de foco contrastivo, é um forte indício de que os falantes do PB preferem destacar o constituinte focalizado, seja ele sujeito ou objeto, na sintaxe. Se a focalização fosse puramente prosódica, a estratégia *in situ* não dividiria espaço com a estratégia clivada nos casos de foco de informação. E ela apareceria em número mais significativo nos casos de foco contrastivo. Além disso, as partículas morfológicas de foco e tópico, presentes em algumas línguas naturais, apontam para a existência de posições específicas na estrutura sintática para os constituintes que veiculam propriedades sintáticas e semânticas, como o foco. As sentenças clivadas desempenham um papel importante no processo de focalizar os constituintes em PB. O objetivo deste artigo é mostrar como as sentenças clivadas se comportam enquanto uma estratégia de focalização empregada pelos falantes do PB.

¹ O presente artigo faz parte de um estudo mais abrangente sobre as estratégias de focalização no Português Brasileiro, desenvolvido durante a minha estada na Università di Siena/Itália, no período do doutorado sanduíche. Agradeço aos professores Luigi Rizzi e Adriana Belletti pelos valiosos comentários e sugestões. Também agradeço à professora Roberta Pires de Oliveira pela leitura atenciosa deste artigo e ao professor Carlos Miotto por ter me orientado neste estudo. Todas as falhas remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

O mecanismo utilizado na focalização de constituintes muda de acordo com a sintaxe das línguas. Há línguas que permitem flexibilidade/variação na ordem de constituintes nas sentenças, como o italiano, o espanhol, o Português Europeu, o grego. E há línguas que não apresentam essa possibilidade de variação da ordem dos constituintes, como o inglês e o francês. O primeiro grupo permite que um sujeito apareça em posição pós-verbal na sentença quando tem a interpretação de foco de informação, enquanto o segundo grupo não dispõe desse recurso para focalizar o sujeito.

Os falantes do PB empregam as sentenças clivadas porque essa língua não permite variação na ordem dos constituintes; a mesma situação é encontrada em francês. O PB é uma língua que emprega uma clivada sujeito em contexto pergunta-resposta e não permite uma clivada objeto nesse mesmo contexto. Mas permite que uma pseudoclivada, tanto sujeito quanto objeto, responda uma interrogativa-Wh. Esse estado de coisas aponta para uma análise que diferencie a estrutura sintática desses dois tipos de sentenças. Quando analisamos paralelamente as estratégias de focalizar o sujeito e o objeto, verificamos que uma proposta de análise unificada para as sentenças clivadas não é satisfatória.

Antes de tratar das sentenças clivadas, apresento uma seção que trata de como o foco é identificado neste estudo. Em um segundo momento, abordo o critério foco e a sua implicação na sintaxe. Por fim, proponho uma análise para as sentenças clivadas empregadas como estratégia de focalização do sujeito e do objeto em PB.

IDENTIFICANDO O FOCO

O foco é definido como o constituinte que veicula a informação não pressuposta na sentença. Não se trata da dicotomia informação nova *versus* informação velha; antes, analisamos as sentenças por meio da articulação foco-pressuposição.² Há dois tipos maiores de

² De acordo com Zubizarreta (1998, p. 160-161), não é seguro trabalhar com a dicotomia

foco na literatura: o foco amplo e o foco estreito. O primeiro é visto frequentemente como um foco que não desencadeia uma relação operador-variável, enquanto o segundo desencadeia a relação operador-variável por meio de uma configuração de escopo. Neste artigo, trato apenas do foco estreito.

O contexto desempenha um papel fundamental na identificação do foco de uma sentença, a não ser que a sintaxe dela explicita que houve uma operação de focalização, como o que acontece com as clivadas. A operação se processa de tal forma que a estrutura resultante tem uma posição destinada para o constituinte focalizado. De fato, se aplicamos o processo de clivagem à sentença (1), obtemos (2):

- (1) O João parou de fumar.
- (2) a. Foi o João que parou de fumar.
b. Foi parar de fumar que o João fez.
c. ?Foi de fumar que o João parou.

O foco em cada uma das sentenças em (2) é o constituinte situado entre a cópula *foi* e o complementizador *que*. Isso pode ser assegurado sem que precisemos recorrer a contextos previamente estabelecidos.

Entretanto, se não é construída na sintaxe uma estrutura que indique qual é o foco, precisamos recorrer ao contexto para identificar o constituinte focalizado. É o que faz Zubizarreta (1998). Tendo em vista dois tipos de foco e o traço semântico [contraste], a autora fixa uma interrogativa-Wh como um contexto para o foco não contrastivo, entendido como a informação que a pergunta solicita; e uma afirmação prévia como um contexto apropriado para o foco contrastivo, entendido como uma correção da afirmação prévia.

informação nova/velha da sentença, visto que a informação velha também pode ser focalizada. A autora fornece alguns exemplos, como em (i), nos quais o elemento focalizado foi mencionado no discurso precedente.

- (i) A: João comeu um hambúrguer ou um cachorro-quente?
B: João comeu um [_F hambúrguer].

Consideremos (3):

- (3) a. O que o João comeu?
b. O João comeu [_F a torta].³

O constituinte *a torta*, que responde a pergunta (3a) substituindo a expressão-Wh, é o foco não contrastivo da sentença (3b). A pergunta, além de estabelecer o foco da sentença, pois solicita ao ouvinte que ele forneça uma informação desconhecida por parte do falante, também determina qual é a pressuposição.

O foco contrastivo é identificado em um contexto como (4):

- (4) a. O João comeu um pastel.
b. O João comeu UMA TORTA (não um pastel).

O constituinte focalizado em (4b), além de veicular a informação que funciona como uma correção, apresenta um contraste em relação a outro constituinte, a expressão entre parênteses. Este foco nega o valor da variável da afirmação contextual, para, em seguida, atribuir um novo valor a ela. Assim, em (4b), o falante nega o valor estabelecido para a variável *x* (*um pastel*) e introduz um novo valor para ela (*uma torta*). Neste artigo, trabalharemos com esses dois tipos de foco.

CRITÉRIO FOCO

De acordo com a abordagem cartográfica assumida neste trabalho (RIZZI, 1996, 1997; BELLETTI, 2001), um constituinte com função discursiva de foco deve estar em uma posição específica para que satisfaça o critério foco, correspondente ao critério-Wh, proposto por Rizzi (1996, 1997 e trabalhos posteriores).

Critério Foco:

³ Empregamos F subscrito para marcar o foco de informação (não contrastivo) nas sentenças. O foco contrastivo é marcado com o uso de letras maiúsculas.

- (i) Um operador [Foc] deve estar em configuração Spec-núcleo com um X° [+ Foc].
- (ii) Um X° [+Foc] deve estar em configuração Spec-núcleo com um operador [Foc].

O critério foco pode ser satisfeito de duas formas: com o núcleo Foc fonologicamente realizado ou com o núcleo Foc vazio, sem realização fonológica. Algumas línguas, como o japonês e o gungbe, apresentam uma partícula morfológica de foco identificada como o núcleo Foc, como observamos nas sentenças do gungbe abaixo (ABOH, 2004).

- (5) Un nywen dò [Sètù yà [Màrí wε é dà
 Isg know that [Setu top Mary foc 3sg marry
 'I know that, as for Setu, he married Mary'
 (Eu sei que, quanto ao Setu, ele casou com Mary)

Nesses casos, a partícula foco (como *wε* em (5)) é inserida diretamente em Foc, entrando em relação de concordância com o constituinte que está à sua esquerda na sentença.

Nas línguas que não apresentam nenhuma partícula morfológica de foco, como o italiano, o espanhol, o francês, o critério foco pode ser satisfeito por meio da *concordância dinâmica* (RIZZI, 1996, 1997) com o núcleo Foc dotado do traço [+F], sem nenhuma realização fonológica. O PB não apresenta nenhuma partícula morfológica de foco, como as que aparecem em gungbe e em japonês, mas, em alguns casos, a cópula e o complementizador preenchem o núcleo Foc. Dessa forma, podem ser considerados morfemas foco em PB. Isso ocorre nas sentenças clivadas, como veremos nas seções que seguem.

CLIVAGEM: UMA ESTRATÉGIA DE FOCALIZAÇÃO EM PB

Duas estratégias são escolhidas pelos falantes do PB quando focalizam o sujeito e o objeto: a focalização *in situ* (sentenças SVO) e a clivagem (sentenças clivadas e pseudoclivadas). Denominamos clivagem

a um processo de focalizar constituintes que ocorrem sob várias formas, resultando diferentes rótulos para cada tipo de sentença, como verificamos em (6).

- (6) a. Foi a Maria que beijou o Pedro. (Clivada plena)
- b. A Maria foi que beijou o Pedro. (Clivada invertida)
- c. A Maria que beijou o Pedro. (Clivada truncada⁴)
- d. Quem beijou o Pedro foi a Maria. (Pseudoclivada)
- e. Foi a Maria quem beijou o Pedro. (Pseudoclivada invertida)
- f. A Maria foi quem beijou o Pedro. (Pseudoclivada invertida)
- g. Foi a Maria. (Pseudoclivada reduzida).

O recurso da clivagem é mais empregado pelos falantes nos casos de foco contrastivo (QUAREZEMIN, 2009) e quando o foco é o sujeito da sentença (FERNANDES, 2007; GUESSER, 2007). Se o foco é de informação, o objeto raramente aparece clivado. De acordo com os resultados do experimento realizado por Quarezemin (2009)⁵ para verificar as estratégias de focalização em PB, os falantes dessa variedade do português preferem deixar o objeto *in situ* quando ele é focalizado informacionalmente. Apenas 5,7% dos casos analisados apresentam o objeto destacado por meio da clivagem, sendo que nenhuma clivada plena foi empregada pelos falantes, apenas sentenças pseudoclivadas plenas e reduzidas, como os exemplos dados em (6d) e (6g).

Quando o objeto é foco contrastivo, a clivagem sobressai à estratégia da focalização *in situ*. Nos resultados de Quarezemin (2009), verificamos 93,7% de sentenças clivadas contra 6,3% de sentenças SVO.

⁴ O termo clivada truncada foi primeiramente empregado por Guesser (2007). Seguimos a autora e usamos este rótulo para as sentenças do tipo [XqueOV].

⁵ A autora realizou dois experimentos: um questionário do tipo “múltipla escolha” e um questionário que não fornecia nenhuma resposta. Neste último, os falantes deveriam completar a situação discursiva dada pela investigadora com uma sentença completa, entendendo por completa uma sentença não formada apenas pelo elemento focalizado. Na elaboração desses questionários, foram manipulados contextos próprios de ocorrências de objeto e sujeito focalizados. Esses contextos foram intercalados e misturados com outros contextos que não requeriam focalização.

No caso do sujeito foco, a clivagem é uma estratégia recorrente, seja ele foco de informação ou foco contrastivo. Os resultados do experimento realizado por Guessser (2007) para verificar as estratégias de focalização informacional do sujeito mostram um total de 50% de clivadas contra 38% de focalização *in situ* (os 12% restantes se dividem em sentenças com sujeito pós-verbal e passiva). Em relação ao sujeito foco contrastivo, Quarezemin (2009) verifica um total de 78% de clivadas contra 20% de focalização *in situ* (os 2% restantes correspondem à sentença copular especificacional).

De acordo com os resultados dos experimentos de Guessser e Quarezemin, há pelo menos dois tipos de sentenças clivadas em jogo: as clivadas que veiculam foco de informação (sujeito clivado) e as clivadas que veiculam foco contrastivo (sujeito ou objeto clivados). Cada tipo de clivada apresenta propriedades particulares, o que faz com que sejam analisadas separadamente.

CLIVADAS FOCO DE INFORMAÇÃO – SUJEITO

A sentença clivada é uma estratégia de focalização informacional do sujeito que foi identificada nos estudos de Guessser (2007) e de Fernandes (2007). De acordo com Modesto (2001) e Miotto e Negrão (2007), o constituinte clivado sempre está relacionado aos traços de contraste ou exaustividade. Concordamos com os últimos autores que há certos constituintes que, quando clivados, só veiculam uma interpretação contrastiva ou exaustiva. Mas não há como negar que uma pergunta-Wh sobre o sujeito pode ser respondida com uma sentença clivada que não implica contraste, como em (7) e (8).

- (7) a. Quem fez esse bolo?
b. Fui [_F eu] que fiz.
- (8) a. Quem compra frutas na feira?
b. É [_F a Ana] que compra frutas na feira.

Neste estudo, apresentamos uma análise que justifica o movimento de um constituinte na sentença em função das suas propriedades sintáticas e semânticas. Assim, não assumimos uma análise que defende o movimento daquilo que não é o foco.

De acordo com a abordagem cartográfica seguida neste trabalho, o foco nas clivadas sempre ocupa o especificador de FocP. O traço [+foco] é um traço criterial que deve ser checado em uma posição específica, por meio da relação especificador-núcleo. Esse traço não precisa ser apagado na sintaxe; ele resiste até as interfaces (PF e LF) sem que o sistema computacional elimine a sentença.

Mioto e Negrão (2007) propõem que o elemento clivado está sempre associado à leitura contrastiva/exaustiva. Os autores não aceitam a sentença clivada em contexto pergunta-resposta que é próprio do foco de informação. O resultado do experimento realizado por Quarezemin (2009) mostra que nenhum falante seleciona a sentença clivada como uma estratégia de resposta a uma pergunta-Wh sobre o objeto. Mas nada exclui que a clivada sujeito possa aparecer em contexto pergunta-resposta (FERNANDES, 2007; GUESSER, 2007). A clivada sujeito apresenta particularidades que não estão presentes na clivada objeto. Isso vai ao encontro da análise de Belletti (2008a, 2008c) de que a estrutura da clivada sujeito é diferente da clivada não sujeito, pois apenas a primeira pode veicular foco de informação ou foco contrastivo.

De acordo com Belletti (2009), a focalização do sujeito em francês e italiano envolve a posição focal baixa, mas de uma forma diferenciada. O italiano emprega essa posição de modo direto, enquanto o francês faz uso dela de modo mais articulado, introduzindo a cópula. Essa diferença na ativação de FocP se deve às diferentes estratégias de resposta empregadas nas duas línguas. A cópula sem conteúdo semântico empregada pelos falantes do francês torna possível a ativação da posição foco pós-verbal, como em (9a).

- (9) a. [_{TP} Ce [_T être_i [_{FocP} Jean]_j [_{VP} t_i [_{SC} t_j [_{CP} qui a parlé]]]]]
 (expletivo Foi João que falou)

b. [_{TP} *pro* [_T *ha parlato*_i [_{FocP} Gianni_j [_{vP} t_i t_j]]]]
(expletivo Falou João)

Observamos, em (9), que FocP figura como complemento do verbo lexical *parlare* em italiano; já FocP em francês figura como complemento da cópula *être*. A clivada canônica ou reduzida, que também é muito frequente em francês, permite que o sujeito foco de informação esteja em uma posição específica de foco. O uso da clivada como estratégia de focalizar o sujeito que exprime apenas informação nova é uma forma de focalização por meio de uma posição sintática particular, como ocorre nos casos de inversão livre do italiano. Belletti (2009) afirma que a clivada é um tipo de estratégia de focalização pós-verbal.

No PB, assim como no francês, não há acesso direto à posição focal baixa pelo sujeito FI.⁶ A saída encontrada pelos falantes do PB é empregar a sentença SVO com uma prosódia especial (focalização *in situ*) ou a clivada. O PB pode ser visto como uma língua que ainda permite sujeito nulo, mas que não apresenta inversão livre. Quando a inversão ocorre, está condicionada à presença de algum elemento no início da sentença (PILATI, 2006).

A análise das clivadas sujeito FI do PB proposta neste estudo assume em parte a análise de Belletti (2008a, 2008c), para o Francês, e em parte a análise de Miotto e Negrão (2007), para o PB. Defendemos que o complementizador *que* das clivadas é a realização de um morfema foco; por isso, vem da numeração marcado como [+F]. Seguimos Miotto e Negrão e propomos que o constituinte clivado sofre movimento A'. No caso da clivada que veicula um sujeito FI, a focalização ocorre na periferia de vP, como propõe Belletti. Na análise da autora, o complementizador se origina em Fin⁷ e ali permanece. Na análise de Miotto e Negrão, o complementizador é a realização de Foc.⁸ Propomos aqui que o

⁶ Nesta seção e na seção seguinte, empregamos o rótulo FI para foco de informação e FC para foco contrastivo.

⁷ De acordo com a proposta de Rizzi (1997), as categorias ForceP e FinP são as extremidades do sistema CP. Fin é o núcleo da projeção responsável pela finitude da sentença.

⁸ Miotto (2001, p. 26) propõe que o verbo *ser*, em uma sentença clivada, seleciona um CP com

complementizador se origina em Fin, mas se move para Foc por ser um morfema foco em PB. Esse movimento é do mesmo tipo do movimento do complementizador para Force nas sentenças subordinadas (BELLETTI, 2008c). Também concordamos com Belletti (2008a, 2008c) que o CP das clivadas não é do mesmo tipo do CP das subordinadas. A autora afirma que nas clivadas, em geral, o CP é reduzido/truncado, sem a projeção da categoria ForceP.

A representação para a clivada sujeito FI proposta aqui é como (10c).

- (10) a. Quem comprou as flores?
 b. Foi [_F a Maria] que comprou as flores.
 c. [_{TP} *pro* [_T Foi [_{FocP} A Maria_i [_{Foc} que _{+F} [_{VP} <ser> [_{FinP} <que _{+F}> [_{TP} comprou t_i as flores]]]]]]]]]]

Na representação em (10c), a cópula vai para T. O complementizador, que é um morfema foco, deixa a sua posição e vai para Foc, de onde sonda o constituinte que deve ocupar o especificador de FocP. Por razões de Minimalidade Relativizada (que discutiremos a seguir), o sujeito *a Maria* é o único constituinte que pode preencher Spec FocP na periferia da cópula, que é uma posição argumental.⁹ O sujeito sai da posição temática para evitar um congelamento criterial na posição sujeito da subordinada.¹⁰ Assim, o critério foco é satisfeito e a sentença está pronta para ser enviada aos componentes de interface, PF e LF. Seguimos Belletti, que propõe que o CP introduzido pelo complementizador é um

um traço [(-wh,)+foc] para ser verificado; o foco ocupa o especificador e o *que* está no núcleo de uma categoria sincrética que incorpora um ForceP declarativo e um FocP [(-wh)].

⁹ É difícil definir a natureza da posição FocP baixa em relação à distinção A/A'. Diferentemente da posição FocP na periferia esquerda da sentença, que é uma posição A', a posição baixa de foco também está relacionada a propriedades argumentais, como concordância. Rizzi (c.p) propõe que FocP na periferia de vP seja considerada uma posição mista que envolve propriedades criteriais (A') e propriedades gramaticais (A).

¹⁰ De acordo com Rizzi e Shlonsky (2007), o sujeito também tem um critério a ser satisfeito. A posição criterial do sujeito é chamada Spec SubjP e fica logo acima de TP. O sujeito deve saltar essa posição e ir diretamente para Spec FocP para que não sofra um congelamento criterial.

CP truncado/reduzido sem a projeção da categoria Force; assim, o CP na clivada corresponde à projeção FinP ou FocP.

A ordem entre o complementizador e o foco nas clivadas é sempre [Foco-que]; já nas sentenças subordinadas, o foco sempre deve seguir o complementizador, resultando na ordem [que-Foco], como em (11).

- (11) a. O Pedro disse que a Maria leu UM LIVRO.
 b. O Pedro disse que UM LIVRO a Maria leu.
 c. UM LIVRO o Pedro disse que a Maria leu.
 d. * O Pedro disse UM LIVRO que a Maria leu.

A agramaticalidade de (11d) resulta do fato de o complementizador estar na posição mais alta do CP, em Force, e, assim, não é possível que o foco esteja acima dele, a menos que o foco esteja na periferia esquerda da sentença matriz, como em (11c). A possibilidade de o foco aparecer antes do complementizador nas clivadas indica que o *que* não está em Force.

As sentenças clivadas invertidas, como em (12), mostram que o complementizador em PB não pode ser originado diretamente em Foc. Se assim fosse, não teríamos espaço para a cópula. Ela também é um morfema foco e, nesse caso, é a realização de Foc.

- (12) a. [_F A Maria] é que comprou as flores.
 b. [_{TP} [_{FocP} A Maria_i [_{Foc} é_{+F} [_{VP} <ser_{+F}> [_{FinP} que [_{TP} comprou t_i as flores]]]]]]]]

Outra sentença clivada que também é empregada em contexto de focalização informacional do sujeito pelos falantes do PB é a sentença [*SqueVO*] que é identificada por Guessier (2007) como uma clivada truncada.

- (13) a. [_F A Maria] que comprou as flores.
 b. [_{TP} [_T Foi [_{FocP} A Maria_i [_{Foc} que_{+F} [_{VP} ser [_{FinP} <que_{+F}> [_{TP} comprou t_i as flores]]]]]]]]]]

Na clivada truncada, a cópula seleciona um CP e, em seguida, vai para T. Pelo fato de a cópula estar numa posição inicial, ela pode ser apagada sem problemas. Observamos em (13b) que a adjacência entre o foco e o complementizador se mantém. A cópula não estava entre os dois e, posteriormente, foi apagada. O emprego de uma sentença *SqueVO* pelos falantes do PB, como uma estratégia de focalização informacional do sujeito, não nos permite analisar essa sentença como um caso de deslocamento explícito do sujeito para o domínio CP.

A proposta de Belletti (2008c) para as clivadas sujeito FI é que a cópula seleciona uma SC rotulada como um CP *small*. Há uma posição EPP dentro da SC que só pode ser ocupada pelo sujeito; do contrário, fere a Minimalidade Relativizada. Para os casos de clivada não sujeito ou clivada sujeito FC, a autora segue na linha de Mioto e Negrão (2007) e afirma que a cópula seleciona diretamente um CP. Nos dois casos, o CP é reduzido, sem a categoria Force. Quando o foco é de informação, o sujeito focalizado está em Spec FocP na periferia da cópula. Quando o foco é contrastivo, sujeito ou objeto ocupam Spec FocP na periferia esquerda da sentença introduzida pelo complementizador.

O experimento de Quarezemin (2009) sobre a focalização do objeto mostra que a clivada canônica não é empregada como uma estratégia de resposta a uma interrogativa-Wh sobre o objeto. Contudo, uma pseudoclivada objeto pode ser empregada nesse mesmo contexto. Se se assume que a SC selecionada pela cópula tem um traço EPP na posição sujeito, nas clivadas que veiculam FI, como explicar a possibilidade de o objeto estar nessa mesma posição em uma pseudoclivada que responde a uma interrogativa ordinária?

A pergunta que se coloca é: assumindo a análise proposta neste estudo, o que exclui a formação da clivada objeto no contexto pergunta-resposta em PB? A clivada objeto não pode aparecer em contexto pergunta-resposta porque necessariamente envolve movimento A' do foco para uma posição específica na periferia esquerda do CP complemento. A resposta segue na linha do princípio de Minimalidade Relativizada que exclui o movimento do objeto para a posição foco na

periferia vP da cópula passando sobre o sujeito. Dessa forma, propomos que a má formação de uma clivada objeto FI ocorre devido às condições impostas pela Minimalidade Relativizada.

Mioto (2003) verifica que a pseudoclivada reproduz com fidelidade a A_2 da AS (*Assertion Structure*) do foco não contrastivo proposta por Zubizarreta (1998). Para o autor, a pseudoclivada responde uma interrogativa-Wh porque o foco está em uma posição baixa. Nesse caso, ele ocupa o especificador de Foc na periferia de vP. A representação de uma pseudoclivada segue as análises que propõem uma SC selecionada pela cópula (MORO, 1997; HEYCOCK, KROCH, 1999), com o sujeito da SC sendo o foco e o predicado sendo a relativa, como em (14). Mantemos para as pseudoclivadas com foco de informação a ativação de FocP na periferia da cópula.

- (14) a. Quem leu o livro foi [_F o Marco].
 b. [_{TP} [_{CP} Quem leu o livro]_j [_T foi [_{FocP} o Marco_i [_{vP} ser [_{SC} t_i t_j]]]]]

Em (14b), verificamos que o predicado da SC é alçado para a posição sujeito da sentença matriz. A SC selecionada pela cópula não tem um traço EPP na posição sujeito; assim, nada impede que o objeto figure nessa posição. A representação de uma pseudoclivada com o objeto focalizado informacionalmente é a mesma de (14b). O objeto focalizado ocupa Spec FocP na periferia da cópula.

A proposta deste artigo é que, em todas as sentenças clivadas com sujeito FI, seja ela uma clivada canônica, truncada, reduzida ou pseudoclivada, a posição foco baixa (na periferia da cópula) é explorada, mas de uma forma diferente. Nas clivadas, a cópula seleciona diretamente um CP como complemento, enquanto nas pseudoclivadas ela seleciona uma SC. Na próxima seção, verificaremos que as clivadas que veiculam FC não impõem nenhuma restrição quanto ao elemento focalizado, sujeito ou objeto.

CLIVADAS FOCO CONTRASTIVO – SUJEITO E OBJETO

Segundo Quarezemin (2009), a estratégia clivada sobressai significativamente à estratégia *in situ* nos casos de focalização contrastiva do sujeito e do objeto em PB. Os experimentos realizados pela autora mostram que os falantes do PB preferem destacar sintaticamente o constituinte focalizado a deixá-lo *in situ* na sentença. Esse resultado é esperado pela abordagem cartográfica que defende que um elemento com uma função discursiva específica deve estar em uma posição sintática correspondente à sua função. E as sentenças clivadas de um modo geral, clivada plena, invertida, reduzida, truncada e pseudoclivada, reservam uma posição sintática específica para o foco, seja o sujeito ou o objeto.

No que se refere às clivadas que veiculam foco contrastivo, assumimos a análise de movimento A' do foco (KISS, 1998; MIOTO; NEGRÃO, 2007; BELLETTI, 2008a, 2008c). A cópula na clivada seleciona um CP reduzido, sem Force. Como no caso das clivadas sujeito FI, o complementizador das clivadas que envolvem contraste/exaustividade não é gerado diretamente em Foc, mas origina-se em Fin. No caso específico da pseudoclivada contrastiva, a cópula seleciona uma SC.

A clivada com sujeito FC pode ser plena, como em (15); invertida, como em (16); reduzida, como em (17); e truncada, como em (18).

- (15) a. Foi A MARIA que comprou o jornal (não a Ana).
 b. [_{TP} pro [_T Foi [_{vp} <ser> [_{FocP} A MARIA_i [_{Foc} que_{+F} [_{FinP} <que_{+F}> [_{TP} comprou t_i o jornal]]]]]]]]]

Nessa representação, o sujeito foco está na periferia esquerda da sentença encaixada. O complementizador vem da numeração marcado pelo traço [+F] e, por isso, sai de Fin e vai para Foc. Assim, o critério foco é satisfeito por meio da configuração Spec-núcleo.

- (16) a. A MARIA foi que comprou o jornal (não a Ana).
 b. [_{FocP} A MARIA_i [_{Foc} foi_{+F} [_{TP} pro [_T <ser_{+F}> [_{vp} <ser_{+F}> [_{FinP} que [_{TP} comprou t_i o jornal]]]]]]]]]

Na clivada invertida (16a), o foco alcança a periferia esquerda da sentença matriz. Esse tipo de sentença mostra que o complementizador não pode ser originado diretamente em Foc. Se assim fosse, não haveria espaço para a cópula entre os dois. A cópula também é a realização de morfema foco em PB e, em algumas sentenças, é ela, e não o complementizador, que ocupa Foc.

- (17) a. Foi A MARIA.
 b. [_{TP} [_T Foi [_{VP} <ser> [_{FocP} A Maria_i [_{Foc} [_{FinP} ~~que~~ [_{TP} ~~comprou t_i o jornal~~]]]]]]]]]

Na clivada reduzida em (17a), apenas a cópula e o foco são pronunciados. Toda a sentença encaixada é apagada. Nas clivadas reduzidas, o complementizador não sai de Fin; o critério foco é satisfeito por meio da relação de c-comando local entre a cópula e o sujeito focalizado (RIZZI; SHLONSKY, 2007).

- (18) a. A MARIA que comprou o jornal (não a Ana).
 b. [_{TP} ~~Foi~~ [_{VP} <ser> [_{FocP} A Maria_i [_{Foc} que_{+F} [_{FinP} <que_{+F}> [_{TP} comprou t_i o jornal]]]]]]]]

Na derivação de uma clivada truncada, como (18a), a cópula seleciona um CP (=FocP), mas depois ela é apagada. Não há nenhum problema com o apagamento da cópula porque ela está em posição inicial. (18a) não é derivada de uma clivada invertida, como (16a). Na clivada truncada, o foco está na posição FocP na periferia esquerda da sentença subordinada, não da sentença matriz como ocorre na clivada invertida.

Outro tipo de sentença clivada muito usada em contexto de contraste/correção sobre o sujeito é a pseudoclivada. Nessa sentença, a cópula seleciona uma SC com sujeito foco e o predicado é o complemento relativo. A representação da pseudoclivada é dividida em duas partes. Na primeira, ocorre o movimento do sujeito focalizado para FocP na periferia esquerda da sentença, e, em seguida, o movimento da relativa complemento para TopP abaixo de Foc, como em (19b). Na segunda parte

da derivação, TopP complemento de Foc sofre movimento remanescente (KAYNE, 1994) para TopP acima de FocP, como em (19c).

- (19) a. Quem comprou o jornal foi A MARIA (não a Ana).
 b. $[_{TopP} [_{FocP} A\ MARIA_i [_{Foc} +F [_{TopP} [_{CPrel} Quem\ comprou\ o\ jornal]_j [_{TP}\ foi\ [_{vp} <ser> [_{SC}\ t_i\ t_j\]]]]]]]]$
 c. $[_{TopP} [_{CPrel} Quem\ comprou\ o\ jornal]_j [_{TP}\ foi\ [_{vp} <ser> [_{SC}\ t_i\ t_j\]_k [_{FocP}\ A\ MARIA_i [_{Foc} +F [_{TopP}\ TopP_k\]]]]]]]]$

Na pseudoclivada, a cópula seleciona uma SC. Quando o foco é de informação, ele ocupa Spec FocP na periferia da cópula. No caso do sujeito foco contrastivo, ele ocupa Spec FocP na periferia esquerda da sentença matriz. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário o movimento remanescente de algum tipo; caso contrário, a ordem da sentença [relativa-cópula-foco] não é obtida. Dessa forma, propomos que o complemento relativo vai para Spec TopP abaixo de FocP; como TopP também é uma posição criterial e a relativa é a informação pressuposta da sentença, ela é congelada ali. Em seguida, todo o TopP sofre movimento remanescente para a posição acima de FocP. Nenhum princípio é desrespeitado nessa derivação. Fica por explicar por que na pseudoclivada objeto esse constituinte figura como o sujeito da SC, mas não deve ser alçado para uma posição de nominativo.

As clivadas objeto empregadas como estratégia de focalização contrastiva são de dois tipos geralmente: clivada plena e pseudoclivada. A focalização do objeto não apresenta as particularidades existentes na focalização do sujeito, próprio da assimetria entre esses dois constituintes. As línguas, de um modo geral, focalizam o objeto da mesma forma. No caso das clivadas, o objeto ocupa uma posição foco na periferia esquerda da sentença encaixada. A clivada plena objeto, diferentemente da clivada plena sujeito, apenas é empregada em contexto de contraste/correção. Não é usada para responder uma interrogativa-Wh. A representação de uma clivada objeto é como em (20).

- (20) a. Foi O JORNAL que a Maria comprou (não o livro).
 b. [_{TP} *pro* [_T Foi [_{VP} <ser> [_{FocP} O JORNAL_i [_{Foc} que_{+F} [_{FinP} <que_{+F}> [_{TP} A Maria comprou t_i]]]]]]]]

Observamos que a focalização ocorre na periferia da sentença introduzida pelo complementizador e que o CP encaixado é reduzido, sem a categoria Force. Nenhum efeito de Minimalidade Relativizada ocorre na sentença porque o objeto sai da sua posição argumental e vai para uma posição A'. Dessa forma, não há problema no fato de o objeto passar pelo sujeito em Spec TP.

A cópula na pseudoclivada objeto FC seleciona uma SC, assim como ocorre com a pseudoclivada sujeito FC. A derivação é exatamente a mesma da pseudoclivada com sujeito FC, só que o elemento que ocupa Spec FocP é o objeto.

- (21) a. O que a Maria comprou foi O JORNAL (não o livro).
 b. [_{TopP} [_{FocP} O JORNAL_i [_{Foc} +F [_{TopP} [_{CPrel} O que a Maria comprou]_j [_{TP} foi [_{VP} <ser> [_{SC} t_i t_j]]]]]]]]
 c. [_{TopP} [_{CPrel} O que a Maria comprou]_j [_{TP} foi [_{VP} <ser> [_{SC} t_i t_j]]_k [_{FocP} O JORNAL_i [_{Foc} +F [_{TopP} **TopP**_k]]]]]]

A derivação de (21a) também é dividida em duas partes: primeiro ocorre o deslocamento do objeto para Spec FocP acima de TP e o movimento do CP relativo para Spec TopP abaixo do foco (21b); em seguida, todo TopP baixo sofre movimento remanescente para a posição inicial da sentença, gerando a ordem [relativa-cópula-foco], como em (21c).

A análise das sentenças clivadas mostra que a assimetria sujeito-objeto deve ser levada em consideração quando está em jogo a focalização de constituintes. Uma análise que propõe que o sujeito FI figura em uma posição no domínio CP não pode ser mantida, uma vez que o objeto FI não alcança essa mesma posição nessa língua. Essa proposta pode ser mantida nas línguas em que tanto o sujeito FI quanto o objeto FI figuram no domínio CP, como o siciliano e o húngaro (CRUSCHINA, 2004; BELLETTI, 2008a). A assimetria sujeito-objeto

presente na focalização desses constituintes não permite um tratamento unificado para as clivadas e pseudoclivadas. Propomos uma análise para elas mesmas em virtude de aparecerem significativamente como uma estratégia de focalizar tanto o sujeito quanto o objeto em PB. Esse resultado mostra que os falantes preferem destacar sintaticamente os constituintes, colocando-os em uma posição específica conforme as suas propriedades sintáticas e semânticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PB é uma língua que permite o emprego de uma clivada sujeito em contexto pergunta-resposta e não permite uma clivada objeto nesse mesmo contexto. Mas permite que uma pseudoclivada, tanto sujeito quanto objeto, responda uma interrogativa-Wh. Uma proposta de análise unificada para as estratégias de focalização de constituintes em PB não é satisfatória. Não só a estrutura da clivada é diferente da estrutura da pseudoclivada, como a estrutura de uma clivada sujeito não deve ser a mesma de uma clivada objeto.

Uma análise que considera a clivada como um caso típico de focalização contrastiva de constituintes não é adequada em PB. Esse tipo de análise dá conta dos casos de focalização contrastiva tanto do sujeito quanto do objeto, mas não explica o uso da clivada sujeito em contexto de foco de informação e o não uso da clivada objeto nesse mesmo contexto. Para contornar esse problema, foi adaptada a análise de Belletti (2008a, 2008c) para o francês às clivadas sujeito foco de informação do PB. Foram feitas algumas modificações na análise da autora para explicar alguns casos não considerados por Belletti, por exemplo, o fato de uma pseudoclivada objeto responder uma pergunta em PB. A distinção clara entre o uso da clivada sujeito e o não uso da clivada objeto para responder uma interrogativa-Wh mostra que sujeito e objeto quando clivados não ocupam a mesma posição estrutural. Ao contrário do objeto, o sujeito nas clivadas plenas nem sempre está em uma posição alta, no domínio CP; tudo depende do tipo de interpretação focal associada a ele. Se o

sujeito foco de informação ocupasse uma posição alta, no domínio CP (como defende KATO; RIBEIRO, 2005; FERNANDES, 2007), essa distinção não viria à tona.

O número elevado de sentenças clivadas nos contextos de focalização mostra que os falantes preferem marcar na sintaxe a função discursiva de um constituinte, nesse caso, o foco. E a diferença no uso da clivada sujeito/objeto em contexto que requer apenas informação nova indica que duas posições sintáticas diferentes estão em jogo: periferia da cópula (sujeito) e periferia esquerda da sentença encaixada (objeto). Dessa forma, observamos que cada tipo de foco está associado a uma posição estrutural específica, e que os componentes de interface interpretam a sentença da configuração sintática por meio de um processo transparente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DAS SENTENÇAS COMPARATIVAS

LUISANDRO MENDES DE SOUZA (FAFIUV)

INTRODUÇÃO

Na tradição gramatical portuguesa, há gramáticos que classificaram o nexos sintático estabelecido entre a oração matriz e a oração encaixada das estruturas comparativas dentro da subordinação adverbial (BECHARA, 2009). Houve também os que defenderam que as sentenças comparativas são estruturas de coordenação correlativa (ROCHA LIMA, 1959). Já na tradição linguística, há autores que propuseram analisar as sentenças comparativas nas línguas naturais como coordenadas (HENDRIKS, 1995; LECHNER, 2004; MOLTMANN, 1992; NAPOLI, 1983) ou subordinadas (BRESNAN, 1973; CHOMSKY, 1977; VON STECHOW, 1984)¹. Considerando a língua portuguesa, Menezes (1989) sugeriu que as sentenças comparativas são semelhantes às coordenadas. Matos e Brito (2002, 2003, 2008) vêm argumentando que há uma série de propriedades que aproximam as construções comparativas no Português Europeu das sentenças coordenadas. Marques (2003) assume a subordinação relativa. Este artigo objetiva discutir brevemente tais análises e a relação entre as expressões comparativas e seus complementos, tema ainda pouco abordado na literatura.

Este trabalho se organizará como uma resposta a dois aspectos importantes da sintaxe das sentenças comparativas: sua organização sintática e a relação entre as expressões comparativas *mais*, *menos* e *tão*/

¹ Cito aqui apenas as análises para a língua inglesa. Para um estudo comparativo entre as línguas românicas, ver Price (1990) e Matos e Brito (2008).

tanto... quanto e a oração de grau, o constituinte *do que XP*. Discutiremos algumas propostas presentes na literatura e apresentaremos sugestões de análise. Na primeira seção, veremos o que a literatura propôs para o primeiro aspecto. Argumentaremos que há propriedades importantes das sentenças comparativas no Português Brasileiro que não são capturadas por uma análise como coordenação. Quanto ao segundo aspecto, ele será discutido na segunda seção do trabalho. Assumiremos que a relação entre as expressões comparativas e os seus complementos oracionais envolve seleção lexical (l-selection), checada via núcleo-complemento (BRESNAN, 1973; BHATT; PANCHEVA, 2004). Também, mostraremos que a oração de grau é gerada tardiamente, após o alinhamento do quantificador comparativo, *a la* Bhatt e Pancheva (2004).²

O QUE SÃO AS ORAÇÕES COMPARATIVAS

COMPARATIVAS COMO COORDENADAS

Considerando a língua portuguesa, Menezes (1989) foi o primeiro a propor que as construções comparativas se assemelham às construções coordenadas. Para ele, o principal argumento é o fato de que os mesmos processos de elipse que vemos em coordenadas (1) são vistos em sentenças comparativas (2).

- (1) a. Justino machucou a Rosa e Jorge ___ a Maria.
b. Olinto deu flores a Maria e Angelo ___ a Joana.
c. Olinto deu a Maria flores e Angelo ___ bombons.

- (2) a. Justino machucou mais a Rosa do que Jorge ___ a Maria.
b. Olinto deu mais flores a Maria do que Angela ___ a Joana.
c. Olinto deu a Maria mais flores do que Angelo ___ bombons.
(MENEZES, 1989, p. 9).

² Para uma apresentação e discussão dos principais aspectos sintáticos relevantes das sentenças comparativas no PE, ver Brito; Matos (2003) e Marques (2003); para o PB, ver Souza (2010).

Menezes defende que a ocorrência dos mesmos processos elípticos, elipse lacunar em (1a) e (2a) e elipse do verbo mais um dos seus complementos (1bc) e (2bc), é possível porque, em ambas as estruturas, a configuração sintática é semelhante, seja ela na Forma Lógica, o constituinte apagado não c-comanda seu antecedente, numa análise que se aproxima da defendida para casos de Apagamento do Antecedente Contido (*Antecedent Contained Deletion*) (MAY, 1985).

Por seu turno, Matos e Brito (2002; 2008) defendem que as orações comparativas canônicas no PE são estruturas de coordenação correlativa. Três evidências são elencadas pelas autoras: temos efeitos de CSC (*Coordination Structure Constraint*, cf. ROSS, 1967), extração ATB (*Across-the-Board*) e elipse lacunar (*Gapping*), fenômenos típicos de coordenação.

- (3) a. O Luís é mais inteligente do que o João é trabalhador.
 b. *O que_i é o Luís mais t_i do que o João é trabalhador?
 c. O que_i é o Luís mais t_i do que o João é t_i ?
 d. Ele lê mais romances aos alunos do que ela [-] aos filhos. (MATOS; BRITO, 2008, p. 312).

No PB, não vemos efeitos de CSC (4ab). Veja que a sentença dada como agramatical (3b) pelas autoras é perfeita no PB. Além disso, elipse lacunar não parece ser exclusiva das orações coordenadas (4c), assunção feita na medida em que consideramos a oração sob *antes que* como subordinada (adverbial adjungida).

- (4) a. O que que o Luis é mais ____ do que o João é trabalhador?
 b. Quem_i que t_i é mais alto que o Pedro?
 c. João apresentou a Maria pra mim antes que [*pro* apresentou] a Joana pra você.

Outro argumento contra a coordenação é o fato de podermos mover a oração comparativa em algumas construções, seja para formar uma pergunta-Wh (5b) ou para deslocar a oração de grau (5c), o que não

seria permitido se esse constituinte fosse um conjunto. Compare com sentenças coordenadas simples (6):

- (5) a. O João é mais alto do que o Pedro.
b. Do que quem que o João é mais alto?
c. Do que o Pedro, o João é mais alto.

- (6) a. João almoçou e saiu dar uma caminhada.
b. *Fez o que que João almoçou e? (cf. João almoçou e fez o quê?)
c. *E saiu dar uma caminhada, João almoçou.

Entretanto, esse movimento não é permitido em comparativas oracionais, estruturas em que temos um verbo explícito na oração comparativa. Vejamos os casos (7), e especialmente (8), que envolvem subapagamento comparativo.³

- (7) a. João é mais alto do que eu pensava.
b. ??Do que eu pensava, João é mais alto.
c. Maria é mais bonita do que sua mãe era na idade dela.
d. ?Do que sua mãe era na idade dela, Maria é mais bonita.

- (8) a. A porta é estreita mais do que a mesa é larga.
b. ?Mais do que a mesa é larga, a porta é estreita.

Contrastes desse tipo foram usados por Napoli (1983) e Hendriks (1995) como evidência para se assumir que as comparativas no inglês possuem duas estruturas, uma envolvendo coordenação e outra subordinação. As coordenadas proíbem deslocamento de conjuntos, o que explicaria a impossibilidade de exemplos do tipo (6-8). Deslocamentos do tipo visto em (5) são possíveis porque *do que* seria o núcleo de um sintagma preposicional, tendo um NP como complemento (ou outra

³ No inglês, parece ocorrer o mesmo, comparativas sintagmáticas podem ser movidas, comparativas oracionais não. Isso levou Hankamer (1973) e Napoli (1983) a proporem que as estruturas comparativas nesta língua envolvem duas estruturas, uma de subordinação e outra de coordenação.

categoria qualquer que possa ser selecionada por uma preposição). Entretanto, que não é esse o caso do PB pode ser visto pelo fato de o pronome que segue *do que* ser sempre nominativo, o que argumenta em favor da hipótese de Marques (2003), para quem todas as orações comparativas em português possuem uma base oracional. Parece ser irrelevante o estatuto de *do que* (se conjunção ou preposição). O que é relevante é que ele não possui função sintática de atribuição de caso, dado que o pronome é o sujeito da oração de grau e já recebeu caso; logo, fica incapaz de assumir outra forma morfológica que não nominativa.

- (9) a. João é mais do que eu/*mim.
b. João é mais alto do que eu sou/era.

O problema é como explicar os casos em que não podemos mover a oração comparativa. Esse movimento parece ser proibido devido ao “peso” do constituinte e pode ter a ver mais com a estrutura fonológica do que propriamente com a sintaxe dessa construção, embora essa hipótese precise ser mais bem investigada (além do que, *piep-piping* de orações não é uma operação possível na gramática no português).

Além disso, dada a variedade de categorias sintáticas (diferentes sintagmas) que podem ser alvo de comparação, vale questionarmos, ao se assumir uma proposta em termos de coordenação, o que está sendo coordenado com o que em (10), por exemplo.

- (10) a. Maria é mais alto do que Pedro.
b. Maria corre mais rápido do que Pedro.
c. Maria comeu mais biscoitos do que Pedro.

Pela estrutura proposta pelas autoras (11), a coordenação tem que se dar na Forma Lógica, dado que na superfície não temos identidade sintática ou semântica, mesmos tipos, entre os constituintes coordenados.⁴ Algo como em (12), onde os nós intermediários seriam

⁴ Note que, em exemplos clássicos de coordenação simples ou correlativa, sempre temos identidade categorial na superfície entre os elementos coordenados:

interpretados como conjuntos de graus do tipo <d,t>, assim preenchendo o requisito de identidade.

(11) ... [_{CoP} [_{Co} mais] [_{CoP} AP [_{Co} [_{Co} do que] CP]]]

(12) [_{CoP} mais (do) que [_{Co} [**Oração de Grau**]_{<dt>} [_{Co} [**Oração Matriz**]_{<dt>}]]]

De fato, é isso o que as autoras propõem (13b), ilustrado para a sentença (13a) (MATOS; BRITO, 2008, p. 325). O que vemos é coordenação correlativa de dois CPs.

- (13) a. Mais estudantes saíram do que professores entraram.
b. [_{CoP} [_{CP} mais estudantes saíram] [_{Co} [_{Co} do que] [_{CP} professores entraram]]

Esses fatos considerados, analisaremos agora a hipótese alternativa, que não possui os problemas que a proposta da coordenação enfrenta.

COMPARATIVAS COMO SUBORDINADAS

Marques (2003) faz pelo menos duas assunções que nos interessam neste momento. Assume que a estrutura que é o componente de entrada da interpretação semântica (a Forma Lógica em termos gerativistas) é a estrutura que temos na superfície, mas com categorias vazias geradas como complementos do adjetivo e de *do que*, sem se comprometer com qualquer teoria sintática em particular.

Sua proposta parte de Peres (1998 apud MARQUES, 2003, p. 80),⁵ que defende que a oração comparativa é gerada como especificador de AP, na linha da análise de Bresnan (1973). A estrutura apresentada pelo autor está em (14):

João e Maria se casaram semana passada.
Ou o João ou a Maria casou semana passada.

⁵ O trabalho de João Peres que Rui Marques referencia são notas de aula às quais não tivemos acesso.

(14) [_{AP} [mais (do) que] [_A Adjetivo]]

Um dos argumentos a favor dessa hipótese é o fato de a expressão [*mais do que...*] parecer ser um constituinte (MARQUES, 2003, p. 80):

- (15) a. Ele é inteligente, mais do que tu pensas.
b. Ele vai visitar museus, e mais do que estás a espera.

(15) também é usada como um contra-argumento para a coordenação. Entretanto, a oração *ele é inteligente* em (15a) não parece ter sido gerada a partir de (16), tendo em vista que (15a) e (16) possuem propriedades semânticas distintas. Veja que (16) não acarreta que ele é inteligente, enquanto (15a/17) sim, por isso a contradição em (17).

(16) Ele é mais inteligente do que tu pensas, mas não é inteligente.

(17) #Ele é inteligente, mais do que tu pensas, mas ele não é inteligente.

Outro contra-argumento que Marques aponta é o fato de que, em certas comparativas de igualdade, o introdutor da oração de grau apresenta concordância de gênero e número (18). Se *quanto* é analisado como um pronome relativo isso é facilmente explicado. De outra forma, teríamos o caso de uma conjunção com morfologia flexional de concordância, o que não é visto ordinariamente. Além disso, seria preciso analisar com mais cuidado a relação estrutural entre as comparativas (de superioridade e inferioridade) e as comparativas de igualdade.

- (18) a. Comprei tantos livros quantos tinha encomendado.
b. Comprei tantas revistas quantas tinha encomendado.

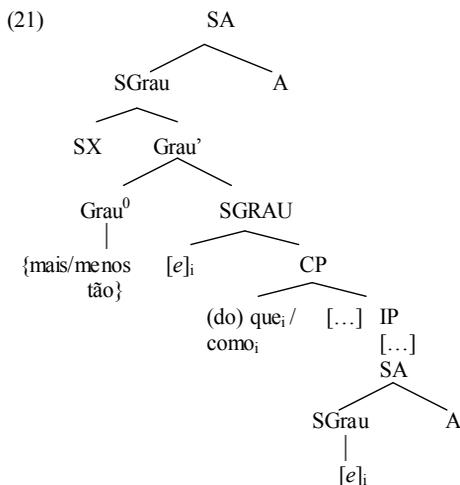
Além disso, como apontado na literatura (BRESNAN, 1973; CHOMSKY, 1977; entre outros), a oração de grau é uma ilha à extração. A mesma afirmação vale para o português (PB e PE). Dados de Marques (2003, p. 81):

- (19) a. *O Paulo é mais alto do que [a Ana acredita n[a suposição da Maria [de que ele era – há cinco anos]]].
 b. *O Paulo é mais alto do que [não sei [se era – há cinco anos]]

Isso pode ser facilmente explicado se assumida a posição defendida por Chomsky (1977). O CP intermediário é preenchido por um operador nulo que se deslocou da posição de especificador do AP. Logo, a extração de dentro da oração comparativa é proibida, dado que o CP intermediário já está preenchido, explicando assim os efeitos de *cross-over* que vemos em (19).

- (20) do que [_{CP} OP_i [_{IP} ... [_{AP_i} -Adj]]]

Marques (2003, p. 89) discute a estrutura (14), detalhada em (21). O constituinte *mais do que XP* é Spec de AP. *Mais* é o núcleo do sintagma de grau, cujo especificador pode ser preenchido por outras expressões graduais como *muito* ou *pouco*, dado que temos construções do tipo *muito mais*, *pouco menos* etc.



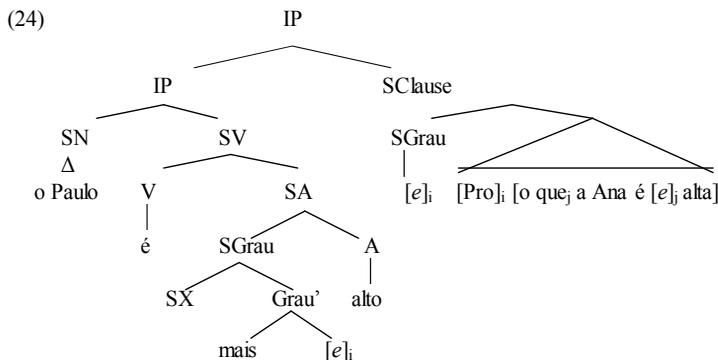
O problema que essa análise enfrenta é a obrigatoriedade da extraposição da oração comparativa. Veja que ela não pode permanecer *in situ* (22) e a extraposição comumente é um movimento opcional.⁶

(22) *João é mais [do que Pedro] alto.

A não ser que a extraposição seja obrigatória, não temos como explicar elipses como as que vemos em (23), dado que o material apagado está muito encaixado para ter acesso ao seu antecedente. Mesmo este sendo um argumento a favor da extraposição obrigatória, não explica casos em que não temos elipse de material verbal (23c).

- (23) a. O Paulo lê mais revistas do que [_v -] livros.
 b. O Paulo comprou mais livros do que a Ana comprou [_e].
 (MARQUES, 2003)
 c. O Paulo é mais alto do que o Pedro é baixo.

A solução encontrada por Marques é assumir a estrutura em (24), que espelha a ordem linear que vemos na superfície, ou seja, a oração comparativa é gerada onde é pronunciada.



⁶ Ver Bhatt e Pancheva (2004) sobre a obrigatoriedade da extraposição em sentenças comparativas.

Nas suas palavras de Marques (2003, p. 97):

O sintagma comparativo está associado ao operador comparativo, mas não forma com ele um constituinte, o que permite dar conta do significado de construções comparativas com uma análise em que o sintagma comparativo tem autonomia sintáctica em relação ao operador comparativo, ocorrendo separada deste e podendo não ser realizada lexicalmente, como se verifica nas chamadas “comparativas discursivas.

Ou seja, essa estrutura explicaria comparativas da forma *João é mais alto*, em que a oração comparativa foi apagada, mas pode ser recuperada discursivamente. Um problema para esta análise é que não temos como explicar a correlação entre os operadores comparativos e o introdutor da oração comparativa. Não vejo como categorias vazias coindexadas podem garantir que os introdutores da oração comparativa apropriados sejam selecionados. Assumindo que a seleção lexical é checada na relação núcleo-complemento, ou seja, é uma relação local, a estrutura (24) não tem como prevenir que formas do tipo de (25) sejam geradas.

- (25) a. *João é mais alto tanto Pedro.
- b. *João é tão alto que Pedro.

Ainda, a estrutura em (24) torna impossível deslocamentos do tipo que vemos em (26-27), assumindo que as sentenças (b) são geradas a partir das sentenças (a):

- (26) a. Até o João é mais alto do que o Pedro.
- b. Mais alto do que o Pedro, até o João é.

- (27) a. João é mais alto do que o Pedro.
- b. Mais do que quem que o João é alto?

Apesar de espelhar a estrutura que vemos na superfície e não precisar da obrigatoriedade da extraposição, a estrutura em (24) não dá conta da estrutura constitucional das sentenças comparativas.

Como é assumido na literatura (VON STECHOW, 1984; HEIM, 2000; entre outros), embora existam opções alternativas, como a do próprio Marques, o morfema comparativo forma um constituinte semântico com o introdutor da oração comparativa, *do que*.⁷ Na proposta de Marques, eles são interpretados separadamente.

AS SENTENÇAS COMPARATIVAS SÃO ORAÇÕES ADVERBIAIS

Ao longo da seção anterior, vimos duas análises que consideraram dados do português. Mostramos que ambas não são livres de problemas e por isso esboçaremos aqui uma proposta alternativa. É notório que as construções comparativas parecem ser construções híbridas, dado que são semanticamente estruturas de subordinação (o valor de verdade das sentenças matriz e encaixada é interdependente), e sintaticamente a configuração é similar à coordenação, considerando que temos processos de apagamento de constituintes que obedecem às mesmas restrições.⁸

Assumiremos que no PB podemos aplicar a mesma análise apresentada por Bhatt e Pancheva (2004). Em linhas gerais, a proposta desses autores defende que o morfema de grau é gerado como adjunto da categoria que modifica e, dada sua natureza quantificacional, sofre alçamento. O morfema comparativo é gerado na posição de especificador do AP.⁹

- (28) a. [_{AP} [_{DegP} mais] [A]] →
 b. [_{IP2} [_{IP1} λd [...] [t_i ...]] [_{DegP} [_{Deg'} [_{Deg} mais] [XP]]]]

⁷ Ver também Heim (2000) e Bhatt e Pancheva (2004).

⁸ Pelo menos, esse parece ser o caso do inglês e do alemão. Lechner (2004) argumenta extensivamente que as restrições que se aplicam à elipse lacunar, *right node raising*, e extração ATB nas coordenadas, também se aplicam às construções comparativas nessas línguas. Como mostramos na seção 1.1, a elipse lacunar não parece estar restrita a construções tipicamente coordenadas. Note que nossa argumentação está baseada na assunção de que certas subordinadas adverbiais podem sofrer elipse lacunar. Entretanto, uma investigação mais ampla sobre processos de elipse em construções comparativas precisaria ser realizada.

⁹ Na literatura sobre a comparação na língua inglesa é comum autores falarem sobre os “morfemas comparativos”. Como Camara Júnior. (1970) bem ilustrou, o grau comparativo em Português é um processo sintático.

Depois de alçado o quantificador (28b), a oração comparativa se concatena na estrutura:

(29) ... [_{DegP} [_{Deg'} [_{Deg} mais] [_{XP} (do) que CP]]]

Comparativas quantificacionais como (30a) são derivadas como descrito em (30b-d) – exemplo adaptado de Bhatt e Pancheva (2004, p. 13). O que é pronunciado é a cópia da posição onde *mais* foi gerado, como geralmente é o caso com alçamento de quantificadores.

(30) a. A Nicole fez mais dinheiro ano passado do que o Tom.

b. A Nicole fez *mais* dinheiro ano passado →

mais sofre alçamento e é adjungido à direita do IP:

c. LF: [[λd. Nicole fez d-dinheiro ano passado] mais]

A oração comparativa se junta à estrutura como complemento do núcleo de grau:

Sintaxe aberta:

d. [[Nicole fez mais dinheiro ano passado] mais do que o Tom [-]]

e. LF: [[λd. Nicole fez d-dinheiro ano passado] [mais [λd. o Tom fez d-dinheiro ano passado]]]

Veja agora o exemplo em (31). Esta sentença pode ter as leituras (31a-c). Supondo que queremos explicar a leitura (31b), isto é, aquela em que se compara a quantidade de eventos de correr de João e de Pedro, podemos dizer que *mais* é gerado como adjunto do VP à esquerda e depois sofre alçamento e é adjungido à direita como em (32):

(31) O João correu mais do que o Pedro.

a. O João correu mais rápido do que o Pedro.

b. O João correu mais vezes do que o Pedro.

c. O João correu mais tempo do que o Pedro.

(32) a. [_{VP} [_{DegP} mais] [_{VP} correu]] →

b. ... [_{DegP} [_{Deg} mais] [_{XP} do que Pedro correu]]

A impressão é que a estrutura seja como (33), *i.e.*, o sintagma de grau é gerado como adjunto à direita, sem alçamento, sem concatenação tardia. Entretanto, como o que é pronunciado é a cópia que é gerada como adjunto ao VP, o primeiro passo em (32), por razões fonológicas somos levados a crer que a estrutura é (33) quando é (32).

(33) [_{VP} [_{VP} correu] [_{DegP} mais do que o Pedro correu]

Note que a derivação em (32) ainda não é interpretável, quem está medindo os eventos? Vamos assumir que a sintaxe detalhada de (31b) seja (34):

(34) [[_{ld}. João mais d-vezes correu] [mais [do que [_{ld}. Pedro d-vezes correu]]]]

A expressão *d-vezes* é interpretada como em (35). Dessa forma, *mais* não é gerado como adjunto do VP e sim como especificador do modificador encoberto “vezes”:

(35) [[**vezes**]] = $\lambda n_{<d>}. \lambda P_{<vt>}. \lambda x_{<e>}. P(x) \ \& \ \text{cardinalidade}(P) = n$

(36) [_{VP} [_{AdvP} [_{DegP} mais] [_{Adv} vezes]] [_{VP} correr]]

Essa análise também pode ser aplicada facilmente às outras leituras que temos em (31a) e (31c), gerando a interpretação desejada (SOUZA, 2010).

Resumindo, a análise aqui esboçada possui duas características principais: (a) as sentenças comparativas são estruturas sentenciais que envolvem adjunção adverbial; e a expressão comparativa é gerada sempre como Spec-XP, apesar de na superfície aparecer na posição de adjunto. Atacaremos esse segundo aspecto com um pouco mais de detalhe na próxima seção. Ainda, há algumas questões que não poderão ser discutidas nesse trabalho: (a) por que comparativas e coordenadas apresentam os mesmos processos de elisão; e se tais processos são sujeitos às mesmas restrições; (b) por que da obrigatoriedade da junção

contracíclica da oração comparativa; e, por fim, (c) todas as sentenças comparativas canônicas no PB derivam de uma base oracional, como propõe Marques (2003)?

A ESTRUTURA INTERNA DO SINTAGMA DE GRAU

Como é amplamente notado na literatura,¹⁰ há uma série de categorias que podem ser alvo da comparação, isto é, podem aparecer adjacentes ao *mais*.

- (37) a. João é mais alto que Pedro. Adjetivo
 b. João comeu mais rápido que Pedro. Advérbio
 c. João gosta mais de banana(s) que Pedro. Nome nu
 d. João comeu mais (as) bananas do que (as) laranjas. Plural Nu ou Definido
 e. O sujeito mais falou do que cantou. Verbo
 f. Minha tia fala mais da vizinha do que com a vizinha. Sint. Preposicionado

A discussão da estrutura do sintagma de grau (*Degree Phrase*) sempre é iniciada tomando como partida a modificação adjetival e a comparação (BRESNAN, 1973; KENNEDY, 1997; CORVER, 1997; entre outros). Há duas linhas principais que têm sido defendidas na literatura. A primeira (BRESNAN, 1973; VON STECHOW, 1984), a análise padrão (38), e as análises alternativas (39), de Lechner (2004), e (40), de Kennedy (1997).¹¹

(38) [_{AP} [_{DegP} {mais/menos} (do) que] [_A adjetivo]]

(39) [_{DegP} [_{AP} adjetivo] [_{Deg'} [_{Deg} mais] [_{XP} (do) que]]]

(40) [_{DegP} [_{Deg'} [_{Deg'} [_{Deg} mais] [_{AP} adjetivo]] [_{CP} (do) que]]]

¹⁰ Moura Neves e Hattinher (2002), Guimarães (2007) e Brito e Matos (2003), para citar alguns trabalhos.

¹¹ Ver ainda Jackendoff (1977), Larson (1988), Neeleman, de Koot e Doetjes (2004) para hipóteses alternativas.

De acordo com Matushansky (2009), ao avaliar as estruturas acima, é preciso considerar os seguintes fatos: (i) restrições de seleção categorial, os morfemas comparativos combinam com adjetivos, advérbios, NPs plurais ou massivos e verbos graduais;¹² e (ii) seleção lexical, a correlação entre os morfemas comparativos e o introdutor da oração comparativa. O segundo fato é facilmente explicado por qualquer uma das hipóteses, *mais* e *do que* sempre estão em uma relação local. A diferença é que na hipótese (38) a oração comparativa é especificador do AP; em (39) é o inverso, o AP é o especificador do sintagma de grau; e em (40) o AP é um argumento do sintagma de grau.

Excluindo qualquer leitura de comparação metalinguística dos nossos exemplos em (37), em que a modificação que *mais* exerce não é sobre os predicados, mas sobre a proposição,¹³ temos que a comparação se dá sempre entre categorias que são, em sentido lato, graduais ou contáveis:

- (41) a. mais alto
b. mais rápido
c. mais [gosta de banana]
d. mais banana/bananas
- (42) a. *mais a banana
b. *comeu mais a banana
c. *mais morto
d. ??mais/muito felizmente

Adjetivos e advérbios são classicamente graduais. Nominais podem ser quantificáveis e/ou contados; aparentemente, mesmo predicados de espécie como banana em (41d). A sentença (44) possui

¹² Verbos graduais são os chamados verbos incrementais ou *degree achievements* (BASSO, 2007; e referências lá citadas). Souza (2010) argumenta que predicados de estado também são graduais. Isso quer dizer que tais predicados possuem um argumento de grau, do mesmo modo que os adjetivos possuem.

¹³ Sobre a comparação metalinguística, ver Souza e Pires de Oliveira (2008).

duas leituras, uma em que comparamos a quantidade da massa banana comida por João *vs.* a quantidade da massa laranja que ele comeu. A outra que corresponderia a (41d), em que se comparam as quantidades de objetos banana *vs.* os objetos laranja comidos por João. Veja que, no caso (44), ao se construir uma comparação com um NP definido, a comparação não se dá mais sobre a quantidade denotada por esse objeto, mas sobre o VP como um todo. Assumindo que existam uma banana e uma laranja salientes no discurso, (44) pode ser parafraseada como “houve mais eventos de comer a banana do que houve eventos de comer a laranja.” O resultado desses eventos é termos mais porções de banana do que de laranja comidas.

(43) João comeu mais banana do que laranja.

(44) João comeu mais a banana do que a laranja.

Numa hipótese que assuma a estrutura clássica proposta em Bresnan (1973), e assumida por outros autores desde então, seria estranho que a oração comparativa fosse gerada na posição de especificador de VP. Como advérbio, ela deveria ser gerada como adjunto:

(45) [_{VP} [_{DegP} mais] [_{VP} gosta de banana]]

A ordem linear das palavras é gerada, considerando que os verbos principais no PB sofrem movimento de núcleo, o que explicaria que a ordem linear seja *gosta mais de banana*.

Cumprir notar que, apesar disso, nas comparativas quantitativas, como em (46a), *mais e menos* parecem ser determinantes. Note que, se temos um NP definido, a interpretação muda: (46a) e (46b) não são sinônimas.

(46) a. João comeu mais laranjas do que bananas.

b. João comeu mais as laranjas do que as bananas.

c. João comeu mais banana do que laranja.

d. João comeu mais a banana do que a laranja.

É provável que os operadores comparativos e os determinantes estejam em distribuição complementar. Novamente, o que explica o fato de *mais* aparecer em frente ao nome é o movimento do verbo, o que também explica a leitura de comparação sobre todo o VP.

Interessantemente, comparativas quantificacionais da forma de (47a) não podem ser modificadas por modificadores de grau, evidenciando que essas expressões estão brigando pela mesma posição. Note que também com *muito* e *pouco* determinantes não podem aparecer na sentença:

- (47) a. ??Muito(s) mais alunos do que professores vieram na festa.
- b. Muitos alunos vieram na festa.
- c. *Muitos os alunos vieram na festa.

Em resumo, podemos traçar a seguinte distinção: (i) os morfemas comparativos são advérbios quando modificam adjetivos, advérbios e VPs; e, (ii) os morfemas comparativos são determinantes quando modificam NPs. Isso traz consequências interessantes para a análise que esboçamos em termos de concatenação tardia da oração comparativa. Se o morfema comparativo é um quantificador como geralmente assumido, ele deve ser alçado na FL, onde irá então se juntar com a oração comparativa. Assim, uma comparativa adjetival (48a) teria a FL (48b), e uma quantificacional como (49a) teria a LF (49b):

- (48) a. João é mais alto do que Pedro.
- b. [[λ d. João é d-alto] [mais do que [$_{CP}$ λ d. [Pedro é d-alto]]]]
- (49) a. João comeu mais bananas do que laranjas.
- b. [[λ d. João comeu d-bananas] [mais do que [$_{CP}$ λ d. [João comeu d-laranjas]]]]

Se, de fato, *mais* é um determinante, teríamos o caso de um determinante quantificacional que deixa sua restrição desgarrada, *i.e.*, um quantificador que é alçado e deixa para trás seu NP. Veja que a estrutura em (48b) ainda não é interpretável, o DP argumento do

verbo comer não é do tipo <e>, e sim do tipo <d,et>, ou seja, para serem interpretáveis, os NPs precisam sofrer alçamento novamente.

Concluindo, a escolha entre uma hipótese e outra deve, portanto, ter em conta não apenas a modificação adjetival, mas também outras categorias que podem ser modificadas pelas expressões comparativas. Enquanto a hipótese clássica tem que assumir que há extraposição, uma proposta *a la* Kennedy (1997) dá conta da interpretação e da ordem linear das palavras, dado que vemos sempre a expressão comparativa precedendo a categoria que ela modifica (pelo menos em algum nível sintático). Como vimos, a proposta de concatenação tardia acaba sendo um híbrido entre a proposta clássica e a proposta de Kennedy, tendo em conta que *mais* é gerado como especificador de adjetivos e advérbios e adjunto de VPs e é alçado e adjungido à oração onde então se concatena com a oração comparativa, obtendo assim a ordem de palavras desejada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos dois problemas sobre a sintaxe das sentenças comparativas. Iniciamos discutindo as propostas de coordenação e subordinação. Como vimos, as teorias de Matos e Brito (2002, 2008) e Marques (2003) não são livres de problemas. Sugerimos que a análise de Bhatt e Pancheva (2004) pode ser aplicada ao PB. Na última sessão, apresentamos algumas propostas para a estrutura interna do sintagma de grau. Para se assumir uma ou outra hipótese, devem-se considerar alguns fatos, como a correlação entre as expressões comparativas e o introdutor da oração comparativa, a estrutura de constituintes, *i.e.*, se *mais* e *do que* são um constituinte ou se *mais* e o XP que ele modifica são um constituinte à parte da oração comparativa. Concluimos que assumir uma ou outra hipótese depende ainda de mais pesquisas e que qualquer análise deve considerar também as outras categorias que os operadores comparativos modificam e não apenas adjetivos e advérbios.

VALORAÇÃO DO TRAÇO DE CASO DOS COMPLEMENTOS INDIRETOS DE CONSTRUÇÕES TRIARGUMENTAIS¹

LUCILENE LISBOA DE LIZ (UFSC)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é nova a noção de que Caso tem um papel a desempenhar na sintaxe. Em Chomsky (1998), isso se faz presente do seguinte modo: é graças a valoração do traço de Caso que os DPs/NPs tornam-se acessíveis a operações do sistema computacional (daqui em diante, C_{HL}).

Em Chomsky (1998, 1999), Caso, um traço não interpretável (doravante [u]) em qualquer categoria, não é mais um primitivo teórico, mas uma entidade derivada de traços de concordância, ou seja, é um subproduto do estabelecimento de concordância-*phi* entre uma sonda e um alvo. Assim, o DP valorará seu traço de Caso com a categoria com a qual estabeleça essa relação de concordância.

No caso específico dos complementos indiretos (CIs daqui em diante), teríamos de admitir que a preposição é uma sonda – algo não assumido por Chomsky (2000) ou em trabalhos minimalistas anteriores – que mira seu complemento para valorar seu traço de Caso. Mas, para que isso possa ocorrer, isto é, para que *Agree* se estabeleça entre sonda e alvo para valoração do traço de Caso, deve haver traços combinantes. Nesse sentido, para que o Caso do CI seja valorado estruturalmente, a preposição tem de estabelecer concordância com o DP/NP alvo.

Na seção 2, apresentamos dados de línguas naturais que mostram a existência de concordância entre P e DP/NP.

¹ Este estudo consiste em parte da investigação que resultou na tese de Doutorado, intitulada *Construções triargumentais: uma distinção entre os complementos indiretos baseada em propriedades das preposições*.

EM BUSCA DE EVIDÊNCIAS DE CONCORDÂNCIA ENTRE PREPOSIÇÃO E DP/NP

No estudo de Brennan (2007) sobre as preposições no irlandês, o autor apresenta dados que mostram o fenômeno da concordância entre preposição e DP/NP.

Segundo Brennan há, no irlandês, formas não flexionadas das preposições, como também formas flexionadas que marcam pessoa, número e gênero (na terceira pessoa do singular).

De acordo com Brennan, (2007), quando as formas flexionadas são usadas, podem carregar o sentido de um argumento pronominal, conforme ilustram os exemplos em (1) - (3), exemplos (6-8) do autor:

No exemplo em (1), a preposição *Le*, em destaque, está flexionada na 3ª pessoa do plural, *leofa*, e estabelece concordância com *caint*, “eles”:

(1) Bhí mé ag caint **leofa** inné.

Estava eu PROG falando eles com.3PL ontem

‘Eu estava falando com eles ontem. (BRENNAN, 2007, p. 106).

Já na construção em (2), a preposição *ag* está flexionada na 1ª pessoa do singular, *agam*, e estabelece concordância com o pronome oblíquo “me”, não pronunciado.

(2) Bhí an dochtúr **agam** inné.

Foi o doutor em.1SG ontem.

“O doutor visitou-me ontem.” (BRENNAN, 2007, p. 106).

No exemplo (3), a preposição *ar* está flexionada na terceira pessoa do singular, *uirthi*, e concorda com o pronome pessoal “ela”, também não expresso nesta sentença.

(3) Tá ocras **uirthi**.

É faminta em.3SG-F

‘Ela tem fome’. (BRENNAN, 2007, p. 106).

O exemplo em (4) mostra o estabelecimento de concordância entre P e DPs plenos:

- (4) *Chuirfeadh Eoghan isteach air an phost sin.* (BRENNAN, 2007, p. 107).
pôr.COND O. em.3.SG.M sobre o emprego. 3.SG.M DEM
“Owen se candidataria àquele emprego.”

Em (4), a preposição *ar* se flexiona na terceira pessoa do singular e estabelece concordância com DP *post*, “o emprego”.

Esses dados do irlandês, de (1-4), mostram, portanto, que a preposição se flexiona em número, pessoa e gênero e pode concordar com um pronome não pronunciado, exemplos (2 e 3), ou com um NP/DP pleno, exemplos (1) e (4).

Referente ao estabelecimento de concordância entre P e DP/NP, podemos ainda citar o clássico exemplo do galês. Essa é a língua frequentemente utilizada como evidência do estabelecimento de concordância entre preposição e DP na literatura (LITTLEFIELD, 2006; BORSLEY, 2005).

O estudo de Borsley (2005), por exemplo, apresenta alguns dados que ilustram o fenômeno da concordância entre preposição e seu complemento.

Os exemplos em (5), exemplos (9) do autor, ilustram o fato de que muitas preposições concordam com objetos pronominais, o que resulta no seguinte paradigma:

- (5) a. arnaf (i) e. arnon (ni)
em.1SG eu em.1PL nós
b. arnat (ti) f. arnoch (chi)
em.2SG você. SG em.2PL você.PL
c. arno (fo) g. arnyn (nhw)
em.3SGM ele em.3PL eles
d. arni (hi)
em.3SGF ela (BORSLEY, 2005, p. 4).

O autor destaca que, diferentemente de verbos, que não apresentam concordância de gênero, há nas preposições formas distintas para marcar masculino e feminino, além da flexão de terceira pessoa do singular. Em (6), a preposição *se* flexiona em *y*, masculino singular; *yr*, feminino singular; e *yi*, masculino plural, concordando respectivamente com *bachgen*, “menino”; *eneth*, menina; e *bechgyn*, meninos.

(6) ar y bachgen/yr eneth/ yi bechgyn
Em o menino/na menina/nos meninos

(7) iddo (fo) fynd i Fangor
para.3SGM ele foi para Bangor (BORSLEY, 2005, p. 5; exemplo (12d)).
“Ele foi para Bangor”.

Em (7), a preposição *i*, “para”, segundo Borsley (2005), está flexionada na terceira pessoa do singular *iddo*, concordando com o DP *Bangor*.

Evidência adicional é encontrada em estudos como o de Littlefield (2006) e Rouveret (1991), que apresentam alguns dados que servem de evidência de que a preposição estabelece concordância com o DP/NP. Segundo Rouveret (1991 apud Littlefield, 2006, p. 354) há, no galês, duas classes de preposições que necessitam ser distinguidas: as preposições flexionais (*conjugated*) e as não flexionais (*unflected*). As preposições não flexionais tomam um objeto independente, sendo ele pronominal ou não, conforme mostra (8); já as flexionais concordam com seu complemento em pessoa, número e (na terceira pessoa do singular) em gênero. Os complementos pronominais de preposições flexionais podem ser pronunciados ou nulos e, quando ocorrem com DPs plenos, não é a preposição que carrega a flexão, como mostra (9). Em (10) apresenta-se o paradigma completo de flexões da preposição *at* (para):²

(8) **ag** ‘com’
ef ‘com ele’
âg Siôn ‘com Siôn’ (ROUVERET, 1991, p. 354).

² Para fins de visualização, destacamos com negrito as marcas flexionais das preposições.

- (9) at ‘para’, ‘em direção a’
 ato ‘para’ (3 pes. sing. masc)
 ato **ef** ‘para ele’
 at Siôn ‘para Siôn’ (ROUVERET, 1991, p. 355).
- (10) **ataf** ‘para mim’
atat ‘para você’
 ato ‘para ele’
 ati ‘para ela’
atom ‘para nós’
atoch ‘para você’
atynt ‘para eles’ (ROUVERET, 1991, p. 355).

Rouveret (1991) argumenta que as preposições flexionais têm uma estrutura paralela a dos verbos flexionais no tocante à morfologia: compare-se *at-a-f* ‘para mim’ com *can-a-f* ‘Eu canto’. Além disso, as preposições flexionais devem ser subdivididas em duas classes: aquelas que adicionam diretamente os morfemas lexicais à raiz lexical e aquela que requer um elemento conectivo extra entre a preposição e a morfologia flexional. Merece atenção o fato de haver três formas possíveis de conectores: às vezes, é *-dan-*, que é uma preposição ‘debaixo de/abaixo’, às vezes é *-hon-*, que “é comumente analisada como uma preposição órfã com o significado ‘de’”(p. 356); e, às vezes, assume a forma *-dd-*, que é historicamente derivada de *d(e)*, uma partícula demonstrativa. Isso leva Rouveret a assumir que a estrutura preposicional deve ser paralela ao IP e ao DP:

Do ponto de vista da teoria X-barra, uma proposta óbvia consiste em identificar o conectivo como um núcleo funcional, isto é, como uma contraparte de Tense em sentenças finitas e de D em expressões nominais’ e a conclusão a que chega é que preposições flexionais são analisáveis como seqüências P-p-agr, em que P representa o núcleo lexical e *p* o núcleo funcional. (ROUVERET, 1991, p. 356 apud LITTLEFIELD, 2006, p. 151; tradução nossa).

Encontramos, nos dados do irlandês e do galês, a evidência de que a preposição detona concordância com o DP/NP. Estamos, portanto, em condições de elaborar uma proposta para tratar da valoração do traço de Caso dentro do PM (CHOMSKY, 1998, 1999). Nesse sentido, é possível admitir que a preposição pode funcionar como uma sonda capaz de valorar o traço de Caso do seu complemento.

Na próxima seção, apresentamos nossa proposta para a derivação das sentenças triargumentais.

TRÊS FORMAS DE DERIVAR E ACOMODAR AS DISTINÇÕES ENTRE AS CONSTRUÇÕES TRIARGUMENTAIS

Em Lisboa de Liz (2009), mostramos que a moderna versão da Hipótese VP *Shell*, de Larson (1988), introduz um verbo leve *v* que toma um VP como complemento e o sujeito como especificador. Além disso, a autora argumenta que há, na discussão de Woolford (2006),³ uma alteração na proposta de Larson (1988), a qual gostaríamos de assumir, justamente porque, através da proposta de estrutura de Woolford para os triargumentais, há uma possibilidade de capturar uma distinção entre dois tipos de construção triargumental, a saber, as que envolvem CIs locativos, as que envolvem CIs beneficiários, alvo ou fonte.

Na estrutura que apresenta Woolford em (2006), repetida abaixo como (11), há duas camadas *vP*, a intermediária para acomodar argumentos *alvo*:

- (11) [_{vp} *Argumento externo* [_{va} [_{vp} DP Goal [_{vp} [_{vg} [_{vp} [_v [tema/argumento interno]]]]]]]]]]

Há, na literatura referente às DOCs,⁴ Baker (1996, p. 91), Maling (2001), a assunção de que os argumentos que se elevam para Spec *vP*

³ Para detalhes da proposta de Woolford, ver Woolford (2006) ou ainda Lisboa de Liz (2009).

⁴ Construções duplo objeto (DOCs). Um exemplo deste tipo de construção: *John give Mary the book*.

intermediário apresentam um sentido de papel- θ alvo. Considerando o fato, propomos que somente os argumentos com o sentido de alvo são capazes de projetar essa camada intermediária νP . Já os locativos, os mais baixos na hierarquia- θ , por sua vez, podem ser capturados por uma estrutura contendo um único νP :

(12) a. νP [VP[PP]]

Essa proposta parece fazer sentido à medida que os CIs locativos não participam de DOCs, portanto, não há uma motivação para sua subida para uma camada νP intermediária. Assim, conseguimos capturar, estruturalmente, a diferença entre os CIs que poderiam apresentar DOCs dos que não apresentam tal fenômeno.

Em Lisboa de Liz (2009), a autora mostra que a preposição que encabeça argumentos beneficiários e alvos apresenta propriedades bem definidas e distintas das preposições que encabeçam os argumentos locativos. Se, por um lado, as primeiras são preposições apenas funcionais, por outro, as segundas apresentam um caráter semilexical (LITTEFIELD, 2006), ou seja, possuem valor positivo para ambos os traços [+Funcional] e [+Lexical], o que quer dizer que, além de marcar seus CIs com Caso, também atribuem papel- θ a esses DPs.

Adicionalmente, Lisboa de Liz (2009) apresenta evidência empírica, isto é, com base em dados translinguísticos, de que há, no mínimo, dois tipos de Caso que marcam os CIs, a saber, Caso Dativo/Oblíquo e Caso Locativo. O primeiro marca DPs/NPs alvo, beneficiários, fonte, e, ainda, experienciador (WOOLFORD, 2006); o segundo recai apenas sobre CIs θ -marcados como locativo. Nesse sentido, parece razoável pensar que tais diferenças se traduzam em estruturas sintáticas também distintas.

Desse modo, mais duas estruturas estariam em jogo para a projeção desses elementos na sintaxe, isto é, além da estrutura (11), que representa a derivação de construções que aceitam DOCs, haveria mais duas estruturas para capturar as diferenças entre construções LOC e ALV, apresentadas em (12b') e (12c), respectivamente.

Assumiremos que, no *Lexical Array* das construções triargumentais LOC, haja um PP_{LOC} contendo uma P_{LOC} que as distingue das construções triargumentais ALV, conforme mostra (12b).

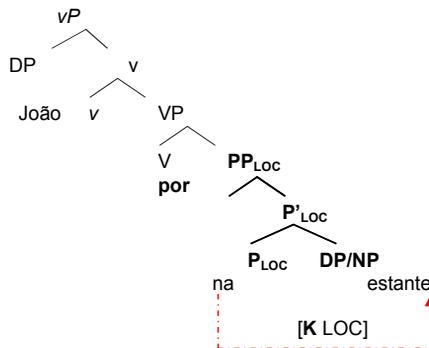
(12) b. $vP_{[DP [_{VP} [PP_{LOC} [P'_{LOC} [P_{LOC} [_{DP/NP}]]]]]]$

No que concerne à forma de valoração do traço de Caso dos CIs, gostaríamos de salientar a evidência de que P pode detonar *Agree* com o DP/NP complemento, pois os dados translinguísticos do galês e do irlandês nos fornecem o suporte necessário ao revelarem a manifestação de concordância entre preposição e os DPs/NPs que encabeçam, o que mostra que há concordância *phi* se estabelecendo entre P e NP/DP. Diante disso, parece haver evidências de que a preposição pode ser uma sonda capaz de valorar traço de Caso estrutural contra o NP/DP alvo com quem entra em *merge*.

Assim, a valoração do traço de Caso dos CIs seria realizada pelo núcleo P.

No tocante à valoração do traço de Caso do CI LOC, admitindo que P_{LOC} seja uma sonda capaz de valorar tal traço, teríamos a seguinte derivação desse CI:

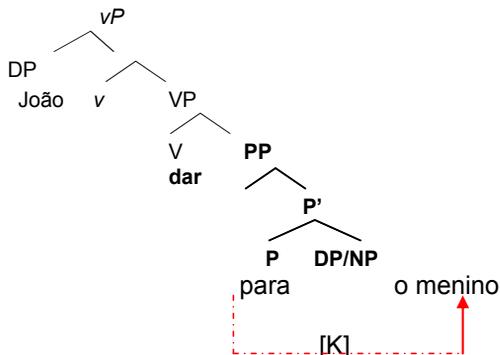
(12) b'



Em (12b'), P_{Loc} , após atribuir papel- θ locativo ao DP/NP *estante*, sonda o seu complemento, o DP/NP *a estante*, estabelece *Agree* com esse DP/NP e valora o traço de Caso Locativo.

Com relação aos CIs ALV, teriam o traço de Caso valorado por um P, conforme mostra (12c):

(12) c. Ela dava os saquinhos para os meninos.



Veja que essas estruturas de (12b') e (12c) podem ser atribuídas tanto a línguas que manifestam concordância P morfológica quanto àquelas em que não há marca visível de concordância, assim como ocorre em outros domínios, como o verbal, por exemplo, em que nem todas as línguas manifestam concordância visível. Então, a forma de valoração do traço de Caso do DP/NP que entra em *merge* com a preposição, caso dos CIs ALV e LOC, estaria resolvida.

Em (13) e (14), apresentamos a derivação de construções ALV e LOC, respectivamente:

A estrutura (13c) apresenta a projeção de construções ALV, como a de (13a) abaixo:

(13) a. Ela dava os saquinhos para os meninos.

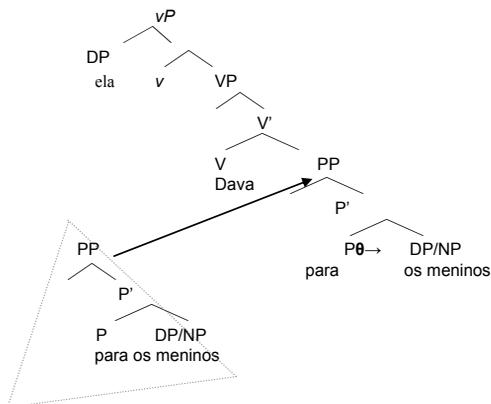
Em (13c), a derivação ocorre do seguinte modo: o primeiro passo é a formação randômica do LA, isto é, há uma seleção de itens do léxico que formará o LA (LISBOA DE LIZ, 2009a);⁵

(13) b. *Lexical Array* de (13a)

LA: { ela, dava, os saquinhos, para, os meninos, C, T, v, P }

Os itens lexicais que formam o PP são baixados do LA; observe que o PP se forma em espaço paralelo à derivação, conforme Chomsky (1995, 1998); aplica-se *merge* entre o verbo *dar* e PP; dentro dessa estrutura, P estabelece *merge* com o DP *os meninos* e lhe atribui a qualidade do traço- θ Beneficiário; há novo *merge* entre o verbo *dar* e o DP *os saquinhos* e o verbo o marca- θ com o papel- θ Tema; *dar* se alça para a posição de *v*; *merge* se aplica entre *v* e o DP *ela*, especificador, e lhe atribui o papel- θ Agente.

(13) c. **Pure Merge¹**

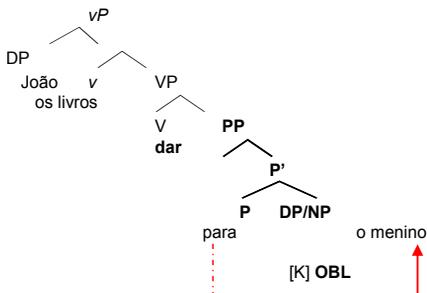


⁵ Chomsky (2007, p. 6; tradução nossa) sugere que “o léxico é composto de elementos atômicos, itens lexicais LI, cada um consiste em um conjunto de propriedades estruturais”.

No primeiro merge dos elementos, as relações- θ são resolvidas, restando agora as operações de valoração dos traços, conforme mostram as etapas (13d-e).

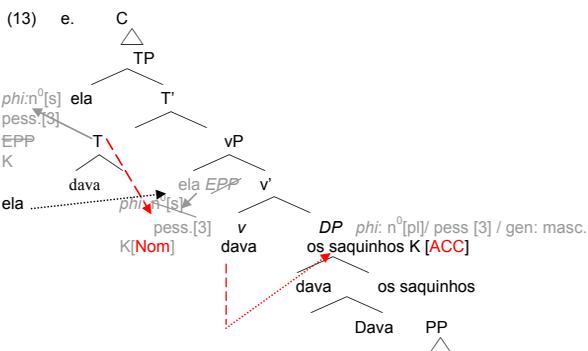
Dentro do PP, o núcleo P se combina com o DP e então se estabelece *Agree* entre a sonda P e o alvo *os meninos*, que tem seu traço de Caso OBL valorado, como mostra (13d), idêntica a (12c):

(13) d.



Em seguida, conforme ilustra (13e), o DP *os saquinhos* se alça para especificador de *v* a fim de valorar o traço EPP de *v* intermediário; *v* tem traços-*phi* [*u*] e um traço [*u*] de Caso que deverão ser valorados; então, *Agree* se estabelece entre a sonda *v* e o alvo *os saquinhos*; os traços-*phi* [*u*] são valorados e o traço de Caso também o é; o NP *ela* é alçado para especificador de T para valorar o traço EPP de T; *Agree* se estabelece entre a sonda T, que tem traços-*phi* [*u*] e um traço de Caso [*u*]; ambos os traços devem ser valorados contra o alvo *ela*, que tem traços-*phi* [*i*] e um traço de Caso Nominativo que o torna ativo para o sistema.

As etapas em (13) ilustram a derivação de construções triargumentais ALV. Já as construções LOC, considerando as propriedades preposicionais distintas das que encabeçam os CIs ALV, pelo fato de não participarem de DOCs e, portanto, não elevarem o seu CI ao Spec de *vP*, como as que permitem DOCs, apresentam parte da derivação como a proposta por Larson (1988) e reformulada por Chomsky (1995) com uma camada *vP-VP*, conforme ilustra (14c):



Legenda:

- - - Agree
- Atribuição papel- θ
- Indicação dos traços dos elementos
- ⋯ Elementos formados em espaço paralelo que entram para o sistema.

(14) a. A Maria colocou os livros na estante.

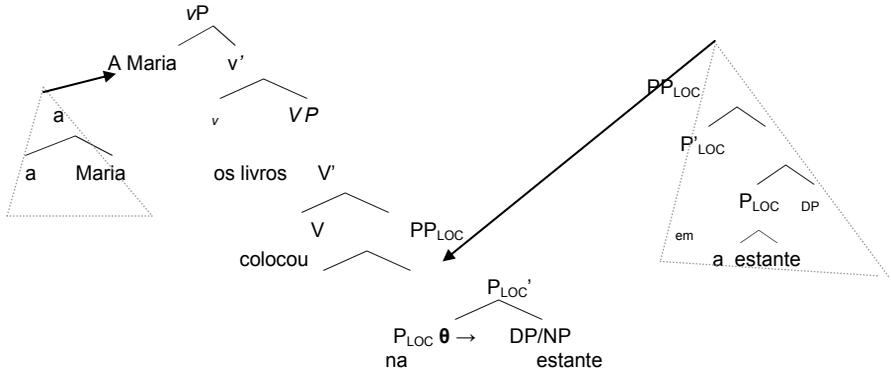
Assim como ocorre na derivação de (13a), na derivação de construções triargumentais LOC, como de (14a), o primeiro passo constitui-se na composição randômica do *Lexical Array* (CHOMSKY, 1998).

(14) b. *Lexical Array*:

LA{ A, Maria, colocou, os, livros, em, a estante, C, T, v , P_{LOC}}

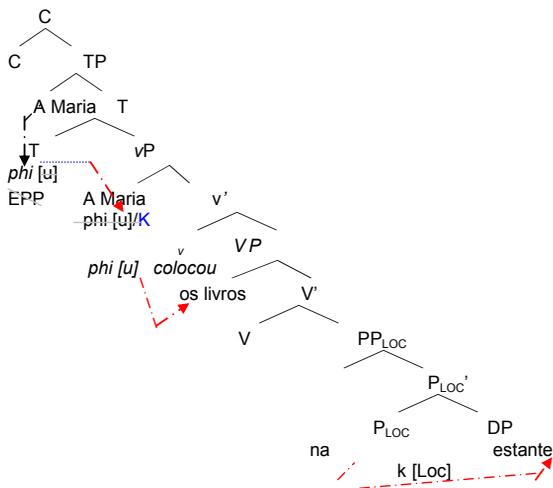
Do LA, o PP é baixado e entra para espaço paralelo à derivação; depois de formado, entra para a derivação; há *merge* entre P; nessa estrutura, aplica-se *merge* entre P e o DP *a estante*, que de P recebe seu papel- θ Locativo; o verbo *colocar* estabelece *merge* com o DP *os livros*, e o marca- θ como Tema; novo *merge* se aplica entre v e DP *a Maria*, também formado em espaço paralelo, e lhe atribui o papel- θ Agente. No primeiro *merge* desses itens, resolvem-se todas as relações- θ .

(14) c. **Pure merge**



A etapa 14 (d) consiste em operações de valoração dos traços. No PP, o núcleo P estabelece *matching* (combina-se com o DP); *Agree* se estabelece entre a sonda P e o alvo *a estante*, que tem seu traço de Caso Loc valorado; na sequência, o DP *os livros* se eleva para especificador de *v* com a finalidade de valorar o traço EPP de *v*; *v* tem traços-*phi* [*u*] e um traço [*u*] de Caso para serem valorados. Então, *Agree* se estabelece entre a sonda *v* e o alvo *os livros*; os traços-*phi* [*u*] são valorados e também o traço de Caso; o DP *a Maria* é elevado para SpecTP para valorar o traço EPP de T; *Agree* se estabelece entre a sonda T, que tem traços-*phi* [*u*] e um traço de Caso [*u*]; ambos os traços devem ser valorados contra o alvo, *a Maria*, dotado de traços-*phi* [*i*] e um traço de Caso Nominativo que o torna ativo para o sistema.

(14) d. **Valoração de traços**



Apresentamos nesta seção três propostas para derivar as construções triargumentais: a primeira, reanalisada a partir da proposta de Woolford (2006), acomoda os verbos triargumentais que permitem DOCs, conforme ilustrado em (11); a segunda cobre os verbos triargumentais cujos CIs são ALV, conforme mostra (13); por fim, a terceira derivação, mostrada em (14), acomoda os verbos triargumentais cujos CIs são LOC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em dados translinguísticos, verificamos que a preposição apresenta traços de concordância. Essa era evidência necessária para corroborar nossa hipótese de que a preposição seria uma sonda capaz de valorar os traços de Caso do DP/NP com quem entram em *merge*.

Adicionalmente, ancorados em Woolford (2006), Larson (1988) e Chomsky (1995, 1998, 1999), chegamos a três formas de derivar os

verbos triargumentais que traduzem a diferença verificadas entre esses verbos: as construções triargumentais que permitem DOCs; as construções triargumentais a cujos CIs são atribuídos os papéis- θ Beneficiário, Alvo ou Fonte, ou seja, as triargumentais ALV; e, por fim, as construções triargumentais LOC cujos CIs são θ -marcados como locativos. As primeiras, quando permitem DOCs, conforme ilustra (11), apresentam duas camadas νP , propostas por McGinnis e incorporadas por Woolford (2006), a fim de acomodar os argumentos alvo que se elevam para a posição de Spec νP em DOCs. Vale salientar que a posição de ν intermediária existe apenas para as construções que admitem DOCs, em casos em que DOC não ocorre, não há a seleção de ν intermediário no *Lexical Array* e a derivação ocorre como em (13). As segundas, conforme ilustra (14), são acomodadas numa camada νP -VP, conforme Chomsky (1995), incorporando a proposta VP *Shell*, de Larson (1988), com um PP_{LOC} . E, finalmente, dadas as evidências de que a preposição detona concordância com o DP/NP complemento, assumimos que P é uma sonda capaz de valorar o traço de Caso do seu alvo, o DP/NP complemento.

A INCORPORAÇÃO SEMÂNTICA E O EFEITO DE RESTRITIVIDADE: O CASO DO NOME NU SINGULAR NO PORTUGUÊS DO BRASIL

RONALD TAVEIRA DA CRUZ (UFPI)

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é entender o fenômeno da incorporação semântica, com base no efeito de restritividade apresentado por Carlson (2006). Com esse fenômeno mais bem compreendido, seguimos ao objetivo secundário: investigar se há ou não incorporação semântica do nome nu singular na posição pós-verbal no português do Brasil (doravante PB). De um modo geral, a incorporação semântica (doravante IS) (SADOCK, 1980; BAKER, 1988, 2008; BARRIE, 2006; DAYAL, 1999, 2003, 2007; FARKAS and DE SWART, 2003; MASSAM, 2001; MITHUN, 1984, 1986; VAN GEENHOVEN, 1998; CHUNG; LADUSAW, 2004, entre outros) é um fenômeno cujo argumento nominal em algum sentido torna-se parte do verbo, funde-se ao verbo para juntos atribuírem a informação semântica.¹ Observe algumas estruturas ditas incorporadas e suas respectivas línguas:

- (1) Angunguaq eqalut-tur-p-u-q West Greenlandic -Inuit
A-ABS salmão-comer-IND-[-tr]-3S (VAN GEENHOVEN, 1998).
“Angunguaq comeu salmão”

¹ Como a incorporação semântica é um fenômeno que se demonstra diferentemente entre as línguas, é possível que esses autores não estejam falando sobre o mesmo fenômeno.

- | | |
|--|-----------------------------------|
| (2) Ne inu kofé kono a Mele
Pass bebeu café amargo Abs Mele
“Mele bebeu café amargo” | Niuean
(MASSAM, 2001). |
| (3) A-urupá-pirár
EU-arco-abri
“Eu abri meu arco” | Tupinambá
(MITHUN, 1984). |
| (4) Marie verset olvasatt
Anu livro[sg] leu-passado
“Anu leu livro” | Húngaro
(FARKAS; SWART, 2003). |

Como mostram as sentenças acima, o objeto incorporado está estritamente adjacente ao verbo. Outro fato curioso é que o objeto, ao se incorporar ao verbo nestas línguas, aparece antes do verbo (efeito espelho), diferentemente de objetos não incorporados, que aparecem visivelmente após os verbos. Portanto, a IS provoca mudanças sutis nos aspectos morfossintáticos. Outro fato relevante é a sentença (4), que apresenta diferença de Caso: objetos incorporados em húngaro têm Caso Dativo.

Essas mudanças (morfossintáticas), frutos da incorporação, parecem revelar o que Carlson (2006) denomina de efeito de restritividade. Então, um dos objetivos deste artigo é mostrar como esse efeito aparece nas línguas atestadas que têm IS, para: (i) tentarmos entender o que é esse efeito de restritividade a partir de evidências empíricas encontradas nas línguas que reconhecidamente têm a IS como um processo bem definido; (ii) para podermos compreender com mais clareza o próprio fenômeno da IS, pois, segundo Carlson (2006), o efeito da restritividade separa os fenômenos da incorporação daqueles que não são.

Outro objetivo é discutir a possibilidade de entendermos a presença do singular nu na posição pós-verbal em sentenças episódicas como um fenômeno de IS no PB. Vamos denominar esse nominal de nome nu singular (doravante NNS). O NNS é um nome sem

determinante, operador ou numeral fonologicamente visível. Ele pode aparecer na posição pré-verbal, pós-verbal, em PP² e pós-cópula (ou posição predicativa), como nos exemplos abaixo, respectivamente (o NNS está destacado em itálico):

- (5) a. *Carro* custa caro no Brasil.
- b. O brasileiro compra *carro*.
- c. Eu trabalho em *casa*.
- d. Pedro é *criança*.

Há propriedades associadas à incorporação do nome ao verbo, como a falta de definitude, não ambíguo entre escopo estreito e amplo, ausência de especificidade e a neutralidade para número:

- (6) Pedro comprou pneu.
- (7) Pedro contratou secretária.
- (8) Pedro não comprou pneu.
- (9) Pedro não contratou secretária.

Na sentença (6), observamos tanto a falta de definitude quanto a de especificidade e número: não está claro qual pneu, o tipo nem a quantidade, um, dois ou mais. O mesmo é verdadeiro para *secretária* em (7): não está definida, especificada, e não sabemos qual a quantidade que ele contratou. Quanto à questão de escopo, em (8) e (9), o operador de negação tem escopo sobre o nome ‘pneu’ e ‘secretária’, respectivamente: seja qual for o pneu ou a secretária, ele não quer comprá-lo ou contratá-la. Talvez essas características sejam suficientes para afirmar que há IS no PB, como propõem Saraiva (1997) e Doron (2003).

² Do inglês, *Prepositional Phrase*.

Porém, para Carlson (2006, p. 46), o fenômeno da incorporação parece não acontecer no PB, em virtude de os nominais nus não apresentarem o que ele denomina de “restritividade”: “o caso do plural nu no inglês (e muito possivelmente o singular nu no português do Brasil) é então excluído porque não há restrições sobre seu aparecimento ou combinação”.³ Como as propriedades apresentadas acima podem acontecer também em estruturas que não são de incorporação, Carlson (2006) afirma que, além delas, há mais uma, que verdadeiramente distingue nomes incorporados daqueles nomes que não são: o efeito da restritividade. Essa restrição pode ser morfossintática (por exemplo, somente objetos diretos podem incorporar, só alguns verbos fazem incorporação, diferença de Caso), pode ser uma espécie de enriquecimento semântico ou uma tenuidade semântica (por exemplo, uma atividade típica, habitual, caracterizadora ou especializada), ou pode ser uma restrição pragmática, baseada no uso (poder ou não usá-la em certos contextos).

Como Carlson (2006) propõe um diagnóstico para o fenômeno da incorporação semântica entre as línguas – o efeito da restritividade –, este artigo discute se o PB apresenta tal efeito, em virtude de ele aparecer formalmente nas línguas que permitem IS. Como veremos, no PB, somente em alguns casos parece ocorrer o fenômeno da incorporação, como em 'jogar-bola', 'tomar-café' e 'pegar-onda'.

Portanto, a conclusão é que nem Saraiva (1997) nem Doron (2003) estão certas completamente quanto à incorporação no PB, e nem Carlson (2006), entre outros, tem total razão em abrir a possibilidade de não ocorrer a incorporação no PB. Para tanto, partimos da hipótese de que, no PB, o NNS na posição pós-verbal, em alguns casos, pode se incorporar ao verbo. Na verdade, este artigo entende a incorporação no PB como uma *opção* (TAVEIRA DA CRUZ, 2008).

³ Todas as traduções são minhas, acompanhadas em nota de rodapé do respectivo original: “*The case of the English bare plurals (and quite possibly Brazilian Portuguese bare singulars) is then excluded because there are no restrictions on their appearance and combination*”.

INCORPORAÇÃO SEMÂNTICA

Definir *incorporação* não é uma tarefa fácil por dois motivos: um empírico e outro explicativo.

As primeiras teorias sobre incorporação não tinham pensado nas possibilidades empíricas que agora já sabemos: por exemplo, era mais comum que o nome nu na posição de objeto se incorporasse ao verbo, mas Öztürk (2008) mostra que no turco o agente/sujeito nu se incorpora ao verbo para os mesmos fins. Inicialmente, era comum pensar que apenas nomes que denotam propriedade ou espécie poderiam se incorporar ao verbo, mas nomes próprios também podem. Antes, apenas nome neutro para número poderia se incorporar; agora, nome singular que tem implicatura singular também se incorpora ao verbo (DAYAL, 2007). Sem contar o velho debate se a retomada pronominal é possível em estruturas de incorporação, como afirmam Sadock (1980), Van Geenhoven (1998), Baker (1988, 2008) e Dayal (2007), ou impossível em tais estruturas, como mostram Mithun (1984), Dayal (1999, 2003) e Farkas e Swart (2003).

Explicativamente, na literatura sobre o assunto, não é consensual qual é a sintaxe-semântica das estruturas de incorporação nem quais são as características linguísticas que definem o fenômeno. Há disputas desde se a incorporação semântica é ou não decorrência de uma incorporação sintática, ou, ainda, se é um fenômeno lexical, até se o nome incorporado é um N⁰ (núcleo nominal) ou NP (sintagma nominal).

Com a dificuldade de definir o fenômeno da incorporação salientada, é preciso fazer outra advertência: como alguns autores já vêm frisando, o fenômeno da incorporação pode ser entendido de diferentes formas a depender de cada língua, o que explica por que temos diferentes análises para o (mesmo!?) fenômeno. Ou seja, os fatos linguísticos apontam que as línguas permitem diferentes formas de os nomes nus se incorporarem ao verbo.

Nessa encruzilhada, a dificuldade para tentar definir incorporação semântica advém da própria dificuldade de entender o fenômeno

da incorporação entre as línguas, por não se tratar de um fenômeno uniforme. Esse é o motivo principal para alguns autores admitirem que, por se apresentar tão diferentemente entre as línguas, o fenômeno da incorporação pode sustentar distintas análises. Não é difícil encontrar argumentações nesse sentido, como esta de Baker (2008, p. 17):⁴ “[...] construções de incorporação nominal em diferentes línguas parecem ser diferentes o bastante sintática e semanticamente para aceitar análises distintas.” Ou ainda de Johns (2003, p. 2):⁵ “[...] incorporação nominal translinguisticamente não é uma construção unitária [...]. O que todas essas construções têm em comum, entretanto, é que o nome incorporado difere na posição e/ou categorias funcionais do canônico objeto DP”.

Talvez a evidência mais geral, no sentido que está presente em todas as teorias sobre as línguas, é a presença de nomes nus, marcado ou não marcado para número, na combinação verbo+nome de estruturas incorporadas: então, o fato de o nome ser nu, isto é, sem determinante e sem morfologia aparente de caso ou número, é o primeiro passo para detectar o fenômeno da incorporação. Se tais nominais apresentam idiossincrasias e diferenças sintáticas e semânticas perante os demais nominais (definidos, indefinidos, demonstrativos), é mais uma evidência para o fenômeno da incorporação. Como uma forma de entender melhor o fenômeno da incorporação, Carlson (2006) propõe um diagnóstico, o efeito de restritividade, alvo da nossa próxima discussão.

O EFEITO DE RESTRITIVIDADE DE CARLSON (2006)

A noção de *restritividade* parece ambígua: ela pode ser entendida como restrições que não dizem respeito à incorporação em si, isto é, apenas aos nomes incorporados, mas sobre a ocorrência do NNS como

⁴ “A corollary of this investigation, then, is that noun incorporation constructions in different languages seem to be different enough syntactically and semantically to warrant distinct analyses.”

⁵ “[...] noun incorporation across languages is not a unitary construction (see also GERDTS, 1998). What these constructions all have in common, however, is that the incorporated noun differs in position and/or functional categories from a canonical object DP”.

um todo, em todos os contextos, genéricos e episódicos, transitivos e inacusativos e assim por diante. Quer dizer, considerando todas as possibilidades de ocorrências do NNS, ele tem algumas restrições, sendo elas que podem provocar o fenômeno da incorporação. Mas é possível entender essa noção de outra forma, talvez a mais próxima do que Carlson (2006) denomina de *efeito de restritividade*: restrições que ocorrem quando o nome torna-se incorporado. Isto é, o resultado da incorporação produz algumas restrições: remete a uma atividade institucionalizada (em chukchi), refere-se a partes do corpo (em pawnee), ocorre apenas com dois verbos de posse (chamorro). Sendo assim, vamos buscar evidências em algumas línguas acerca do efeito de restritividade, o próximo passo.

PRIMEIRA EVIDÊNCIA

Mithun (1984) defende que a incorporação nominal é um processo lexical, não sintático. É um processo que acontece ao longo das mudanças da língua e não necessariamente que acontece ou não em uma determinada língua. Durante a história das mudanças de uma língua, pode ter havido períodos em que a incorporação estava presente, e em outros ausente. Se, atualmente, uma língua apresenta a incorporação nominal, é em virtude desse processo histórico-evolutivo da própria língua. A autora discute várias línguas, como lahu, língua tibeto-burman, no exemplo abaixo:

(10) jt thà dɔ
Licor acc beber
'beber (o) licor'

(11) jt dɔ
Licor beber
'beber licor'

O exemplo em (10) significa que há um licor específico, enquanto em (11), um não específico. Em (10), há também a marcação do acusativo; já em (11) a composição N+V forma um verbo intransitivo (estrutura de incorporação). No tupinambá, objetos podem se incorporar ao verbo transitivo formando um novo verbo transitivo, modificando-o (exemplos de MITHUN, 1984):

(12) s-oßá a-yos-éy
Seu-rosto Eu-ele-lavar
'Eu lavo seu rosto'

(13) a-s-oßá-éy
Eu-dele-rosto-lavo.
Eu lavo-rosto dele.

Em (12), que não é uma construção de incorporação, o objeto direto é 'rosto', marcado pelo prefixo *-yos-*. Já com nomes incorporados, como em (13), o objeto direto é o dono do rosto, marcado por *-s* no verbo, enquanto o evento é de lavar-rosto. Então, essa função manipula o caso porque permite que outro argumento ocupe o lugar de caso do nome incorporado, neste caso, 'dono do rosto' é objeto de 'lavar-rosto'. O mais interessante é que a maioria dos exemplos de incorporação encontrados nessas línguas é sobre as partes do corpo: 'lavar-mão', 'escovar-dente'.⁶

A partir da análise de Mithun (1984) em outras diversas línguas, podemos concluir que, quando há incorporação do nome ao verbo, de alguma forma, o resultado é uma *atividade institucionalizada*, que os falantes nativos sabem reconhecer. Além disso, a incorporação é restrita a alguns contextos, sejam eles sintáticos e/ou semântico-pragmático. Assim, parece que essas nuances apresentadas por Mithun (1984) acerca da incorporação nas línguas estão bem próximas da noção de restritividade de Carlson (2006).

⁶ No PB, essas atividades também são possíveis: cortar unha, escovar dente. Parece que há uma preferência por 'lavar a mão' ou 'lavar as mãos no lugar de '?lavar mão', como na sentença '??Vou lavar mão'.

SEGUNDA EVIDÊNCIA

Observe o comportamento do objeto incorporado na língua mapudungun⁷ (BAKER, 2008, p. 14):

- (14) a. Juan ngilla-fi-y Pedro ñi waka.
Juan compra-3O-Ind.3sS Pedro 3.Poss vaca
'Juan bought Pedro's cow.'
b. Juan ngilla-waka-fi-y Pedro.
Juan buy-cow-3O-Ind.3sS Pedro
'Juan bought Pedro's cow.'

O exemplo em (a) é uma sentença transitiva canônica que tem um objeto direto com possessivo. A sentença em (b) apresenta uma estrutura incorporada. Em (a), sem a incorporação do nome ao verbo, a ordem é a seguinte: Juan V-Appl-Infl-Pedro-Poss-N. Já na sentença (b), um exemplo com o fenômeno de incorporação, há diferença na ordem das palavras, principalmente porque o nome aparece imediatamente após o verbo, e não contém o morfema de posse: Juan V-N-Appl-Infl-Pedro.⁸

TERCEIRA EVIDÊNCIA

Massam (2001, 2008) estuda a língua niuean, que tem como ordem default VSO, para as chamadas estruturas regulares (que não apresentam pseudoincorporação);⁹ e VOS, para estruturas de pseudoincorporação, como se observa respectivamente nos exemplos abaixo:

⁷ 3O = terceira pessoa objeto; Ind = indicativo; 3sS = terceira pessoa singular sujeito; Poss = posse.

⁸ Baker (1988, 2008) propõe que essas restrições podem ser explicadas via movimento de núcleo.

⁹ A autora fala em pseudoincorporação, porque não somente núcleos se incorporam na língua niuean, mas ocorre uma espécie de incorporação frasal: é o NP que se adjunge ao verbo, não o N⁰. A pseudoincorporação é um processo em que nome pode se incorporar ao verbo, mesmo acompanhado de modificador, relativa, possuidor ou outro nome.

- (15) a. Ne kai He pusi ia e moa
 PST comer ERG gato este ABS pássaro
 'Este gato comeu o pássaro'
- b. Takafaga ika tumau ni a ia
 caça peixe sempre EMPH ABS ele
 'Ele está sempre pescando'

Essas diferenças entre as estruturas incorporadas e as não incorporadas, tanto na língua onondaga quanto nas línguas mapudungun e niuean, caem exatamente naquilo que Carlson (2006) denomina de efeito de restritividade: as estruturas incorporadas impõem *restrições* para a combinação V+N e, no caso das línguas acima, *restrições sintáticas*.¹⁰ Outro fato relevante nessas evidências translinguísticas é que parece sempre haver uma contraparte não incorporada quando há incorporação: como se percebe em todas as línguas discutidas aqui, se há a versão incorporada, espera-se uma versão não incorporada. Essas evidências também nos ajudaram a entender melhor o que Carlson denomina de efeito de restritividade; isto é, quando o nome é incorporado ao verbo, há certas restrições: ou sintática, ou semântica, ou pragmática. Elas também nos mostraram como o fenômeno da incorporação pode ocorrer diferentemente entre as línguas que reconhecidamente têm a IS como um processo bem definido. Portanto, Carlson (2006) propõe um verdadeiro diagnóstico – o efeito da restritividade – que separa os fenômenos da incorporação daqueles que não o são. O próximo interesse é discutir se há IS no PB com base nesse efeito.

HÁ IS NO PB?

Toda discussão sobre a IS envolve uma relação direta com a sintaxe: se o NNS for considerado um DP, não há IS; para que o fenômeno da incorporação ocorra, é preciso que o NNS seja um NP ou N. Portanto,

¹⁰ Para uma discussão detalhada desse efeito, ver Taveira da Cruz (2008).

se considerarmos o NNS como um DP, automaticamente, precisamos defender que não há IS no PB.

Essa relação necessária entre ser NP e ocorrer a IS advém de uma ideia clássica de que o NP denota uma propriedade; já o DP denota indivíduos/objetos. Como a IS ocorre se um argumento nominal em algum sentido torna-se parte do verbo, funde-se ao verbo para juntos atribuírem a informação semântica, é de se esperar que isso só é possível quando o NNS for um NP: o verbo toma uma expressão denotando propriedade como seu objeto e, juntos, expressam a informação semântica. É como se o predicado verbal e o predicado nominal, fundidos, formassem outro predicado com características peculiares; por exemplo, juntos denotam uma atividade institucionalmente reconhecida pelos falantes (MITHUN, 1984, 1986).

Portanto, a IS somente acontece quando temos um N⁰ ou um NP; se o nome no singular for um DP, a incorporação não é possível. Então, diante de teorias que descrevem o nome no singular no PB como sendo um DP, não podemos falar em incorporação, como parece ser o caso para aqueles autores como Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Lopes (2006) e Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007). Por outro lado, autores que afirmam que há IS no PB, necessariamente, têm de prever que o NNS é um NP, como Saraiva (1997), Doron (2003) e Müller (2004).

O problema maior para os autores que afirmam que há IS é a falta de restritividade. Vamos tomar como exemplo Saraiva (1997): em primeiro lugar, como vimos, Mithun (1984, 1986) afirma que há restrições lexicais acerca das possibilidades de combinações de V+N que podem ser consideradas como atividades culturalmente estabelecidas. Não é qualquer verbo com qualquer nome que podem juntos denotar uma atividade institucionalizada, reconhecida como tal pelos falantes, mas somente alguns verbos combinados com certos nomes. Para Saraiva (1997), todos os nomes nos singulares na posição de objeto combinados com quaisquer verbos podem juntos designar uma subclasse da ação. Se isso for assim, as formas produtivas de Saraiva (1997) não demonstram possuir, de forma alguma, o efeito de restritividade de Carlson (2006).

Em segundo lugar, a literatura aponta como uma característica da incorporação sua coexistência com uma estrutura, mas não incorporada, com diferenças sintáticas e/ou semânticas. Com relação ao PB, não é claro que estrutura seria essa. Suponha, no entanto, que possamos comparar as sentenças abaixo (o exemplo (16) é de Saraiva, 1997):

(16) A minha mãe fez empadinha. (IS segundo a autora)

(17) A minha mãe fez a empadinha. (não-IS)

Além do fato de que no PB há um definido na segunda sentença, não há nada que se assemelha aos fatos nas línguas discutidas acima. Nenhuma daquelas restrições presentes nessas línguas é encontrada no PB, o que nos abre a possibilidade de concluir que o PB não apresenta *restrição(ões)*, no sentido de Carlson (2006); logo, não é possível falar em IS.

Porém, um olhar mais acurado sobre algumas construções pode nos revelar outra possibilidade. Taveira da Cruz (2008) propõe que a IS é uma *opção* no PB, no sentido de que em alguns casos há incorporação. Seguindo o autor, inicialmente, vamos nos concentrar na sentença-chave abaixo, como representação de um exemplo típico de estruturas de incorporação no PB, por representar claramente uma restrição semântica: a de denotar uma atividade institucionalizada, reconhecida pelos falantes brasileiros do português:

(18) Pedro jogou bola.

A bola é um objeto usado em vários esportes, mas nessa sentença o único esporte possível é o futebol: essa é uma das principais características das estruturas incorporadas, o fato de o falante a reconhecer como significando uma atividade institucionalizada (MITHUN, 1984), é o que acontece em (18). Há também outras restrições, porque o NNS não pode ser topicalizado, nem ser retomado anaforicamente nessa construção e ainda manter a interpretação incorporada:

- (19) a. #Bola, Pedro jogou.
b. Pedro jogou bola. #Ela estava murcha.

Ao deslocar o objeto para a periferia esquerda da sentença, o sentido incorporado depreendido em (18) não se mantém: as sentenças em (19) deixam de significar que o falante está se referindo a atividade institucionalizada de jogar-futebol, perdendo a interpretação incorporada. Passam a ter apenas leitura composicional: há uma bola que o Pedro jogou. O mesmo é verdadeiro para o exemplo em (19b): ao ser retomado pelo pronome, ela deixa de representar a leitura incorporada e recebe uma interpretação composicional. Um exemplo-chave mais claro é:

- (20) a. O João tomou café hoje às sete horas da manhã.
b. Café, o João tomou. (não chá)
c. O João tomou café. #Ele estava muito quente.

A sentença em (20a) é ambígua: (i) temos uma versão incorporada, porque tomar-café remete a uma atividade reconhecida pelos falantes do PB: não está em causa o café em si, mas o evento de tomar-café (da manhã), tanto que para (20a) ser verdadeira, na leitura incorporada, não é preciso haver café. Suponha um caso que João tenha tomado suco com bolachas no evento de tomar-café, então, nesse contexto, a sentença em (20a) é ainda verdadeira, porque o que é relevante é o evento de tomar-café, e não o líquido café propriamente; (ii) há ainda a versão não-incorporada, porque o que está em foco é o próprio café, dessa forma, ela não remete ao evento de tomar-café, mas simplesmente ao evento de tomar, que é saturado pelo NNS 'café'. As sentenças (20b) e (20c) somente aceitam essa segunda leitura.

Portanto, as sentenças (18) e (20), acima, na verdade, são ambíguas: de um lado, elas podem representar uma versão incorporada, que remete a uma atividade institucionalizada, não podendo o NNS ser focalizado/topicalizado ou retomado anaforicamente; do outro lado, elas possuem a versão não-incorporada, cujo NNS apenas satura o verbo. Em outros termos, na versão incorporada, o NNS é um NP; já na versão não-incorporada, o

NNS pode ser entendido como um DP. Isso é bem-vindo, porque confirma que quando há incorporação, há uma contraparte não-incorporada, sendo que a versão incorporada tem diferenças semânticas: somente ela remete a uma atividade institucionalizada; e diferenças sintáticas: o objeto incorporado é um NP, enquanto o não-incorporado é um DP.

Há formas presentes na língua que remetem a uma ou outra leitura, isto é, incorporada ou não:

- (21) a. Pedro jogou bola com João. (incorporação ou não/ambígua)
b. Pedro jogou bola pro João. (não incorporação)

Para (a), é possível assumir uma análise via incorporação, porque jogar-bola é uma atividade típica para os falantes do PB, logo o NNS é um NP; em (b),¹¹ ‘bola’ simplesmente satura o verbo, podendo então ser analisado dentro de um quadro que considera que o objeto é referencial, sendo, portanto, um DP. É com exemplos como (a) que a hipótese de que o nome se incorpora ao verbo restringindo a ação a uma atividade típica é mais plausível. O mais interessante é que, em (21a), determinantes não podem aparecer entre o verbo e o nome, porque a leitura incorporada se desfaz, como mostra (22a); nem mesmo o plural nu deixa a sentença com o sentido de objeto incorporado, como se observa em (22b), abaixo:

- (22) a. Pedro jogou #a/uma/esta bola com João. (incorporação = não)
b. Pedro jogou #bolas com João. (incorporação = não)

Porém, o que estamos chamando de versão incorporada não é o mesmo que Saraiva (1997) denomina de objeto incorporado no PB: para Saraiva (1997), o fenômeno da incorporação é produtivo no PB; então, qualquer nome nu singular na posição de objeto *sempre* se incorpora ao verbo. Para Taveira da Cruz (2008), o NNS se incorpora apenas em alguns casos, como ‘jogar-bola’, ‘tomar-café’ e ‘pegar-onda’, que revela

¹¹ É claro que essa sentença também pode possuir uma versão incorporada, se pensarmos em João não como *goal*, mas como um *benefactivo*, algo como *Eu jogo bola pro Flamengo* ou *Eu jogo bola pro João ver* ou *Eu jogo bola pro João (porque eu prometi)*...

uma restrição lexical, além da restrição semântica já mencionada: o composto remete a uma atividade institucionalizada, respeitando em vários pontos a restritividade de Carlson (2006).

CONCLUSÃO

A maior dificuldade de se entender a IS é que ela ocorre diferentemente entre as línguas. Carlson (2006), então, propõe um efeito que separa as estruturas incorporadas daquelas que não são: o efeito de restritividade. Esse efeito é encontrado quando a IS é concebida, ou seja, a IS impõe restrições para a combinação do V+N. Este artigo procurou argumentos para afirmar que, nas sentenças-chave ‘jogar-bola’ e ‘tomar-café’, há IS, porque os falantes do PB reconhecem que tais estruturas denotam uma atividade específica, portanto, funcionam como restrições no sentido evocado por Carlson (2006), o que demonstra uma adequação empírica e explicativa para afirmar que somente em *alguns* casos há incorporação semântica.

Para tais sentenças-chave, Taveira da Cruz (2008) propõe uma análise baseada em Dayal (1999, 2003). Segue, então, as duas versões, não incorporada e incorporada:

- (23) a. Pedro jogou bola (pro João). (não incorporação)
 b. $\lambda x \lambda y \lambda e$ [jogar(e) & Ag(e) = y & Th(e) = x]

- (24) a. Pedro jogou bola (com João). (incorporação)
 b. $\lambda P \lambda y \lambda e$ [P-jogar(e) & Ag(e) = y & *Appropriately-Classificatory*(e)]
<e,t>

Em (23), temos a versão não incorporada de ‘jogar-bola’, que representa um verbo transitivo com dois argumentos: agente e tema. Em (24), temos a versão incorporada de ‘jogar-bola’, cujo objeto denota uma propriedade e funciona como um modificador do verbo: eles juntos denotam uma atividade institucionalizada, garantida pelo modal *appropriately-classificatory*. Então, com essas duas representações, podemos explicar as diferenças entre a versão incorporada e a versão não incorporada dos exemplos-chave.

OS ADVÉRBIOS DE MODO EM *-MENTE* E A ESTRUTURA DO EVENTO

MARIA JOSÉ FOLTRAN (UFPR/CNPq)

INTRODUÇÃO

Não é nenhuma novidade dizer que os advérbios, da forma como se apresentam na tradição gramatical, não constituem uma classe com propriedades que os delimitem como tais. Ao contrário, vários trabalhos já apontaram a necessidade de se dividir a classe, contemplando a natureza diferente dos elementos ali presentes. Hoje, parece-nos mais ou menos óbvio que palavras como *aqui*, *ali* e *lá* pertencem à classe dos dêiticos, que alguns advérbios operam sobre adjetivos, intensificando-o (*extremamente gentil*), ou sobre outras palavras (*exatamente três*). Essas são apenas algumas das diferentes propriedades já descritas.¹

Um grupo mais ou menos uniforme ficou conhecido como advérbios predicativos (MCCONNELL GINET, 1982) ou qualificativos (ILARI et al., 1989): são os que operam sobre o predicado de forma específica, ou sobre a oração, de maneira mais geral. Grosso modo, são advérbios com um adjetivo na base, acrescido de *-mente*. A respeito deles, afirma-se que se diferenciam conforme seu escopo: os mais baixos teriam alcance exclusivamente sobre o VP, enquanto os mais altos poderiam estar orientados para o sujeito ou para o falante ou discurso. Os exemplos em (1) mostram essas três possibilidades.

- (1) a. O motorista dirigia vagarosamente.
- b. O aluno inteligentemente respondeu ao que lhe foi perguntado.
- c. Certamente, as medidas devem surtir algum efeito.

¹ A esse respeito, ver Ilari et al. (1989) e Guimarães (2007).

Em (1a), afirma-se que o motorista dirigia de modo vagaroso, o dirigir é que era vagaroso; em (1b), entende-se que foi inteligente da parte do aluno responder à pergunta; e, em (1c), o falante dá como certo que as medidas surtiriam algum efeito. Embora essas três possibilidades estejam associadas a certas posições sintáticas, é possível obtermos mais de uma leitura com o advérbio na mesma posição. Assim, exemplos como (1b) podem também ser interpretados com o advérbio agindo sobre o VP. Ernst (2000) distingue essas interpretações do seguinte modo:

- (2) a. O aluno inteligentemente respondeu ao que lhe foi perguntado.
- b. O aluno respondeu inteligentemente o que lhe foi perguntado.

O advérbio 'inteligentemente', em (2a), toma como base de comparação diferentes eventos: o aluno poderia ter feito várias coisas, mas a opção foi por responder ao que lhe foi perguntado. Já em (2b), a classe de comparação é o mesmo evento: o aluno poderia ter respondido de diferentes maneiras, mas respondeu de maneira inteligente – pode ter sido imbecil da parte dele ter respondido o que lhe pediam, mas o fez de modo inteligente. A posição sintática pode privilegiar uma ou outra interpretação, mas nem sempre determina. Assim, em uma sentença como (1b)/(2a), o advérbio deve ser preferencialmente interpretado como orientado para o sujeito, mas nada impede que o interpretemos como o modo de ação, tal como (1a) ou (2b).

Mesmo que tomemos especificamente a classe dos advérbios predicativos, podemos constatar que algumas afirmações que se fazem sobre eles são excessivamente genéricas; por exemplo, afirmações como a que assume que os advérbios podem flutuar livremente na sentença ou que o mesmo advérbio pode assumir diferentes valores, conforme sua posição sintática. Essas afirmações devem ser relativizadas, tendo em vista que muitos advérbios têm um valor semântico específico e isso restringe de certa forma a sua posição sintática. Advérbios como 'infelizmente' ou 'dificilmente' só ocorrem como advérbios orientados para o discurso ou para o falante – modificam o ato de fala. Nesse sentido, há uma acentuada preferência para que eles ocorram em

posições mais altas da sentença, mas, mesmo que possamos colocá-los em outras posições, a sua interpretação é restrita, ou seja, eles jamais poderão ser usados como advérbios de modo,² por exemplo. Os advérbios modais, como 'provavelmente' ou 'possivelmente', também são advérbios altos e sua ocorrência no final da sentença é sensivelmente restrita, necessitando de uma marcação prosódica mais delineada. Em contrapartida, advérbios como 'vagarosamente' ou 'bem' ou 'mal' são reconhecidamente advérbios de modo puros, e isso também limita sua ocorrência: na imensa maioria das vezes, aparecem em final de sentença. Portanto, a crença de que os advérbios flutuam livremente ou assumem indistintamente diferentes valores semânticos na sentença é excessivamente vaga e genérica e precisa ser mais bem qualificada.

Este trabalho está orientado, em especial, para os advérbios de modo. O objetivo é investigar a ocorrência desses advérbios, tendo em vista as diferentes classes acionais do verbo. A ideia é que uma estrutura de evento, nos moldes de Pustejovsky (1991, 1995), prevê uma representação natural para advérbios de modo como predicados de eventos. A ambiguidade apresentada por um advérbio pode ser explicada em termos de diferentes escopos assumidos em relação à estrutura do evento. Na esteira de Davidson (1980), a quantificação sobre a variável evento tem a vantagem de dar um tratamento de primeira ordem para tais advérbios.

Tendo em vista o objetivo apresentado em primeiro lugar, detalharei um pouco melhor a noção de modo. Em segundo lugar, apresento a estrutura de evento concebida por Pustejovsky, bem como o tratamento que ele dá aos advérbios. Finalmente, analiso o comportamento dos advérbios de modo, tendo em vista a classe acional do predicado e encaminho algumas conclusões.

² O termo comum 'maneira' também pode ser usado para referir-se a esses advérbios. Optei por continuar usando o termo 'modo'.

ADVÉRBIOS DE MODO

Embora a classificação “advérbio de modo” seja amplamente usada na tradição gramatical, a noção carece de uma definição mais explícita. A explicação apresentada por Ernst (2000) – de que um advérbio mais alto na sentença aciona outros eventos como classe de comparação, enquanto um advérbio de modo aciona subespecificações do mesmo evento como classe de comparação – já é um passo para um tratamento mais preciso da noção de modo.

Jackendoff (1972) distingue advérbios de modo como uma subclasse dos advérbios de VP, ou seja, aqueles que aparecem preferencialmente na posição final da sentença. Isso os distingue dos modais e dos advérbios de atos de fala. McConnell-Ginet (1982) toma os advérbios de modo não somente como associados ao VP, mas internos ao VP. Seu tratamento é, portanto, sintático. Advérbios como 'rapidamente', 'vagarosamente', 'cuidadosamente', 'violentamente' são claramente advérbios de modo. Além disso, alguns sintagmas preposicionados, como 'com uma faca', podem também ser tomados como sendo um modificador de modo.

Em Foltran (2007b), mostrei que a ocorrência dos advérbios de modo terminados em *-mente* é extremamente restrita no Português Brasileiro, ou seja, estamos cada vez menos usando esse recurso para significar modo. Parece que, em lugar dos advérbios, damos preferência a sintagmas preposicionados para veicular tal informação. Outro recurso usado para isso seriam os adjetivos com valor adverbial (FOLTRAN, 2007a). Para alguns autores, o próprio objeto cognato seria também uma outra forma para designar modo (MITTWOCH, 1997).

Semanticamente, advérbios de modo são caracterizados pelas suas propriedades de acarretamento (DAVIDSON, 1980; PARSONS, 1990). Landman (2000) sistematiza essas propriedades e argumenta que o conjunto delas é uma evidência para assumir uma análise davidsoniana, ou seja, o postulado de um argumento adicional, conhecido como argumento evento. O conjunto dessas propriedades compreende três fenômenos linguísticos: a permutabilidade (que indica

que um advérbio de modo não tem escopo sobre o outro), exemplificada em (4); a descartabilidade (*droppability*), exemplificada em (5); e o não acarretamento, mostrado em (6). Para Ladmann, a base da argumentação é o exemplo em (3).

(3) *I know John well by face from the television.*

(4) a. *I know John by face well from television.*

b. *I know John from television well by face.*

c. *I know John from television by face well.*

(5) a. *I know John by face from television.*

b. *I know John by face.*

c. *I know John.*

(6) a. *I know John by face from a party.*

b. *I know John by face.*

c. *I know John from a party.*

O que se observa é que (3) acarreta cada uma de (4a - c) – exemplificando a permutabilidade, e cada uma de (5a - c) – a descartabilidade. Além disso, (6b) e (6c) em conjunto não acarretam (6a) – não acarretamento.

Embora sejam essas observações relevantes para a noção de modo, não posso fazer uso delas devido aos propósitos deste trabalho. Investigo aqui apenas a noção de modo veiculada pelos advérbios em *-mente*. Assim, não podemos dispor de exemplos com mais de um, já que eles só podem ocorrer juntos se estiverem coordenados (*Andava vagarosa e alegremente*).³

Passo agora a apresentar rapidamente como Pustejovsky concebe uma estrutura de evento, para, em seguida, averiguar sua hipótese de que uma estrutura de evento de tal tipo permite uma representação mais natural para os advérbios como predicados de eventos.

³ Observar que esse é um recurso muito restrito à escrita.

A MODIFICAÇÃO DE MODO NA TEORIA DE PUSTEJOVSKY

Nesta seção, vou apresentar inicialmente a concepção de estrutura de evento de Pustejovsky (vou considerar essencialmente seu texto de 1991) para, logo após, mostrar seu tratamento em relação a advérbios de modo.

A ESTRUTURA DE EVENTO

Pustejovsky examina o papel dos eventos dentro de uma teoria de semântica lexical. Propõe uma teoria de estrutura de evento configuracional. Sugere que a decomposição lexical é possível se realizada gerativamente. Ao invés de assumir um conjunto fixo de primitivos, assume um número fixo e reduzido de recursos gerativos que podem ser entendidos como responsáveis pela construção de expressões semânticas. No nível da estrutura de eventos, defende que qualquer verbo pode ser caracterizado como pertencendo a um dos três tipos básicos de evento: estados, processos e transições.⁴ A teoria de decomposição delineada pelo autor está baseada na ideia de que o significado das palavras é altamente estruturado, e não simplesmente um conjunto de traços. Assim, a cada tipo de evento está associado um molde semântico que desvela sua estrutura interna. As noções teóricas básicas podem então ser assim resumidas: o léxico é estruturado em quatro níveis (argumentos, eventos, qualia e herança lexical) e prevê dispositivos gerativos que atuam em cada um desses níveis (a coerção de tipo, a ligação seletiva e a co-composicionalidade). Vamos nos deter aqui especificamente na estrutura do evento.

Nessa teoria, a estrutura de evento, tendo em vista as três classes, é interpretada em termos de precedência temporal e inclusão de evento exaustiva, ou seja, para um evento e , representado como $[e_1, e_2]$, a interpretação pretendida é que e é um evento contendo dois subeventos,

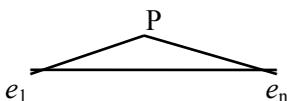
⁴ Para Pustejovsky, as quatro classes aspectuais apontadas em outras teorias (VENDLER, 1967; DOWTY, 1979; BACH, 1986) resumem-se em três configurações estruturais distintas. As *transições* englobam tanto *accomplishments* como *achievements*.

em que o primeiro precede temporalmente o segundo e não há nenhum outro evento localmente contido no evento e . E é uma variável para qualquer tipo de evento.

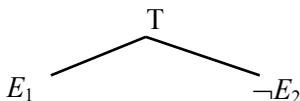
Dentro dessa perspectiva, os estados (S) são apresentados como sendo um evento único que não é avaliado em relação a nenhum outro evento. A representação estrutural é a seguinte:



Os processos (P) constituem uma sequência de eventos que identificam a mesma expressão semântica, ou seja, e_1, e_2 são do mesmo tipo.



As transições (T) seriam um evento identificando uma expressão semântica que é avaliada em relação à sua oposição.

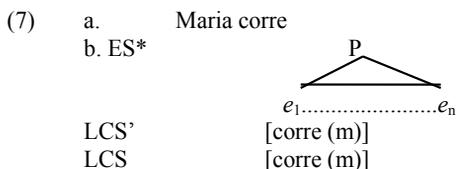


Especificando melhor os eventos que têm estrutura interna (os estados estão fora disso), um verbo de processo engloba uma sequência de eventos do mesmo tipo $[e_1, \dots, e_n]$. Pustejovsky assume, seguindo Dowty (1979), que, quando P é um verbo de processo, se a expressão semântica P' é verdadeira num intervalo I , então P' é verdadeira para todos os subintervalos de I maior que um momento.

Para explicitar a representação lexical, o autor assume, ainda, um nível de representação em que as distinções da classe do verbo são caracterizadas em termos de uma estrutura do tipo “estrutura

conceptual lexical” (LCS),⁵ que ele chama de LCS’. Uma outra representação semântica, a LCS, toma a forma de decomposição de um predicado e pode ser construída, interpretando a estrutura de evento junto com a LCS’. As árvores representam uma informação em termos da LCS dividida de acordo com a estrutura do evento. A LCS é, portanto, obtida a partir da estrutura de evento junto com a LCS’.

Assim, a representação de um processo como *Maria corre* seria a seguinte:



*ES = estrutura de evento (*event structure*)

Essa representação é enriquecida em Pustejovsky (1995), com a introdução da noção de núcleo do evento e de relações de ordenação temporal. A ideia de núcleo possibilita uma configuração em que os eventos não estão simplesmente ordenados por precedência temporal, mas marcados por uma proeminência relativa. Quanto à relação de ordenação temporal, os processos se caracterizam por uma relação do tipo $\langle o_\alpha \rangle$ ⁶, ou seja, $[e_1 \langle o_\alpha e_2]$. Isso significa que e_1 começa antes de e_2 e há, ao mesmo tempo, uma relação de sobreposição (*overlapping*) temporal. Não vou me deter nessas noções por não serem relevantes para a discussão proposta aqui.

As distinções aspectuais feitas por Pustejovsky englobam *achievements* e *accomplishments*. Essas duas classes, segundo o autor, podem ser distinguidas somente em termos da dicotomia não agentivo/

⁵ Em relação à noção de LCS (*lexical conceptual structure*), Pustejovsky afirma estar adotando representação similar à de Dowty (1979), Jackendoff (1983) e Levin e Rappaport (1988 apud PUSTEJOVSKY, 1991).

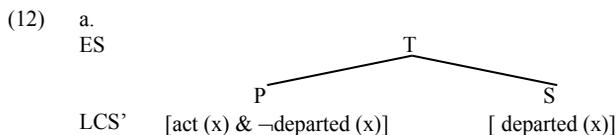
⁶ O $\langle o \rangle$ da fórmula é de *overlapping*.

O que parece distinguir o modelo de Pustejovsky de outros modelos é o fato de que tanto *accomplishments* como *achievements* possuem um processo antes do estado final. O que os distingue é o operador *Cause* presente nos *accomplishments* e ausente nos *achievements*.

O ESCOPO DOS ADVÉRBIOS NA ESTRUTURA DE EVENTOS

Pustejovsky usa os advérbios como exemplos para a funcionalidade de sua teoria. Observa que esses itens lexicais podem apresentar escopo largo ou escopo estreito, referindo-se a advérbios orientados para o falante ou sujeito e advérbios de modo, respectivamente. Defende que, na estrutura de evento proposta por ele, essa ambiguidade pode ser mais bem explicada. Para ele, essa ambiguidade resulta de uma distinção estrutural e não de uma polissemia lexical: nas diferentes leituras, os advérbios são idênticos; diferentes escopos é que dão origem à ambiguidade mencionada.

Essa posição não é nenhuma novidade no tratamento dos advérbios. Outras teorias também buscam explicar o efeito de significado dos advérbios a partir do seu escopo na estrutura, procedendo daí classificações conhecidas como advérbio de discurso, advérbio de sentença, advérbio de VP, dentre outras. A novidade neste tratamento é considerar a estrutura do evento. Para se ter uma ideia de como funciona, vou utilizar um exemplo do próprio autor. Um verbo como *depart* teria, para Pustejovsky, a seguinte estrutura de evento:



Tendo em vista esta representação, concluímos que o autor avalia este predicado como sendo um *accomplishment*,⁷ distinguindo a ação

⁷ Embora não concorde com a classificação do autor em relação a *depart* como um

de partir e o estado resultante de ter partido. Um advérbio como *rudely*, tradicionalmente classificado como modo, pode agir de diferentes maneiras na estrutura: pode pegar a estrutura como um todo agindo sobre o processo (escopo largo) e, nesse sentido, será interpretado como “foi rude da parte dele partir”, ou pode agir especificamente sobre o subevento ação (escopo estreito), com a interpretação de que a partida foi rude. No primeiro caso, teremos um advérbio de sentença; no segundo, um advérbio de modo.

Pustejovsky chama a atenção para o comportamento idiossincrático dos advérbios modificadores de eventos: cada advérbio aduz informações diferentes. Nos exemplos em (13) e (14), enquanto 'vagarosamente' se refere, em ambos os exemplos, ao modo de ação, tendo apenas o escopo estreito, 'rapidamente' pode ter as duas leituras: o modo de ação ou a duração do evento como um todo, tomando o sujeito como escopo: a Maria foi rápida (decidiu de forma rápida andar até o parque).

(13) a. A Maria andou até o parque vagarosamente.⁸

b. A Maria vagarosamente andou até o parque.

(14) a. A Maria andou até o parque rapidamente.

b. A Maria rapidamente andou até o parque.

Segundo o autor, um tratamento desse tipo teria condições de dar conta da ambiguidade de um advérbio como *almost*, ambiguidade essa já apontada em Dowty (1979). O uso do advérbio *almost* constitui um teste para diferenciar os *accomplishments* das outras classes, já que a ambiguidade se verifica somente para os eventos que denotam *accomplishments*. Isso se deve ao fato de este tipo de predicado ter dois predicados distintos envolvidos na sua estrutura: primeiro, o processo que está sob o operador *act*; segundo, o estado resultante. Para entender

accomplishment, acho que vale a pena analisar o exemplo.

⁸ Esses exemplos também são de Pustejovsky. Achei que, aqui, a tradução não interferia na análise.

melhor, vejamos os exemplos em (15). Vou usar os exemplos em português, já que, nessa língua, podemos observar o mesmo efeito.

- (15) a. O João quase construiu uma casa.
- b. O João quase correu.
- c. O João quase morreu.

Em todos os exemplos, constatamos a leitura de que a ação denotada nem chegou a começar; por outro lado, somente em (15a), um predicado que denota *accomplishment*, é possível observar, além dessa leitura, a interpretação de que o João começou a construir, mas não terminou.

Na seção seguinte, vou detalhar um pouco mais essa abordagem a fim de constatar sua eficácia para o tratamento da noção de modo em relação às diferentes estruturas de evento denotadas pelos diferentes predicados.

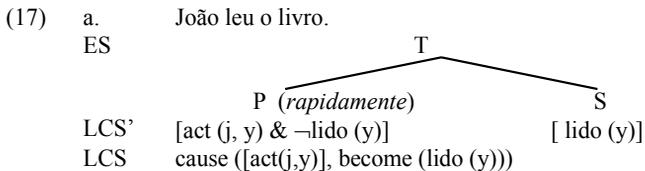
A MODIFICAÇÃO DE MODO E AS DIFERENTES ESTRUTURAS DO EVENTO

Nesta seção, vou examinar melhor como se comportam os advérbios de modo terminados em *-mente* em relação à estrutura de evento proposta por Pustejovsky. Será possível observar, em primeiro lugar, que a noção de modo veiculada por esses advérbios precisa de um subevento processo para se aplicar. Em segundo lugar, podemos concluir que há um componente lexical forte que determina se o advérbio em *-mente* pode ou não agir como predicado de evento.

Vamos começar com os *accomplishments*, já que esses predicados têm uma estrutura eventual mais clara e mais rica. Tomemos *accomplishments* típicos como em (16).

- (16) O João leu o livro inteiramente/rapidamente/inteligentemente/
 superficialmente/ininterruptamente/vagorosamente.

Todos os advérbios listados em (16) podem ter como escopo o subevento ação, que é a parte do *accomplishment* referente ao processo. A representação pode ser observada em (17).



Em (16), tendo escopo sob o processo (escopo estreito), o advérbio veicula uma leitura de que o desenrolar da ação foi rápido, ou seja, o advérbio nos informa a respeito do modo como a ação foi desenvolvida até chegar no estado resultante “o livro lido”. A partir dessa representação, podemos levantar algumas questões: *a)* há advérbios que modificam o estado resultante? *b)* todos os advérbios em (16) poderiam ter, ao mesmo tempo, escopo largo e estreito, ou seja, pegar a transição como um todo ou pegar especificamente um subevento?

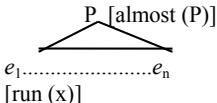
A resposta para a questão a, tendo em vista os advérbios de modo em *-mente*, é não. Isso ficará mais claro quando tratarmos dos estados. Na medida em que o estado é alcançado, ele não pode mais sofrer uma modificação de modo. Um advérbio como *quase*, por exemplo, pode modificar o estado resultante,⁹ mas *quase* é um operador de um outro tipo, não veicula a noção de modo. A resposta para a pergunta b também é não. Eu diria que advérbios como *inteiramente*, *ininterruptamente*, *vagarosamente* só podem designar o modo de ação; advérbios como *'inteligentemente'*, *'superficialmente'*, *'rapidamente'* podem também tomar a sentença, veiculando informação orientada para o sujeito. Outros, como *'certamente'*, *'felizmente'*, *'dificilmente'*, são orientados especificamente para o discurso, modificando o ato de fala.¹⁰ Nesse sentido é que eu afirmo que existe um componente que é especificamente

⁹ Ver a análise do *almost* proposta em Pustejovsky (1991).

¹⁰ Certamente, essa classificação não esgota a variação dos advérbios em *-mente*. Mesmo dentre os advérbios mais baixos, ou de modo, podemos reconhecer alguns que se voltam especificamente para o objeto, como em *Ele cortou o bolo finamente* – seria uma espécie de resultativo. Arrisco a dizer que esses e, numa certa medida, os advérbios de modo em *-mente*, em geral, tendem a ser realizados sem a morfologia de advérbio (*Ele cortou o bolo fininho*). Apresento maiores detalhes sobre isso em Foltran (2007a) e Foltran (2007b).

lexical. As possibilidades estão no léxico. Essa afirmação vai um pouco na contramão da teoria de Pustejovsky, mas acho que não temos como ignorar esses fatos. Que traço lexical determina esse comportamento? Essa é uma questão ainda não suficientemente esclarecida.

A estrutura prevista para os processos (atividades) só permite que o advérbio modifique a expressão associada ao primeiro evento ou o único, já que os subeventos são todos iguais e identificam a mesma expressão semântica. Em (18a), apresento a representação que Pustejovsky propõe para o *almost*.

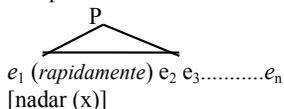
- (18) a. John almost ran
 b. ES
- 

A minha dúvida é, se adotarmos essa representação, como poderíamos diferenciar escopo largo de escopo estreito? Os exemplos em (18) fundamentam essa preocupação.

- (19) a. João rapidamente nadou.
 b. João nadou rapidamente.

Em (19a), podemos ter a interpretação de que a intenção de nadar foi rápida, a decisão do João em nadar foi tomada rapidamente. Em (19b), a leitura mais plausível é que o nado se desenvolve de modo rápido. Para dar conta dessas duas leituras, podemos propor que, no caso da leitura de modo, o advérbio tenha como escopo um dos subeventos. Como esses subeventos, no caso dos processos, são do mesmo tipo e como há uma relação temporal de sobreposição e precedência entre eles, isso garante que o modo perpassasse todos os subeventos. Assim, a proposta em (18) pode ser a representação do escopo largo, leitura atribuída a (19a), enquanto a leitura deduzida de (19b) teria a representação apresentada em (20).

- (20) a. João nadou rapidamente.
 b. ES



Dar conta dos *achievements* é uma tarefa um pouco mais complicada. Se o *achievement* é pontual, não tem o subevento processo, esperaríamos que não fosse possível a modificação de modo. Mas não é isso que se observa.

- (21) a. O João atingiu o pico da montanha/lentamente/vagarosamente/
 inteligentemente.
 b. O João morreu lentamente.

Observando (21a), podemos perceber que o que se dá lentamente, ou vagarosamente, ou inteligentemente é a ação que João desencadeia para chegar ao pico; no entanto, isso não faz parte do significado de “atingir o pico da montanha”. O mesmo se dá em relação ao exemplo (21b): lento foi o que aconteceu no período que antecede a morte. Isso também não faz parte do sentido de morrer. Rothstein (2004), ao distinguir *accomplishments* e *achievements*, afirma que, nos *accomplishments*, o processo é dado lexicalmente; já nos *achievements*, o processo é fruto de uma inferência contextual. A representação proposta por Pustjovsky prevê isso ao assumir os *achievements* como uma transição que vai de um processo a um estado resultante, embora ele não qualifique claramente esse processo. A saída mais plausível foi adotar a representação em (22) e afirmar que, como o subevento é pontual e é um estado resultante, e como a noção de modo é necessariamente durativa, o advérbio se aplica ao contexto que antecede o evento.

é de grau e não de modo. Compartilho dessa interpretação, pois, ao compararmos (24a) com (25), podemos observar a diferença.

(25) João fala francês bem.

Falar francês bem é uma das realizações possíveis desse evento, não é um grau do evento de falar,¹¹ mas saber francês bem diz em que medida se sabe francês.

A estrutura de evento de Pustejovsky, de certa forma, prevê essa possibilidade, pois os estados, não apresentando estrutura interna, não possibilitam que o advérbio assumo o escopo estreito, exigência para obter-se a leitura de modo. Da mesma forma, quando o subevento é um estado resultante, a mesma restrição se verifica.

CONCLUSÃO

Este trabalho abordou o comportamento de advérbios de modo terminados em *-mente* em relação às diferentes classes aspectuais, tendo em vista a estrutura de evento apresentada em Pustejovsky (1991 e 1995). Em relação às transições, observo que tal advérbio só pode modificar o processo.¹² No caso de predicado do tipo *achievements*, por não apresentar o subevento processo, a única opção é modificar o contexto precedente. Por sua vez, o predicado processo amolda-se perfeitamente a esse tipo de modificação. Já o predicado estativo, por não ter estrutura interna, reage à modificação em foco, o que acentua a consistência da teoria.

A teoria de eventos de Pustejovsky mostra-se assim adequada para que se possa refletir sobre a noção de modo, bem como representá-la. No entanto, se o tratamento que damos aos *achievements* está correto, essa teoria não consegue dar conta de todas as especificidades. Vale observar,

¹¹ Advérbios como *bem*, *mal*, *muito* sempre implicam grau num certo sentido, mas, quando empregados em relação a eventos, veiculam uma avaliação da maneira como o evento é realizado.

¹² Caberia aqui especificar melhor como funcionam os advérbios do tipo “resultativo”, mas eles estão fora do escopo deste trabalho.

também, que a divisão tripartite proposta pelo autor – em oposição à divisão vendleriana – é de certa forma incongruente, já que, quando tratamos das transições, precisamos explicitar se estamos falando de *accomplishments* ou *achievements*.

Em relação à modificação de modo, cabe ainda um comentário: as restrições observadas são muito próximas das restrições que se impõem sobre predicados secundários, estudo feito em Foltran (1999). Já observei isso em trabalhos anteriores, no entanto, ainda não formulei uma explicação a contento para essa semelhança. É interessante lembrar que, no alemão, advérbios de modo não recebem nenhuma morfologia específica – usa-se a forma adjetival tal e qual. Sentenças como as de (26a) têm uma interpretação vaga entre uma leitura de predicado secundário e uma construção adverbial, o que torna tênue a diferença entre (26a) e (26b).

(26) a. Maria canta alegre.

b. Maria canta alegremente.

Isso corrobora a sensação de que esses fenômenos interagem em algum ponto – só ainda não sabemos exatamente como e onde.

A RELAÇÃO ENTRE PERFECTIVIDADE E TELICIDADE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

RENATO MIGUEL BASSO (UFSC)
ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA (UFSC/CNPQ)

Este trabalho posiciona-se contra a assunção de que eventos télicos perfectivos – para o caso do Português Brasileiro (PB, doravante), em geral eventos veiculados através do pretérito perfeito – indicam automaticamente, *i.e.* acarretam o alcance do *telos* do evento em questão.¹ Na contramão de tal assunção, procuraremos mostrar que a sentença (1) abaixo não acarreta, no sentido lógico-semântico desse termo, que o ponto final do evento, o seu *telos*, foi alcançado; tal *telos* é indicado pela sentença (2):

- (1) João escreveu o artigo.
- (2) O artigo está pronto.

Apesar de (1) sugerir fortemente que (2) é o caso, é comum encontrarmos situações em que a sentença (1) é verdadeira, mas (2) não; por exemplo, quando afirmamos que João escreveu o artigo mas não terminou. Argumentaremos que o alcance do *telos* de um evento télico perfectivo pode ser considerado como uma implicatura conversacional (LEVINSON, 2000), partindo de uma semântica “fraca” para o pretérito perfeito do indicativo do PB.

Seguindo Singh (1998), chamaremos a situação na qual um evento télico perfectivo não acarreta o alcance do *telos* de “paradoxo do perfectivo”. Diferentemente da língua estudada por essa autora, o hindi, o PB não conta com um morfema que indica especificamente a completude

¹ Essa é a posição em Krifka (1998), Rothstein (2004), Verkuyl (1993), entre outros.

de um evento. Essa completude pode, contudo, ser veiculada através de advérbios e construções adverbiais como as sublinhadas abaixo:

(3) João escreveu o artigo inteiro/todo/completamente/até o fim.

Uma consequência imediata da assunção de que a sentença (1) acarreta a sentença (2) seria a redundância da sentença (3), pois os termos sublinhados nada mais acrescentariam à sentença (1): ora, se (1) já diz que o *telos* foi alcançado, então diz também, concomitantemente, que João escreveu o artigo inteiro ou o artigo todo ou completamente ou até o fim, e daí a redundância que deveríamos esperar de (3). Assim, a previsão seria de que (1) e (3) fossem sentenças sinônimas, cuja única diferenciação é retórica ou de registro. Contudo, (3) não só não parece ser redundante como também não parece ser sinônima de (1).

Na primeira seção "Ausência de acarretamento, ausência de contradição e ausência de redundância: evidências empíricas", desenvolveremos a ideia de que (1) e (3) não são sinônimas, apresentando situações em que (1) é verdadeira mas não (2), além da "evidência da não contradição" e da não redundância; essa bateria de argumentos tem por objetivo mostrar que a relação entre (1) e (2) não é a de acarretamento, ao menos no PB.

Na sequência, veremos algumas propostas que lidam com a relação entre telicidade e perfectividade, principalmente as de Singh (1998) e Rothstein (2004). Apesar de diferirem em muito, ambas consideram que entre (1) e (2) há uma relação de acarretamento. Na seção 2, "O 'ambiguista'", analisaremos a proposta de Singh (1998), que se desenvolve dentro de um quadro semelhante ao proposto por Krifka (1998) e mobiliza noções como as de gradualidade do desenvolvimento dos eventos e incrementalidade do consumo ou criação de objetos. Argumentaremos que essa abordagem baseia-se em assunções conceituais problemáticas e que ela leva a consequências indesejadas.

Na seção 3, "O unitarista – a proposta de Rothstein", analisaremos a proposta de Rothstein (2004). Apesar de Rothstein reconhecer que há leituras possíveis de (1) que não acarretam (2), essa possibilidade

é explicada através de um tipo de operação de coerção ou mudança de classe acional que ocorre com alguns tipos de predicados télicos. Mostraremos que essa caracterização, além de ter problemas internos, não é adequada para o PB. Nossa análise focalizará também a semântica dos adjuntos usados para diagnosticar a (a)telicidade: ‘por X tempo’ e ‘em X tempo’. Seguindo Rothstein, a “anomalia” de uma sentença como (4), que se deve à combinação entre um evento télico e o adjunto ‘por X tempo’ que seleciona eventos atélicos, é resolvida através de uma dessas operações de coerção:

(4) Dafna leu Mary Poppins por horas.

Não adotaremos a coerção como explicação do que ocorre em sentenças como (4) baseados em evidências empíricas: falantes de Português Brasileiro não avaliam (4) como anômala e pelo menos um experimento psicolinguístico de tempo de leitura não encontrou evidências para a coerção (BASSO, 2007). Além disso, mostramos que a abordagem de Rothstein leva a inadequações empíricas para o PB.

Por fim, argumentaremos que a noção de telicidade de Rothstein (2004), que envolve tratar os eventos como indivíduos atômicos, é compatível com nossa proposta se interpretarmos a perfectividade apenas temporalmente, *i.e.*, ela denota um intervalo fechado de tempo (e nada mais) que está contido dentro do tempo de referência, como aparece em Klein (1994). Uma solução melhor, porque explica todos os casos da seção 1, além de sentenças como (4), é tratar a relação entre (1) e (2) como sendo um caso de implicatura. Na última seção, "Nossa proposta", delinearemos a implicatura aqui envolvida; uma apreciação maior e mais detalhada de tal implicatura pode ser encontrada em Pires de Oliveira e Basso (manuscrito).

AUSÊNCIA DE ACARRETAMENTO, AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E AUSÊNCIA DE REDUNDÂNCIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Nesta seção, apresentaremos algumas evidências a favor da ideia de que eventos télicos perfectivos não acarretam o alcance do *telos*. Se de fato não há acarretamento, devemos então fornecer as razões da forte sugestão de que a relação entre (1) e (2) é de acarretamento. Nós daremos as razões para tanto, mas apenas ao fim deste trabalho.

SITUAÇÕES DE USO

Se a relação entre (1) e (2) fosse de acarretamento, deveríamos esperar que a resposta em (5) abaixo signifique somente que o falante leu o livro até o fim:

- (5) – Você leu o seu livro ontem à noite?
– Li.

Contudo, intuitivamente, a resposta em (5), ‘li’, não veicula, nem como sugestão, que o falante leu o livro até o fim. Sua resposta é verdadeira mesmo que ele tenha lido apenas algumas páginas. É fácil reproduzir diálogos como (5):

- (6) – O João construiu a casa dele?
– Construiu.
– Tudo? Tá acabada?
– Não, ainda não.

Se houvesse acarretamento, a resposta em (6) significaria somente que João terminou a casa, mas essa não é a interpretação mais saliente; a fala subsequente dá proeminência à interpretação de que a casa pode não estar pronta. A resposta em (6) pode ser continuada ou explicitando que o *telos* foi alcançado, (7a), ou que ele não o foi, (7b):

(7a) Construiu e conseguiu terminar.

(7b) Construiu e não terminou nunca (porque ficou sem dinheiro).

Em suma, interações linguísticas comuns no Português Brasileiro mostram que a combinação de evento télico com o perfectivo não acarreta o alcance do *telos*.

AUSÊNCIA DE REDUNDÂNCIA

Se a sentença (1) veiculasse que o *telos* foi alcançado, então, como dissemos, a sentença (3) deveria ser redundante porque veicula o mesmo que (1), porém com mais material linguístico superficial (*i.e.*, adjuntos que não temos explicitamente em (1)); (3) seria uma variação retórica sobre o mesmo conteúdo semântico veiculado por (1).

Com relação aos dados do Português Brasileiro, esse certamente não é o caso: a comparação entre os pares (8) e (9) mostra que (8a) e (8b) não são sinônimos:

(8a) João pintou o quadro.

(8b) João pintou o quadro e pintou inteiro.

(9a) Todos os alunos saíram.

(9b) Todos os alunos saíram e nenhum aluno ficou.

A sentença (9b) é claramente redundante porque ambos os termos unidos pela conjunção ‘e’ são verdadeiros precisamente (e necessariamente) nas mesmas condições. Esse não é o caso com o par de sentenças em (8): a sentença (8a) pode ser verdadeira em duas situações: uma na qual João pintou parcialmente o quadro, e uma na qual João pintou completamente o quadro. Por sua vez, a sentença (8b) é verdadeira apenas se o João pintou completamente o quadro. Assim sendo, elas não significam a mesma coisa.

A conclusão, mais uma vez, é que no Português Brasileiro eventos télicos perfectivos não acarretam o alcance do *telos*.

AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO

Se a sentença (1) veiculasse o alcance do *telos*, então não deveria ser possível (*i.e.*, seria contraditório) dizer (numa mesma sentença) que o *telos não* foi alcançado. Contudo, em PB podemos perfeitamente dizer sentenças que afirmam que um evento télico perfectivo não alcançou seu *telos*, como nos exemplos abaixo:

- (10) João pintou o quadro hoje e só vai terminar amanhã.
- (11) João construiu a casa até acabar o dinheiro da poupança.
- (12) João leu o livro das 14 às 15 e vai acabar semana que vem.
- (13) João atravessou a rua e por isso o caminhão o pegou.

A sentença (13) é um exemplo particularmente interessante pois permite a seguinte interpretação: João foi atingido pelo caminhão porque tentou atravessar a rua, ou seja, ele foi atingido no caminho e nunca conseguiu chegar do outro lado da rua. A interpretação de eventos télicos perfectivos incompletos (*i.e.*, sem o alcance do *telos*) mostra que eventos télicos perfectivos não acarretam que o *telos* foi alcançado.

Conforme anunciamos acima, as seções 2, "O 'ambiguista'", e 3, "O unitarista – a proposta de Rothstein", serão dedicadas à análise de duas propostas presentes na literatura que objetivam dar conta dos dados que vimos até aqui.

O "AMBIGUISTA"

Singh (1998) chamou claramente a atenção para o fato de que a relação entre perfectividade e telicidade nem sempre é de acarretamento.

Contudo, sua solução, além de outras dificuldades, ainda sustenta que há relação de acarretamento entre (1) e (2) em uma leitura de (1); daí o título “ambiguista”: há duas leituras possíveis de (1).

A característica principal dessa abordagem reside numa fina diferenciação entre os tipos de predicados, de objetos e de afetação de objeto envolvidos num dado evento. Essa diferenciação objetiva delimitar a classe de eventos (ou verbos que os denotam) e de objetos cuja interação resulta no paradoxo do perfectivo, que emerge da combinação de eventos graduais com objetos que são, em certo sentido, gradualmente afetados pelo (desenvolvimento do) evento. Nessa perspectiva, a sentença (14) abaixo é ambígua:

(14) João comeu o bolo.

Dado que é composta por um evento gradual expresso por ‘comer’ e um objeto afetado, ‘bolo’, a sentença (14) pode tanto significar que houve um evento parcial de comer que afetou parcialmente seu objeto – essa é a leitura não tética, que indica que o *telos* não foi alcançado, *i.e.*, o bolo não foi todo comido –, quanto pode significar que houve um evento completo de comer que afetou completamente seu objeto – essa é a leitura tética, que indica que o *telos* foi alcançado, *i.e.*, o bolo foi todo comido. É interessante notar que, segundo Singh, a leitura parcial *não* é a leitura tética que envolve o *telos* esperado do evento: nessa leitura, (14) é interpretada como um evento parcial; em outras palavras, devido ao tipo de evento, objeto e afetação de objeto envolvidos, ‘comer o bolo’ é ambígua entre um *accomplishment* (tético, completo) e um evento parcial.

Supondo que isso esteja correto, deveríamos esperar da sentença (14) todas as propriedades que as sentenças ambíguas apresentam. Deveríamos também esperar ter intuições fortes sobre um evento parcial, um evento gradual e uma afetação parcial de objeto. Mostraremos abaixo que a abordagem ambiguista se assenta sobre bases conceituais pouco sólidas e que ela leva a consequências indesejáveis.

ASSUNÇÕES CONCEITUAIS

Embora possa parecer intuitivamente óbvio o que seja um evento parcial e o que seja um objeto incrementalmente ou gradualmente consumido ou construído, esse certamente não é o caso. A noção de gradualidade empregada por Singh (1998), que remonta ao trabalho de Krifka (1998), depende do conceito de univocidade do objeto, e de uma correspondência estrita entre o desenrolar de um evento e a afetação de seu objeto. Subsidiando a interpretação de eventos graduais, há uma correspondência entre o mapeamento de objetos e suas partes e o mapeamento de eventos e suas partes (seus subeventos), de modo que ‘comer o bolo’ é gradual porque o objeto (bolo) tem subpartes que estão em correspondência com os subeventos do evento de comer o bolo. Em contrapartida, Singh afirma que ‘quebrar um copo’ é um evento não gradual. Porém, para ilustrar os problemas conceituais com essa abordagem, podemos facilmente imaginar um copo feito com um material muito duro ou um método muito complicado de quebrar o copo (por exemplo, para evitar que sobrem pedaços cortantes), e assim um ou outro desses cenários tornaria o evento de quebrar o copo um evento gradual.

Uma análise mais pormenorizada da noção de afetação do objeto também mostra que esta não é uma noção facilmente definível. Um dos exemplos de Singh é ‘descascar uma banana’; segundo a autora, esse é um evento no qual a banana não é afetada. Talvez esse seja o caso se considerarmos que ‘banana’ é apenas a parte interna da fruta – o que certamente não é nossa interpretação natural. Além disso, mesmo se considerarmos que ‘banana’ denota apenas a parte interna da fruta, no momento t a fruta não estava descascada, mas no momento $t+1$ ela estava – o que certamente é uma mudança de propriedade. Poder-se-ia argumentar que mudança de propriedade não é suficiente para garantir afetação, mas o que seria então suficiente? Basear-se nas intuições metafísicas do senso comum não parece ser o melhor método de investigação linguística.

REGRESSÃO INFINITA

De um ponto de vista linguístico, a abordagem de Singh leva a previsões erradas, e a mais importante delas é possibilidade de uma regressão infinita. O que a autora caracteriza como interpretação não télica pode ser entendida como a ocorrência de uma atividade ou como a ocorrência de um evento parcial.

Consideremos, por ora, que a leitura não télica de uma sentença como (15) significa a ocorrência de um evento parcial de construção ou de uma porção de um evento télico de construção, e em nenhuma dessas leituras o *telos* é alcançado:

(15) João construiu a casa.

Desse modo, a sentença (16) seria a paráfrase da leitura não télica de (15):

(16) João construiu uma parte da casa.

Mas esse evento parcial – que não estamos mais considerando como atividade – é também um evento télico, dado que ele passa no teste para telicidade: ele se combina com o adjunto temporal ‘em X tempo’ e também com ‘terminar’:

(17) a. João construiu uma parte da casa em duas horas.

b. João construiu uma parte da casa completamente hoje; ele terminou o quarto.

Assim sendo, o mecanismo aplicado à sentença (15) deve ser aplicado a (16), que é também ambígua – dada que é télica –, levando desse modo a uma regressão infinita.

Abaixo, vejamos o que acontece quando consideramos a interpretação não télica como uma atividade.

INADEQUAÇÕES EMPÍRICAS

De acordo com a abordagem de Singh, uma sentença como (18) não deveria ser anômala porque é possível interpretar o primeiro termo da conjunção como um evento parcial – e agora estamos pensando em uma atividade – e o segundo termo como um evento completo:

(18) João leu o livro e não leu o livro.

Contudo, nossa intuição diz que essa sentença é anômala, ela é uma contradição: ou João leu o livro ou ele não o leu (não importa se foi uma parte ou o livro todo). Além disso, a interpretação em que é necessário considerar (18) para que ela não seja anômala é diretamente guiada pela teoria em questão – a primeira ocorrência de ‘ler o livro’ é uma atividade, e a segunda, um *accomplishment* –, e mesmo que tal interpretação seja possível ela certamente não é natural.

Tudo somado, mesmo que os problemas apontados aqui sejam superados, não parece ser o caso que haja alguma ambiguidade envolvendo o evento reportado na sentença (1). Essa teoria consegue explicar os casos discutidos na seção 1, mas para tanto nos coloca uma série de problemas tão ou mais complexos do que aqueles com os quais começamos o texto. Na seção abaixo, exploraremos a teoria de Rothstein (2004).

O UNITARISTA – A PROPOSTA DE ROTHSTEIN

A proposta de Rothstein (2004) para a telicidade fundamenta-se na noção de eventos atômicos: um evento télico é atômico. A autora salienta que há um tanto de vagueza com relação à ideia de atomicidade para eventos e que há restrições a essa vagueza: às vezes, o contexto nos dá pistas sobre a atomicidade de um dado evento; às vezes, o critério para individuação de um evento é dado sintaticamente, no nível do VP; e, às vezes, essa informação é lexical. Um adjunto como ‘até o parque’ estabelece a individuação no nível do VP: ‘João correu até o parque’.

A adjunção do sintagma preposicional transforma um evento atélico ('João correu') em télico, justamente porque ele dá um critério de telicidade: com esse adjunto, é possível individualizar um átomo, porque háentão um *telos*, que é a chegada de João ao parque. A autora oferece também um Princípio de Telicidade: um VP é télico se ele denotar um conjunto de eventos X que é atômico, ou que é a pluralização de um conjunto atômico (*i.e.*, se os critérios para individualizar um evento atômico em X são plenamente recuperáveis) (ROTHSTEIN, 2004, p. 158).

Desse modo, deve-se concluir que a adjunção de 'até o parque' ocorreu no interior do domínio do VP. Uma vez que o evento é individualizado, não é mais possível manipulá-lo. Para o caso de *achievements* e *accomplishments*, e mesmo de *degree achievements*, a "medida da telicidade", ou seja, o que conta como individualizador do evento, é dado pelo próprio predicado que o denota.

Seja como for, a abordagem de Rothstein para a telicidade, em princípio, não tem relação alguma com o paradoxo do perfectivo; de fato, provavelmente, qualquer teoria que mantenha a intuição básica de que telicidade e perfectividade são noções distintas não vê problemas na sentença (1), desde que não se assuma que um evento télico perfectivo acarrete o alcance do *telos*. O paradoxo do perfectivo ocorre quando se assume uma leitura forte do perfectivo, que soma à sua semântica mais do que informação exclusivamente temporal, como veremos na última seção.

Rothstein não é explícita sobre a relação entre as sentenças (1) e (2), mas é possível encontrar pistas em seu texto que apontam para a assunção de que (1) acarreta (2). Em uma passagem de Rothstein (2004), ela analisa as sentenças "(38f) ? *Jane read a book for half an hour*" (Jane leu um livro por meia hora) e "(38e) # *Mary built a house for years*" (Mary construiu uma casa por anos):

(38f) *is acceptable, but only if a non-telic reading is forced on the accomplishment. Jane read a book normally entails that the event ended with the reading of the whole book and that the book consequently became "read", but (38f) – which focuses on the activity of reading – does not have this entailment. (...) Not all*

accomplishments can be pushed to this non-telic reading, as the unacceptability of (38e) shows (...). Achievements cannot be coerced into this non-telic reading. (p. 24-25).

A autora propõe que há recursos linguísticos, como os adjuntos adverbiais, que transformam *accomplishments* em atividades, que são eventos não télicos. Para o caso da sentença (1), no modelo da autora, ela é télica, então acarreta (2). Se (1) não acarreta (2), então, ela não é mais télica, mas sim uma atividade.

Rothstein propõe os seguintes *templates*:

atividades: $\lambda e.(\text{DO}(\text{P}))(e)$
accomplishments: $\lambda e. \exists e_1 \exists e_2 [e = (e_1 \cup e_2) \wedge (\text{DO}(\text{P}))(e_1) \wedge (\text{BECOME}(\text{P}))(e_2) \wedge \text{Cul}(e_1) = e_2]$

Um *accomplishment* pode ser entendido como a soma de dois eventos: uma atividade (a parte com o operador DO) e um evento BECOME; o alcance do *telos* dá-se devido ao operador Cul (de culminação), que indica que o segundo evento (e2) pode ser entendido como a culminação do primeiro (e1).

Com essas ferramentas, vejamos como se dá a interpretação de (1) que não acarreta (2) e que deve ser uma atividade. Nesse caso, o predicado inicialmente télico, composto por uma atividade (DO) e um resultado (BECOME), sofre uma operação de coerção que o transforma em atélico porque suprime o resultado (*i.e.*, “apaga” a parte BECOME e Cul). Essa operação só pode ocorrer, segundo a autora, com *accomplishments* homogêneos como ‘ler o livro’, mas não com ‘construir a casa’; e isso explica a diferença de julgamento, em inglês, para as sentenças (38e) e (38f).

Um primeiro problema é que deveríamos esperar como interpretação *default* de (1) que o artigo foi terminado. Mas nesse caso, não há como explicar alguns dos casos levantados na seção 1, afinal esperamos que a sentença com um advérbio como ‘completamente’ seja redundante; além disso, temos, como veremos, um problema com ‘terminar’, exemplificado pela sentença (19), abaixo:

(19) João leu o livro e não terminou.

A presença de ‘e não terminou’ é um critério de individuação do evento de ler o livro, dado que ‘terminar’ combina-se apenas com eventos télicos. Assim, ‘ler o livro’ é télico, e deveria acarretar o alcance do *telos*, *i.e.*, o livro deveria estar inteiramente lido. Contudo, a sentença (19) é bastante clara em afirmar que o livro não foi completamente lido. Logo, mesmo tomando ‘ler o livro’ como télico – o que é atestado por sua combinação com ‘e não terminou’ –, o alcance do *telos* não pode ser entendido como acarretamento da combinação desse evento com o perfectivo; se esse fosse o caso, (19) seria claramente uma contradição, e não é. Se, por outro lado, ‘ler o livro’ é nesse contexto atélico porque sofreu uma coerção, então a sentença em (19) deveria ser agramatical, pois ‘terminar’ exclusivamente seleciona télicos.

De acordo com Rothstein, o contraste de aceitabilidade, pelo menos para o inglês, entre as sentenças (38e) e (38f) (repetidas como (20) e (21)), abaixo,

(20a) # *Jane read a book or half an hour.* (20b) Jane leu o livro por meia hora.

(21a) *Mary built a house for years.* (21b) Maria construiu uma casa por anos.

É explicado, como dissemos, pela composição interna dos eventos: ‘ler um livro’ é constituído internamente de eventos semelhantes, por isso ele é homogêneo, e isso explicaria a possibilidade de interpretarmos tal evento como uma atividade; no entanto, ‘construiu uma casa’ é constituído de eventos bastante diferentes entre si (levantar parede, concretar, pintar), bloqueando a possibilidade de uma interpretação como atividade. Essa explicação é, no entanto, problemática teoricamente e inadequada empiricamente para o PB. Se a abordagem de Rothstein estivesse correta, deveríamos esperar que tanto (20b) quanto (21b) fossem ambas ruins – na verdade, (20b) poderia ser “salva” mediante

coerção, mas (21b) seria sempre ruim; mas esse não parece ser o caso para o Português Brasileiro.

Do ponto de vista teórico, a diferença entre esses tipos de predicados télicos está no mundo; parece claro que ‘ler um/o livro’ é homogêneo porque composto de eventos de ler um/o livro, mas o que dizer de ‘escrever um/o artigo’? Pode-se argumentar que ‘limpar uma/a casa’ é um evento heterogêneo, pois os eventos que levam a casa a ficar limpa são distintos: tirar pó, lavar o chão, limpar janela... Mas, então, deveríamos esperar que a coerção não pudesse ocorrer com esse predicado, o que não se verifica:

(22) João limpou a casa mas não terminou.

Além disso, voltando ao caso de ‘construir uma/a casa’, tomemos a sentença abaixo:

(23) João construiu a casa mais do que o Pedro (construiu ela).

Não apenas (23) é compatível com a casa não estar pronta, como essa parece ser a leitura preferencial. Como o critério para rejeitar (21a) são fatos do mundo, não podemos esperar que eles sejam de um modo em uma língua e diferente em outra. Assim, parece que temos que buscar outra explicação.²

Outro ponto em que a posição da autora sobre a relação entre (1) e (2) pode ser observada é sua teoria sobre os adjuntos ‘em’ e ‘por X tempo’, que veremos abaixo.

A TEORIA DE ROTHSTEIN SOBRE OS ADVÉRBIOS TEMPORAIS

A explicação de Rothstein para a combinação inesperada entre eventos télicos e adjuntos como ‘por X tempo’ confirma, no quadro da

² Embora não seja possível desenvolvê-la neste artigo, acreditamos que a explicação está na semântica do *simple past* em inglês, que não deve ser a mesma do pretérito perfeito no PB.

autora, a hipótese de que a relação entre (1) e (2) é acarretamento: se um evento télico perfectivo acarreta o alcance do *telos*, então devemos esperar que a combinação desse tipo de evento com adjuntos ‘por X tempo’ resultasse em sentenças ruins – precisamente a conclusão de Rothstein sobre a sentença (38e), repetida acima em (20a); nesse mesmo quadro, a sentença (38e), por sua vez, não pode ser “salva” de sua agramaticalidade devido ao tipo de predicado ou evento envolvido, ‘build a house’. Como já notamos, em PB, o exemplo é bom, como atesta (21b) e claramente o *telos* não foi alcançado. Para Rothstein, se há alguma interpretação possível, como é o caso, segundo a autora, para a sentença (38f), repetida como (20a), é devido novamente ao tipo de predicado envolvido: o predicado ‘read a book’ pode ser interpretado como atividade, via alguma operação de coerção. Contudo, tal solução, como veremos, leva a inadequações empíricas.

Deveria haver, segundo a autora, algum tipo de operação de coerção para o caso de (20a), que transforma o *accomplishment* em atividade. Poderíamos supor que a teoria de Rothstein está correta, mas o PB é mais tolerante em relação aos predicados que podem sofrer a coerção sugerida por Rothstein, e isso explicaria por que tanto (20b) e (21b) são boas; porém, ambas seriam o resultado de algum tipo de operação de coerção. Para avaliar a plausibilidade da presença desse tipo de operação, Basso (2007) realizou um teste psicolinguístico de tempo de leitura contrastando pares de sentenças como ‘João desenhou o quadro por dois dias’ vs. ‘João desenhou o quadro em dois dias’. Deveríamos esperar que houvesse um tempo maior de leitura para a sentença ‘João desenhou o quadro por dois dias’, justamente porque, para interpretar essa sentença, é preciso lançar mão da suposta operação de coerção, mas não para ‘João desenhou o quadro em dois dias’, que deveria ser então processada em um tempo menor (justamente por não envolver a operação de coerção em questão). Contudo, a análise estatística não mostrou nenhuma diferença significativa em tempo de leitura entre essas sentenças. A falta de uma diferença de tempo de leitura, contraparte empírica de uma operação de

coerção, enfraquece a hipótese de que uma tal operação seja o caso, e imputa ares *ad hoc* a tal operação para o caso em questão.

Como resumo, podemos dizer que, na teoria de Rothstein, uma sentença como (20a) pode ser transformada em atividade via coerção porque é composta por eventos semelhantes. Na caracterização oferecida pela autora, a anomalia em (20a) resulta do fato de que ‘por X tempo’ deveria combinar-se apenas com predicados atélicos, gerando então predicados télicos: “for α time changes an atelic VP to a telic one, while in α time leaves the telic VP telic” (2004, p. 177).

Para dar conta da anomalia, a coerção entra em cena. Dessa forma, talvez como um último recurso, o predicado télico ‘read a book’ é transformado em atélico (uma atividade) para então combinar-se com ‘por X tempo’, resultando em um evento télico, que não é mais ler um livro, mas ler um livro por X tempo. Novamente, se adotarmos essa teoria para o caso do Português Brasileiro, (20b) deveria ser anômala pelas mesmas razões, mas não é. Além disso, essa proposta gera previsões incorretas, pelo menos com relação ao PB. Considere a sentença abaixo:

(24) João leu o livro por uma semana e conseguiu terminar.

A solução de Rothstein, como dissemos, consiste em mudar uma atividade em um evento télico, justamente através do uso de ‘por X tempo’, resultando então no evento télico ‘ler o livro por uma semana’.³

A nosso ver, a sentença (24) aponta pelo menos três problemas: (i) em primeiro lugar, como o sistema computacional sabe quando aplicar a mudança de atélico para atividade? Poder-se-ia imaginar que a combinação inesperada do adjunto ‘por X tempo’ com um evento

³ De acordo com a suposição de que ‘por X tempo’ transforma eventos atélicos em télicos, deveríamos esperar que a sentença (i) fosse boa, porque ‘correu por uma hora’ é télico, e, sendo télico, deveria combinar-se com adjuntos do tipo ‘em X tempo’:

(i) João correu por uma hora em duas semanas.

Porém, a sentença (i) é pelo menos bizarra. A única interpretação disponível envolve medir a quantidade de corridas de uma hora feitas por João em um período de duas semanas, uma interpretação bastante diferente da que atribuímos normalmente às sentenças com eventos télicos (o simples alcance do *telos*).

télico disparasse a mudança; contudo, se esse for o caso, o adjunto fará duas operações contraditórias: (ii) via coerção, ele mudaria um evento télico ('ler o livro' *accomplishment*) em atélico ('ler o livro' atividade), e depois funcionaria como um modificador de evento atélico em télico (transformaria 'ler o livro' atividade no evento télico 'ler o livro por uma semana'). Outra saída é imaginar que a operação de coerção ocorre antes de o sistema encontrar o adjunto; mas, então, o que impediria o sistema de aplicar a operação de coerção o tempo todo? Deve haver um gatilho. Seja como for, o que resulta é um evento télico de ler o livro por uma semana. E aqui está o terceiro problema, que tem a ver com a continuação 'e conseguiu terminar'; essa continuação certamente demanda um *telos*, e (iii) o *telos* em questão, segundo a teoria de Rothstein, deveria ser aquele imposto pelo adjunto. Em outras palavras, se Rothstein estiver correta, a sentença (24) deveria significar apenas que João leu o livro por uma semana, ou seja, que ele conseguiu ficar uma semana lendo o livro – mas não diz mais nada: (24) seria verdadeira mesmo que João não tenha lido o livro até o fim no final de uma semana, mesmo que ele não tenha terminado de ler o livro, desde que tenha lido o livro ao longo de uma semana. Esta última situação vai contra a intuição do que (24) signifique: para que ela seja boa, é necessário que João tenha lido o livro todo, e não apenas que ele tenha ficado uma semana lendo-o.

NOSSA PROPOSTA

Rothstein não define perfectividade explicitamente, mas, ao tratar a relação entre as sentenças (1) e (2) como um acarretamento, pode-se dizer que ela se insere na tradição comum na literatura, segundo a qual a perfectividade denota um intervalo de tempo que inclui o tempo do evento tomado como um átomo, seja um evento télico ou um atélico. No caso de um evento télico, assume-se que é o evento todo que está contido no intervalo de tempo denotado pelo perfectivo, incluindo seu *telos*. É essa assunção que leva imediatamente ao paradoxo do perfectivo, porque implica que, se um evento télico é reportado perfectivamente, então seu

telos (que é parte do evento) está necessariamente contido no intervalo de tempo denotado pelo perfectivo, e assim o *telos* foi alcançado. Isso é o que chamamos de interpretação forte ou *standard* da perfectividade, uma interpretação que dá pouca atenção ao fato de que a perfectividade pode ser entendida como fornecendo informações estritamente temporais: o tempo do desenvolvimento do evento está contido no intervalo de tempo relevante, mas nada é dito sobre o evento – pode ser o caso em que o evento esteja incompleto no intervalo em questão.

Propomos uma leitura mais fraca da perfectividade, compatível com a definição bastante aceita oferecida por Klein (1994):

$$[[\text{perfectivo}]] = \lambda P.\lambda t.\exists e[\tau(e) \subseteq t \ \& \ P(e)].$$

A leitura fraca da perfectividade nos compromete apenas com o fato de que o tempo do desenvolvimento do evento está totalmente contido em algum intervalo, e, assim, o evento não é mais o caso – porém, nada é dito sobre o *telos* de eventos télicos. O evento veiculado perfectivamente não é mais o caso, mas ele pode não ser mais o caso por inúmeras razões, entre elas o alcance do *telos*. Um evento pode não ser mais o caso porque não há mais dinheiro (para construir a casa), perdeu-se o livro (e não foi possível concluir a leitura), acabou a tinta (e uma parede ficou sem pintar)... Assim sendo, é possível que um evento não seja mais o caso sem que ele tenha sido concluído, ou seja, sem seu *telos* ter sido alcançado. Trata-se então de um evento incompleto. Nesse ponto, nossa proposta é também pouco ortodoxa, estamos entendendo que na denotação de ‘construiu uma/a casa’ há eventos completos e eventos inacabados de construir uma casa, em paralelo com a hipótese de haver objetos inacabados.

A perfectividade denota um intervalo de tempo fechado que inclui o tempo do evento, indicando que ele cessou. Pode ser que esse intervalo de tempo inclua o *telos*, ou pode ser que não haja tal inclusão. Neste quadro, a conclusão de um dado evento, o alcance de seu *telos*, pode se dar em um momento diferente daquele contido no intervalo temporal denotado pelo perfectivo. Comprometemo-nos com eventos e objetos

inacabados, e uma consequência imediata disso é não precisarmos de nenhuma operação de coerção ou de mudança de tipo para interpretar, por exemplo, uma sentença como ‘João leu o livro por duas horas’: ‘ler o livro’ é sempre um evento télico, que pode ter ou não chegado ao seu final natural. O pretérito perfeito no PB é indeterminado quanto ao alcance do *telos*: ele é compatível com eventos acabados e inacabados.

Nossa abordagem também tem um viés informacional não ortodoxo, segundo o qual o imperfectivo é mais informativo do que o perfectivo pois ele indica que o intervalo de tempo relevante está incluído no tempo de desenvolvimento do evento. Assim sendo, o imperfectivo veicula que o evento necessariamente não alcançou seu *telos*. Se João estiver construindo uma casa no tempo *t*, a casa não está pronta nesse tempo *t*. Contudo, se João tiver construído uma casa no tempo *t*, pode ser o caso em que a casa esteja pronta em *t*.

O próximo passo é derivar a forte intuição de que um evento télico reportado perfectivamente indica que o *telos* do evento em questão foi alcançado, e faremos isso através de implicaturas conversacionais generalizadas. Adotaremos uma visão neogriceana conforme proposta por Levinson (2000), e utilizaremos a Segunda Máxima da Quantidade de Grice, que afirma que não se deve dizer mais do que o necessário. Esse é também o Princípio Informacional de Levinson, ou Princípio-I: “*what is expressed simply is stereotypically exemplified*” (...) “*minimal specifications get maximally informative or stereotypical interpretations*” (2000, p. 37). Da perspectiva do intérprete ou ouvinte, o Princípio-I convida a considerar a interpretação mais específica: “*amplify the informational content of the speaker’s utterance, by finding the most specific interpretation*” (2000, p. 114).

Tomemos a sentença (1), ‘João escreveu o artigo’. Dado que o falante usa a forma do perfectivo, ‘escreveu’, e não a do imperfectivo ‘estava escrevendo’, ele veicula que ele sabe que o evento não é mais o caso, que ele cessou, e o falante também indica que ele não vê razão para não considerar que o *telos* não tenha sido alcançado (é por isso que ele não usa a forma do imperfectivo), embora ele não precise saber que esse é o caso:

- 1) O falante sabe que o evento cessou.
- 2) O falante não tem certeza sobre se houve ou não o alcance do *telos*.
- 3) O falante acredita que o *telos* foi alcançado.

Como podemos passar de 2) para 3)? O falante veicula, semanticamente, que um evento télico cessou. Se ele soubesse que o evento não alcançou o *telos*, usaria o imperfectivo. Um evento télico descrito como não mais sendo o caso, estereotipicamente não é mais o caso porque alcançou seu *telos* (conforme o Princípio-I). *Ceteris paribus* eventos com um fim pré-determinado cessam porque atingiram esse fim.

Esse raciocínio baseia-se numa heurística de achar a interpretação mais específica, que acontece quando o que é implicado é uma especialização do que é dito; exatamente o que pregam a Segunda Máxima da Quantidade de Grice e o Princípio Informacional de Levinson. O que é dito em (1) é simplesmente que o evento de escrever o artigo não é mais o caso. A denotação de ‘escrever um/o artigo’ inclui tanto eventos télicos completos quanto incompletos. Uma proposição *p* é mais específica que uma proposição *q* se (a) *p* é mais informativa que *q* (*p* acarreta *q*), e (b) *p* é isomórfica em relação a *q* (ou seja, cada termo ou relação em *p* tem uma denotação que é um subconjunto da expressão correspondente em *q*). Desse modo, a proposição que João escreveu o artigo todo – que é a enriquecida através de implicatura – tanto acarreta que João escreveu o artigo, quanto é isomórfica com relação a João escrever o artigo, porque a extensão de ‘escrever um/o artigo’ inclui a extensão de ‘escrever um/o artigo inteiro, até o final’; fundamentalmente, a implicatura é mais específica do que é dito semanticamente.

Se a interpretação mais específica de alcance do *telos* é uma implicatura, então ela deveria ser cancelável. Ora, o cancelamento de tal implicatura é justamente o que explica os exemplos problemáticos vistos na seção 1, sem apelar para coerção, ambiguidade ou mudança de classe acional. A proposta via implicatura explica automaticamente por que eventos télicos perfectivos continuados por adjuntos que veiculam explicitamente o alcance do *telos* não soam redundantes, por que não há contradição em dizer que um evento télico perfectivo cessou sem

alcançar o *telos*, e as situações de uso em que a interpretação mais proeminente é aquela segundo a qual o *telos* não foi alcançado. Além disso, explica também a combinação de eventos télicos perfectivos com adjuntos do tipo ‘por X tempo’: de fato, podemos dizer que tal adjunto não combina com eventos que alcançaram seu *telos*, mas combina com eventos télicos desde que seu *telos* não tenha sido alcançado. Um outro ponto a favor dessa proposta é que não há nenhum viés metafísico interferindo no processamento semântico; não precisamos recorrer a nossa intuição sobre como o mundo é ou funciona. Pouco importa se ler o livro é homogêneo e se descascar uma banana afeta ou não a banana. Ambos são télicos, porque têm um final natural e apresentam determinados comportamentos linguísticos.

A conclusão é que uma interpretação mais fraca da semântica da perfectividade pode dar conta melhor dos fatos arrolados ao longo deste artigo sem a necessidade de lançar mão de expedientes como mudança de classe acional e/ou operações de coerção.

ESTRUTURA INFORMACIONAL¹

GABRIEL ROISENBERG RODRIGUES (MICHIGAN STATE UNIVERSITY)
SERGIO DE MOURA MENUZZI (UFRGS/CNPq)

INTRODUÇÃO

O elemento crucial da “estrutura informacional” é seu caráter de *interface* na organização do conhecimento linguístico. Numa primeira aproximação, a estrutura informacional pode ser caracterizada como o componente de “significado” da frase que codifica distinções como informação velha/informação nova, tópico/comentário, foco/pressuposição etc. Como veremos, essas distinções não são apenas instrumentos de descrição e explicação de padrões de entoação e/ou de forma da frase. Essas noções também podem afetar as condições de verdade da frase e, portanto, dizem respeito à semântica. E interação com condições contextuais de uso, com atos de fala e com a estrutura do discurso – razão pela qual se constituíram num dos tópicos fundamentais da pragmática nos últimos anos, para além de se manterem no centro do debate em sintaxe.

Sendo a estrutura informacional um dos aspectos centrais da organização da linguagem e estando ela no centro das interações entre sintaxe, semântica e pragmática, é também um tópico complexo, e seu estudo, um desafio. Nosso objetivo, neste trabalho, é o de apresentar, de modo relativamente informal e resumido, conceitos e fenômenos

¹ Este artigo é baseado no capítulo 1 de Rodrigues (2009), dissertação de mestrado do primeiro autor que reporta resultados de pesquisa desenvolvida, parcialmente, em cooperação por ambos os autores. A participação do segundo autor neste trabalho é financiada por bolsa do CNPq (Processo no. 308909/2007-0). Agradecemos a Roberta Pires de Oliveira, editora deste volume, pelas várias sugestões.

fundamentais no estudo corrente da estrutura informacional, procurando com isso dar uma ideia das questões de descrição e de análise que emergem nesse domínio.

ESTRUTURA INFORMACIONAL – UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Uma observação elementar relativa à estrutura informacional é a de que um dado conteúdo proposicional, veiculado por um conjunto fixo de itens lexicais, pode ser apresentado de diversas maneiras sem que isso afete as condições de verdade da asserção.² Este fenômeno pode ser observado em (1):

- (1) a) O João encontrou a Maria no cinema.
- b) A Maria, o João encontrou ela no cinema.
- c) O João, ele encontrou a Maria no cinema.

Em (1a-c), o conteúdo proposicional permanece o mesmo – ou seja, as frases são verdadeiras nas mesmas circunstâncias. Este conteúdo proposicional por ser representado pela forma lógica em (1') abaixo (PARSONS, 1990, e muitos outros):

- (1') $\exists e$ [**Encontrar**(e) & Agente(e, João) & Paciente(e, Maria) & **Em**(e, cinema)]

Isto é, em todas as frases em (1), trata-se de descrever uma situação em que: (a) o que acontece é um encontro; (b) a pessoa que encontra é João; (c) a pessoa que é encontrada é Maria; (d) o lugar em que se dá o encontro é no cinema. No entanto, mesmo que descrevam a mesma situação, há algum “aspecto de significado” que distingue (1a, b, c) entre si. Por exemplo, as frases (1a) e (1c) parecem informar algo “sobre” João, enquanto a frase (1b) parece informar algo “sobre” Maria. Como veremos

² A invariabilidade das condições de verdade de uma sentença com diferentes articulações informacionais não é consenso e é um delimitador das abordagens, como veremos mais adiante na seção “O Foco e suas Propriedades”.

adiante, essa é uma distinção “informativa”: (1a) e (1c), em seus usos mais típicos, têm João como “tópico”, enquanto o “tópico” de (1b) é Maria. O “tópico” de uma frase é um dos elementos que caracterizam sua “articulação informativa”; portanto, (1a,b,c) apresentam diferentes “articulações informativas” do mesmo conteúdo proposicional (1’).

Até mesmo uma única sentença, sem qualquer modificação sintática superficial, pode ter o seu conteúdo proposicional apresentado de modos diferentes. Por exemplo, a frase (1a) acima pode manifestar diferentes “articulações informativas” dependendo da entoação conferida a seus constituintes. Considere as diferenças de interpretação que a frase evoca conforme o acento recaia sobre o sujeito, como em (1a’) abaixo, ou sobre o objeto direto, como em (1a’”). (SMALL CAPITALS, ou “versalete”, indica o constituinte sobre o qual recai o “acento principal” da sentença).

(1a’) O JOÃO encontrou a Maria no cinema.

(1a’’) O João encontrou a MARIA no cinema.

Ainda que (1a’) e (1a’’) veiculem a mesma “proposição” – isto é, (1’) acima –, parece claro que as frases possuem “usos” diferentes. De fato, os contextos discursivos em que poderiam figurar não são os mesmos, como ilustram os diálogos abaixo (#’ indica que a frase é inadequada no contexto em que está sendo usada):

(2) A: *Quem* encontrou a Maria no cinema?

B: O JOÃO encontrou a Maria no cinema. (= (1a’))

#O João encontrou a MARIA no cinema. (= (1a’))

(3) A: *Quem* o João encontrou no cinema?

B: #O JOÃO encontrou a Maria no cinema. (= (1a’))

O João encontrou a MARIA no cinema. (= (1a’))

Como vemos em (2), apenas (1a') seria adequada como resposta a "Quem encontrou a Maria no cinema?"; e (3) mostra que apenas (1a'') seria adequada para responder a "Quem o João encontrou no cinema?". Portanto, embora (1a') e (1a'') descrevam a mesma situação e sejam verdadeiras nas mesmas circunstâncias, ainda assim diferem em suas condições de uso – isto é, a frase (1a) pode adquirir duas "articulações informacionais".

Agora, consideremos a diferença entre essas duas "articulações informacionais". Ela tem a ver, é claro, com qual dos constituintes recebe o "acento mais proeminente" da frase. Como veremos, ter ou não um "acento proeminente" é um dos modos de sinalizar o "status informacional" de um constituinte: o constituinte com o "acento mais proeminente" costuma a ter o "status informacional" de "informação nova", e o conjunto de elementos não proeminentes costuma corresponder àquilo que é "informação velha".

De fato, como vemos em (2) acima, a frase com *João* acentuado é adequada como resposta à pergunta em que *João* responde ao pronome interrogativo *quem*: *João*, portanto, *João* é a "informação nova" em (1a'), a informação com a qual o falante de (1a') procura veicular algo que o interlocutor ainda não sabe; o resto da frase, correspondente aos constituintes não proeminentes, é "informação velha", já presente na pergunta do interlocutor. De modo similar, vemos em (3) que, se *Maria* recebe o "acento principal", então é a expressão que o falante crê que veicula a "informação nova" para o interlocutor.

A discussão precedente já nos permite identificar dois aspectos fundamentais no estudo da "estrutura informacional" (doravante "EI"). A primeira observação importante é acerca da forma das frases: as diferentes articulações informacionais podem ter reflexos sintáticos superficiais, como em (1a, b, c), mas isso não é necessário; uma mesma "estrutura sintática superficial" pode expressar diferentes articulações informacionais por meio da prosódia e da entoação da frase. Portanto, a prosódia e a entoação são componentes fundamentais de expressão da estrutura informacional.

A segunda observação importante é quanto à “função de significado” da EI. Como a discussão precedente procurou ilustrar, as distinções de EI não parecem ter a ver com as “condições de verdade” das frases: como vimos, tanto (1a’) quanto (1a’’) são verdadeiras nas mesmas condições. Ainda assim, como o contexto em (2) mostra, ao enunciar (1a’), o falante sinaliza que compartilha com o interlocutor a ideia de que alguém encontrou Maria no cinema – esta é a “informação velha” veiculada por (1a’). Adicionalmente, o falante fornece ao interlocutor uma informação que este não possui – a de que a pessoa que encontrou Maria no cinema é João: esta é a “informação nova” veiculada por (1a’).

Portanto, a contribuição de significado da EI tem a ver com sinalizar ao interlocutor aquilo que o falante crê que é ou não compartilhado por ambos e que, por isso, deve ser “atualizado” nas representações mentais do interlocutor. Nos termos de Vallduví e Engdahl (1996), é a estrutura informacional que indica

[...] como a informação veiculada pela linguagem entra no estado informacional do ouvinte no momento de produção do enunciado. Quando comunicam uma proposição P, os falantes podem realizá-la por meio de diferentes estruturas sentenciais, de acordo com suas crenças com respeito ao conhecimento e ao estado de atenção do ouvinte com relação a[os elementos de] P.

Nas seções que seguem, discutiremos algumas das principais características da EI e algumas das principais noções desenvolvidas para descrevê-las. Primeiro, aprofundaremos a caracterização daquilo que se entende por “informação nova/velha”; depois, estudaremos as noções bastante difundidas de “tópico” e de “foco”. Finalmente, apresentaremos a semântica proposta por Mats Rooth (1992, 1996) para a noção de “foco”, por sua importância para a discussão contemporânea sobre a EI.

DOIS TIPOS DE “NOVO/VELHO”

Como já dissemos, uma das distinções fundamentais da EI é a distinção entre “informação nova” e “informação velha”. Mas essas noções precisam de uma caracterização mais precisa, pois nem tudo aquilo que, em princípio, pode ser chamado de “novo” ou “velho” em uma sentença tem o mesmo *status* informacional. Os exemplos (4a) e (4b) abaixo ilustram esse problema (exemplos adaptados de GUNDEL; FRETHEIM, 2004, p. 177):

- (4) a) A: Quem ligou?
B: A Maria₁ disse que ELA₁ ligou.
b) A: Você pediu o salmão ou a galinha?
B: Foi a GALINHA que eu pedi.

Observe que, em (4a), o pronome *ela* é correferencial a *Maria* e, portanto, seu referente é “velho” – ou seja, é “dado”, ou “previamente introduzido no discurso”. Contudo, o pronome também veicula “informação nova” para os fins da EI: é aquilo que o falante julga ser “novo” para seu ouvinte, relativamente ao conhecimento que este último parece deter. Assim, o interlocutor A sabe que alguém ligou, mas não sabe quem; o pronome *ela* fornece esta “informação nova” para A, embora se refira a um referente já conhecido por A. Analogamente, em (4b) o referente de *a galinha* é “velho discursivamente” na fala de B, pois foi mencionado anteriormente; no entanto, é “novo” informacionalmente, preenchendo uma lacuna de indeterminação introduzida pela fala de A.

Segundo Gundel e Fretheim (2004), essas diferentes intuições sobre o que é “novo” ou “velho” podem ser sistematizadas, agrupando-as em duas classes diferentes: a classe dos elementos “novos/velhos *referencialmente*” (“novo/velho REF”) e a dos elementos “novos/velhos *relacionalmente*” (“novo/velho REL”). Para Gundel e Fretheim (p. 176), a classe de elementos novos/velhos REF “envolve uma *relação entre uma expressão linguística e uma entidade não linguística* correspondente localizada na mente do falante/ouvinte, no modelo do discurso, ou em

um mundo real ou possível” (ênfase nossa). Essa relação é determinada pelo “*status cognitivo*” do referente no modelo do discurso, que pode ser descrito por meio de dois parâmetros básicos: (a) se esse referente já possui uma representação, ou se é necessário criar esta representação; e (b) no caso de já possuir uma representação, se essa representação está “ativa” ou não naquele ponto do discurso.³

O primeiro parâmetro diz respeito à distinção informacional correspondente, *grosso modo*, às diferenças entre SNs indefinidos e definidos: SNs indefinidos (especialmente os existenciais) normalmente introduzem referentes para os quais o interlocutor não dispõe de uma representação mental prévia, como (5a) abaixo; SNs definidos, como as descrições definidas e os pronomes, “resgatam” referentes para os quais o interlocutor já dispõe de alguma representação, seja por conhecimento prévio de mundo, como em (5b), seja pelo fato de o referente ter sido introduzido previamente no discurso, como (5c):

- (5) a) Era uma vez um rei muito triste, que vivia isolado em seu castelo.
b) [Frase de abertura de um comunicado oficial:]
O presidente da República, em reunião com seus ministros, decidiu que encaminhará ao Congresso proposta de lei regulamentando a exploração de petróleo na região do Pré-Sal.
c) Era uma vez um rei muito triste, que vivia isolado em seu castelo. Ele não conhecia nem se interessava por seu reino, e a única coisa que o divertia era seu bobo da corte.

O segundo parâmetro que controla a escolha de SN relativa a um referente diz respeito, como dissemos acima, ao caso de esse referente já possuir uma representação no modelo do discurso ou na mente do interlocutor. Neste caso, é preciso sinalizar se esta representação está “ativa” ou não naquele ponto do discurso. É esse parâmetro que explica o contraste entre formas pronominais e descrições definidas, ilustrado por

³ Para distinções semelhantes, mas não completamente equivalentes, ver Prince (1981, 1992) e Lambrecht (1994); e Ariel (1988, 1990) para os fatores que determinam o grau de ativação dos referentes do discurso.

(5b) e (5c): pronomes indicam que um referente recentemente ativado permanece “ativo” no discurso; as descrições definidas, por outro lado, são especializadas em ativar referentes que, embora presentes nas representações mentais do interlocutor, encontram-se “inativos” num determinado ponto do discurso – seja porque o discurso está iniciando, como em (5b), seja porque o referente, embora mencionado antes, não está “ativo” no momento.

Por exemplo, em (6) abaixo (adaptado de GIVÓN, 1992, p. 14), o SN *o homem*, que inicia o discurso, pode ser retomado – depois de um longo período de ausência no discurso, como se pode verificar – por uma outra descrição definida, como em (6a), mas não por uma forma pronominal, como *ele* em (6b).

- (6) O homem_i terminou o ritual e saiu para verificar suas armadilhas para ursos. O fogo morreu lentamente. Era uma noite fria, e as estrelas brilhavam com força no firmamento; não havia vento, e o silêncio imperava. Apenas um solitário coiote uivava.
- a) Depois de um tempo, o homem_i reapareceu...
- b) ??Depois de um tempo, ele_i reapareceu...

O inverso também pode ocorrer, como o demonstra (7) abaixo (adaptado de Givón 1992, p. 14): neste caso, o uso da descrição definida para retomar um referente previamente introduzido que se encontra “ativo” soa estranho; o uso da forma pronominal para a retomada anafórica desse mesmo referente é bem-sucedido:

- (7) O homem_i terminou o ritual. {Ele_i/??O homem_i} apagou a fogueira...

Exemplos como (5), (6) e (7) mostram, então, que a distinção “velho/novo REF” diz respeito a como o falante concebe as representações mentais que seu interlocutor tem dos referentes do discurso: o falante utiliza diferentes tipos de expressões nominais para sinalizar ao interlocutor se deve introduzir um novo referente, se deve resgatar um referente de que já tem conhecimento, se deve apenas conservar o referente em evidência etc.

É importante notar, quanto a essa noção de “*status* informacional”, que, para ela, não é pertinente considerar as relações dos SNs com os demais constituintes da frase, mas apenas sua forma – se é um indefinido, se é um pronome, ou uma descrição definida etc.

A propriedade “novo/velho REL”, ao contrário, aponta para distinções de “*status* informacional” que têm como base uma relação entre elementos da frase. Para Gundel e Fretheim, essa relação entre elementos frasais deriva d’ “a partição das sentenças em duas partes complementares, X e Y, onde X é aquilo sobre o que a sentença predica, e Y é o que é predicado sobre X” (GUNDEL; FRETHEIM, 2004, p. 177). Nos termos desses autores, X é “dado” em relação a Y, no sentido de ser sobre ele que recai a predicação ou a asserção expressa por Y; e Y (ou parte de Y) é “novo” relativamente a X no sentido de ser informação nova assertada relativamente a X. Elementos oracionais que desempenham o papel de X – isto é, elementos sobre os quais se assera algo – são “tópicos”; e os que desempenham o papel de Y – isto é, os que asseram algo de X – são “comentários”.

Por exemplo, em (1b) acima, temos X = *Maria* e Y = *João encontrou X no cinema*; e em (1c), X = *João* e Y = *X encontrou a Maria no cinema*. Já a análise de (1a) não é tão direta como a de (1b) ou a de (1c), pois a atribuição de uma EI a ela é mais dependente da realização prosódica (e do contexto) do que os casos de (1b) e (1c). Em particular, se sua prosódia for a apresentada em (1a’) acima, seu tópico será provavelmente X = *Maria*, e o comentário será Y = *O João encontrou X no cinema*; mas se sua prosódia for a de (1a’), sua EI será provavelmente X = *João*, e o comentário, Y = *O João encontrou X no cinema*. (Na seção seguinte, veremos que a partição da sentença em “tópico” e “comentário” é uma simplificação – especialmente quanto ao “comentário”).

Há outra maneira de caracterizar a distinção “velho/novo REL”, mais frequente na literatura, introduzida por Chomsky (1971) e difundida por Jackendoff (1972): é a divisão entre “foco” e “pressuposição”. O “foco” é aquilo que corresponde à “informação nova”, assertada pelo falante; e a “pressuposição” corresponde à “informação velha”, que faz

parte do conhecimento compartilhado entre o falante e o interlocutor. Foi com base nesse modo de conceber a distinção “velho/novo REL” que discutimos os exemplos (1a’) e (1a’’) acima, especialmente com referência aos diálogos em (2) e (3). Com efeito, o contexto (2) revela que, em (1a’), o que é “pressuposto” pelo falante – o que ele julga compartilhar com o interlocutor – é que há alguém que encontrou Maria no cinema; e o que o falante assera – isto é, o que ele sustenta como uma verdade e que crê ser “informação nova” ao interlocutor – é que a pessoa que encontrou Maria no cinema é João. Assim, poderíamos representar a estrutura informacional de (1a’) como em (8):

$$(8) \exists x_{\text{Pressuposição}} [x \text{ encontrou Maria no cinema}] \& [\text{Asserção } x = \text{João}] (= (1a’))$$

Note-se que a diferença entre os dois modos de caracterizar a distinção “velho/novo REL” que acabamos de sintetizar diz respeito apenas à noção de “informação velha”: para Gundel e Fretheim, essa noção está associada à ideia de “aboutness” ou ao “assunto” da frase; para Chomsky, Jackendoff e muitos outros, está associada à ideia de informação que (o falante crê que) é compartilhada entre os interlocutores. Quanto ao que corresponde à “informação nova”, ambos os modos de caracterizar a distinção são equivalentes: é a informação “assertada”, isto é, que o falante crê que o interlocutor desconhece e que quer que ele incorpore como verdade em suas representações do discurso.

É importante enfatizar, por outro lado, a diferença que há entre as duas distinções, “velho/novo REF” e “velho/novo REL”. Como vimos antes, a primeira diz respeito somente à forma de um SN, que sinaliza o “estado de ativação” atual das representações de um referente do discurso. Já a segunda, como acabamos de ver, é de outra natureza. Como a representação em (8) acima bem o mostra, a segmentação da frase em termos da distinção “velho/novo REL” diz respeito ao “*status* informacional” de conteúdos da frase que são de natureza proposicional – o que é “novo” (asserção) ou “velho” (pressuposição) não é um referente, mas uma proposição. Portanto, não há surpresa no fato de que as duas segmentações informacionais da frase não coincidam. Como veremos

nas seções abaixo, tanto a segmentação em tópico/comentário (“velho/novo REF”) quanto a em foco/pressuposição (“velho/novo REL”) capturam aspectos relevantes da EI das sentenças.

Finalmente, também é importante observar que o fato de as duas distinções serem logicamente independentes não implica que não haja correspondências entre elas; ao contrário, há correspondências que são sistemáticas. Por exemplo, tópicos tendem a denotar entidades familiares ao ouvinte e/ou que têm o maior grau de “ativação” em sua mente, isto é, que estão em seu “foco de atenção”. Assim, é importante buscar compreender a razão dessas correlações sistemáticas.⁴

Nas próximas seções, discutiremos mais de perto algumas das propriedades comumente associadas aos componentes da distinção novo/velho REL mencionados acima. No que diz respeito aos tópicos, veremos que: (i) sua presença nem sempre é necessária; (ii) nem sempre coincidem com o sujeito gramatical da frase; e (iii) sua ocorrência induz a diferentes “organizações temáticas” do discurso. No que concerne ao foco, veremos que: (iv) é parte, juntamente com o chamado (*background*), do comentário – isto é, do segmento informacional que resta uma vez identificado o tópico da frase; (v) que o *background* muitas vezes não está presente na frase – e, portanto, não é um componente definidor do comentário; mas o foco, em contrapartida, é indispensável e parece interferir diretamente na interpretação das sentenças. Finalmente, (vi) faremos uma breve apresentação de um *framework* formal para a análise do foco, a chamada “semântica de alternativas” de Rooth (1985, 1992, 1996), já que nela se origina a ideia de “conjunto contextual de alternativas”, fundamental na discussão de vários aspectos da EI das frases.

⁴ Ver Halliday (1985), Givón (1983, 1992), Lambrecht (1994), Gundel e Fretheim (2004), entre outros.

TÓPICOS E SUAS PROPRIEDADES

Na seção anterior, vimos que um modo usual de se analisar a EI das frases consiste em dividi-las em dois “segmentos informacionais”: o *tópico*, normalmente associado à função de “informação velha”, e o *comentário*, normalmente associado à função de “informação nova”. Tal segmentação pode sugerir que sempre encontraremos tópicos gramaticalmente codificados nas sentenças; entretanto, não é isso que acontece. Em (9) abaixo, as frases como um todo parecem ser um “comentário” – elas descrevem uma situação que deve ser inteiramente adicionada ao conhecimento do interlocutor (SMITH, 2003, p. 195):

- (9) a) Está chovendo.
- b) Há pessoas mortas nas ruas.

Frases como (9a) e (9b) são denominadas de “sentenças téticas”, em oposição às “sentenças categóricas”, que expressam um julgamento sobre um referente (KURODA, 1972). Observe que (9a, 9b) são respostas adequadas a perguntas como *O que aconteceu?* ou *Qual é o problema?*; isso corresponde à ideia de que, em tais frases, “tudo é novo”.⁵

Como já mencionamos, sujeitos são tipicamente interpretados como os tópicos de suas frases. Intuitivamente, isso faz sentido: como observa Smith (2003, p. 193), o sujeito de uma sentença, sendo o primeiro elemento a ser processado pelo ouvinte, tende a ligar-se diretamente ao discurso anterior – isto é, tende a ser o “ponto de partida informacional” da sentença.⁶ Por isso, é o candidato ideal para indicar “onde” a informação deve ser armazenada pelo ouvinte – e, em consequência, para indicar “sobre o quê” deverá ser a sentença. Em termos da distinção “velho/novo REF”, isso significa dizer que o sujeito tende a ser o “referente mais ativo” do contexto. À guisa de ilustração, considere (10) abaixo, em

⁵ Erteschik-Shir (1997, 2007) postula um “tópico abstrato” em tais casos: segundo ela, este seria a locação espacial ou temporal a que se refere a proposição; por isso, chama-os de *stage topics*.

⁶ Ver também Halliday (1967), Givón (1993), Vallduvi (1992), entre muitos outros.

que os SNs *o João* e *o Pedro* competem pelo *status* de “referente mais ativo”, sendo que o primeiro, por ser o sujeito, deve ter a preferência por ser o tópico do discurso:

(10) O João_i insultou o Pedro_j quando { $\emptyset_{i/??}$ / ele_{j/??}} recusou o convite.

Observe que a interpretação do sujeito oculto (representado por “ \emptyset ” em (10)) praticamente exige *o João* como antecedente; já a interpretação do pronome *ele*, inversamente, favorece *o Pedro* como antecedente. Admitamos que o sujeito oculto seja a forma que sinaliza o referente “mais ativo”, enquanto pronomes, em ambientes em que competem com o sujeito oculto, sinalizam referentes ligeiramente menos ativos (GIVON, 1983, 1992; ARIEL, 1990): o contraste em (10) mostra, então, que o sujeito é preferencialmente o “referente mais ativo” – e, portanto, o “tópico canônico” ou “não marcado” – da frase.

Entretanto, isso não significa que todo sujeito gramatical deva ser necessariamente tópico da frase. Em (10) acima, na interpretação em que *ele* é uma forma anafórica para *o Pedro*, o tópico da frase poderia ser esse último referente. (Isso ficaria claro se o discurso (10) continuasse com “Mas ele nem deu bola.”) Para um outro exemplo, considere o seguinte diálogo (SMITH, 2003, p. 194; originalmente em ERTESCHIK-SHIR, 1997):

(11) A: Me fale sobre a Terra. O que você sabe sobre ela?

B: *Ela* é redonda, é um planeta, e a Lua gira em torno d[*ela*].

Na terceira oração do enunciado de B, o tópico é o pronome *ela*, e não *a Lua*; note que o próprio contexto sugere essa interpretação, especialmente pelo enunciado de A, que anuncia *a Terra* como o “assunto” – isto é, o “tópico” – sobre o qual tratará o diálogo.

Na discussão acima, evitamos traçar uma distinção entre o “tópico da frase” e o “tópico do discurso”, visto que existe uma forte conexão entre ambos. Obviamente, o “tópico da frase” é o referente sobre o qual a frase asserta algo, denotado por algum elemento da estrutura sintática da frase – normalmente um SN expresso ou elíptico. Já o “tópico do discurso”

corresponde, *grosso modo*, ao “assunto” tratado por (macro-) unidades do discurso – isto é, por seqüências de sentenças. Alguns autores sugerem que o conceito de tópico só faz sentido enquanto noção discursivo-funcional, definível apenas no nível das (macro-)unidades do discurso. Esse é o caso de Givón (1983, 1990, 1992), para quem tópicos só podem ser identificados por parâmetros como “alto grau de preditibilidade”, “alto grau de continuidade”, *backgroundiness* etc. – definíveis apenas no nível de uma seqüência de enunciados. “Preditibilidade”, por exemplo, tem a ver com o quão “previsível” é a ocorrência de uma menção a um referente em um determinado ponto do discurso; “continuidade” é uma medida para o grau de “persistência” das menções a um referente a partir de um certo ponto do discurso, e assim por diante.

Não acreditamos que a noção de “tópico do discurso” possa ser *definida* em termos dos parâmetros discutidos por Givón (1983). A nosso ver, esses são “reflexos discursivos” da noção funcional de tópico, e não seus termos definitórios. Antes, parece provável que “tópico” deva ser, assim como as demais noções pertinentes à EI das frases, definido em termos do modo como o falante crê que seu interlocutor está representando informações do discurso, ou do modo como crê que ele deva processar a informação veiculada no enunciado. Por outro lado, não temos dúvida de que Givón está correto em assinalar que os “tópicos sentenciais” estão intimamente ligados à organização discursiva – ou seja, que colaboram para a progressão adequada (ou inadequada) do discurso.

Para perceber isso mais claramente, considere o exemplo abaixo (SMITH, 2003, p. 190; exemplo original de REINHART, 1981):

(12) A: Por que você tem tanta raiva do Pedro?

B: a) Ele é pretensioso demais. Nem a Maria consegue suportar ele.

b) ?? Ele é pretensioso demais. A Maria, nem ela consegue suportar ele.

Em (12), o tópico do discurso é intuitivamente entendido como sendo Pedro, o que é em parte determinado pela pergunta de A. Isso é sinalizado pela função gramatical de sujeito exercida pelo SN *ele* na primeira do enunciado de B. (O tópico seria diferente se a primeira

sentença do enunciado de B fosse “A pretensão dele me incomoda”; o enunciado, então, poderia prosseguir com “Não vejo nenhum fundamento para ela” etc.).

Mas, e quanto à segunda sentença do enunciado de B? De um lado, Maria seria um candidato a tópico, já que o SN que se refere a ela ocupa a posição de sujeito gramatical. Por outro, como já dissemos, intuitivamente, sente-se que Pedro é o tópico do discurso, o que é determinado pelo contexto geral do discurso em (12). De fato, sua retomada por meio de um pronome sugere que ele é – mesmo após o uso de *Maria* na posição de sujeito – um “referente altamente ativo”, o que vimos ser um indício de “topicalidade”.

A segunda versão do enunciado de B parece confirmar que o tópico é, precisamente, o referente que intuimos ser o mais importante no discurso em (12), isto é, Pedro. Na versão b) do enunciado de B, a segunda sentença aparece na forma de uma construção de deslocamento-à-esquerda, normalmente utilizada para sinalizar uma mudança de tópico do discurso:⁷ no caso de (12), o que se tenta é precisamente forçar a interpretação em que Maria seria o tópico, por oposição ao “tópico natural” do discurso, qual seja, Pedro. No entanto, essa tentativa resulta em insucesso em (12), como a pouca naturalidade da versão b), nesse contexto, indica. Isso sugere que, num contexto como (12), tem-se uma expectativa de progressão do discurso em torno do tópico ‘Pedro’, e essa expectativa parece limitar severamente a opção por novos tópicos na oração subsequente. Ou seja, esse contexto parece exemplificar um caso em que se vê uma relação entre o tópico da frase, o tópico do discurso e a organização discursiva como um todo.

Outro caso interessante de interação entre tópicos e discurso é encontrado nas construções de “tópicos contrastivos”: em (13), abaixo, apresentamos um exemplo típico; observe especialmente os nomes próprios em itálico – os “tópicos” propriamente ditos:

⁷ Sobre a função do deslocamento-à-esquerda de marcar “ruptura tópica ou temática”, ver discussão dos exemplos (16) e (17) abaixo.

- (13) A Sara tem dois filhos, o Jacó e o Isaac. *O Jacó* ela IDOLATRA,
e *o Isaac* ela DETESTA.

A característica de forma mais saliente dos tópicos contrastivos – além de seu deslocamento para a posição inicial da frase – é o acento de proeminência característico e a entoação que o acompanha (sinalizados por itálico em (13); lembramos ao leitor que SMALL CAPS sinaliza o acento típico de “informação nova” ou “foco”).⁸ Já o “papel discursivo” dos tópicos contrastivos, segundo Givón (1993), seria o da manutenção de “cadeias temáticas” no discurso (isto é, correspondentes a uma mesma unidade temática) por meio do “contraste local” entre elementos tópicos de duas ou mais sentenças. Teoricamente, isso explicaria a diferença de aceitabilidade entre a continuação a) e a continuação b) – ambas contendo uma “quebra de parágrafo” – do discurso abaixo:

- (14) [...] Ou seja: com aquela pessoa, não adiantava insistir. Por isso, a mulher decidiu fazer ela mesma a poda em todo o jardim; e o vagabundo ficou tomando banho de sol o tempo todo.

(a) Na primavera seguinte, nós reencontramos a mulher, acompanhada por outro homem: estava feliz, não se lembrava de nada...

(b) ?? Na primavera seguinte, *a mulher* nós reencontramos, acompanhada por outro homem: estava feliz, não se lembrava de nada...

Em (14a), a sentença que se segue à locução adverbial deslocada à esquerda está na ordem direta, e parece adequada para o início de uma nova unidade temática no discurso – isto é, para um ponto de ruptura

⁸ O acento e a entoação dos tópicos contrastivos são semelhantes aos que acompanham “tópicos de uma pergunta”. Para se ter uma ideia dessa entoação, pronuncie-se (13) de acordo com a pontuação abaixo:

A Sara tem dois filhos, o Jacó e o Isaac. *O Jacó*? Ela IDOLATRA. E *o Isaac*? Ela DETESTA.

Sobre o acento e a entoação próprios dos tópicos contrastivos, por oposição aos dos focos, ver Jackendoff (1972), Büring (2007); para o português, ver Ilari (1992). Para as funções discursivas dos tópicos contrastivos, ver Givón (1993), Büring (2003), Menuzzi e Rodrigues (2009).

da continuidade temática (sinalizado pela mudança de parágrafo). Já (14b), por seu turno, soa estranha nesse mesmo ponto do discurso, o que era esperado, seguindo a hipótese de Givón: construções com tópicos contrastivos, por sinalizarem a continuidade de cadeias temáticas – ainda que por “contraste de referentes” –, parecem inadequadas em pontos de ruptura discursiva.⁹

Naturalmente, os tópicos contrastivos não são o único mecanismo de manutenção de cadeias tópicas, nem os mais típicos. Em (15) abaixo, por exemplo, a cadeia tópica é mantida por meio da continuidade de um único tópico (João); e os mecanismos gramaticais utilizados são dois: a função de sujeito e o uso de pronomes, plenos e nulos.

- (15) O João_i foi um ótimo aluno. *Ele*_i sempre foi muito estudioso, *ø*_i adorava escrever e *ø*_i era o melhor jogador de basquete da escola.

Nesse caso, é importante observar que (13) e (15) diferem no modo como mantêm a cadeia tópica ativa: em (13), isso se dá pelo “contraste” entre referentes discursivos, enquanto em (15) isso ocorre pela manutenção de um mesmo referente como tópico – isto é, sem “contrastar” referentes. A noção de “contraste” é muito importante para diversos fenômenos relacionados à EI, como o da “exaustividade” das clivadas e o do caráter de “estratégia de resposta para perguntas múltiplas”, que subjaz aos tópicos contrastivos.¹⁰

⁹ De fato, nota-se que, na ausência da ruptura introduzida pela mudança de parágrafo e pelo deslocamento da locução adverbial, a construção de tópico contrastivo torna-se perfeitamente aceitável:

[...] Por isso, a mulher decidiu fazer ela mesma a poda em todo o jardim; e o vagabundo ficou tomando banho de sol o tempo todo. *Ela* nós reencontramos na primavera seguinte, acompanhada de outro homem: estava feliz, não se lembrava de nada.

Observa-se ainda que o referente passa a ser expresso por um pronome, sinal de “continuidade tópica”; e que a frase com o tópico contrastivo pode ser usada para “encerrar” a cadeia (isto é, o parágrafo). Já (14b) só pode ser salva se o parágrafo continuar reintroduzindo o homem como um referente – isto é, reintroduzindo localmente o caráter contrastivo do desenvolvimento temático.

¹⁰ Quanto aos efeitos de exaustividade em clivadas, ver Kiss (1989), Rodrigues (2009), e Rodrigues e Menuzzi (2009); quanto ao papel dos tópicos contrastivos na estrutura do discurso,

Há ainda outra “construção marcada” em que, segundo Givón (1993), tópicos exercem um papel proeminente na organização do discurso – mas, nesse caso, o inverso do exercido por tópicos contrastivos: o chamado “deslocamento-à-esquerda”. Já vimos dois exemplos de deslocamento-à-esquerda no começo deste artigo; abaixo, reproduzimos esses exemplos por comodidade. Formalmente, essas construções caracterizam-se pela presença de (i) um elemento tópico na “periferia esquerda” da sentença, normalmente correspondendo a um dos argumentos do predicado da sentença, e (ii) de um “pronomine-lembrado” na posição de origem do elemento tópico (pronomine que, em português, pode ser omitido; ver PONTES, 1986, p. 65-68). Prosodicamente, o elemento da periferia esquerda é frequentemente separado do resto do enunciado por pausa e caracteriza-se – como o foco e os tópicos contrastivos – por acento de proeminência acompanhado de uma curva entoacional própria (semelhante a dos tópicos contrastivos; ver nota 8, acima):

- (1) b) *A Maria*, o João encontrou *ela* no cinema.
- c) *O João*, *ele* encontrou a Maria no cinema.

Funcionalmente, segundo Givón (1993, p. 211), construções de deslocamento-à-esquerda seriam especializadas em retomar elementos mencionados a grandes “distâncias textuais” – especialmente elementos mencionados em unidades temáticas precedentes. Assim, tais construções seriam típicas de “rupturas temáticas”, ocorrendo preferencialmente em fronteiras – mais especificamente, no início – de novos segmentos temáticos, como, por exemplo, no início de parágrafos. Por consequência, sua ocorrência seria desfavorecida em contextos de continuidade temática, como aqueles em que tópicos contrastivos normalmente ocorrem. De fato, parece ser este o caso, como vemos em (16):

- (16) A Sara tem dois filhos, o Jacó e o Isaac. Ela venera o Jacó; *O Isaac*(,) ela amaldiçoa {__/??ele}.

ver referências na nota 8.

Observe que, em (16), a ocorrência da última oração com o pronome átono *o* – o que indicaria que se trata de uma construção de deslocamento-à-esquerda – é malsucedida; entretanto, sem o pronome átono – o que, com a prosódia adequada, indicaria um caso de tópico contrastivo –, a sentença é aceitável. Pois esse é justamente o resultado esperado, visto que o contexto de (16) é de “cadeia tópica”, em que elementos tematicamente relacionados (no caso de (16), os filhos de Sara) são listados e contrastados em sequência.

Por outro lado, em abertura de “turnos de fala” em diálogos – que, em princípio, corresponderiam a novas unidades temáticas –, o deslocamento-à-esquerda é bem-sucedido, como se pode observar em (17), abaixo: note que, em (17B), um novo “assunto” – uma nova unidade temática – é inaugurada pela fala de B.

- (17) A: (...) Mas a Maria continuou andando a esmo, perdida na floresta, levando os seus pais ao desespero.
B: E o João, a polícia conseguiu encontrá-lo?

Finalmente, vale voltarmos aqui à observação inicial que fizemos sobre “tópicos” no início deste artigo: a de que tópicos correspondem à “informação dada”. Os exemplos de tópicos contrastivos e de deslocamento-à-esquerda poderiam sugerir que a noção de “tópico” não é tão fortemente vinculada à de “informação velha” – já que, em ambos os casos, aparentemente há a introdução de referentes “novos” no contexto discursivo local. Entretanto, essa impressão é ilusória: no caso do deslocamento-à-esquerda, os referentes introduzidos são, via de regra, “familiares” ao ouvinte – e, neste sentido, são “dados” (apesar de “inativos” no ponto em que ocorre a construção); no caso dos tópicos contrastivos, os elementos topicalizados normalmente são “evocados” – direta ou indiretamente – pelo falante antes de sua ocorrência na construção (cf. (13) e (16)).

O “FOCO” E SUAS PROPRIEDADES

Recorde-se que, na seção 2, iniciamos nossa apresentação da EI das sentenças em termos de uma partição binária da sentença: o “tópico” e o “comentário”. Na seção anterior, analisamos algumas das principais propriedades do tópico; agora, iremos nos deter nas propriedades do *comentário*, que “dá informação sobre o tópico” e é normalmente associado à função de “informação nova”. Inicialmente, procuraremos responder à seguinte pergunta: o comentário tem alguma “estrutura interna”? Afinal, do modo como apresentamos a EI das sentenças até aqui, parece ser plausível supor, à semelhança dos tópicos, que os comentários são indivisíveis, sem qualquer estrutura interna. Observe-se que isso faz sentido em se tratando de tópicos, que são normalmente “referentes do discurso” e usualmente correspondem a unidades sintagmáticas tais como SNs e SPs.

Mas uma análise cuidadosa dos dados indica que o comentário é diferente – possui “estrutura informacional interna”. Considere um dos exemplos iniciais deste artigo, agora no contexto de pergunta-resposta em (18B) (em que T = Tópico e C = Comentário):

(18) A: Quem o João encontrou no cinema?

B: [O João]_T [encontrou a MARIA no cinema]_C.

Observe que, em (18B), parte do comentário é “pressuposta pragmaticamente” (STALNAKER, 1974): tanto A quanto B acreditam que $\exists x, y \in U [x \text{ encontrou } y \text{ no cinema}]$, onde U é o “universo do discurso”, isto é, o conjunto dos referentes “salientes” ou “relevantes” no diálogo; e, crucialmente, isso é “informação velha” no sentido REL que vimos antes: é uma proposição compartilhada por ambos os participantes do diálogo. Ou, mais precisamente: aquilo que é pressuposto (pragmaticamente) é $\exists x, y \in U [x \text{ encontrou } y \text{ no cinema} \ \& \ x = \text{João}]$, sendo que o primeiro conjunto da pressuposição corresponde ao SV – ao comentário, em (14B) –,

e o segundo, ao tópico.¹¹ A contribuição decisiva de B para o diálogo está no SN *a Maria*: se esse SN fosse substituído por um indefinido como *uma pessoa* ou *alguém*, a resposta de B não seria interpretada como uma contribuição informativa para o diálogo, mas sim como alguma brincadeira, cf. (18') abaixo:

(18') A: Quem o João encontrou no cinema?

B: ??[O João]_T [encontrou {ALGUÉM / uma PESSOA} no cinema]_C.

Portanto, o componente do comentário materializado por *Maria* em (18B) parece ter um *status* especial; em particular, é ele que normalmente recebe o acento principal da frase e que é entendido como “novo” pelo ouvinte – ou seja, como a “contribuição declarada” do falante para o “fundo comum” da conversação. Tal elemento recebe o nome de “foco da frase”, ou simplesmente “foco”; o restante do comentário é, por vezes, denominado “*background*”, ainda que este termo não seja consensual na literatura.¹²

Diante do que foi dito acima, resta saber como interpretar essa divisão teoricamente. Afinal, qual seria o papel do *background*? Ele não estaria se sobrepondo ao do tópico?

¹¹ A pressuposição ligada ao foco não é uma “pressuposição lógica” ou “semântica” – por isso, a insistência em qualificá-la, no texto, como “pragmática”. Isso fica claro ao compararmos os dois tipos de pressuposição, a “pragmática”, associada ao “foco prosódico” (*i.e.* as que se valem apenas do acento principal para sinalizar o foco), e a “semântica”, encontrada por exemplo nas clivadas (ver discussão em Rodrigues, 2009, cap. 2). Considere, por exemplo, (ia) e (ib) abaixo (adaptado de Rooth, 1999, p. 241, ex. 34):

(i) A: Por acaso alguém pegou emprestada a minha bola de futebol?

B: a) Eu não sei. Se [o João]_F pegou, você pode desistir de recebê-la inteira.

b) ??Eu não sei. Se foi [o João]_F que pegou, você pode desistir de recebê-la inteira.

Em (ia), a pressuposição associada ao foco informacional – a saber, $\exists x [x \text{ pegou a bola}]$ – não é “projetada” através do antecedente condicional – que, como é bem sabido, é um contexto típico de projeção de pressuposições (KARTTUNENN, 1973). Já em (ib), a pressuposição (na verdade, a mesma proposição) é “projetada”, resultando na estranheza da fala de B – já que é inconsistente com o seu “Eu não sei”.

¹² Para uma discussão sobre a variedade de termos utilizados pela literatura em EI, ver Vallduví (1992) e Vallduví e Engdahl (1996).

Uma solução interessante para esses problemas foi proposta por Vallduví (1992): para ele, a divisão da EI em “tópico”, “foco” e “comentário” reflete, em realidade, diferentes “modos de empacotar” a informação veiculada pelas frases, instruindo o ouvinte a armazenar de modo adequado em sua “base de dados” (*i.e.*, no conjunto de proposições que caracterizam a sua “representação do mundo”) o conteúdo proposicional comunicado pelo falante; desse modo, a EI das sentenças, quando interpretadas pelo ouvinte, forneceria instruções para “desempacotar” o significado.¹³

O foco, por exemplo, é definido como a instrução que sinaliza ao ouvinte qual é a “contribuição original” da frase – aquela que, no entender do falante, o interlocutor deve incorporar em suas representações mentais como parte da “atualização” destas. O tópico e o *background* – chamados por Vallduví de *link* e *tail*, respectivamente – formam, em conjunto, o *ground*, responsável por indicar ao falante o modo como a atualização do seu “banco de dados” deve ser realizada. *Links* indicariam “onde” a atualização deve ocorrer – ou seja, relativamente a qual entidade mental a informação deve ser armazenada; *tails*, por seu turno, indicariam qual informação já contida nas representações daquele referente deve ser “revisada” pela informação veiculada pelo foco. Mais especificamente, *tails* sinalizariam que, no entender do falante, o modo de atualização deve ser *nondefault* – isto é, que o foco não deve ser armazenado em seu “estado bruto”, mas sim identificado pelo conteúdo veiculado pelo *tail*. Vejamos isso com um exemplo concreto.

Em (19) abaixo, o enunciado de B é apresentado tanto em sua forma superficial quanto com a segmentação correspondente a seu “empacotamento informacional”:

(19) A: O que o presidente acha de chocolate?

B: a) O presidente DETESTA chocolate.

b) (o presidente)_{Ground: Link} (detesta)_{Foco} (chocolate)_{Ground: Tail}

¹³ O termo “empacotamento informacional” (*informational packaging*) foi introduzido por Chafe (1976).

Em (19Bb), o *ground* é o material descontínuo *o presidente-chocolate*, e o foco é *detesta*; o *ground*, por seu turno, é decomposto no link *presidente* e no tail *chocolate*. Informalmente, pode-se descrever o conjunto de instruções veiculados pela EI do enunciado de B do seguinte modo: o link instrui o interlocutor A a atualizar sua representação mental (ou o “arquivo”) correspondente ao SN *o presidente* de acordo com as condições especificadas pelo tail *chocolate* com a informação veiculada pelo foco *detesta* – ou seja, no “arquivo” correspondente ao presidente, a informação relativa à sua relação com o chocolate deve ser atualizada com sendo a relação de “detestar”. Como A tem como informação que “O presidente tem algum juízo sobre chocolate”, mas não que juízo é esse (como fica claro pelo contexto), o foco em *detesta* tem como resultado final, na mente de A, a mudança da proposição anterior para “O presidente detesta chocolate”.

O exemplo (19) acima ilustra um caso de *non-default updating* – isto é, em que há alguma informação prévia, armazenada no arquivo correspondente a um dado referente, que deve ser atualizada (o referente: o presidente; a informação prévia: que ele tem algum juízo sobre chocolate). No entanto, nem sempre há algum “registro” a ser modificado num dado arquivo: pode-se simplesmente registrar informação nova *diretamente* no arquivo, ou seja, fazer o que Vallduví e Engdahl (1996) denominam *default updating* – que corresponde ao caso em que o comentário é todo focal. Nesse caso, a EI da frase que desencadeia a atualização não conta com um *tail* – e, portanto, não instrui o ouvinte a buscar, no arquivo correspondente ao *link*, alguma proposição a ser atualizada. Isso pode ser ilustrado pelo exemplo abaixo (adaptado de VALLDUVÍ; ENGD AHL, 1996, p. 470; ex. (17)):

- (20) O presidente não gosta de receber presentes na Páscoa.
[Ele odeia CHOCOLATE]_F.

A primeira sentença em (20) é responsável por “abrir” o arquivo correspondente ao SN *o presidente*, anunciando que este não gosta de presentes na Páscoa. O que vem em seguida é armazenado inteiramente

no arquivo que se encontra aberto; e o pronome *ele*, na segunda sentença, não conta como um “*link*”, pois sua função aqui é apenas a de “manter aberto” o arquivo, e não de abrir outro. Observe que, nesse caso, a noção de “tópico” sobre a qual falamos anteriormente não é equivalente a de “*link*” – vimos acima que pronomes como os da segunda sentença de (20) foram analisados como instâncias de um “tópico contínuo”, presentemente ativo. De fato, como Vallduví observa, *links* justamente sinalizam a abertura ou “ativação” de um novo tópico.

Em síntese, o conjunto de distinções formulado por Vallduvi resulta, esquematicamente, no seguinte quadro da EI (SMITH, 2003, p. 210):

- (21) Sentença = {Foco, (Ground)}
Ground = {Link, Tail}

Segundo Vallduvi, um aspecto positivo dessa “tripartição” da EI é que ela consegue capturar de modo econômico algumas das principais distinções informacionais: entre “tópico” e “comentário”, e entre “foco” e “pressuposição”. O “*ground*”, por exemplo, pode ser analisado como sendo tudo aquilo que não é “foco” – e, nesse caso, obtemos a divisão clássica de Jackendoff (1972) e Chomsky (1971) em “foco” e “pressuposição”; e a combinação do “*tail*” com o “foco”, tomada como um todo em oposição ao “*link*”, corresponderia à divisão tradicional da sentença em “tópico” e “comentário”.

Apesar de seu apelo intuitivo, a abordagem de Vallduví não foi adotada por muitos linguistas – especialmente porque outra proposta, a chamada “semântica de alternativas”, de Rooth (1985, 1992, 1996), ganhou corpo nas décadas de 1980 e 1990. O apelo desta última, por outro lado, foi imediato: ela conseguiu estender métodos de análise da semântica das condições de verdade para fenômenos que, desde Jackendoff (1972), pareciam ser o “calcanhar de Aquiles” de trabalhos sobre a estrutura informacional que partiam da suposição de que fenômenos informacionais não tinham relação com o “conteúdo proposicional” da frase. Evidentemente, o modelo de Vallduví sustenta uma teoria da EI desse tipo: é uma concepção “procedimental” da EI; noções como

“tópico”, “foco” etc. são concebidas como “operações de atualização da informação proposicional”, e não como aspectos substantivos ou estruturais das proposições – isto é, que afetam as representações que serão avaliadas em termos de suas condições de verdade.

Consideremos o exemplo clássico dos fenômenos em questão – o dos “advérbios associados ao foco”, como *somente*. Os exemplos em (22) abaixo (adaptados de ROOTH, 1996, p. 272) mostram que a noção de foco pode ter consequências para as condições de verdade das sentenças: em uma situação em que João tenha apresentado Pedro e Marcelo para Maria e nenhuma outra apresentação tenha ocorrido, (22a) é falsa e (22b) verdadeira:

- (22) a) O João somente apresentou [o PEDRO]_F para a Maria.
b) O João somente apresentou o Pedro para [a MARIA]_F.

É claro que exemplos como os em (22) levantam imediatamente problemas para um tratamento não semântico da EI, isto é, um tratamento em que as funções da EI não afetam o conteúdo proposicional – isto é, as condições de verdade – da sentença.

Considere, por exemplo, uma análise dos efeitos contextuais de (22a) e (22b) baseada na abordagem de Vallduví e na premissa de que *somente* é um operador sentencial. Começemos por (22a): se *Pedro* é o foco e o resto da sentença é o *ground*, então o que (22a) indica para o interlocutor é que há uma informação sobre o referente João, a proposição “Somente [Existe um x tal que João apresentou x para Maria]”, que deve ser atualizada; especificamente, a variável x deve adquirir um valor específico, Pedro, de modo que a proposição resultante nas representações do interlocutor deve ser “Somente [João apresentou Pedro para Maria]”; ou seja, essa é a proposição que o interlocutor deve assumir como verdadeira depois de “processar contextualmente” (22a).

Considere agora (22b): se *Maria* é o foco, então o que (22b) indica para o interlocutor é que a proposição (sobre o referente João) “Somente [Existe um x tal que João apresentou Pedro para x]” deve ser atualizada; especificamente, a variável x deve ser substituída por Maria,

e a proposição resultante nas representações do interlocutor deve ser “Somente [João apresentou Pedro para Maria]”. Ora, essa é exatamente a mesma proposição que resulta do “processamento contextual” de (22a) – portanto, a abordagem de Vallduví não consegue capturar o fato de que as condições de verdade avaliadas ao se processar (22a) diferem das que resultam do processamento de (22b).¹⁴

O grande *insight* de Rooth foi perceber que a principal função semântica do foco em casos como (22) acima é “evocar alternativas” – ou, mais precisamente, conjuntos de proposições alternativas – que restringem o domínio quantificacional de advérbios como *somente*. Os detalhes da implementação da ideia de Rooth para a análise dos advérbios são um tanto técnicos; para nossos fins, basta apresentar alguns de seus mecanismos principais para dar uma ideia do que ele entende por “foco”.

Rooth adota uma “semântica bidimensional”, que distingue dois tipos de valores semânticos para as sentenças: seu valor semântico “ordinário”, com notação $\|S\|^o$, e seu valor semântico “focal”, com notação $\|S\|^F$. A diferença fundamental entre os dois tipos de valores é que $\|S\|^o$ corresponde a uma proposição (ou, mais tecnicamente, o conjunto de mundos possíveis para os quais S é verdadeira), enquanto $\|S\|^F$ corresponde a um conjunto de proposições que contém $\|S\|^o$ (tecnicamente, um conjunto de conjuntos de mundos possíveis no qual um dos conjuntos é aquele em que $\|S\|^o$ é verdadeira). Concretamente, os exemplos em (23a, b) abaixo teriam um mesmo valor ordinário, correspondente a (24a); mas difeririam quanto a seus valores focais, que são (24b, c), respectivamente (em (24), W é o conjunto de todos os mundos possíveis, e D é o conjunto de referentes do discurso):

¹⁴ Uma saída para Vallduví seria postular formas lógicas diferentes para (22a) e (22b), com *somente* sendo tratado como um operador de constituintes – aqueles que são focalizados. Nesse caso, evidentemente, a atualização do conteúdo proposicional resultará em proposições diferentes. O problema dessa abordagem é que requer uma não correspondência entre a sintaxe e a semântica de *somente* que não é necessária na abordagem de Mats Rooth. Na verdade, em sua tese (cap.7, seção 2), Vallduví argumenta que a associação entre *somente* e o foco da frase é, na verdade, uma inferência pragmática que pode ser cancelada em contextos apropriados; por isso, não deveria ser incorporada à semântica de *somente*.

(23) a) O João votou no [LULA]_F.

b) [O João]_F votou no Lula.

(24) a) $\| (23a) \|^o = \| (23b) \|^o = \{w \in W: \text{João votou em Lula}\}$

(isto é, "o conjunto de mundos possíveis em que João votou em Lula")

b) $\| (23a) \|^F = \{\{w \in W: \text{João votou em } x \text{ em } w\}: x \in D\}$

(isto é, "o conjunto das proposições expressas por sentenças da forma "João votou em x ", em que x é um referente do discurso)

c) $\| (23b) \|^F = \{\{w \in W: x \text{ votou em Lula em } w\}: x \in D\}$

(isto é, "o conjunto das proposições expressas por sentenças da forma " x votou em Lula", em que x é um referente do discurso)

(No que segue, as glosas para o valor focal das sentenças terão notação mais compacta: por exemplo, a glosa correspondente a $\| (23a) \|^F$ fica "o conjunto {João votou em x : x um referente}"; e a de $\| (23b) \|^F$ fica "o conjunto { x votou em Lula: x um referente}").

A introdução do "valor focal" de uma sentença fornece, agora, um instrumento para lidar com as condições de verdade de frases como (22a, b) conservando a análise lógica de que *somente* é um operador sentencial: (22a) é verdadeira se e somente se seu valor ordinário é verdadeiro (isto é, "João apresentou Pedro para Maria" é verdadeira), e nenhuma das alternativas que pertencem a seu valor focal é verdadeira (isto é, "João apresentou Ricardo, João etc., para Maria" não são verdadeiras); (22b) difere de (22a) precisamente pelo conjunto de alternativas excluídas ("João apresentou Pedro para Suzana, Rosa etc.").

Observa-se que a ideia de "comparar o valor ordinário com um conjunto de alternativas" é o que introduz a possibilidade de relacionar uma proposição com seu "contexto" em termos das condições de verdade das proposições: ao assertar (22a), o falante está simultaneamente excluindo (a possibilidade da verdade de) outras possibilidades contextuais.¹⁵ Esse modo de relacionar a sentença com o contexto é

¹⁵ É importante observar que, para Rooth, o valor focal não é, por si mesmo, o responsável por evocar as alternativas "relevantes para um dado contexto". Por exemplo, se o contexto de (23a)

completamente diferente do concebido por Vallduví: como vimos, nessa abordagem, a noção de “foco” indica, por exemplo, que um referente deve substituir uma variável numa representação proposicional, “atualizando-a”, mas não há nenhum efeito disso na avaliação das condições de verdade da sentença – (22a) e (22b) resultam exatamente no mesmo conteúdo proposicional a ser avaliado.

Agora, consideremos como o “valor focal” de uma sentença pode ser posto em ação na explicação de fenômenos tradicionalmente associados à função informacional – nomeadamente, o papel do foco em veicular “informação nova”. Aqui, é fundamental observar que, segundo a análise *standard* da semântica das perguntas (HAMBLIN, 1973, KARTUNNEN, 1977), o valor semântico ordinário de uma pergunta é – como o valor focal de uma sentença declarativa – um conjunto de proposições; especificamente, o conjunto de proposições que são “respostas potenciais” à pergunta. Intuitivamente, essa ideia captura o fato de que “saber o significado de uma pergunta” é o mesmo que “saber que sentenças seriam respostas adequadas a ela”; e “dar uma resposta a uma pergunta” é assertar uma dessas sentenças. No caso do “valor semântico ordinário” de perguntas-QU, o conjunto de proposições pertinente é formado de modo análogo ao valor focal de frases declarativas:

(25) a) *Em que candidato* o João ___ votou? (cf. (23a))

b) $\| (21a) \|^o = \{ \{ w \in W : \text{João votou em } x \text{ em } w \} : x \in U \subseteq D \}$
 (isto é, o conjunto {João votou em x : x um candidato})

fosse o do segundo turno da eleição presidencial de 2006, o conjunto de alternativas evocadas deveria ser {o João votou no Lula, o João votou no Alckmin}; se o contexto fosse o do primeiro turno da mesma eleição, o conjunto de alternativas deveria ser {o João votou no Lula, no Alckmin, no Cristovão Buarque etc.}. Mas essa “mudança” não é, segundo Rooth, função do valor focal: o papel deste é restringir a *forma* das proposições evocadas, não o domínio de referência – que deve ser determinado por princípios pragmáticos. No caso de (23a), o valor focal determina a forma das alternativas (“João votou em x ” tal que x seja um referente do discurso), mas não o domínio do discurso que é relevante. Há outras formulações da “semântica de alternativas” que não estabelecem essa distinção entre semântica e pragmática de modo tão nítido.

(26) a) *Quem votou no Lula?* (cf. (23b))

b) $\|(22a)\|^o = \{w \in W: x \text{ votou em Lula em } w\}: x \in U' \subseteq D\}$
(isto é, o conjunto $\{x \text{ votou em Lula} : x \text{ uma pessoa}\}$)

Observe, em particular, que $\|(25a)\|^o \subseteq \|(23a)\|^F$ e $\|(26a)\|^o \subseteq \|(23b)\|^F$ – que o conjunto de proposições que corresponde ao “valor ordinário” da pergunta (25a), por exemplo, é igual ou está contido no conjunto de proposições que corresponde ao “valor focal” de (23a). Evidentemente, isso não é uma coincidência: em geral, o sintagma-QU das perguntas deve corresponder ao constituinte focalizado de suas respostas potenciais; assim, o valor semântico focal de uma resposta deve conter o valor semântico – ordinário – das perguntas correspondentes. Ou, ainda: o valor focal de uma declarativa deve ser o conjunto de alternativas que poderiam responder à pergunta correspondente.

Assim, dada esta análise semântica da função do “foco”, pode-se dar conta de seu papel em diálogos com a seguinte condição de adequação no uso de sentenças declarativas – mais precisamente, uma condição sobre a boa-formação de pares pergunta-resposta (formulação adaptada de Büring, 2007, p. 451):¹⁶

(27) *Condição de congruência entre pergunta e resposta (CPR)*

Uma sentença R é uma resposta apropriada a uma pergunta P se e somente se $\|P\|^o \subseteq \|R\|^F$.

Note que a CPR não exige que a correspondência entre os valores das perguntas e das respostas seja perfeita (isto é, que se tenha $\|P\|^o = \|R\|^F$). A razão disso é que perguntas podem ser mais específicas que suas respectivas respostas: por exemplo, se $\|João\|^o = \|Filho de Lula\|^o$, então (23b) acima pode responder tanto a (26a) quanto a (26a’):

¹⁶ Na verdade, a condição deve ser um pouco mais complicada, especialmente por causa do fenômeno da “projeção do foco” (SELKIRK, 1984, 1995). Na formulação original de Büring para a CPR, há uma condição adicional para dar conta dessa lacuna. Por razões de espaço, ignoramos essa complicação aqui.

(26a') [Qual dos filhos de Lula] votou no Lula?

Observe que $\| (26a') \|^o = \{x \text{ votou em Lula: } x \text{ um filho de Lula}\}$; e $\| (23b) \|^F = \{x \text{ votou em Lula: } x \text{ um referente do discurso}\}$. Portanto, $\| (26a') \|^o \subset \| (23b) \|^F$, ou seja, $\| (26a') \|^o$ é um subconjunto próprio de $\| (23b) \|^F$ (como existem indivíduos que não são filhos de Lula, existe também ao pelo menos uma proposição P tal que $P \in \| (23b) \|^F$ e $P \notin \| (26a') \|^o$). Não há, portanto, nenhuma violação da CPR se respondemos a (26a') com (23b) – ainda que o valor ordinário de (26a') e o valor focal de (23b) não coincidam.

Os exemplos (28) e (29) abaixo mostram como a CPR restringe a correspondência entre perguntas e respostas adequadamente, assegurando que perguntas-QU sejam respondidas apenas por sentenças com foco correspondente ao elemento-QU:

(28) A: *Quem* votou no Lula?

B: [O João]_F votou no Lula. $\| (28A) \|^o \subseteq \| (29B) \|^F$

(29) A: *Em que candidato* o João votou ___?

B: # [O João]_F votou no Lula. $\| (29A) \|^o \not\subset \| (28B) \|^F$

Em ambas (28B) e (29B), o valor focal das sentenças é o conjunto $\{x \text{ votou no Lula: } x \text{ um referente do discurso}\}$. O valor semântico ordinário de (28A) é $\{x \text{ votou no Lula: } x \text{ uma pessoa}\}$, que é um subconjunto de $\{x \text{ votou no Lula: } x \text{ um indivíduo}\}$ – daí a boa formação do diálogo em (28). No entanto, o valor ordinário de (29A) é o conjunto $\{\text{João votou em } x: x \text{ um candidato}\}$ – diferente, portanto, do conjunto de proposições correspondente ao valor focal de (28B); em particular, não há relação de continência entre os dois conjuntos de proposições. Logo, o diálogo (29) é incoerente: ele viola a CPR.

Para finalizar, enfatizemos a diferença entre as duas abordagens para a EI vistas nesta seção: a de Vallduví e a de Rooth. Na primeira, a EI é concebida como um conjunto de procedimentos que permitem atualizar uma “representação do discurso” com o conteúdo proposicional de um

enunciado – a EI é um conjunto de procedimentos para introduzir, atualizar etc., conteúdos proposicionais, mas não parte da representação desses conteúdos. Na abordagem inaugurada por Rooth, a EI de uma sentença é parte de sua “semântica” – nela, o foco possui efeitos para a computação das condições de verdade da frase. Como foi observado, esta última teoria permite explicar o papel do foco em frases com “advérbios focalizadores” como *somente* (em (22) acima) – fenômeno para o qual teorias como a de Vallduví não possuem uma explicação apropriada. Mas, além disso, a teoria de Rooth permite também tratar de fenômenos que a concepção “processual” da EI procura explicar – por exemplo, as condições de adequação contextual de uso de certas articulações informacionais; é justamente isso o que a CPR expressa.

Portanto, uma teoria como a de Rooth permite – aparentemente, com ganho de cobertura empírica – uma certa unificação de fenômenos semânticos e pragmáticos não antecipada por teorias que separam completamente a semântica (isto é, representação das condições de verdade das sentenças) da pragmática (isto é, do uso de enunciados em certos contextos particulares). Não é à toa que esse tipo de abordagem veio a ter a importância que goza na literatura corrente sobre a estrutura informacional.¹⁷

CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos apresentar algumas das concepções fundamentais no estudo corrente da estrutura informacional. Nosso objetivo básico foi dar uma visão panorâmica do tipo de questão que tem orientado as diferentes perspectivas sobre fenômenos informacionais. Centramos a discussão em torno das noções de “informação nova” e

¹⁷ De fato, há toda uma teoria dedicada à ideia de que é possível dar conta não apenas de outras articulações informacionais, como a dos tópicos contrastivos, como especialmente de aspectos centrais da estrutura hierárquica do discurso, utilizando recursos similares ao “valor focal” introduzido por Rooth. Essa teoria do discurso chama-se “abordagem das QUDs” – das “perguntas-sob-discussão” (*questions-under-discussion*, em inglês). Ver Roberts (1996), Büring (2003) e Menuzzi e Rodrigues (2009) para discussão.

“informação velha”, pois essa é a distinção básica a partir da qual novas diferenciações conceituais e empíricas tendem a ser estabelecidas. Vimos, por exemplo, que várias das noções correntes no vocabulário sobre estrutura informacional – como as de “tópico”, “comentário”, “foco” e “pressuposição”, (*back*)*ground* – estão relacionadas à distinção mais fundamental entre “informação nova” e “informação velha”.

Finalmente, na seção sobre foco, discutimos e comparamos duas concepções gerais sobre o papel da estrutura informacional. Há abordagens, como a de Vallduví, que veem a articulação informacional da frase como um conjunto de instruções fornecido pelo falante no sentido de orientar seu interlocutor a “atualizar” um certo conteúdo proposicional em suas representações do discurso. E há, por outro lado, abordagens “semânticas”, como a expressa pela “semântica de alternativas”, que procuram integrar a “contribuição de significado” da articulação informacional ao conjunto de elementos que compõem as próprias “condições de verdade” dos enunciados. Como dissemos, essas últimas abordagens têm recebido maior atenção na literatura especialmente pelo caráter unificador que adquirem, cobrindo não apenas fenômenos tradicionalmente considerados como centrais ao estudo da estrutura informacional (como o papel da distinção foco/pressuposição na interação discursiva), mas também fenômenos que tradicionalmente se revelaram problemáticos para abordagens “não semânticas”.

Esperamos que, com o presente artigo, o leitor tenha conseguido visualizar o caráter central da estrutura informacional para a natureza da comunicação humana: nela, encontramos a convergência de fenômenos sintáticos, prosódico-entoacionais, semânticos e pragmáticos. Sem dúvida, é por isso que se tornou uma das áreas mais interessantes da pesquisa corrente em linguística.

O INATISMO AINDA É A MELHOR HIPÓTESE¹

RUTH E. VASCONCELLOS LOPES (UNICAMP/CNPQ)

INTRODUÇÃO

Devo começar anunciando que o título não é meu. Adoraria que fosse, mas pertence a uma palestra plenária que Virginia Valian – linguista da área de aquisição – proferiu, em 2009, durante o famoso BUCLD (*Boston University Conference on Language Development*), um dos encontros mais aclamados da área.

Parece no mínimo intrigante, contudo, que ao norte e ao sul da linha do equador ainda se sinta a necessidade de defender uma hipótese que anda pela filosofia há tempos e, entre alguns formalistas, de uma certa perspectiva específica, desde meados da década de 50 do século passado. Refiro-me, obviamente, aos gerativistas e, nesse caso, a hipótese é uma senhora de terceira idade, portanto. Talvez merecedora de maior respeito ou, no caso daqueles ao sul do equador, maior compreensão. Fica agora estabelecido que o termo ‘inatismo’ será utilizado ao longo de todo o capítulo em referência exclusiva aos modelos chomskyanos.

Assim, o objetivo deste artigo é voltar a bater em algumas teclas essenciais para a hipótese – como dependência de estrutura, argumento da pobreza de estímulo etc. – e, ao mesmo tempo, cobrar o que se deve explicar – o inevitável em aquisição – qualquer que seja o modelo em questão.

Talvez o capítulo destoe um pouco da proposta do livro – o Português Brasileiro (PB) hoje em dia – embora eu faça um esforço

¹ Agradeço à Roberta Pires de Oliveira pelo convite para participar do livro e pela paciência em esperar pelo capítulo. Agradeço muito especialmente aos meus colegas de NEG e aos nossos alunos pelo convívio essencial e gostoso, pelo conhecimento compartilhado, pela paixão comum pelo formalismo e pelas questões racionalistas.

no sentido de ilustrar algumas discussões com fenômenos do PB. Ocorre, porém, que em muitos casos vou falar de propriedades gerais e onipresentes entre as línguas naturais e assim qualquer língua é língua, embora umas se prestem melhor à ilustração do que outras.

Caracteriza-se, pois, o capítulo como um trabalho de rediscussão de fatos e hipóteses, alguns bastante conhecidos. No que segue, ele se organiza da seguinte forma: discutimos abaixo aquilo que consideramos essencial como explicação em aquisição da linguagem e encaminhamos a discussão, mais adiante, para o argumento da pobreza de estímulo. A última seção não traz uma conclusão; é antes uma forma de reafirmar a ode à espécie que é o inatismo.

O QUE TEORIAS DE AQUISIÇÃO **PRECISAM** EXPLICAR

Antes de iniciar essa discussão, é importante salientar um ponto aqui. Embora fale em aquisição de “linguagem” e teorias da “linguagem”, refiro-me apenas e tão somente (ou nem tão, dada a natureza bastante intrincada dos fenômenos) à gramática, entendida aqui como os sistemas fonológico, sintático e semântico das línguas naturais, bem como suas interfaces, inclusive com o que chamamos de discurso – porções de gramática anteriormente mencionadas, mas fora do nível imediato da sentença. Muita coisa, portanto, fica fora desse recorte, e a hipótese inatista explorada aqui não pretende dar conta daquilo que está fora de seu território, obviamente. Isso não quer dizer, contudo, que negue dimensões sociais, históricas ou ideológicas, dentre outras, de que a linguagem também é parte ou constitui. Embora esse tipo de asserção seja um truísmo, nunca parece ser demais repeti-la. De toda forma, pretendo, mais adiante, também apontar para o fato de que gramáticas são onipresentes e não há nada sem elas a não ser a involução da espécie.

Voltando, pois, ao ponto original, vou me apropriar da discussão em Hirsh-Pasek e Golinkoff (1999) para estabelecer o que se tem que fazer em aquisição, começando por um quadro mais amplo e depois descendo às minúcias das proposições e suas previsões.

Creio que poucos defendam a ideia de uma teoria de aquisição da linguagem que não se atrele a uma teoria linguística, pelo simples fato de que, nesse caso, não haveria uma concepção específica de linguagem, o que tornaria a tarefa de discutir aquisição absolutamente impossível e desprovida de sentido. A pergunta essencial é o que a criança deve adquirir, mas essa pergunta só é factível se houver um conceito claro de linguagem, ou, como dissemos acima, de gramática. Mas há um outro pormenor: considerando que haja uma clara concepção de linguagem, a partir de uma teoria linguística específica que permita desenvolver uma teoria de aquisição que vá responder não apenas a como a coisa ocorre e sim mais essencialmente a por que ocorre, então é preciso partir de um ponto específico – o que ocorre nas gramáticas adultas. Sem isso, não é possível saber se o percurso infantil guarda alguma semelhança com o conhecimento esperado ou se apresenta alguma diferença que, contudo, possa ser associada a outra língua ou possa evidenciar alguma propriedade específica de gramáticas em desenvolvimento ou mesmo de propriedades não percebidas ainda no âmbito descritivo ou teórico de algumas propostas – e aqui entra o uso empírico dos estudos em aquisição da linguagem como lugar de avaliação para as teorias linguísticas.

No nosso caso, como afirma Rizzi:

A continuidade, que é claramente o fator predominante, assegura que a evidência sobre o desenvolvimento terá a ver com o objeto de pesquisa com o qual os gerativistas se preocupam, o estudo de sistemas restritos pela faculdade da linguagem humana. A descontinuidade é o que faz do desenvolvimento algo interessante: podemos esperar que o desenvolvimento nos permita ver propriedades que não são imediatamente acessíveis à observação nos sistemas adultos, permitindo que identifiquemos e exploremos áreas negligenciadas do espaço gramatical definido pela Gramática Universal. (RIZZI, 2000, p. 269; tradução nossa).

Pensando agora de forma menos óbvia, três questões são essenciais para a área de aquisição, todas claramente atreladas de alguma forma:

(i) o que se assume como existente quando do início do processo de

aquisição – ou, para alguns, aprendizagem; (ii) que mecanismos estão envolvidos no processo de aquisição e, finalmente, (iii) que tipo de *input* guia o desenvolvimento da gramática.

Toda e qualquer teoria tem que lidar com essas questões, mas a resposta a uma delas certamente vai ditar a resposta às demais e dividir o mundo em basicamente duas grandes vertentes (com suas variantes). Nativistas, por exemplo, vão pressupor um certo conhecimento já dado – porque são inatistas. Esse conhecimento pode ser linguístico, cognitivo etc. Empiristas vão enfatizar o uso que a criança faz do ambiente (linguístico, não linguístico etc.).

Embora a próxima seção vá tratar de alguns conceitos inatistas pouco compreendidos, vale chamar a atenção já aqui para um deles. Há quem diga que nem o mais empedernido behaviorista vá negar alguma estrutura inata (BORGES NETO, 2004). Sem dúvida; contudo, há uma precisão no inatismo chomskyano: não é qualquer conhecimento inato, não tem a ver com cognição geral extralinguística ou sistemas de crenças, mas é puro e tão somente conhecimento linguístico de uma dada natureza, bastante abstrata, aliás. O tipo de conhecimento inato pressuposto por empiristas, quando há, jamais é de natureza linguística, e é isso que torna o inatismo chomskyano bastante distinto do resto das opções. O argumento que sustenta a posição inatista é o da pobreza de estímulo, que vamos explorar na próxima seção.

Em relação à segunda questão, mais uma vez o mundo vai se dividir em propostas de procedimentos gerais de aprendizagem, conhecidos como de “domínio geral” ou “neutros” em relação a domínios, utilizados não apenas na aquisição da linguagem mas igualmente na resolução de problemas, percepção etc., e a proposta inatista aqui discutida, que vai pressupor um domínio específico particular à linguagem que se traduz pela noção de Faculdade da Linguagem e Gramática Universal, uma teoria do estado inicial da Faculdade da Linguagem. Nem sempre a discussão envolveu termos tão em voga como esses, mas ela esteve presente desde sempre. O mais emblemático texto nesse sentido é Chomsky (1975), no seu primeiro capítulo – Sobre a capacidade cognitiva –,

onde toda a beleza da discussão se resume à função LT(O, D), ou seja, a aprendizagem, mais especificamente uma teoria de aprendizagem (do inglês *learnability theory*), (LT), é uma função entre um organismo (O) e um domínio (D) – ambos podem ser tomados como gerais ou específicos. Para behavioristas, O era tanto um rato quanto um ser humano e D poderia envolver tanto aprender a achar a saída num labirinto quanto adquirir linguagem.²

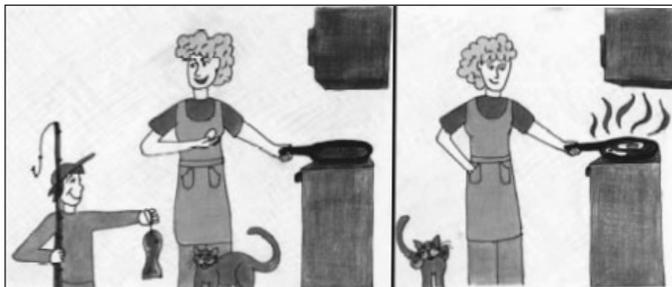
Isso nos leva à terceira questão, que fica obviamente restrita pela segunda. O *input* relevante para a tarefa é certamente aquele com que os mecanismos de aprendizagem pressupostos no processo possam lidar. Portanto, é de natureza linguística em um ponto do espectro – o aqui defendido, mas de forma bem especificada, como vamos discutir oportunamente – e é, do outro lado do espectro, de outras naturezas tão diversas quanto: linguagem (a partir de perspectivas distintas), sistemas de crença, qualquer coisa que tenha a ver com cognição – não linguística, certamente –; interação humano – mundo, interação humano – humano etc.

Isso implica dizer que, para os últimos, a aprendizagem é indutiva e que a criança se utilizaria do seu entorno, a que vou chamar de contexto aqui, de forma menos rígida, para atingi-la. O problema, como dissemos logo na introdução, é que o conhecimento linguístico é muito mais onipresente do que se assume, e aquilo que pode parecer o uso do contexto para dar conta da linguagem pode muito bem se tratar de opções gramaticais disponíveis para a criança, que, na verdade, a libertam do contexto absolutamente.³

² Toda vez que eu volto a esse texto nunca deixo de me surpreender. Mas o interessante é que sempre me traz à memória o clássico *Of mice and men* (De ratos e homens) de John Steinbeck e o personagem Lennie, o grandalhão atrapalhado com certa dificuldade em lidar com sistemas morais. E essa lembrança me leva a Descartes: “*For it is a very remarkable thing that there are no men, not even the insane, so dull and stupid that they cannot put words together in a manner to convey their thoughts. On the contrary, there is no other animal however perfect and fortunately situated it may be, that can do the same.*” DESCARTES, Rene. *Meditations*. 1901. Disponível em: <<http://www.wright.edu/cola/descartes>>. (Tradução de John Veitch).

³ Eu nunca havia pensado nesse tipo de argumento até encontrá-lo em Roeper (2007), ilustrado pelo autor com a distinção entre línguas de sujeito nulo e obrigatório, talvez de uma forma um

Imaginemos a seguinte situação:⁴



O Joãozinho traz um peixe e pede para que a mãe o cozinhe para o jantar. Embora a segunda figura não esteja muito clara, o que ocorre é que o gato pega o peixe e a mãe acaba fazendo ovos.

Imaginemos que um outro interlocutor diga: “Veja, o gato pegou o peixe, então a mãe não está cozinhando.”

E é aqui que a história fica interessante. Para um falante de inglês, por exemplo, a sentença acima é falsa, já que, como não há na gramática da língua objeto nulo, a única interpretação disponível é de ‘cozinhar’ como um verbo de atividade, com comportamento sintático inergativo.⁵ A despeito de qualquer contexto possível, os falantes da língua não vão jamais recuperar “o peixe” referencialmente.

Já em PB a coisa é diferente. A sentença “a mãe não está cozinhando” não é apenas plausível, como verdadeira e a preferencial na interpretação de adultos e crianças,⁶ pois, como a língua tem objeto

pouco menos dramática do que a ilustração que eu uso aqui. Para ficarmos mais próximos do PB, resolvi utilizar o fenômeno do objeto nulo.

⁴ A ilustração e a historinha estão em Pérez-Leroux et al. (2008). Os autores as utilizaram para descobrir se crianças adquirindo inglês e francês passam eventualmente por um “estágio de objeto nulo” antes de chegarem à sua língua-alvo.

⁵ Análises mais recentes, pós Regência e Ligação, assumem que não existam verbos inergativos nas línguas naturais. Estariam sempre em estruturas transitivas e seriam casos de realização, pelo próprio verbo, do papel temático de um complemento cognato. Esse tipo de consideração é, contudo, irrelevante para o ponto em questão.

⁶ Casagrande (2010).

nulo, então a opção gramatical natural é a retomada anafórica de “o peixe”: Sim, a mãe não está cozinhando [o peixe].

Como diria Roeper (2007, p. 102), “*children control grammar just when they understand sentences that disagree with context or reality. It is freedom from the control of our environment that marks linguistic knowledge.*” Ou, dito de outra forma, a gramática não decorre do mundo.

Ainda sobre estrutura como onipresente e o papel do *input*, há algumas considerações a fazer que nos levarão ao tão propalado argumento da pobreza de estímulo (APE) e alguns desentendimentos sobre ele, mas que também voltarão à cobrança em relação àquilo que se tem que explicar em aquisição. E acreditamos que isso envolva dois conjuntos distintos de fatos:

Sobre crianças	Sobre línguas naturais
<p>Toda criança típica adquire uma (ou mais) língua(s);</p> <p>O processo apresenta estágios de desenvolvimento ordenados e são uniformes e universais;</p> <p>Os desvios cometidos pelas crianças em relação à gramática-alvo são restritos e apresentam padrões predizíveis;</p> <p>O processo de aquisição está sujeito ao ‘período crítico’ (não será discutido aqui);</p> <p>A aquisição de uma gramática é independente de inteligência (ponto já tangencialmente discutido).</p>	<p>Constituem-se de unidades em vários níveis que carregam significado (palavras, sintagmas, sentenças);</p> <p>Os arranjos dessas unidades, para expressar relações, eventos, estados etc., se dão de acordo com regras estritas;</p> <p>Os elementos linguísticos obedecem a uma organização hierárquica (línguas são “estruturalmente dependentes”; ou seja, as relações relevantes são estruturais e não lineares);</p> <p>Todas as línguas naturais apresentam a propriedade da recursividade (encaixamento de unidades em unidades semelhantes).</p>

Para os nossos objetivos, entretanto, as duas pontas precisam se juntar. Qualquer teoria de aquisição precisa mostrar (e explicar), considerando os fatos acima, como as crianças se tornam sensíveis aos

tipos de unidades relevantes e às relações ou arranjos entre as unidades numa dada língua, pois, apenas assim, as crianças serão capazes de atingir a competência linguística adulta. Qualquer teoria também precisa considerar que, a despeito de as línguas apresentarem diferentes propriedades (como acabamos de ver com a ilustração sobre a presença ou não do objeto nulo numa língua e a interpretação de sentenças), o processo de aquisição é uniforme e universal para as crianças (adquirindo uma mesma língua ou entre diferentes línguas naturais). A uniformidade e a universalidade normalmente se apresentam empiricamente através de erros morfológicos (chamados de ‘*commission errors*’, ou erros de execução) – raros e previsíveis. Isso tem a ver com fatos mais do que conhecidos e discutidos, como supergeneralização de formas irregulares, por exemplo. O mais interessante, entretanto, é o fato de que a uniformidade envolve, mais do que tudo, erros de omissão. Isso nos conduz a fatos sintáticos e não apenas morfológicos. É incrível, mas parece que, durante o processo de formação de uma gramática, a criança, de forma ultraconservadora, em geral não vai cometer um erro de sintaxe; ela simplesmente vai omitir aquilo que – nós, pesquisadores – imaginamos seja um conhecimento ainda não existente. Como e por que isso ocorre ainda é um mistério, embora o consenso seja o de que a criança sabe qual é a categoria em questão, sendo o problema mais de interface, então.⁷

De toda forma, em um curto espaço de tempo também esses erros de omissão deixam de existir, dando lugar a um gramática que se assemelha àquela dos adultos ao redor da criança.

Resta então explicar como esse fenômeno ocorre. A primeira parte da equação parece simples: há uma diferença substancial entre o conhecimento adquirido e a evidência disponível no ambiente, já que esta é constituída apenas de dados positivos. Contudo, como vamos ver abaixo, há propriedades das línguas naturais que não poderiam ser adquiridas apenas com base em evidência positiva. Além disso,

⁷ Sobre o assunto, cf. Snyder (2007) e referências lá citadas, entre outros.

é especialmente importante considerar que não há nada no *input* que previna, a *priori*, a criança de fazer generalizações indevidas. Ou seja, se a criança as fizesse, não teria espaço de testagem. O ponto, contudo, é que as crianças não fazem generalizações indevidas sobre propriedades linguísticas. Ora, (i) se as evidências são sempre positivas, (ii) se as crianças não recebem do ambiente evidências que possibilitem um espaço de testagem de um dado estado do conhecimento e (iii) se elas chegam a um conhecimento final completo e adequado, então o conhecimento linguístico não pode, em princípio, ser totalmente desvendado através do escrutínio do *input* disponível. Logo, é preciso pressupor a existência de algum conhecimento inato que supra as deficiências do *input*.

O ARGUMENTO DA POBREZA DE ESTÍMULO

Um dos aspectos menos compreendidos do APE tem justamente a ver com o que se toma aqui como *input* disponível para a criança. Não é incomum que se entenda que ele é qualificado como ‘pobre’ porque é fragmentado, cheio de falsos começos, limitado – adultos usariam com crianças basicamente sentenças simples, muitas formas imperativas, perguntas etc., mas sentenças mais complexas ficariam sempre de fora. A segunda confusão é dizer que o *input* é ‘pobre’ porque é coalhado de sentenças agramaticais. É provável que partes das duas afirmações acima sejam verdadeiras, mas isso não muda em nada o cenário colocado anteriormente para motivar o APE.

Que há uma certa quantidade de sentenças agramaticais no universo daquilo que a criança ouve, nunca se negou. O grande problema é que essas medidas, quando feitas, tomam um dado conjunto de dados na sua globalidade e chegam a uma figura geral. Digamos que, num universo de 10.000 enunciados, 13% tenham sido considerados agramaticais.⁸ Há toda espécie de problema metodológico nesse tipo de quantificação: eventualmente, todos os casos que sejam instâncias

⁸ Cf. Meisel (1997) que, entre outros tópicos, também toca neste.

de uma mesma construção (que pode conter uma sutil mudança ou diferenças dialetais etc.) ou envolvam construções marginais ou, ainda, envolvam porcentagens muito baixas de um sem número de construções distintas; enfim, as possibilidades são inúmeras e, até onde sei, nunca ninguém olhou para isso de forma mais organizada, justamente porque não há interesse científico nesse tipo de questão. De toda forma, os poucos enunciados agramaticais não parecem interferir no processo e não haveria como garantir que toda e qualquer criança recebesse a sua dose necessária deles para sobrevivência. Ou, ainda, que sejam exatamente aqueles de que ela precisa para testar alguma hipótese.

Na realidade, eu quero construir, a partir de Hornstein e Lightfoot (1981) e com base em Lasnik e Uriagereka (2002), um argumento bem mais forte:

“People attain knowledge of the structure of their language for which NO evidence is available in the data to which they are exposed as children.” (HORNSTEIN; LIGHTFOOT, 1981, p. 9).

Ou seja, a aquisição se dá, em grande medida, com ausência de evidência. Mas é preciso ter claro que a aquisição não se dá totalmente na ausência de evidência. Há obviamente diferenças entre as línguas naturais que, embora muito restritas, demandam exposição a uma língua para que a Faculdade da Linguagem seja colocada em movimento – faça o seu papel, afinal – e que propriedades específicas de uma dada língua sejam ativadas.

Mas há um outro ponto ainda a ser considerado. Nem mesmo evidência positiva é evidência para alguma coisa a não ser que o sistema que aprende tenha alguma noção prévia do que fazer.^{9,10}

O exemplo clássico de Chomsky para o APE é o de frenteamento do auxiliar em perguntas do inglês:

⁹ Estamos apenas nos referindo a sistemas simbólicos aqui.

¹⁰ Não se deve confundir ausência de evidência com evidência indireta (cf. igualmente Meisel (1997), sobre o assunto) e esta com inferência bayesiana. Não vamos, contudo, explorar essas distinções aqui.

- (1) *Riots in Calabria have shone a light on growing racial tensions in Italy.*
(adaptado do *The New York Times*, 11/01/2010. Ver sentença original em (3) abaixo.)

Manifestações na Calábria tem deixado claras as crescentes tensões raciais na Itália.

A afirmativa acima seria transformada em uma pergunta polar através do fronteamento do auxiliar “*have*”:

- (2) *Have riots in Calabria shone a light on growing racial tensions in Italy?*

Com base em (2), uma criança adquirindo inglês poderia assumir que, para formular uma pergunta polar, basta frontear o primeiro auxiliar da sentença, uma hipótese que se baseia na linearidade do enunciado, sendo, portanto, independente de estrutura.

Ocorre que, se a sentença envolvesse mais de um auxiliar, como em (3), então a hipótese estaria equivocada, pois, como podemos ver, (4) não é uma sentença possível na língua:

- (3) *Riots in Calabria, where organized crime is known to have a strong grip, have shone a light on growing racial tensions in Italy.*

Manifestações na Calábria, onde se sabe que o crime organizado domina, tem deixado claras as crescentes tensões raciais na Itália.

- (4) **Is riots in Calabria, where organized crime known to have a strong grip, have shone a light on growing racial tensions in Italy?*

Certamente, (4) nunca vai ser uma opção para a criança adquirindo inglês. Assim ela não teria como saber se a hipótese de fronteamento do auxiliar funciona. Mas talvez (5) possa ser uma opção:

- (5) *Is your mom who is very upset with you right now in her room?*

A tua mãe que tá muito brava com você agora tá no quarto dela?

Mas (5) é evidência do que, exatamente? De que o segundo auxiliar/verbo deve ser fronteado? Ou de que a palavra na 11ª. posição da

sentença é fronteada? Pode ser, mas então eu construiria outro exemplo para ilustrar o fato de que a hipótese não funciona. Porém, não vou fazê-lo, pois imagino que o leitor já tenha entendido o ponto. O mesmo vale em relação às hipóteses propostas. Sempre podemos ser criativos e sugerir mais uma.

O essencial para Chomsky, contudo, era o seguinte. Imaginemos que a criança tenha duas hipóteses:

- (6) A. Fronteie o primeiro auxiliar/verbo
- B. Fronteie o auxiliar/verbo do T (núcleo) da sentença matriz

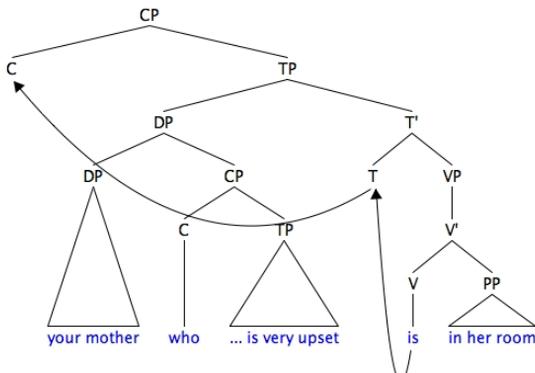
No segundo caso, o tipo de conhecimento necessário é mais abstrato e, sobretudo, dependente de estrutura. Demanda que se ignore tudo o que está em Spec, TP, por exemplo, e que se conheça a distinção matriz/encaixada, ou seja, que se considere a estrutura de forma hierarquizada, como ilustrado abaixo:¹¹

Ocorre que a criança parece saber de tudo isso, pois jamais comete erros como (4) acima. A conclusão, portanto, é que, se não há evidência, então o conhecimento é inato. Para evitar outra confusão bastante comum, não se fala aqui de uma dada construção, mas da relação hierárquica e recursiva entre elementos em uma dada estrutura. O nível de abstração envolvido é muito maior: “Representações simbólicas abstratas não são o *output* da aprendizagem, mas formam o núcleo a partir do qual um sistema simbólico sintático particular será construído.” (LIDZ, 2007, p. 8, tradução nossa).

A discussão acima, mostrando que (5) não é evidência positiva para a hipótese (6B), encontra-se em Lasnik e Uriagereka (op. cit.) e se dá como resposta aos argumentos levantados contra o APE por Pullum

¹¹ A árvore é apenas esquemática e não tem a preocupação de apresentar uma análise acurada para o exemplo além do que é de interesse aqui.

(1996)¹² e Pullum e Scholtz (2002).¹³ Basicamente, o argumento destes últimos é que há exemplos disponíveis para a criança; mas vimos, contudo, que isso não basta.



De toda forma, para não parecer que estamos conformando o APE de acordo com nossas teorias e autores prediletos, analisemos, então, a aquisição de um fenômeno para o qual não há, de fato, evidência: o *one* anafórico do inglês:

- (7) *Jean has a blue top but Marie doesn't have one.*
 Jean tem uma blusa azul mas Marie não tem uma.

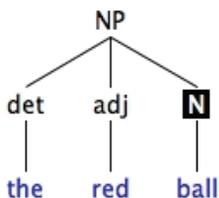
Lidz, Waxman e Freedman (2003) se perguntam se bebês pequenos têm domínio da estrutura abstrata que *one* substitui e que hipótese teriam para ela, (8) *a* ou *b* abaixo:¹⁴

¹² Quem conhece esse texto de 1996 vai entender a minha brincadeira com o exemplo do *New York Times*. A fonte empírica utilizada por Pullum na ocasião havia sido o *Wall Street Journal* (WSJ). Justiça seja feita, porém, já que o autor é o primeiro a reconhecer que nem filho/a de banqueiro cresce ouvindo notícias do WSJ.

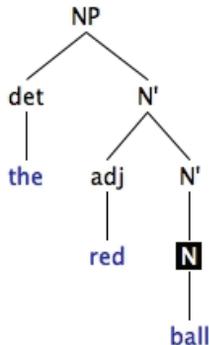
¹³ O volume 19, em 2002, da *Linguistic Review* foi inteiramente dedicado ao APE.

¹⁴ Exemplo (1), p. B66 do original.

(8) a “estrutura achatada”



(8) b “estrutura hierárquica”



Caso acreditemos que evidências positivas tenham um papel na escolha entre as duas opções acima, a única evidência inequívoca para (8b) seria (10), já que em (9) o aprendiz poderia tomar o *one* como anafórico de ‘bola’ apenas (portanto, apenas de N e não de N’):

(9) *I'll play with [_{NP} this [_{N'} red ball]] and you can play with [_{NP} that [_{N'} one]].*
Eu vou brincar com essa bola vermelha e você pode brincar com aquela uma.

(10) *Chris has [a [red ball]] but Max doesn't have [one],*
[a [blue ball]]
Chris tem uma bola vermelha mas Max não tem uma em que Max tem uma ‘bola azul’

A próxima pergunta que um empirista faria é se há ou não esse tipo de evidência no *input*. Os autores analisaram a fala dirigida à criança em dois *corpora* disponíveis no projeto CHILDES, o *corpus* de Adam com 20.000 enunciados adultos e o *corpus* de Nina com 34.800 enunciados adultos; ou seja, foram analisados 54.800 enunciados. Destes, 1.129 continham a palavra *one*; mas apenas 792 eram casos de uso anafórico (os demais incluíam casos de numeral, pronome impessoal e dêitico); ou seja, em apenas 1,44% da totalidade dos enunciados havia o *one* anafórico. Porém, vimos acima que não basta o *one* ser anafórico, ele

também precisa ocorrer em um contexto em que se possa recuperar de forma inequívoca o N', como em (10). Pois bem, dentre os 792 casos acima mencionados, em apenas dois deles o contexto indicava sem ambiguidade que *one* é anafórico a N'. Isso representa 0,003 da totalidade dos enunciados analisados, e creio que ninguém duvidaria de que está em nível de ruído!

De toda forma, dizer que não há evidência não nos leva a lugar algum, porque o que se precisa saber é se os bebês interpretam *one* como anafórico a N', ou seja, se assumem a hipótese hierárquica de (8b).

Para tanto, os autores conduziram um experimento intermodal, com uso de áudio e vídeo, através do paradigma de preferência de olhar. Nesse tipo de experimento, a criança recebe simultaneamente duas figuras, numa tela dividida, e um estímulo linguístico que condiz com uma delas. O objetivo é medir o tempo de olhar para cada figura, já estando bem estabelecido na literatura que as crianças preferem olhar para a imagem que condiz com o estímulo linguístico.

Foram testados 24 bebês entre 16 meses e 23 dias a 18 meses e 15 dias (média de 18 meses e 3 dias), utilizando-se palavras conhecidas deles como *mamadeira*, *carro*, *sapato* e *urso*. O protocolo consistia de uma fase de familiarização com a apresentação dos estímulos para subsequente testagem de duas condições, uma neutra e outra anafórica, como se vê abaixo:

(11) Familiarização: uma mamadeira amarela

Look! A yellow bottle!

Testagem: uma amarela e uma azul

Condição neutra: *Now look. What do you see now?*

Veja agora. O que você vê agora?

Condição anafórica: *Now look. Do you see [another one]?* (= yellow bottle, ou seja, N')

Veja agora. Você vê [outro um]? (Você vê algum outro?)

A predição dos autores é que, na condição controle (neutra), o estímulo linguístico não favoreça nenhuma das imagens, embora os

bebês venham a preferir o estímulo novo (a azul); já a condição de teste (anafórica) vai revelar a interpretação que os bebês dão ao NP, através das hipóteses colocadas em (8). Se o bebê representa o NP como 8(a) ou toma o elemento como anafórico de N apenas, então não haverá preferência especial por uma imagem; mas, se o bebê representa o NP como 8(b) e interpreta o *one* como anáfora de N, então a única escolha é ‘*yellow bottle*’ (a mamadeira amarela). Observemos os resultados no gráfico 1:

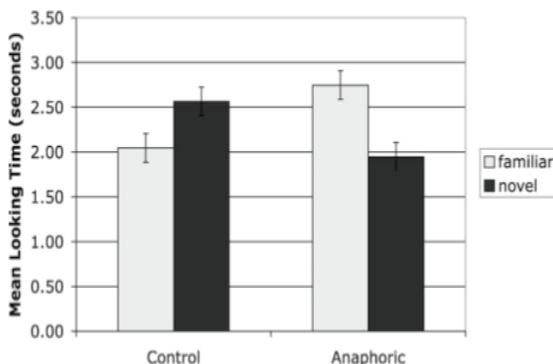


Gráfico 1: Tempo médio de olhar (em segundos) para as duas imagens em cada uma das condições (LIDZ et al., 2003, p. B71).¹⁵

A barra clara representa a “mamadeira amarela”, ou seja, o objeto familiar, enquanto a escura, a “mamadeira azul”, portanto, o objeto novo. Conforme a previsão, na condição controle os bebês têm o tempo de olhar aumentado para o objeto novo, pelo simples fato de ser novo, claro. Já na condição anafórica, pode-se perceber a clara preferência dos bebês pelo objeto familiar, confirmando, assim, que a representação só pode ser aquela em (8b), ou seja, a hierárquica. Ora, se não há evidência para tanto no *input*, então resta pressupor que a representação é dada de forma inata.

Poderia continuar aqui apresentando outros exemplos, mas quero, ainda que brevemente, trazer mais um último ponto para reflexão.

¹⁵ Figura 1 do original.

Toda a discussão anterior envolve aquilo que a criança não precisa adquirir, porque é dado de forma inata; são, portanto, os princípios universais. Mas é preciso considerar também aquilo que a criança precisa adquirir porque varia entre as línguas; as propriedades vinculadas aos chamados ‘parâmetros’. Atualmente, já há um razoável conhecimento acumulado em inúmeras línguas sobre o que as crianças sabem e quando sabem, mas falta a explicação ainda de “como” chegaram a saber, ou seja, é preciso maior discussão acerca de como as crianças operam com o *input* até atingir a competência adulta no que se refere especificamente ao chamado “acionamento paramétrico”.

O conceito de parâmetro, ainda que apenas definido como aquilo que dá conta da variação entre as línguas, é certamente um grande *insight* que, contudo, demanda elaboração. E, a não ser que seja capaz de dar conta de propriedades não superficialmente relacionadas em uma dada língua – ou grupos de línguas –, não passaria de mero dispositivo descritivo – uma consequência indesejável para um modelo racionalista. Ocorre que, afora quem trabalha com aquisição e/ou com mudança linguística, pouca atenção tem sido dada ao tópico.

Todo e qualquer manual introdutório à sintaxe, ou à aquisição, ou à mudança, quando chega ao ponto de ilustrar o que seria um ‘verdadeiro’ parâmetro, geralmente acaba no mesmo lugar: o parâmetro do sujeito nulo ou *pro-drop*, talvez porque seja o mais claramente formulado. Isso parece mostrar que há, ainda, inúmeras perguntas a serem feitas e postas a teste. A mais primária seria: a concepção mais essencial de parâmetro – uma pequena variação em algum traço de uma dada língua que é capaz de dar conta de propriedades não superficialmente relacionadas, como acabamos de dizer – já foi plenamente testada?

Não foi, mas faz previsões muito precisas para teste e não deveria ser necessário reafirmar o quanto isso é importante em ciência. A argumentação a partir de agora é especulativa, mas não menos interessante por isso. Pode-se, por exemplo, quase propor um certo APE para parâmetros.

Para não nos desviarmos da tradição, se pensarmos no parâmetro *pro-drop*, por exemplo, como discutido em Chomsky (1981), as seguintes

propriedades eram correlacionadas a ele: (i) presença ou não de expletivo; (ii) inversão “livre” do sujeito ou não; (iii) presença ou não de pronomes resumptivos em sentenças encaixadas; (iv) movimento longo do sujeito ou não e (v) efeito complementizador-vestigio. Deve ser certo que a criança estará exposta a expletivos, assim como a sentenças com inversão de sujeito, e, possivelmente, pronomes resumptivos – numa ou noutra língua, claro. É pouco provável que haja evidência, ou que ela seja relevante, para movimento longo do sujeito ou efeito complementizador-vestigio. Portanto, essas propriedades teriam que vir ‘de graça’ na aquisição, embora eventualmente em alguma ordem. Isobe (2005) fez tal proposta.¹⁶

- (12) (i) Se não há evidência suficiente no input para que a criança perceba que uma dada construção A é gramaticalmente possível na língua alvo;
(ii) Contudo, toda língua que permite a construção B também permite a construção A;
(iii) E há evidência robusta no input para a construção B;
(iv) Então, se a Faculdade da Linguagem conecta parametricamente, de fato, as construções A e B, deve-se assumir que as crianças conhecerão a possibilidade de A existir em suas línguas tão logo venham a adquirir B (ou pouco depois).¹⁷

É pouco provável que crianças novinhas adquirindo o italiano, por exemplo, produzam sentenças com movimento longo do sujeito quando já estão demonstrando domínio do sujeito nulo. Mas não é impossível testar se consideram essas sentenças possíveis ou não na língua.

Finalmente, vale mencionar uma das perguntas mais constantes nos últimos tempos na literatura sobre aquisição e mudança. Haveria apenas uma única conformação de parâmetro na Faculdade da Linguagem

¹⁶ Estou ilustrando a proposta de Isobe (2005) com o parâmetro do sujeito nulo porque é um dos mais conhecidos, mas a autora investigou a hipótese em relação a um tipo específico de orações relativas do japonês (head-internal relative clauses), extremamente raras, mas aparentemente correlacionado parametricamente à ordem objeto-verbo e à presença de pronomes nulos.

¹⁷ Formulação tal qual em Snyder (2007, p. 174).

ou várias? Ainda que seja teoricamente interessante investigar as previsões feitas em relação a feixes de propriedades envolvidas em diferentes parâmetros, deve ser igualmente interessante pensar em outras possibilidades. Não vamos explorá-las aqui por falta de espaço, mas devem ser mencionadas.

Uriagereka (2007), por exemplo, propõe parâmetros com três diferentes propriedades: parâmetros nucleares (envolvendo flexão), subcasos (marcado e não marcado, movimento etc.), periferia (*a la* Chomsky), ou seja, casos de aprendizagem escolar propriamente (envolvendo fatores estranhos ao funcionamento da Faculdade da Linguagem, como ordem linear, por exemplo). Roeper (2006) propõe que alguns traços são estáveis (aqueles que identificam o núcleo apenas – traços [+interpretáveis]); outros variam (até entre falantes de um mesmo dialeto), portanto, seriam traços [-interpretáveis] e instáveis, assim, mais sujeitos a informações exteriores e, certamente, o lugar da mudança linguística. Também não se pode esquecer da proposta pioneira de Baker (1996) sobre a existência de macro e microparâmetros. Essa linha de pesquisa tem rendido bastante, especialmente na literatura sobre mudança linguística, e parece promissora; mas ainda é o começo de uma discussão que deve se tornar produtiva. De toda forma, faz previsões fortes e dá, portanto, a cara a tapa.

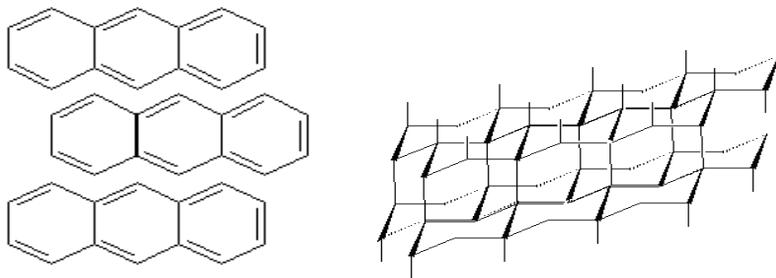
ALGUMAS POUCAS PALAVRAS FINAIS

Eu sempre me pergunto, com bastante tristeza, por que parece ser pecado capital o inatismo em nosso país ou, para falar um palavrão, a ‘naturalização’ da linguagem. É porque o país ainda tem muitos problemas sociais e, assim, apenas visões sócio-históricas do objeto é que teriam validade, ou há uma percepção subjacente segundo a qual naturalizar a linguagem esvazia a espécie de humanidade?

Quando falamos no desenvolvimento do sistema reprodutivo na espécie humana como um fato biológico ninguém duvida. Nunca, nos meus muitos anos de magistério superior, vi algum aluno sair em defesa

de uma teoria social para ele. Claro, a utilização do mesmo na procriação e continuidade da espécie já começa a resvalar por questões culturais, sociais e escolhas políticas mais complexas. Nenhum biólogo jamais negaria esses fatos. Se formos levar esse tipo de argumento às últimas consequências, vamos ver que até o sistema imunológico das pessoas estará sujeito a modificações e intempéries em função de políticas públicas sanitárias ou do desenvolvimento mundial, com maior e mais rápida circulação de novas espécies de vírus, por exemplo. Novamente, ninguém, contudo, quer entender o funcionamento do sistema imunológico na espécie através de qualquer concepção que não a biológica.

Da mesma forma, a reação é unânime no sentido de que é necessária uma teoria natural quando eu mostro aos meus alunos – ou os relembro das aulas de química do colégio – a ação de parâmetros distintos sobre o carbono – elemento amplamente encontrado na natureza –, formando diferentes cadeias ou compostos. Mostro, por exemplo, que, submetidas a condições diversas de temperatura e pressão, as cadeias de carbono podem formar tanto o grafite quanto o diamante. São estruturas diversas:¹⁸



À esquerda, temos a estrutura da cadeia de carbono para o grafite; e à direita, para o diamante. É de uma beleza ímpar perceber que diferentes estruturas, formadas a partir de um mesmo elemento submetido a parâmetros distintos, traduzem-se em diferentes

¹⁸ Fonte: <<http://inorgan221.iq.unesp.br/quimgeral/carbono/carbon.htm>. (Acesso em: 17 abr. 2006).

propriedades superficiais, como maleabilidade, dureza etc. Temos o paralelo perfeito em relação às línguas naturais, com a diferença de que os elementos essenciais não estão “aí fora”, estão dentro de nós, são a nossa mente, nós, em última instância.

Para mim, isso é de um humanismo absoluto, já que nos iguala a todos, coloca-nos, todos, no mesmo patamar, não nos diferencia por capacidade ou inteligência ou meio onde, por ventura, nos tenhamos criado. E, acima de tudo, não nega as dimensões exteriores da linguagem. Afinal, somos “a coisa que pensa” (*res cogito*).

But what is a thinking thing? It is a thing that doubts, understands, conceives, affirms, denies, wills, refuses; that imagines also, and perceives. (DESCARTES, *Meditação II*, parágrafo 8, grifo nosso).

REFERÊNCIAS

- ABNEY, Steven. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Tese. (Doutorado em Linguística). MIT. Cambridge, 1987.
- ABOH, Enoch O. Topic and focus within D. *Linguistics in the Netherlands*. n. 21, p. 1-12, 2004.
- ADAMS, M. Les effects V2 en ancien et moyen français. *Revue Québécoise de Linguistique Théorique e Appliqué*. n. 7, p. 13-40, 1987.
- ALVARENGA, Daniel. *Sobre Interrogativa Indireta no Português*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- AMBAR, Manuela. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Lisboa: Edições Colibri, 1992.
- _____. Wh-questions and Wh-exclamatives: Unifying mirror effects. In: BEYSSADE, C. et al. (Ed.). *Romance languages and linguistic theory 2000*. p. 15-40, 2002.
- _____. Wh-asymmetries. In: DISCIULLO, Anna M. (Ed.). *Asymmetry in Grammar*. Amsterdam, 2003. p. 209-249.
- _____. Clefts and tense asymmetries. In: DISCIULLO, Anna M. (Ed.). *UG and External System*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 2005, p. 95-127.
- ARIEL, Mira. Referring and accessibility. *Journal of Linguistics*. n. 24, v. 1, p. 65-87, 1998.
- _____. *Accessing noun-phrase antecedents*. London: Routledge, 1990.
- BACH, Emmon. The algebra of events. *Linguistics and Philosophy*. Dordrecht, v. 9, 1986.
- BAKER, Mark. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- _____. *The polysynthesis parameter*. New York: Oxford University Press, 1996.

- BAKER, Mark. *Thematic roles and syntactic structure*. McGill University, v. 2, revised, June, 1996.
- _____. Is head movement still needed for noun incorporation? *Lingua*, 2008.
- BARBOSA, Pilar. On inversion in Wh-questions in Romance. In: HULK, Acer; POLLOCK, Jean-Yves (Org.). *Romance inversion*. New York: Oxford Press, 2001, p. 20-90.
- BARRIE, Michael; SPRENG, Bettina. Noun incorporation and the progressive in German. *Lingua*, 2008.
- BARRIE, Michael. *Dynamic Antisymmetry and the Syntax of Noun Incorporation*. Tese (Doutorado em Linguística). University of Toronto, 2006.
- BASÍLIO, Margarida et al. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In: BASÍLIO, Margarida (Org.). *Gramática do português falado*. v. 4, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BASSO, Renato. *Telicidade e Detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas (SP), 2007.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BELLETTI, Adriana. The case of unaccusatives. *Linguistic inquiry*. Massachusetts, v. 19, p. 1-34, 1988.
- _____. Inversion as focalization. In: HULK, A.; POLLOCK. (Ed.). *Subject inversion in romance and the theory of universal grammar*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 60-90.
- _____. *Aspects of the low IP area*. Università di Siena, 2001. Manuscrito.
- _____. Aspects of the low IP area. In: RIZZI, L. (Ed.). The structure of CP and IP. *The Cartography of Syntactic Structures*. v. 2, New York: Oxford University Press, 2004, p. 16-51.
- _____. The CP of clefts. In: STIL. *Studies in Linguistics. CISCL Working Papers*. n. 2, p. 7-18, 2008c.

- BELLETTI, Adriana. Anotações do curso “Acquisizione Del Linguaggio L2”, realizado na Università di Siena, 2009.
- _____. Answering strategies: New information subjects and the nature of clefts, Chapter 10. *Structure and Strategies*, Routledge, 2008a.
- BHATT, Rajesh.; PANCHEVA, Roumyana. Late merger of degree clauses. *Linguistic Inquiry*, n. 35, p. 1-45, 2004.
- BISETTO, Antonietta. *Tra derivazione e composizione: su alcune formazioni complesse in italiano*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade de Pádova (Itália), 1995.
- BITTNER, Maria. *Case, scope and binding*, Kluwer: Dordrecht, 1994.
- BLAKE, Barry. *Case*. Cambridge University Press, 1994.
- BORGES NETO, José. O Empreendimento Gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, ANA C. (Org.). *Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93-130.
- BORSLEY, Robert D. *On the superficiality of welsh agreement and related matters*. University of Essex, 2005.
- BOŠKOVIĆ, Željko. On multiple wh-fronting. *Linguistic Inquiry*. n. 33, p. 351-383, 2002.
- BRENNAN, Jonathan. *Irish prepositions: agreement and impoverishment*. New York: New York University, 2007.
- _____. *Grammar, comparative and general: case*. Cambridge textbooks in Linguistics, 2001.
- BRESNAN, Joan. Syntax of the comparative clause construction in English. *Linguistic Inquiry*. v. 4, n. 3, p. 275-343, 1973.
- BRESNAN, Joan; GRIMSHAW, Jane. The syntax of free relatives in English. *Linguistic inquiry*. Massachusetts, v. 3, n. 9, p. 331-391, 1978.
- BRITO, Ana Maria; MATOS, Gabriela. Construções de graduação e comparação. In: MATEUS, M. H. M. et. al. (Org.). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 729-766.
- BÜRING, Daniel. On D-Trees, Beans, and B-Accents. *Linguistics & Philosophy*. n. 26, v. 5, p. 511-545, 2003.
- BÜRING, Daniel. Semantics, intonation and information structure. *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: OUP, 2007.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

CAPONIGRO, Ivano. On the semantics of indefinite free relatives. In: KOPPEN, Marjo Van; VOS, de Mark (Ed.). *Proceedings of ConSOLE X*. p. 49-62. Leiden: SOELE, 2001.

_____. Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In: SAMIAN, Vida (Ed.). *Proceedings of the western conference on linguistics 2000 (WECOL 2000)*. Fresno, CA: California State University, 2002. p. 140-150. Disponível em: <http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOLoo_Paper.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2007.

CAPPELLEN, Herman; LEPORE, Ernie. *Insensitive semantics: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism*. London: Blackwell, 2005.

CARDINALETTI, Anna. Towards a cartography of subject positions. In: L. RIZZI (Ed.). *The structure of IP and CP: the cartography of syntactic structures*. v. 2. p. 115-165. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CARLSON, Gregory. The meaningful bounds of incorporation. In: VOGELLER, Svetlana; TASMOWSKI, Liliane (Ed.). *Non-definiteness and plurality*. John Benjamins, 2006, p. 35-50.

CASAGRANDE, Sabrina. *A correlação entre aspecto e objeto no PB: uma análise sintático-aquisicionista*. (em preparação). Tese. (Doutorado em Linguística). Unicamp, 2010.

CHAFE, Wallace. Given, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. In: LI, C. (Ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.

CHENG, Lisa.; ROORYCK, Johan. *Types of wh-in-situ*. Leiden, 2003. Manuscrito.

CHOMSKY, Noam. *Cartesian linguistics*. New York: Harper and Row, 1965.

CHOMSKY, Noam. Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (Ed.). *Semantics*:

- an interdisciplinary reader in philosophy. *Linguistics and Psychology*. Cambridge: CUP, 1971.
- _____. *Reflections on language*. New York: Pantheon, 1975.
- _____. On wh-movement. In: CULICOVER, P. et al. (Ed.). *Formal syntax*. New York: Academic Press, 1977.
- _____. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Language and mind*. New York: Harcourt Brace & World, Inc, 1986.
- _____. *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. Nova Iorque: Praeger, 1986.
- _____. *The minimalist program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.
- _____. Minimalist inquiries: the framework. *MIT Occasional Papers in Linguistic*. n. 15. Cambridge, (Mass.): MIT. Working Papers in Linguistics, 1998.
- _____. *Derivation by phases*. 1999. Manuscrito.
- _____. Minimalist inquiries: the framework. In: LASNIK, Howard; MARTIN, Roger; MICHAELS, David; et al. (Ed.). *Step by step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- _____. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael. (Ed.). *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- _____. *Beyond Explanatory Adequacy*. 2001. Manuscrito.
- CHUNG, Sandra; LADUSAW, William. A. *Restriction and saturation*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- CORVER, Norbert. Much-support as a last resort. *Linguistic Inquiry*. 28, n. 1, p. 119-164, 1997.
- COSTA, João. Multiple focus in European Portuguese: apparent optionality and subject positions. In: BEYSSADE, Claire; BOK-BENNEMA, Reineke; DRIJKONINGEN, Frank; MONACHESI, Paola. (Ed.). *Romance languages and linguistic theory 2000*. 2002. p. 93-108.

- CRUSCHINA, S. *Il Focus di nuova informazione e la periferia sinistra: la struttura informativa della frase in Siciliano*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Università di Siena, 2004.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DAVIDSON, Donald. *Essays on actions and events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- DAYAL, Veneta. Bare NPs, Reference to kinds and incorporation. *SALT IX*, 1999.
- _____. *A semantics for pseudo incorporation*. 2003b. Manuscrito.
- _____. *Hindi pseudo incorporation*, 2007. Manuscrito.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução de M. Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Meditations*. 1641/190. Disponível em: <<http://www.wright.edu/cola/descartes>>. Acesso em: 6 ago. 2010.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Reference to kinds in Brazilian Portuguese: definite singular vs bare singular. In: GRONN, Atle (Ed.). *Proceedings of SUB 12*, Oslo: ILOS 2008.
- DONATI, Caterina. Comparative clauses as free relatives: a raising analysis. *Probus*. n. 9, p. 145-66, 1997.
- DORON, Edit. Bare singular reference to kinds. *Proceedings of SALT XIII*. Cornell Working Papers in Linguistics, 2003.
- DOWTY, David R. *Word meaning and montage grammar*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- DUARTE, Inês S. *Português Europeu e Português Brasileiro: 500 anos depois, a sintaxe*. Conferência Internacional: Os 500 Anos de Língua Portuguesa. Évora, Portugal, 2000.
- ENGDAHL, Elisabet. Parasitic Gaps. *Linguistics and philosophy*, n. 6, p. 5-84, 1983.
- ERNST, Thomas. Manner and Events. In: TENNY, Carol; PUSTEJOSVSKY, James (Org.). *Events as grammatical objects*. Stanford (Califórnia): CSLI Publications, 2000.

- ERTESCHIK-SHIR, Nomi. *The dynamics of focus structure*. Cambridge: CUP, 1997.
- _____. *Information structure*. Oxford: OUP, 2007.
- FARKAS, Donka; SWART, Henriette. *The semantics of incorporation: from argument structure to discourse transparency*. CSLI: Stanford University, 2003.
- FERNANDES, F. *Ordem, focalização e preenchimento em Português: sintaxe e prosódia*. Tese. (Doutorado em Linguística). Campinas. Unicamp, 2007.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; MIOTO, Carlos. Considerações sobre a prefixação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*, v. 7, n. 12, 2009.
- FOLTRAN, Maria José. *As construções com predicação secundária no português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, 1999.
- _____. Distribuição dos advérbios predicativos e adjetivos quando usados como predicados adjuntos. *Revista de Letras*. n. 71 Curitiba: Editora da UFPR, 2007a.
- _____. *A Alternância entre adjetivos e advérbios como modificadores de indivíduos e eventos*. (no prelo). 2007b.
- GIVÓN, Talmy. Topic continuity in discourse: an introduction. In: GIVÓN, Talmy (Ed.). *Topic continuity in Discourse: a quantitative cross-language study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.
- _____. The grammar of referential coherence as mental processing instructions. *Linguistics*. n. 30, p. 5-55, 1992.
- _____. *English Grammar: a function-based introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1993.
- _____. *Syntax: a functional-typological introduction*. 2ed. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GOULD, Stephen Jay. *The Flamingo's Smile: reflections in natural history*. Nova York: Norton, 1985.
- GROSU, Alexander. Strange relatives at the interface of two millennia. *Glott International*. v. 6, n. 6, p. 145-167, jun. 2002.

- _____. *Three studies in locality and case*. London: Routledge, 1994.
- GROSU, Alexander; LANDMAN, Fred. Strange relatives of the third kind. *Natural Languages Semantics*. Netherlands, n. 6, p. 125-170, 1998.
- GUESSER, Simone. *Soggetto nullo e focalizzazione del soggetto in Portoguese Brasiliano*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Università di Siena, 2007.
- GUIMARÃES, Márcio. *Dos intensificadores como quantificadores: os âmbitos de expressão da quantificação do Português do Brasil*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.
- GUNDEL, Jeanette K.; FRETHERM, Thorstein. Topic and Focus. In: HORN, Laurence; WARD, Gregory (Ed.). *Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004.
- HACKL, Martin. *Comparative quantifiers*. PhD Dissertation, MIT, 2000.
- HALLIDAY, Michael A. K. Notes on transitivity and theme in English, Part II. *Journal of linguistics*. n. 3, p. 199-244, 1967.
- HAMBLIN, Charles. Questions in Montague English. *Foundations of language*. n. 10, p. 1-53, 1973.
- HANKAMER, Jorge. Why are there two *than*'s in English. In: CORUM, C. et al. (Ed.). *Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. 1973, p. 179-191.
- _____. On the non-cyclic nature of Wh-clefting. *Proceedings of CLS 10*. Chicago: IL:CLS, p. 221-233, 1974.
- HEIM, Irene. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Tese. (Doutorado em Linguística). University of Massachussets. Amherst, 1982.
- _____. *Notes on comparatives and related matters*. 1985. Manuscrito.
- _____. Degree operators and scope. *SALT X*. Ithaca, NY: Cornell University, CLC Publications, 2000.
- HENDRIKS, Petra. *Comparatives and categorial grammar*. Tese. (Doutorado em Linguística). University of Groningen, 1995.

- HEYCOCK, C.; KROCH, A. Pseudocleft connectedness: Implications for the LF interface level. *Linguistic Inquiry*. n. 30, p. 365-397, 1999.
- HIRSCHBÜHLER, P. *The syntax and semantics of wh-constructions*. Ph.D (Doutorado em Linguística). University of Massachusetts, Amherst, 1978.
- HIRSH-PASEK, Kathy; GOLINKOFF, Roberta. *The origins of grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- HOEKSEMA, Jack. Negative polarity and the comparative. In: *Natural language and linguistic theory*. n. 1, 1983, p. 403-434.
- HORNSTEIN, Norbert; LIGHTFOOT, David. Introduction. *Explanation in linguistics*. London: Longmans, p. 9-31, 1981.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; GROHMANN, K. K. *Understanding minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HUANG, James. *Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar*. Tese. (Doutorado em Linguística). MIT. Cambridge, 1982.
- HURFORD, James R.; HEASLEY, Brendan. *Semantics: a coursebook*. Cambridge: CUP, 1983.
- ILARI, Rodolfo. *A perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a ordem dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba (Org.). *Gramática do português falado*: v. 1, A ordem. Campinas: Unicamp, 1993. p. 65-140.
- ISOBE, Miwa. *Language variation and child language acquisition*. Tese. (Doutorado em Linguística). Keio University, Japão, 2005.
- IZVORSKI, Roumyana. Non-indicative *Wh*-Complements of possessives and existential predicates. In: TAMANJI, Pius N.; KUSUMOTO, Kiyomi (Ed.). *Proceedings of NELS*. n. 28, p. 159-173, 1998.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.
- _____. *X-bar Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1977.

- JACOBSON, Pauline. On the quantificational force of english free relatives. In: BACH, Emmon. et al. (Ed.). *Quantification in natural languages*. Dordrecht: Kluwer, 1995. p. 451-486.
- KAMP, Hans. A theory of truth and semantic representation. In: GROENENDIJK, J.; JANSSEN, T.; STOKHOF, M. (Ed.). *Formal methods in the study of language: proceedings of the third Amsterdam colloquium*. Amsterdam: Mathematical Center, 1981. p. 277-321.
- KARTTUNEN, Lauri. Syntax and semantics of questions. *Linguistics & Philosophy*. n. 1, p. 3-44, 1977.
- KATAMBA, Francis. *Morphology: palgrave modern linguistics*. London: Palgrave Macmillan, 1993.
- KATO, Mary Aizawa. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In.: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. (Homenagem a Fernando Tarallo). Campinas: Unicamp, 1996. p. 223-261.
- KATO, Mary Aizawa et al. Construções com palavras-Q. In: KOCH, Ingedore Villaça (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. 1A ed. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1996. v. 4. p. 303-368.
- KATO, Mary Aizawa; MIOTO, Carlos. A multi-evidence study of European and Brazilian Wh-questions. In: KEPSEK, S.; REIS, M. (Ed.). *Linguistic evidence: theoretical, quantitative and computational perspectives*. Hague: Mouton de Gruyter, 2005. p. 307-328.
- KATO, Mary Aizawa; RIBEIRO, I. *Cleft sentences and wh-questions in Brazilian Portuguese: a diachronic analysis*. Paper presented at the 35th LSRL. Austin: University of Texas, 2005.
- KATZ, Graham. Manner modifications of state verbs. In: MCNALLY, Louise; KENNEDY, Christopher. *Adjectives and Adverbs: syntax, semantics and discourse*. Great Britain: Oxford University Press, 2008.
- KAYNE, R. S. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MIT Press, 1994.
- _____. Prepositions as probes. In: BELLETTI, Adriana (Ed.). *Structures and Beyond: the cartography of syntactic structures*. v. 3. New York: Oxford University Press, 2004.
- KENNEDY, Christopher. *Semantics of comparatives*. 2004. Manuscrito.

- KENNEDY, Christopher. *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*. Tese. (Doutorado em Linguística). University of California at Santa Cruz, 1997.
- KISS, Katalin. Identificational Focus versus Information Focus. *Language*. v. 74, n. 2:245-273, 1998.
- KLEIN, Wolfgang. *Time in language*. London: Routledge, 1994.
- KRIFKA, Manfred. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, Susan (Ed.). *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998. p. 197-235.
- KURODA, Shigeyuki Y. The categorial and the thetic judgment. *Foundations of Language*. n. 2, p. 153-185, 1972.
- LAKATOS, Imre. *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 109-243.
- LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: CUP, 1994.
- LANDMAN, Fred. *Events and Plurality: The Jerusalem Lectures*. Dordrecht: Kluwer, 2000.
- LARSON, Richard K. "Missing prepositions" and the analysis of English free relative clauses. *Linguistic Inquiry*. Massachusetts, v. 18, n. 2, p. 239-266, 1987.
- _____. Scope and comparatives. *Linguistics & Philosophy*. n. 11, p. 1-26, 1988.
- _____. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*. 19, p. 335-391, 1998.
- LASNIK, Howard; URIAGEREKA, Juan. On the poverty of the challenge. *Linguistic Review*. n. 19, p. 147-150, 2002.
- LECHNER, Winfried. *Ellipsis in comparatives*. New York: Mouton de Gruyter, 2004.
- LEE, Seung Hwa. Sobre os compostos do PB. *DELTA*. v. 13, n. 1, p. 17-33, 1997.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: CUP, 1983.
- _____. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge: MIT Press, 2000.

- LIDDELL, Scott. Think and believe: sequentiality in american sign language. *Language*. n. 60, p. 372-399, 1984.
- LIDZ, Jeffery. The abstract nature of syntactic representations. In: HOFF, Erika; SHATZ, Marilyn (Ed.). *Handbook of Language Development*. Blackwell: Cambridge, 2007.
- LIDZ, Jeffery; WASMAN, Sandra; FREEDMAN, Jennifer. What infants know about syntax but couldn't have learned: experimental evidence for syntactic structure at 18 months. *Cognition*. n. 89, p. B65-B73, 2003.
- LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- LINK, Godehard. The logical analysis of plural and mass terms: a lattice-theoretic approach. In: BAÜERLE, R.; SCHWARZE, C.; VON STECHOW, A. (Ed.). *Meaning, use, and interpretation of language*. Berlin: de Gruyter, 1983.
- LISBOA DE LIZ, Lucilene. *Construções triargumentais: uma distinção entre complementos indiretos baseada em propriedades das preposições*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- LITTLEFIELD, Heather. *Syntax and acquisition in the prepositional domain: Evidence from English for fine-grained syntactic categories*. Tese. (Doutorado em Linguística). Boston University, 2006.
- LONGOBARDI, Giuseppe. Proper names and the theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*. n. 25. p. 609-665, 1994.
- _____. How comparative is semantics? *Natural language semantics*. n. 9, p. 335-369, 2002.
- LOPES, Ruth Elizabeth V. Bare nouns and DP number agreement in the acquisition of Brazilian Portuguese. *Selected proceedings of the 9th hispanic linguistics symposium*. Somerville: Cascadia Press, 2006. p. 252-262.
- _____. *Against a unified analysis for bare nouns in Brazilian Portuguese*. 2009. Manuscrito.
- LOPES-ROSSI, Maria Aparecida G. Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.).

- Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 307-42.
- LOPES-ROSSI, Maria Aparecida. *A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português*. Tese. (Doutorado em Linguística). UNICAMP. Campinas, 1996.
- MALING, Joan. Dative: the heterogeneity of the mapping among morphological case, grammatical functions, and thematic roles. *Lingua*. 2001. n. 111, p. 419-464.
- MARCHESAN, Ani Carla. *As relativas livres em Português Brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- MARCHESAN, Ani Carla; MIOTO, Carlos. *As relativas livres infinitivas no PB*. Manuscrito.
- MARQUES, Rui. *Para uma semântica das orações comparativas em Português*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade de Lisboa, 2003.
- MASSAM, Diane. Pseudo noun incorporation in Niuean. *Natural language and linguistic theory*. n. 19, p. 153-197, 2001.
- MATOS, Gabriela; BRITO, Ana M. Comparative clauses and cross linguistic variation: a syntactic approach. In: BONOMI, O.; HOFHERR, P. C. (Org.). *Empirical Issues in Syntax and Semantics*. n. 7, 2008. p. 307-329.
- _____. On the syntax of canonical comparatives in European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. n. 1, p. 41-81, 2002.
- MATUSHANSKY, Ora. No More no Less: existential comparison revisited. Handout de conferência, 2009. Disponível em: <<http://www.let.uu.nl/~Ora.Matushansky/personal/>>. Acesso em: 6 ago. 2010.
- MAY, Robert. *Logical Form*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1985.
- McCONNELL-GINET, Sally. Adverbs and Logical Form. *Language*. n. 58, p. 144-184, 1982.
- McNALLY, Louise; VAN GEENHOVEN, Veerle. *Redefining the weak/strong distinction*. Paper presented at CSSP 3, Paris. Universitat Pompeu Fabra and Radboud University, 1998. Manuscrito.

- MEDEIROS JUNIOR, Paulo. *Sobre sintagmas-Qu e relativas livres no português*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2005.
- MEISEL, Jürgen. Parâmetros na aquisição. In: FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. (Ed.). *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 21-40.
- MENEZES, Humberto P. *As Construções Comparativas em Português: uma análise gerativa*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.
- MENUZZI, Sergio; RODRIGUES, Gabriel R. *Tópicos contrastivos e contraste temático: um estudo do papel discursivo da articulação informacional*. Apresentado no Colóquio “Debatendo Semântica Formal com Rodolfo Ilari”, IEL-UNICAMP. Campinas, abril de 2009.
- MENUZZI, Sérgio M.; VIDOR, D. C. G. M. Pronomes como determinantes: algumas propriedades do elemento interrogativo QUE em Português Brasileiro. *Leitura*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL). Maceió (AL) v. 33, p. 65-86, 2004.
- MERCHANT, Jason. Phrasal and clausal comparatives in Greek and the abstractness of syntax. *Journal of Greek Linguistics*. v. 9, 2010.
- MIOTO, Carlos. As interrogativas no Português Brasileiro e o Critério-WH. *Letras de Hoje*. n. 96, p. 19-33, 1994.
- _____. Preposições: núcleos funcionais ou lexicais? In: CABRAL, Leonor G.; GORSKI, Edair. (Org.). *Linguística e ensino: reflexões para a prática pedagógica*. Florianópolis: Insular, 1998.
- _____. Sobre o sistema CP no Português Brasileiro. *Revista Letras*. n. 56, p. 97-139. Curitiba: UFPR, 2001.
- _____. Focalização como quantificação. *Revista Letras*. n. 61, p. 169-189. Curitiba: UFPR, 2003.
- _____. *Focus and Clifting*. Paper apresentado no Workshop on Formal Linguistics. UFSC, 2006.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. Wh *que* = Wh *é que*? *DELTA*. n. 11, v. 2, p. 301-311, 1995.

- MIOTO, Carlos; KATO, Mary A. As interrogativas-Q no Português Europeu e no Português Brasileiro atuais. *Revista da ABRALIN*. v. 4, nº 1 e 2, p. 171-196, 2006.
- MIOTO, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda V. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: CASTILHO, Ataliba.T. *et al* (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: FAPESP/Campinas: Pontes, 2007. p. 159-184.
- MITHUN, Marianne. The evolution of noun incorporation. *Language*. 60:847–894, 1984.
- _____. On the Nature of Noun Incorporation. *Language*. 62, 1986.
- MITTWOCH, Anita. Cognate objects as reflections of davidsonian event arguments. In: ROTHSTEIN, Susan (Ed.). *Events in Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997.
- MODESTO, Marcelo. *As construções clivadas no português do Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- _____. *As construções clivadas no português do Brasil: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- MÓIA, Telmo. Sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português. In: GONÇALVES, Anabela et al. *Quatro estudos em sintaxe do português*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- _____. *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade de Lisboa, 1992. 163 f.
- MOLTMANN, Friederike. *Coordination and Comparatives*. Tese. (Doutorado em Linguística). MIT, Cambridge, 1992.
- MORO, Andrea. *The raising of predicates*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MÜLLER, Ana Lúcia. Tópico, foco e nominais nus no Português Brasileiro. In: *Sentido e Significação*. São Paulo: Contexto, 2004.

- MUNN, Allan; SCHMITT, Cristina. Bare nominals and the morphosyntax of number. In: CRESTI, D.; TORTORA, C.; SATTERFIELD, Tereza (Ed.). *Current issues in romance linguistics*. Selected Papers from the 29th Linguistics Symposium on Romance Languages, Ann Arbor, April 1999. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 217-231.
- _____. Number and indefinites. *Lingua*. n. 115, p. 821-855, 2005.
- NAPOLI, Donna; NESPOR, Mariana. Comparative Structures in Italian. *Language*. 62, n. 3, p. 622-653, 1986.
- NAPOLI, Donna. Comparative ellipsis: a phrase structure analysis. *Linguistic Inquiry*. n. 14, p. 675-694, 1983.
- NEELEMAN, Ad et al. Degree expressions. *The linguistic review*. n. 21, p. 1-66, 2004.
- NEVES, Maria Helena de Moura; HATTNER, M. M. D. As Construções Comparativas. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. (Org.). *Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Unicamp, 2002. v. VIII, p. 113-183.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- ÖZTÜRK, Balzic. Incorporating agents. *Lingua*, 2008.
- PANCHEVA, Roumyana. Phrasal and clausal comparatives in Slavic. In: LAVINE, J. et al. (Org.). *Formal approaches to slavic linguistics 14: the princeton meeting*. 2006. p. 236-257.
- PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- PARTEE, Barbara. Noun phrase interpretation and type-shifting principles. In: GROENENDIJK, J. et al. (Org.). *Studies in discourse representation theory and the theory of generalized quantifiers*. GRASS 8, Foris: Dordrecht, 1987. Republicado em: PARTEE, B; PORTNER, P. *Formal semantics: essential readings*. Blackwell, 2002.
- PERES, João. A. On the nature and licensing conditions of n-phrases in Portuguese. *DELTA*. v. 16, n. Especial, p. 165-199, 2000.

- PÉREZ-LEROUX, Ana; PIRVULESCU, Mihaela; ROBERGE, Yves. Children's interpretation of null objects under the scope of negation. *Actes du congrès annuel de l'Association canadienne de linguistique*. 2008. p 1-10.
- PESETSKY, David; TORREGO, E. T-to-C movement: causes and consequences. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Halle: A life in language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001. p. 355-426.
- PILATI, Eloisa. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília (UnB), 2006.
- PINKHAM, Jessie. *The formation of comparative clauses in French and english*. Indiana: University Linguistics Club, 1982.
- PINKER, Steven. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato M. *O paradoxo do perfectivo: uma abordagem semântico-pragmática*, 2007.
- POSTAL, Paul. Parasitic gaps and the across-the-board Phenomenon. *Linguistic Inquiry*. v. 24, n. 4, p. 735-754, 1993.
- PRICE, Susan. *Comparative constructions in spanish and french syntax*. London: Routledge, 1990.
- PRINCE, Ellen. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, Paul (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- _____. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: THOMPSON, S. and MANN, W. (Ed.). *Discourse description: diverse analyses of a fund raising text*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1992.
- PULLUM, Geoffrey K.; SCHOLZ, B. Empirical assessment of stimulus poverty arguments. *Linguistic Review*. n. 19, p. 9-50, 2002.
- PULLUM, Geoffrey K. Learnability, hyperlearning, and the poverty of the stimulus. In: JOHNSON, Jan; JUGE, Matthew L.; MOXLEY, Jeri L. (Ed.). *Proceedings of the 22nd Annual Meeting: general session and parasession on the role of learnability in grammatical theory*. Berkeley (CA): Berkeley Linguistics Society, 1996. p. 498-513.

- PUSTEJOVSKY, James. The syntax of event structure. *Cognition*. v. 41, 1991. p. 47-81.
- _____. *The generative lexicon*. Cambridge (MA): MIT Press, 1995.
- QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUAREZEMIN, Sandra. *Estratégias de Focalização em Português Brasileiro – uma abordagem cartográfica*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- RAPOSO, Eduardo P. Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, J. (Ed.). *Portuguese syntax: new comparative studies*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2000. p. 266-297.
- REINHART, Tanya. Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics. *Philosophica*. n. 27, p. 53-94, 1981.
- RESENES, Mariana S. *Sentenças Pseudo-clivadas do Português Brasileiro*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. 140f.
- RIBEIRO, Ilza. *O Efeito V2 no Português arcaico*. Tese. (Doutorado em Linguística). Unicamp. Campinas, 1995.
- RIZZI, Luigi. *Issues in italian syntax*. Dordrecht, Foris, 1982.
- _____. *Relativized minimality*. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.
- _____. Residual verb second and the Wh criterion. In: BELLETTI, A.; RIZZI, Luigi (Ed.). *Parameters and functional heads: essays in comparative syntax*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 64-90.
- _____. The fine structures of left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of Grammar*. Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.
- _____. Relativized Minimality Effects. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Blackwell Publishers, 2000. p. 89-110.
- _____. Remarks on early null subjects. In: FRIEDEMANN, M. A.; RIZZI, Luigi (Ed.). *The acquisition of syntax*. London: Longman, 2000.

- RIZZI, Luigi. Locality and left periphery. In: BELLETTI, A. (Ed.). *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures*. v. 3. Oxford: Oxford University Press, 2004a. p. 223-251.
- RIZZI, Luigi. *The structure of CP and IP. The cartography of syntactic structures*. v. 2. New York: Oxford University Press, 2004b.
- _____. On the Form of Chains: criterial positions and ECP effects. In: CHENG, S.; CORVER, N. (Ed.). *Wh-movement moving on*. MIT Press, 2006. p. 97-34.
- _____. On Some Properties of Criterial Freezing. In: MOSCATI, V. (Ed.). *STiL- Studies in linguistics*. CISCL Working papers on language and cognition. n. 1, 2007, p. 145-158.
- _____. Anotações do curso “Teoria Grammaticale” realizado na Università di Siena, 2008.
- RIZZI, Luigi; SHLONSKY, U. Strategies of subject extraction. In: SAUERLAND, Uli; GÄRTNER, Hans M. (Ed.). *Interfaces + Recursion = Language?* Mouton De Gruyter, 2007.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1962.
- RODRIGUES, Gabriel R. *Clivadas e tópicos contrastivos: estudos sobre a semântica e a pragmática da articulação informacional*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). UFRGS. Porto Alegre, 2009.
- RODRIGUES, Gabriel R.; MENUZZI, Sergio. Pressuposição, Exaustividade e Denegação nas Clivadas. *Revista de Estudos da Linguagem*. UFMG, 2009.
- ROEPER, Thomas. *Stable Dialects*. Amherst, 2006. UMass. Manuscrito.
- _____. *The prism of grammar: how child language illuminates humanism*. Cambridge (MA): MIT Press, 2007.
- ROOTH, Mats. *Association with focus*. Tese. (Doutorado em Linguística). University of Massachusetts, Amherst, 1985.
- _____. A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics*. n. 1, p. 75-116, 1992.
- _____. Focus. In: LAPPIN, S. (Ed.). *The handbook of contemporary semantic theory*. Oxford: Blackwell, 1996.

- ROOTH, Mats. Association with focus or association with presuppositions? In: BOSCH, P.; VAN DER SANDT (Ed.). *Focus – linguistic, cognitive and computational perspectives*. Cambridge: CUP, 1999.
- ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. Tese. (Doutorado em Linguística). MIT. Cambridge, 1967.
- ROTHSTEIN, Susan. *Structuring events*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2004.
- ROUVERET, Alain. Functional categories and Agreement. *The Linguistic Review*. n. 8, p. 353-387, 1991.
- SADOCK, Jerrold. Noun incorporation in Greenlandic: a case of syntactic word formation. *Language*. n. 56, p. 300-319, 1980.
- SANDMANN, Antônio. O que é um composto? *DELTA*. v. 6, n. 1, p. 1-18, 1990.
- SARAIVA, Maria Elizabeth F. *O SN NU Objeto em português: um caso de incorporação semântica e sintática*. Tese. (Doutorado em Linguística). UFMG. Belo Horizonte, 1996.
- _____. *Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.
- SCHMITT, Cristina; MUNN, Allan. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. *Proceedings of NELS 29*. 1999.
- _____. *Bare nominals, morphosyntax, and the nominal mapping parameter*. 2000. Manuscrito.
- _____. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*. n. 2, p. 253-281, 2002.
- SCHMITT, D. *Curso de pedagogia para surdos*. Língua brasileira de sinais. Florianópolis: UDESC, CEAD, 2002.
- SINGH, Mona. On the semantics of the perfective aspect. *Natural Language Semantics*. n. 6, p. 171-199, 1998.
- SMITH, Carlota. *The Parameter of aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1991.
- _____. *Modes of discourse*. Cambridge: CUP, 2003.

- SMITH, Carlota. A class of complex modifiers in English. *Language*. n. 37, p. 342-365, 1961.
- SNYDER, W. *Child language: The parametric approach*. New York: Oxford University Press, 2007.
- SOUZA, Luisandro Mendes. *A comparação com predicados verbais*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- SOUZA, Luisandro Mendes; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Aspectos da semântica da comparação metalinguística. In: *Anais do Encontro do Celsul*, 2008.
- SPENCER, Andrew. *Morphological theory*. Oxford: Blackwell, 1993.
- STASSEN, Leon. *Comparison and Universal Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- STVAN, Laurel S. Semantic incorporation as an account for some bare singular count noun uses in English. *Lingua*, 2008.
- TARALLO, Fernando Luiz. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese. (Doutorado em Filosofia). Universidade da Pensilvânia, 1983.
- TAVEIRA DA CRUZ, Ronald. *O singular nu e a pseudo-incorporação no PB*. Tese. (Doutorado em Linguística). UFSC, 2008.
- TORRES DE MORAIS, Maria Aparecida. *Do Português Clássico ao Português Moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo*. Tese. (Doutorado em Linguística). UNICAMP. Campinas, 1995.
- URIAGEREKA, Juan. Multiple Spell-Out. In: EPSTEIN, S.; HORNSTEIN, Norbert (Ed.). *Working Minimalism*. Cambridge (MA): MIT Press, 1999.
- _____. Clarifying the notion “Parameter”. *Biolinguistics*. n. 1, p. 99-113, 2007.
- VALER, Salete. *As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala (Projeto Varsul) de Florianópolis*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

- VALLDUVÍ, Enric. *The informational component*. New York: Garland, 1992.
- VALLDUVÍ, Enric; ENGDAHL, Elisabeth. The linguistic realization of information packaging. *Linguistics*. n. 34, p. 459-519, 1996.
- VAN GEENHOVEN, Veerle. *Semantic incorporation and indefinite descriptions: semantic and syntactic aspects of noun incorporation in West Greenlandic*. Stanford: CSLI Publications, 1998.
- VAN GEENHOVEN, Veerle; McNALLY, Louise. On the property analysis of opaque complements. *Lingua*. n. 115, p. 885-914, 2005.
- VAN RIEMSDIJK, Henk. Free relatives. *SynCom (Syntax Companion, an (electronic) encyclopaedia of syntactic case studies) case 44*. LingComp Foundation: August, 2000. p. 1-53.
- VENDLER, Zeno. Verbs and times. *Philosophical Review*. p. 143-160, 1957.
- _____. *Linguistics in philosophy*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1967.
- VERKUYL, Henk. *A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- VON STECHOW, Arnim. Comparing semantic theories of comparison. *Journal of Semantics*. n. 3, p. 1-77, 1984.
- WILLIAMS, Edwin. On the notions 'lexically related' and 'head of a word'. *Linguistic Inquiry*. n. 12, p. 245-274, 1981.
- WOOLFORD, Ellen. Lexical case, inherent case, and argument Structure. *Linguistic Inquiry*, 2006.
- ZUBIZARRETA, Maria Luiza. *Prosody, focus and word order*. MIT Press, 1998.

SOBRE OS AUTORES

ANI CARLA MARCHESAN é graduada em Língua Portuguesa e Inglesa com respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2005) e mestre em Linguística Teórica (bolsista CNPq) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2008). Já atuou como tutora da disciplina Sintaxe no Ensino a Distância (EaD/UFSC/2009) e como professora substituta do LLV/UFSC (2009). Atualmente, é doutoranda em Linguística Teórica também pela UFSC e professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Erechim* – RS. *E-mail* para contato animarchesan@uffs.edu.br.

CARLOS MIOTO é professor de Sintaxe na Universidade Federal de Santa Catarina desde 1994, quando se transferiu da Universidade Federal de Viçosa. É doutor pela UNICAMP, com dois estágios de pós-doutoramento, e pesquisador do CNPq. Suas pesquisas mais recentes foram desenvolvidas sobre as sentenças clivadas e pseudoclivadas. mioto@cce.ufsc.br.

FABÍOLA SUCUPIRA FERREIRA SELL possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), mestrado (1998) e doutorado (2003) em Linguística pela mesma instituição. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística dentro do quadro da Gramática Gerativa, pesquisando temas relativos à estrutura sentencial e morfologia. É acadêmica do curso de bacharelado em Letras – LIBRAS pela UFSC, tendo atuado também como *Designer* instrucional do curso. Atualmente, é professora efetiva adjunta na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pesquisando temas relacionados à interface linguística e educação, tais como: Leitura e Letramento e Interfaces com as Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação a Distância. fabiolafsell@gmail.com.

GABRIEL ROISENBERG RODRIGUES é graduado em Letras pela UFRGS, onde também cursou o mestrado em Teoria e Análise Linguística – mais especificamente sobre aspectos semânticos e pragmáticos das clivadas e de tópicos contrastivos. Atualmente, é doutorando no Departamento de Linguística da Michigan State University, nos Estados Unidos, onde também atua como *Teaching Assistant* da disciplina Introdução à Linguística. Tem dois artigos

publicados em parceria com Sergio Menuzzi, ambos sobre aspectos semânticos e pragmáticos da articulação informacional. rodri443@msu.edu.

LUCILENE LISBOA DE LIZ leciona atualmente na Universidade do Estado de Santa Catarina – Professor Adjunto, atuando em Teoria e Análise Linguística, especificamente dentro do quadro da Gramática Gerativa, na pesquisa de temas como: construções triargumentais, distinção entre complementos indiretos e propriedades preposicionais, questões relativas à morfologia gerativa. Mais recentemente, também na interface linguística/educação, pesquisa temas, como aprendizagem da escrita e interfaces com as TICs. Possui graduação em Letras – Português, mestrado em linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), sob orientação da professora Dr. Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR) e doutorado em linguística na mesma universidade(2009), sob orientação da professora Dra. Ruth E. V. Lopes (UNICAMP) e coorientação do professor Dr. Carlos Mioto (UFSC). lucylisboa@gmail.com.

LUISANDRO MENDES DE SOUZA é licenciado em Letras Português e Inglês pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV-PR). Mestre e doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com dissertação e tese sobre aspectos da semântica das sentenças comparativas em português. É professor de Linguística e Língua Portuguesa na FAFIUV. mendesouza21@yahoo.com.br.

RENATO MIGUEL BASSO doutorou-se em Linguística pela Unicamp na área de Semântica Formal das Línguas Naturais, desenvolvendo sua pesquisa sobre eventos. Desde 2010, atua como professor na Universidade Federal de Santa Catarina, ministrando disciplinas nas áreas de Semântica e História da Língua. Publicou, juntamente com Rodolfo Ilari, o livro *O português da gente*, pela Editora Contexto. Trabalhou na Gramática do Português Falado. Atualmente, pesquisa sobre a semântica dos indexicais, eventos e formação do Português Brasileiro. rmbasso@gmail.com.

MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA possui graduação em Linguística e Português pela USP (1985), mestrado em Linguística pela UNICAMP (1988), doutorado na Université de Genève (1994) e pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa, onde esteve a convite durante o ano acadêmico 2002-2003. Foi por quinze anos professora da UFSC e atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua em Teoria e Análise Linguística, especificamente dentro do quadro da Gramática Gerativa,

pesquisando temas em sintaxe, interface sintaxe-prosódia e morfologia, com ênfase no Português Brasileiro. mariacristinafigueiredo@bol.com.br.

MARIA JOSÉ FOLTRAN é graduada e mestre em Letras pela UFPR, e doutora em Linguística pela USP. Leciona no Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas da UFPR na categoria Professor Associado. Sua pesquisa está concentrada nos estudos gramaticais, especificamente no tratamento das estruturas argumentais a partir de teorias lexicais e na relação sintaxe/semântica-léxico. mariajose.foltran@gmail.com.

ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA escreveu seu doutorado sobre Metáfora na Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica. É professora da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando nas áreas de Semântica e Pragmática. Pesquisadora do CNPq, desenvolve atualmente pesquisa sobre os nominais nus no Português Brasileiro. É coordenadora do projeto de cooperação internacional Capes-Cofecub, que versa sobre nominais nus através das línguas. Publicou o livro *Semântica Formal: uma introdução*, pela editora Mercado de Letras. Além dos nominais nus, sua pesquisa tem como foco os modais e a questão da intensionalidade. ropiolive@gmail.com.

RONALD TAVEIRA DA CRUZ possui graduação em Letras pela Universidade Católica de Brasília (2002) e mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), tem experiência na área de Linguística, Filosofia e Psicologia, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, Filosofia da Linguagem, Psicolinguística, Psicopedagogia e Literatura Comparada. Professor da Universidade Federal do Piauí. ronaldtaveira@gmail.com.

RUTH E. VASCONCELLOS LOPES é professora do Departamento de Linguística da Unicamp desde 2006, tendo atuado entre 1994 e 2006, na UFSC. Trabalha com aquisição de sintaxe e sintaxe das línguas naturais e fenômenos de interface sintaxe-semântica a partir do quadro formalista dos modelos chomskyanos. É pesquisadora do CNPq. (processo n. 306.682/2010-9) e escreveu este capítulo durante estágio de pesquisa no exterior com bolsa FAPESP (2009/51808-2). ruthevlopes@gmail.com.

SERGIO DE MOURA MENUZZI é graduado em Letras pela UFRGS, mestre em Linguística pela UNICAMP, e doutor em Linguística pela Universidade de Leiden, Holanda. Foi professor na PUC de Porto Alegre e na UNICAMP. Atualmente, é professor do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas da

UFRGS, onde ministra disciplinas de morfologia e sintaxe na graduação, e de teoria sintática na pós-graduação. Como pesquisador, atua basicamente na área de Teoria Sintática, tendo publicado vários artigos sobre diferentes aspectos da sintaxe do português. É bolsista do CNPq e trabalha, atualmente, em projeto de pesquisa sobre o papel da articulação informacional na organização do discurso. smenuzzi@yahoo.com.br.

SANDRA QUAREZEMIN possui graduação em Letras-Português pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestrado e doutorado em Linguística também pela UFSC. Atualmente, é professora da UFSC e atua em Teoria e Análise Linguística, especificamente dentro do quadro da Gramática Gerativa. Pesquisa temas como: a focalização de constituintes em Português Brasileiro, as sentenças clivadas, a periferia esquerda da sentença e, mais recentemente, a estrutura sintática do domínio nominal. sandraquarezemin@hotmail.com.

Este livro foi editorado em fonte Minion Pro e Calibri, corpo 8-16. Miolo em papel pólen 80g, capa em cartão supremo 250g. Impresso na Gráfica Copiart com sistema de impressão offset.

Esta coletânea reúne pesquisas de ponta em sintaxe e semântica no quadro da linguística formal contemporânea e procura explicar fenômenos não apenas do português brasileiro, mas da língua de sinais brasileira e do português europeu. Os capítulos foram escritos por pesquisadores que integram o Núcleo de Estudos Gramaticais (NEG), vinculado ao Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e que são, ou foram, professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, atuando na linha de pesquisa **Interfaces da gramática**.

